



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 090

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 18 DE AGOSTO DE 1984

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 122ª SESSÃO, EM 17 DE AGOSTO DE 1984

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1984, de autoria do Sr. Nelson Carneiro, que atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, Territórios e Distrito Federal a competência exclusiva para fixar quotas de favelado de trigo, soja e arroz que devam caber a cada produtor rural.

##### 1.2.2 — Discursos do Expediente

**SENADOR OCTÁVIO CARDOSO** — Manifestação de pesar pelo acidente ocorrido na plataforma de Enchova 1, da PETROBRÁS. Conferência do Ministro Delfim Netto na Escola Superior de Guerra.

**SENADOR HÉLIO GUEIROS** — Declaração do Ministro Jarbas Passarinho ao conceder apoio à candidatura do Deputado Paulo Maluf.

##### 1.2.3 — Requerimento

— Nº 173/84, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, solicitando informações ao Tribunal de Contas da União para instruir o Aviso nº 407-SP/84, ora em apreciação pela Comissão de Finanças. **Deferido.**

##### 1.2.4 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 148/84 — Complementar, de autoria do Sr. Senador Aloysio Chaves e outros Srs. Senadores, que adapta a Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, que regula a composição e o funcionamento do colégio eleitoral que elegerá o Presidente da República e dá outras providências, às disposições da Emenda Constitucional nº 22.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 103/84, que dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o INPC e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983. **Aprovado em primeiro turno**, voltando às comissões competentes em virtude do recebimento de emenda de Plenário, em segundo turno, após usarem da palavra os Srs. Nelson Carneiro e Jorge Kalume.

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/81 (nº 3.035/80, na Casa de origem), que altera o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 53/77 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 65/79 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 784/83, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, solicitando a criação de

uma comissão especial mista, composta de 11 Senadores e 11 Deputados, para, no prazo de 120 dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 162/84, de autoria dos Srs. Senadores Nelson Carneiro e Gastão Müller, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 40/84, que autoriza a emissão especial de selos em benefícios dos trabalhadores desempregados. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 163/84, de autoria dos Srs. Senadores Nelson Carneiro, Octávio Cardoso e Humberto Lucena, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 100/84, que acrescenta dispositivo à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), com vistas à fixação de módulo de fracionamento de propriedade rural específico para o Distrito Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. **Votação adiada por falta de quorum.**

#### 1.4 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR NELSON CARNEIRO**, Como Líder do PTB — Tragédia ocorrida ontem na Plataforma de Enchova, no Rio de Janeiro.

**SENADOR BENEDITO FERREIRA** — Documento recebido do Banco Central referente ao perfil da dívida externa do Brasil, a propósito de críticas da Oposição nesse sentido.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Apelo ao Governo em favor de maior amparo legal à empresa doméstica.

EXPEDIENTE					
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL					
<p>AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>ALOISIO BARBOSA DE SOUZA Diretor Executivo</p> <p>LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial</p> <p>RUDY MAURER Diretor Administrativo</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL</p> <p style="text-align: center;">Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">ASSINATURAS</p> <p>Via Superfície:</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Semestre .....</td> <td style="text-align: right;">Cr\$ 3.000,00</td> </tr> <tr> <td>Ano .....</td> <td style="text-align: right;">Cr\$ 6.000,00</td> </tr> </table> <p style="text-align: right;">Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00 Tiragem: 2.200 exemplares</p>	Semestre .....	Cr\$ 3.000,00	Ano .....	Cr\$ 6.000,00
Semestre .....	Cr\$ 3.000,00				
Ano .....	Cr\$ 6.000,00				

<p><i>SENADOR GASTÃO MÜLLER</i> — Manifestação do Deputado Estadual mato-grossense Walter Lazzarini, contra projetos de lei do Poder Executivo dispendo sobre o uso de agrotóxicos, a ser encaminhado ao Congresso Nacional.</p> <p><i>SENADOR LOURIVAL BAPTISTA</i> — Centenário de nascimento de Aníbal Freire da Fonseca.</p> <p>1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO, ENCERRAMENTO</p>	<p>2. — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR</p> <p>Do Sr. Itamar Franco, pronunciado na sessão de 16-8-84.</p> <p>3 — RETIFICAÇÃO</p> <p>Ata da 111ª Sessão, realizada em 6-8-84</p> <p>4 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO</p>	<p>Nºs 57 a 59, de 1984</p> <p>5 — ATAS DE COMISSÕES</p> <p>6 — MESA DIRETORA</p> <p>7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS</p> <p>8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</p>
--	--	---

## Ata da 122ª Sessão, em 17 de agosto de 1984

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Raimundo Parente.*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Mário Maja — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Almir Pinto — José Lins — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Luiz Cavalcante — Jutahy Magalhães — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Gastão Müller — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 1984

**Atribui às Secretarias de Agricultura, dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo, soja e arroz que devam caber a cada produtor rural.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Secretarias de Agricultura, dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal caberá, com exclusividade, a competência para fixar as quotas de farelo de trigo, soja e arroz que devam ser atribuídas a cada produtor rural dentro da área de suas respectivas circunscrições.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Os farelos de trigo, de soja e de arroz são, como se sabe, valiosos insumos da pecuária, da suinocultura, da avicultura, na preparação de alimentos para todos os animais, tornando-se, portanto, produtos indispensáveis na elaboração de rações.

Os critérios de sua distribuição pelos criadores e que, contudo, nem sempre são os mais justos; havendo casos, em muitas unidades da Federação, em que ao grande produtor fica propiciado adquirir grandes quantidades a preços altamente compensatórios, enquanto que os pequenos acabam ficando sem o valioso insumo.

Cuida o nosso projeto, pois, de atribuir tal distribuição ao órgão público que geralmente está mais próximo dos criadores e conhece-lhes as necessidades, isto é, a Secretaria estadual (assim como a territorial e a do Distrito Federal) de Agricultura.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1984. — Nelson Carneiro.

*(As Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Octávio Cardoso.

**O SR. OCTÁVIO CARDOSO** (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo, inicialmente, registrar o grande pesar da bancada do PDS, pela ocorrência do acidente na plataforma de Enchova I, da PETROBRÁS, onde morreram inúmeros operários e outros se encontram feridos, em consequência quer do incêndio, quer da operação de salvamento pelo mar. São fatos muito dolorosos, justamente no momento em que vivemos a euforia de atingirmos 500 mil barris diários de produção de petróleo, diminuindo a nossa dependência dos fornecedores externos, graças ao esforço do técnico nacional, do operário nacional, do Governo que se devota com afinco a esse mister. Agora, ocorrem esses fatos verdadeiramente trágicos a enlutar a família brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A SEPLAN — Secretaria de Planejamento da Presidência da República — acaba de dar divulgação ao texto integral da conferência pronunciada pelo Ministro Delfim Netto na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

Trata-se de um documento conciso, bem estruturado, uma verdadeira prestação de contas que faz à opinião pública brasileira o principal gestor da política econômica do Governo João Figueiredo. Através de sua leitura, os cidadãos brasileiros podem tomar conhecimento dos fatos decisivos que informaram as mudanças estruturais que a economia brasileira se viu compelida a realizar nesse quinquênio em que a ordem econômica mundial esteve mergulhada na pior crise que se conhece na era moderna.

Não somente relaciona as medidas adotadas para enfrentar a crise, como oferece uma visão completa das razões que as determinaram. O documento mostra, claramente, que o Brasil, em 1979, encontrava-se diante de um dramático desafio à sua própria sobrevivência como Nação livre e soberana. Desafio representado pelo espectro da asfixia de suas contas externas; desafio representado pela tarefa gigantesca de reformular, totalmente, sua matriz energética, sem o que jamais poderíamos trilhar o caminho da independência econômica; desafio consubstanciado na ingente necessidade de dominar e conter o gigantismo da expansão estatal na economia brasileira; e, finalmente, o desafio de, em apenas cinco anos, reorientar todo o sistema produtivo nacional, na direção do restabelecimento de um novo equilíbrio, interna e externamente.

De maneira definitiva e insofismável, mostra o Ministro Delfim Netto como esses objetivos foram alcançados em apenas cinco anos. Não se trata de um discurso em que se relacionam as realizações do Governo. Trata-se de algo mais, algo muito sério que deveria constituir-se em leitura obrigatória de nossos companheiros da Oposição, que a partir dessa leitura poderiam se poupar a repetição de tantos enganos sobre a real transformação que viveu o País nestes últimos cinco anos. Os números que o Ministro Delfim Netto apresenta nesse impressionante documento desafiam qualquer contestação: em apenas cinco anos passamos de gulosos importadores de petróleo, para uma produção de 500 mil barris/dia, o que significa que produzimos mais petróleo internamente do que a quantidade que ainda somos obrigados a importar; a produção da energia alternativa, especialmente o álcool, sustenta uma frota de um milhão de veículos e garante o emprego de cinco milhões de operários metalúrgicos; o

déficit público, principal motor da inflação, que chegou a ser equivalente a 12% do produto nacional, foi praticamente eliminado. As exportações e os saldos comerciais quebram todos os recordes e nos permitem, hoje, comparecer de frente erguida perante os credores de nossa dívida externa e com eles manter um diálogo soberano.

Mas não sou apenas eu, Senador do PDS, quem o diz. Os órgãos mais importantes da imprensa brasileira — independentemente da postura que adotam, seja de apoio, seja de discordância em relação ao Governo do Presidente Figueiredo — foram pródigos em seus editoriais e comentários sobre a transcendência e o significado histórico desta conferência do Ministro do Planejamento.

Assim é que jornais do porte de *o Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Gazeta Mercantil*, *da Folha de S. Paulo*, *da Zero Hora*, do Rio Grande do Sul ou do *Jornal do Brasil* e *O Dia*, do Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre, tão diferenciados em termos de opinião e quanto ao julgamento, normalmente severos, que fazem em relação ao Governo do Presidente Figueiredo, foram unânimes em ressaltar esses resultados a que acabei de me referir e que sugiro venham a ser devidamente registrados em nossos anais.

Que fenômeno terá chamado a atenção desses nossos austeros porta-vozes da opinião pública, tão avaros em elogios quanto pródigos em críticas à política econômica do Governo?

Que milagre terá ocorrido, já não digo em economia, porque falar hoje em milagre econômico parece a suprema heresia, que milagre terá ocorrido na mente dos editorialistas de tão importantes órgãos da imprensa, para que tenham colocado no papel, no espaço nobre de seus jornais, fatos tão importantes que justificassem nossa intervenção neste plenário?

A justificativa, Sr. Presidente, não tem nada a ver com milagres, a não ser que consideremos como milagre o resultado de um trabalho persistente e honesto, realizado durante os cinco anos deste Governo, um Governo tanto mais digno de elogiar, porquanto injustiçado exatamente quando realiza a mais extraordinária transformação da economia brasileira, numa quadra ingrata de um desastre econômico que atingiu, indistintamente, a todas as economias mundiais.

A justificativa, Sr. Presidente, é muito simples, embora nem sempre evidente: o que todos os editorialistas desses importantes órgãos da imprensa reconheceram é que mudou, de forma visceral, a equação da dependência externa em que vivia o povo brasileiro, num setor vital para a sua sobrevivência: o setor da energia.

Deixemos falar, antes, o texto desses editoriais, que eu gostaria de ver transcritos nos anais, juntamente com o texto desta extraordinária conferência do Ministro Delfim Netto. Por exemplo, o editorial recente da *Gazeta Mercantil*:

“Concordamos com o Ministro em que o grande êxito, quase diríamos o único, da política econômica adotada no governo Figueiredo, foi a mudança na matriz energética do País. O Brasil — que em 1979 importava 80% do petróleo que consumia — hoje importa apenas 40%, o que representa, efetivamente, uma conquista histórica, tanto do ponto de vista estritamente econômico, quanto da própria segurança nacional.”

E termina a citação.

Ou como muito bem expressa o editorial de *Zero Hora*, de Porto Alegre:

“A melhor herança que o Governo do Presidente Figueiredo deixará para seu sucessor é o curso seguro que conseguiu dar para que o País ultrapassasse bem a tempestade econômica-

financeira internacional. O Brasil conseguiu chegar a seu objetivo sem sacrificar, por exemplo, os reajustes semestrais de seus trabalhadores, uma grande conquistas social à qual não tiveram acesso os trabalhadores, de outros países, como os mexicanos, por exemplo.”

Termina a citação *O Globo*, por sua vez, assinala:

“A administração econômica do Governo Figueiredo tem apresentado à opinião pública, ultimamente, indicações de alívio da crise, em que sobressaem os números da recuperação industrial, o desempenho nas exportações, na balança de comércio, enquanto se vai conseguindo, pelo menos, sustar a escalada inflacionária.”

Termina a citação.

E a *Folha de S. Paulo*, que com tanta persistência exerce o papel de transmitir a opinião oposicionista, registra, a propósito da conferência do Ministro Delfim Netto:

“O titular do Planejamento realçou os resultados obtidos nos últimos cinco anos e enfatizou haverem sido alcançadas metas para o reajustamento da economia brasileira às novas condições internacionais iniciadas em 1973 com a crise do petróleo, como equacionamento das contas externas, a redução da dependência energética, o combate ao gigantismo do setor público e o redirecionamento das atividades produtivas dos setores industrial e agrícola.” Esses êxitos são inquestionáveis, conclui a *Folha de S. Paulo*, em seu editorial titulado “A Autoconfiança de Delfim”.

E, para terminar, antes de passar aos anais o texto integral da conferência histórica do Ministro Delfim Netto e dos editoriais que a comentaram, cito trecho do editorial do *O Estado de S. Paulo*, o combativo e independente diário:

“A redução da dependência nacional no tocante ao fornecimento energético deve ser, sem dúvida, creditada ao Ativo do Governo. Conseguiu, este, aumentar a produção nacional do petróleo, graças a uma política de investimentos mais racional, que esta *Folha* preconizava há anos; além disso, deu um empurrão decisivo no Proálcool e conseguiu executar um bom programa de economia de energia, tão eficaz que o País está gastando 14% de energia a menos por unidade de Produto, do que há quatro anos. O panorama traçado pelo Ministro Delfim Netto não é falso, mas é, certamente, muito incompleto.”

Não devemos deixar que essas afirmações, Sr. Presidente, às quais devemos dar tanto maior peso porque provêm de órgãos de opinião independentes em relação aos objetivos do Governo, passem sem o definitivo registro nesta Casa, juntamente com o texto integral da conferência do Ministro Delfim Netto. Por esta razão faço entrega à Mesa, juntamente com o texto da conferência, da reprodução dos textos editoriais a que me referi.

Muito obrigado a V. Exª (Muito bem! Palmas.)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OCTÁVIO CARDOSO EM SEU DISCURSO:*

#### AS DORES DA INFLAÇÃO

A inflação brasileira de 220 por cento poderá baixar aos poucos nos próximos meses, mas ainda que dentro de certo horizonte visível decline para 150 ou 100 por cento ao ano nem por isso deixará de continuar sendo uma inflação indecente, segundo a qualificação agora cunhada pelo Ministro Delfim Netto.

A indecência inflacionária não constitui evidentemente uma realidade isolada e autônoma, solta no espaço. O Ministro do Planejamento fez também na palestra da Escola Superior de Guerra uma tática acusação de indecência aos choques do petróleo e dos juros internacionais, bem como a outras causas exógenas que interferiram de forma decisiva no processo interno de explosão dos preços.

A verdade, entretanto, é que somente o esforço dos próprios brasileiros conseguirá algum dia tirar o País do poço inflacionário. A simples interpretação de um terremoto ou de uma grande enchente não altera o cenário dos destroços e das vítimas da calamidade, em tampouco consola saber-se que se trata de fenômenos incontroláveis, sem nenhuma contribuição dolosa ou culposa daqueles que sofram na carne os seus terríveis efeitos.

A partir de certos limites suportáveis, a inflação passa a subverter os valores fundamentais da sociedade, sejam os da relação produtiva sejam os da relação ética. No Brasil, uma inflação de 220 por cento responde basicamente pelo *happening* social e moral a que assistimos todos os dias: os escândalos financeiros, a perda de respeito à autoridade pública, os movimentos grevistas que se voltam contra serviços essenciais do Estado e contra o interesse da coletividade, a paralisação de cursos universitários pelos próprios professores do sistema oficial, a dramática insegurança das cidades e dos cidadãos etc.

As políticas e os conceitos são tragados pelo mesmo sorvedouro, dando lugar então a um interminável festival de contradições. Veja-se por exemplo o que ocorre com a política salarial, já tantas vezes alterada no atual Governo. No espaço de poucos meses, setores que pregavam tratamentos salariais restritivos em nome do combate à inflação surgem hoje clamando por um relaxamento imediato dos controles estabelecidos, em nome do combate à recessão. A salvação do programa habitacional, envolvendo o destino da indústria da construção civil e do mercado imobiliário, é posta neste momento nas mãos de um regime de salários mais flexível. E antes mesmo que se promova a reformulação da legislação salarial, reajustes além dos critérios instituídos vão se tornando comuns em vários segmentos da livre iniciativa e da empresa estatal.

As principais tensões inflacionárias — assegura o Ministro Delfim Netto — estão praticamente absorvidas, cabendo agora prosseguir na direção restritiva da política monetária, de modo a reduzir a taxa de aumento do nível de preços. Acontece apenas que ao claudicar no controle da base monetária, como foi o caso, o Governo enfrenta os riscos de uma regressão generalizada do programa parcialmente bem-sucedido.

Há que reconhecer as extraordinárias complexidades do desafio, quando é preciso a um só tempo guerrear a inflação, administrar o problema monumental da dívida externa e criar as condições de reativação da economia brasileira, tudo isso dentro das nossas obrigações e responsabilidades junto ao FMI.

O ex-Ministro Octávio Bulhões volta a propor o tratamento de choque como único remédio eficaz para a inflação indecente. Convenhamos, porém, que faltam por enquanto circunstâncias apropriadas a essa mudança radical de rota e que somente no próximo Governo a proposta poderá encontrar respaldo político e prazo compatível para o seu exame. O esforço concentrado das autoridades econômicas na correção de rumos da estratégia em curso afigura-se, a curto prazo, a opção mais próxima dos melhores parâmetros de sensatez e do interesse do País.

O Globo, 16-6-84

#### DA INFLAÇÃO VERGONHOSA ÀS REFORMAS

Em seu contato anual com a Escola Superior de Guerra, o ministro Antônio Delfim Netto costuma apresentar um quadro amplo da situação econômica do País e de suas perspectivas. Anteontem, sabendo que ia pronunciar ali sua última palestra como ministro do atual governo, o chefe da SEPLAN tratou de mostrar o que realizou, no campo da economia, o governo do presidente Figueiredo. O ministro procurou salientar, acima de tudo, que, tendo arcado com a dura e incomfortável tarefa de executar a política de ajustamento da economia nacional, podia agora afirmar que a fase mais dolorosa havia passado. Não deixou, porém, de fazer uma advertência: não se pode interromper a caminhada que está conduzindo ao restabelecimento da normalidade e deverá imprimir à economia um crescimento satisfatório.

O ministro aludiu a quatro problemas que o governo teve de enfrentar: o saneamento das contas externas, a dramática subordinação energética ao Exterior, o gigantismo do setor público e a mudança de rumo das atividades dos setores industrial e agrícola. Cuidou de demonstrar que todos estes problemas foram abordados de tal modo que se conseguiu efetuar profunda reforma da estrutura da economia brasileira, reforma essa não suficientemente assinalada até agora.

O acerto das contas cambiais, na opinião do ministro, só poderia ser feito aumentando-se o superávit da balança comercial, isto é, intensificando-se as exportações e reduzindo-se as importações. O primeiro objetivo só podia ser colimado por via da desvalorização do cruzeiro, que provocou pesado impacto inflacionário, cujos efeitos ainda não foram totalmente assimilados. Mas, apesar dessa "inflação vergonhosa", foi possível intensificar, de modo extraordinário, as vendas ao Exterior. Talvez, porém — e um recente estudo da FIESP dava razão ao ministro —, o efeito paralelo da redução das importações tenha sido despertar um novo movimento de substituição dos produtos importados. Esse resultado foi benéfico para a economia nacional.

A redução da dependência nacional no tocante ao fornecimento energético deve ser, sem dúvida, creditado no ativo do governo. Conseguiu este aumentar a produção nacional de petróleo graças a uma política de investimentos mais racional, que esta folha preconizava havia anos; além disso, deu um empurrão decisivo no Proálcool e conseguiu executar um bom programa de economia de energia, tão eficaz que o País está gastando 14% de energia menos, por unidade de produto, do que há quatro anos.

O ministro Antônio Delfim Netto nota que o governo Figueiredo encontrou a economia nacional totalmente socializada e com enorme déficit do setor público. As empresas estatais, que eram 521, hoje são apenas 374, isto é, seu número se reduziu de mais de 28%. Quanto ao déficit público, o ministro reconhece que, não obstante o que se fez para reduzi-lo, ainda resta muito a fazer. A propósito, lamentou a herança recebida, na qual se inclui, por exemplo, a Açominas. O atual governo procurou também promover a equidade tributária, a participação do Imposto de Renda na arrecadação federal. Essa participação cresceu de 29% para 55% entre 1973 a 1984, e o Imposto de Renda incide hoje na proporção de 79% sobre o capital e apenas na de 21% sobre o trabalho.

Finalmente, o ministro discorreu sobre as profundas reformas introduzidas na produção agrícola e industrial. A primeira apresentou crescimento significativo e a segunda mostra que a exportação tornou mais ameno o processo de ajustamento. Apesar de reconhecer que "o ajuste deixou o resíduo da inflação", o ministro revela-se, mais uma vez, confiante na recuperação econômica do País.

O panorama traçado pelo ministro Antônio Delfim Netto não é falso, mas é, certamente, muito incompleto. Embora todos compreendam que o reajuste exige sacrifícios dolorosos, podemos perguntar se, agindo-se com mais seriedade e firmeza contra os escândalos financeiros, pelos quais a Nação paga, sem que sejam punidos os culpados, não teria sido impossível amenizar os sacrifícios impostos à população.

A redução do déficit público é um fato — embora muito recente —, mas a verdade é que foi efetuada mais por meio de cortes (nem sempre criteriosos) nos investimentos e de majoração dos impostos do que pela redução das despesas de custeio desse setor público, que construiu inexpugnáveis fortalezas de privilégios.

Podemos perguntar se o ministro não está encarando como uma fatalidade essa "inflação vergonhosa" que a cada dia se fortalece. Sabemos que é muito difícil combater a inflação e, ao mesmo tempo, ampliar as reservas cambiais. Mas a verdade é que o governo se mostrou, durante muito tempo, negligente quanto ao controle monetário, e nem agora têm a coragem de fazer algumas intervenções cirúrgicas para extirpar o câncer.

Na realidade, o governo agiu — acertando de quando em quando — à margem da Nação. A falta de credibilidade impediu-o de executar as reformas necessárias, que devem fundar-se num certo consenso. Seria necessário que o governo o reconhecesse. Mas o presidente, ao escolher como porta-voz o deputado Paulo Maluf, deixa claro que não é para amanhã que podemos esperar as reformas necessárias. Por isso, a inflação talvez seguirá sendo vergonhosa por muito tempo. Será que a Nação suportará esse resíduo da incapacidade política?

O Estado de S. Paulo, 15-6-84

#### A AUTOCONFIANÇA DE DELFIM

Como de hábito, o Ministro Delfim Netto proferiu competente palestra sobre a economia brasileira. Discursando a estagiários na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, o titular da Secretaria do Planejamento realçou os resultados obtidos nos últimos 5 anos e enfatizou haverem sido alcançadas quatro importantes metas para o reajustamento da economia brasileira às novas condições internacionais iniciadas em 1973, com a crise do petróleo.

Êxitos teriam sido obtidos no equacionamento das contas externas, na redução da dependência energética, no combate ao gigantismo do setor público e no redirecionamento das atividades produtivas dos setores industrial e agrícola. Assim de acordo com o Ministro, "tão logo tenhamos condições de recuperação, como estamos voltando a ter, tornaremos a crescer".

Esses êxitos são inquestionáveis. Permanece, no entanto, a certeza de que os custos sociais dos processos de reajuste utilizados foram demasiadamente altos. Mais ainda, não existe inevitável relação de causa e efeito entre a estratégia recessiva adotada e os fatores positivos obtidos. Alguns exitosos resultados em nada dependeram da brutal recessão imposta ao País, como por exemplo a redução da dependência energética e o significativo aumento das exportações brasileiras.

A crítica poderia ainda ser estendida à maneira desigual como os custos do reajuste foram distribuídos entre os vários segmentos econômicos da sociedade brasileira. Não se trata, portanto, de contestar resultados, mas sim de questionar as formas de obtê-los.

Dizia ainda o Ministro Delfim Netto que os êxitos conseguidos deixaram como herança um "indecente" resíduo inflacionário de 220% ao ano. Afirmou sua intenção de reduzi-lo para o patamar de 150%, sendo necessário para isso "prosseguir na direção de restringir a política monetária de forma a poder baixar a taxa de aumento do nível de preços". Parece, portanto, disposto a persistir nos mesmos rumos que antes, na tentativa de

superar o que considera o último obstáculo ante a plena retomada do crescimento econômico.

Mais uma vez, é questionável a validade da política econômica a ser perseguida. Não obstante a evidência de que, no passado, o arrocho monetário não tenha sido eficiente na redução do ímpeto inflacionário, não restam dúvidas de que, se esta terapia for utilizada com suficiente persistência, a inflação terminará por ceder. Porém a custos inaceitáveis.

Como sempre, em análises retrospectivas o Ministro Delfim Netto transmite sua autoconfiança, mas deixa sempre muita apreensão quanto ao futuro. Apreensão refletida em suas próprias palavras: "O próximo governo continuará a luta".

Folha de S. Paulo, 15-6-84

### O AJUSTAMENTO, POR FAZER, DA POLÍTICA ECONÔMICA

A palestra que o Ministro do Planejamento, Delfim Netto, pronunciou, na última quarta-feira, na Escola Superior de Guerra (ESG) destaca-se como um de seus pronunciamentos mais francos. Embora longe de fazer uma autocrítica, o Ministro, que sempre se caracterizou pelo menosprezo a pontos de vista contrários aos seus, admitiu, explícita e implicitamente, falhas na política econômica do atual governo.

Em mais uma de suas frases memoráveis, descreveu bem as frustrações do governo ao colocar como uma de suas metas, "sair de um patamar realmente indecente de 220% de inflação para um nível não menos indecente de 150% ao ano". Ele reconheceu, também, que os esforços de contenção dos gastos públicos produziram resultados aquém dos esperados, e isso — dizemos nós — não apenas por causa do nível de investimentos públicos que o governo se viu forçado a manter para não paralisar grandes projetos iniciados em administrações anteriores. Estão aí, à vista de todos, os grandes escândalos financeiros, que drenaram bilhões do Tesouro Nacional e que comprometem a imagem de austeridade na administração das finanças públicas que as autoridades gostariam de transmitir.

Concordamos com o Ministro em que o grande êxito, quase diríamos o único, da política econômica adotada no Governo Figueiredo foi a mudança na matriz energética do País. O Brasil, que em 1979 importava 80% do petróleo que consumia, hoje importa apenas 40% — o que representa efetivamente, uma conquista histórica, tanto sob o ponto de vista estritamente econômico, quanto da própria segurança nacional.

Delfim Netto mencionou também a contribuição do Proálcool, permitindo a substituição de petróleo importado e possibilitando a manutenção de um nível razoável de produção pela indústria automobilística. Mas deve-se recordar que o Ministro do Planejamento — que tem igualmente, entre suas características, uma ojeriza indisfarçável a qualquer projeto não iniciado sob a sua batuta — sempre criticou acerbamente o Proálcool, acusando-o de ineficiente e inflacionário.

De qualquer forma, como membro do governo, o Ministro pode contabilizar essa vitória como também sua. Só não podemos aceitar a sua afirmação de que a agricultura brasileira, despojada de subsídios daninhos pelo atual governo, foi estimulada a responder às necessidades internas de abastecimento. Sim, em 1979 havia filas para o feijão, o arroz e o leite. Se elas acabaram hoje, não foi porque o País aumentou substancialmente a produção. Os níveis de consumo de alimentos pela população brasileira decresceram muito nos últimos anos, como todos sabem, e mesmo as classes de renda média têm sido submetidas a uma dieta forçada pelos altos preços dos gêneros. As condições de abastecimento são altamente instáveis, não existindo estoques reguladores, que, em boa parte, foram

exportados. O próprio Ministro admitiu que neste ano, não fosssem as safras do Nordeste, as filãs poderiam voltar.

Também nos parece insensatez chamar de "megalomaniacos" os governadores que querem cobrar ICM sobre produtos exportados. Nenhum país exporta imposto, é verdade, mas nenhum Estado federativo adota um sistema de distribuição das receitas tributárias tão iníquo quanto o Brasil. Por que a União não reembolsa os Estados pelo ICM que cobrariam sobre produtos exportados, como os governadores não se têm cansado de reivindicar? Por falar nisso, onde está a reforma tributária que o atual governo se comprometeu a promover para o fortalecimento da Federação?

Na realidade, a atual administração federal foi a mais centralizadora sob o aspecto econômico que o País conheceu. Não achamos, em absoluto, que o Brasil tenha mudado, "exatamente onde devia mudar". Se há hoje uma convicção generalizada em todos os estratos da população, esta é de que, mais do que nunca, a política econômica, em si, precisa mudar.

Gazeta Mercantil, 15-6-84

### ECONOMIA SE RECUPERA E AJUDA NOVO PRESIDENTE

Ana Amélia Lemos

A recuperação da economia brasileira, reconhecida com mais clareza nos círculos políticos e financeiros internacionais do que propriamente pelo "público interno", assegura condições mais favoráveis de administração para o Presidente da República que vai assumir no dia 15 de março de 1985, portanto daqui a exatamente nove meses. Na verdade, essa será a melhor herança que o presidente João Figueiredo deixará para seu sucessor e foi obtida graças ao talento e à obstinação do ministro Delfim Netto que, no meio de turbulência, conseguiu dar curso seguro para que o País conseguisse ultrapassar bem a tempestade da crise econômico-financeira internacional. Os números dessa recuperação foram recebidos com entusiasmo pela Escola Superior de Guerra, que em primeira mão tomou conhecimento do resultado obtido na administração da crise econômica nacional.

O primeiro país latino-americano, ou do Terceiro Mundo, como preferem os ideólogos dessa linha diplomática, a obter resultados favoráveis de recuperação econômica foi o México. Mas como as receitas não podem ser aplicadas para todos os doentes na mesma dosagem, foi necessário encontrar, para um país em processo de abertura política como o Brasil, uma poção especial. Assim, a custo de uma política salarial mais favorável do que a que foi imposta aos trabalhadores mexicanos, o Brasil conseguiu chegar ao seu objetivo sem sacrificar, por exemplo, os reajustes semestrais, que foram uma grande conquista social obtida pelo Governo junto ao Fundo Monetário Internacional, que tinha outra idéia a respeito dessa situação. Mesmo que tenha demorado alguns meses para voltar à sua renegociação da dívida, o Brasil, que é o maior devedor, chega à mesa das negociações de cabeça erguida e demonstrando a competência da formulação da política econômica e do entendimento político, em termos mais amplos.

Medidas em vigor

Um fato ilustra bem o reconhecimento das causas que levaram o Brasil a recuperar-se da crise econômica, no tempo programado. Na visita feita pelo presidente João Figueiredo à Espanha, e como sempre ocorre em situações análogas, o ministro Delfim Netto faz reuniões com seu colega do país visitado. No caso da Espanha, ao terminar uma das reuniões, um repórter perguntou ao embaixador José Botafogo Gonçalves o que o ministro desse país havia dado de informação.

O assessor internacional da SEPLAN relatou, então, que as medidas de recuperação econômica em vigor eram: "Estímulo às exportações, controle dos déficits públicos, controle da base monetária e aumento da produção interna de energia". O repórter reagiu: "Mas eu não quero a opinião do Delfim Netto. Eu quero saber o que a Espanha está fazendo para se recuperar da crise". "Essa não é a palavra do Delfim", reagiu Botafogo, "é a palavra do ministro do Planejamento do Governo de Felipe Gonzales".

Zero Hora, 17-6-86

### A INDECÊNCIA DA INFLAÇÃO

O ministro Delfim Netto, falando perante a Escola Superior de Guerra, admitiu que até o final do ano os níveis inflacionários baixarão dos atuais 235,5% para 150%. Para estigmatizar essa perspectiva, o titular da SEPLAN acentuou: "queremos apenas reduzir uma inflação indecente de 220% para uns menos indecentes 150% ao ano. Depois o próximo governo continuará a luta".

Para um catedrático em economia, com experiência em graus máximos da vida pública para dirigir, disciplinar e conter a escalada da inflação, a expressão vem como uma luva para dizer de sua discordância, de sua condenação, de seu repúdio à perversa e insidiosa curva ascensional dos custos de vida.

Indecente porque conspurca, avilta, corrói, humilha, envergonha, encabula, adoece, hostiliza e embrutece. Os salários, o poder aquisitivo das classes menos favorecidas, a qualidade da vida, os investimentos, o endividamento, o orgulho nacional — enfim todos os grandes valores de um povo nivelam-se por baixo, numa promiscua concessão à pobreza.

Nada resiste às vagas sucessivas de sua danação, disseminando-se por todos os estratos sociais numa lenta e persistente ocupação de todo o espaço humano, quer nas ações individuais, quer nas formações coletivas. Perturba e sufoca o caráter ambivalente das relações de emprego, infernizando e apodrecendo o processo solidário entre o capital e o trabalho, numa dissolução que nunca pode ser devidamente avaliada. Indecente porque empobrece o indivíduo e a sociedade. Indecente porque faz cair o Produto Interno Bruto pondo em desvalia o esforço coletivo de garantir o presente e construir o futuro.

Indecente. Escancarada e obcenamente indecente.

Grau 10 ao ministro Delfim Netto que tão bem a adjetivou.

Correio Braziliense, 15-6-84

### A RETOMADA

Gilberto Amaral

Os bons flúidos estavam bem entrosados na manhã de quarta-feira e Deus permita que seus frutos amadureçam logo. Na Escola Superior de Guerra, o Ministro Delfim, numa manhã carioca enfarruscada, via luz no fim do túnel da economia brasileira e sentenciava ser "impossível continuar vivendo com a inflação, pois ela é indecente". Negou o pedido de moratória, afirmou estar o Brasil crescendo, enfim, deu uma nova injeção de ânimo, num pronunciamento que parecia de um ministro que entrava. A mesma hora, na Câmara dos Deputados, a operosa Comissão de Finanças debatia com parlamentares e empresários um tema que se ajustava perfeitamente à linguagem delfimiana, a retomada do desenvolvimento. Convocados pelo Codimec, eles estudaram, com os pés no chão, os novos parâmetros que irão marcar, através do mercado de capitais, a almejada retomada do desenvolvimento. O Deputado Genivaldo Correia, Presidente da CF, já mandou para a

gráfica as notas taquigráficas de todos os pronunciamentos e debates.

Correio Braziliense, 16-6-84.

Presidência da República  
Secretaria de Planejamento

**MUDANÇAS  
ESTRUTURAIS  
DA ECONOMIA  
NO GOVERNO  
FIGUEIREDO**

Palestra do  
Ministro A. Delfim Netto  
na

Escola Superior de Guerra,  
no Rio de Janeiro,  
em 13 de junho de 1984

Brasília, junho de 1984

**SUMÁRIO**

**I. O objetivo permanente da política econômica:  
Desenvolvimento com Justiça Social Crescente**

- A. Condições Necessárias
  1. Equilíbrio externo
  2. Equilíbrio interno
- B. O que Pertubou o Equilíbrio
  1. O aumento do preço do petróleo
  2. O aumento da taxa de juros internacional
- C. A Concentração de Esforços para Superar a Crise
  1. No setor externo
  2. Na matriz energética
  3. No enquadramento do setor público
  4. No processo produtivo
  5. No combate à inflação
- II. O Processo de Ajustamento
  - A. No setor Externo
    1. Exportações
      - a. Taxa Cambial (preço)
      - b. Desenvolvimento mundial
    2. Importações
      - a. Taxa cambial (preços)
      - b. Substituição de importações
      - c. Redução da importação de petróleo
      3. Saldo da balança comercial
      4. Saldo do balanço em contas-correntes
      5. Comparação com outros países
    - B. No Setor Interno
      1. A Matriz Energética
        - a. A grande transformação estrutural
        - b. Economia de energia (preço)
      2. O Enquadramento do Setor Público
        - a. O grande programa de substituição de importações
          - 1) Redução do produto e aumento do setor público (a alta da taxa de juros)
          - 2) Ordenação dos programas e suas dificuldades
          - 3) O esforço do ajustamento
          - 4) O programa de desestatização
          - b. Modificação da estrutura tributária
        2. Processos Produtivo
          - a. Agricultura
            - 1) Eliminação do subsídio
            - 2) Eliminação do controle de preços
            - 3) Ligação com o mercado externo
            - 4) Os resultados sobre as quantidades
            - 5) A frustração de 1983 (preços)
          - b. Indústria
            - 1) Setor mais atingido pelo ajustamento
            - 2) Corte nas importações
            - 3) Redução da demanda do setor público

4) Alta nas taxas de juros em decorrência dos projetos governamentais

- Corte de investimento privado  
Corte do consumo privado
- c. O resultado sobre o PIB
  - d. O desenvolvimento estimulado pelo setor exportador
- C. O Desafio da inflação
1. O processo de ajustamento provoca pressões inflacionárias
    - a. O aumento da taxa cambial
    - b. O controle das importações
    - c. As organizações oligopolistas
    - d. A abertura das exportações e a internalização dos preços internacionais
    - e. A alta nas taxas de juros para financiar projetos governamentais
    - f. Eliminação do subsídio agrícola
    - g. Frustração da safra de grãos de 1983
    - h. A inflação nos outros países
  2. O momento atual
    - a. Safra melhor do que a média
    - b. Taxa de juros estabilizada (nível x crescimento)
    - c. Política salarial não-inflacionária
    - d. Saldos comerciais que permitem importação
    - e. Eliminação do déficit público
    - f. Política monetária sob controle
- III Afrouxamento do Constrangimento Externo
- A. O Brasil no Cenário Mundial
    1. Nossas dificuldades são iguais às dos outros países em desenvolvimento
  - B. Um Cenário de Desenvolvimento Factive!
    1. As projeções do Banco Mundial

**APRESENTAÇÃO**

Em conferência na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, dia 13 de junho, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antonio Delfim Netto, relatou os esforços realizados no Governo do Presidente Figueiredo para superar a fase mais crítica da recessão mundial e para libertar a Nação da dramática dependência externa de energia.

Disse o Ministro:

"A estrutura da produção nacional se alterou de maneira significativa nos últimos cinco anos. Para enfrentar a crise, o Brasil mudou exatamente onde devia mudar: mudou a matriz energética; conteve a expansão do setor público; e redirecionou os rumos da produção agrícola e da produção industrial.

O aspecto mais dramático da crise residia na dependência do fornecimento externo de energia. Oitenta por cento de toda a energia que consumimos, especialmente petróleo, provinham do exterior. Foi esta dependência que ocasionou o desequilíbrio das contas externas, bloqueando o desenvolvimento brasileiro.

Para retornar às condições de crescimento econômico era preciso, primeiro, resolver o problema do desequilíbrio externo. E, em seguida, promover as mudanças estruturais no setor público, na produção industrial e na agricultura.

Estas mudanças estruturais constituíram o cerne do esforço desenvolvido pela economia brasileira nestes cinco anos. O objetivo foi perseguido com enorme pertinência e cobrou um preço caro de toda a Sociedade brasileira. Cinco anos depois, no entanto, pode-se afirmar que:

1. O Brasil mudou a sua matriz energética. Já produzimos mais petróleo do que importamos. Reduziu-se à metade a dependência na importação de energia.
2. A Nação deu um passo importante na direção do ajustamento de suas contas externas. A indústria e a agricultura redirecionaram sua produção no sentido do

aumento das exportações. O Produto recomeça a crescer.

3. A expansão do setor público foi controlada, contribuindo para um melhor equilíbrio interno e externo."

A seguir, a íntegra da conferência do Ministro Delfim Netto na Escola Superior de Guerra:

O objetivo permanente de toda a política econômica é o desenvolvimento econômico acelerado, com o aumento da justiça social.

Este é o objetivo, é a substância mesma de toda a política. É por isso que não se fala freqüentemente nele. O Governo é criticado porque os seus opositores imaginam que, não falando freqüentemente nele, o Governo esqueceu que seja o seu objetivo.

É a minha esperança poder mostrar que, ao contrário, este é o objetivo central que nos orienta e que dirige a política econômica neste País.

Seria ocioso voltar a conversar sobre as origens das dificuldades que ocorreram nesses últimos anos.

Uma coisa é certa, porém: a condição necessária, ainda que não seja suficiente, para que possamos ter um desenvolvimento acelerado com aumento de justiça social, é obtermos o equilíbrio das contas externas e o equilíbrio das contas internas.

Esse duplo equilíbrio tinha sido conseguido no início da década de 70. Caminhávamos, então, com muita rapidez e ampliávamos de maneira significativa a nossa economia, até o momento em que levamos uma trombada, que começou com a primeira crise do petróleo, seguida do aumento da taxa de juros e da segunda crise do petróleo, com um novo aumento da taxa de juros. Essa trombada desarticulou, de maneira fundamental, o equilíbrio externo e, com ele, o equilíbrio interno. Tínhamos sido eliminadas as condições necessárias para o cumprimento do objetivo fundamental que nos orienta. Era preciso, portanto restabelecer esses equilíbrios; antes, para que pudéssemos voltar a crescer. Era preciso dedicar um tempo suficiente ao restabelecimento do equilíbrio externo e, depois, nos dedicarmos ao restabelecimento do equilíbrio interno.

**QUATRO DESAFIOS SIMULTÂNEOS**

Para vencer os desafios da crise, ficou patente que o Brasil tinha de enfrentar, simultaneamente, quatro problemas:

— Em primeiro lugar, era preciso restabelecer, com a maior rapidez possível, o equilíbrio externo. Era preciso reorganizar as contas externas.

— Em segundo lugar, era preciso alterar de maneira dramática a matriz energética deste País. A crise mostrou que nós dependíamos de tal forma da importação de energia que não poderíamos ser, realmente, uma Nação com desenvolvimento tranqüilo sem uma modificação fundamental na matriz energética.

— Terceiro, era necessário recolocar nos trilhos o setor público que, na tentativa de corrigir o desequilíbrio externo, tinha sido ampliado de maneira espantosa e chegou a produzir déficits imensos.

— Finalmente, era preciso reorientar o sistema produtivo nacional na direção do restabelecimento do equilíbrio externo.

Estes quatro desafios, todos eles, tinham de ser resolvidos simultaneamente, sem esquecer que os caminhos da solução passavam pelo aumento das tensões no âmbito interno, tensões essas que se manifestam como inflação.

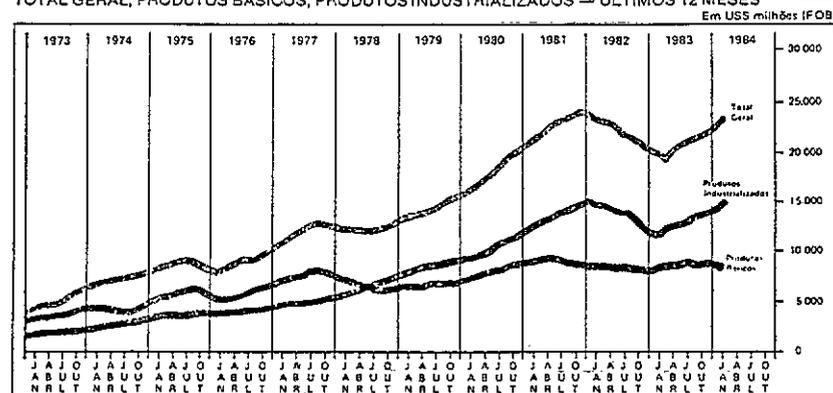
**O DESAFIO EXTERNO**

Como, de que forma, pudemos enfrentar o problema do setor externo?

**EXPORTAÇÕES**

TOTAL GERAL, PRODUTOS BÁSICOS, PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — ÚLTIMOS 12 MESES

1



As curvas das exportações no gráfico 1 revelam uma mudança de tendência importante a partir de 1979 até 1981 e, depois, a partir de 1983. Essas duas mudanças de tendência coincidem com as duas desvalorizações cambiais que tivemos de fazer para devolver à economia brasileira o seu poder de competição no exterior. A desvalorização cambial aumenta o nosso poder de competição mas, simultaneamente, pressiona os preços internos, pressiona os preços dos produtos que nós estamos exportando, porque transfere para o mercado interno os preços externos à taxa de câmbio corrigida. Coloca, ainda, na pauta de exportação, novos produtos que antes não eram exportados e, conseqüentemente,

produz uma tensão sobre os preços internos e, finalmente, aumenta o preço dos produtos internos. Ela trabalha como uma tesoura, nas duas direções. A máxi aumenta o preço relativo dos produtos exportados e comprime as importações, fazendo com que apareça um superávit na balança comercial. Mas, ao mesmo tempo, ela cria tensões inflacionárias importantes.

Poder-se-ia indagar se não seria possível superar a pressão inflacionária.

A resposta é que não é possível fazer uma reforma cambial sem produzir inflação. É preciso sorte para se fazer uma reforma cambial e ter uma inflação menor do

que a desvalorização cambial, de tal forma que os preços se alterem na direção correta, isto é, se alterem dando maior lucratividade à exportação e aumentando o custo das importações.

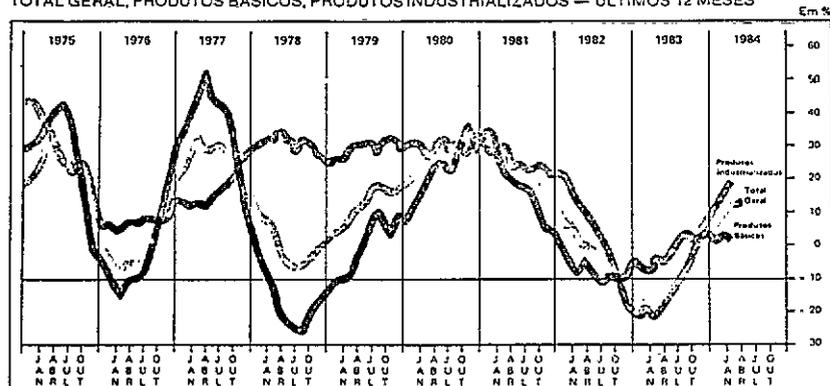
No gráfico 1, os senhores observam este fato. A taxa de câmbio é fator importante. A primeira maxidesvalorização foi feita em 1979. Vê-se, claramente, a mudança do ritmo das exportações a partir da máxi de 1979. E o efeito se repete depois, a partir de 1983, quando nós já tínhamos perdido o impulso anterior.

Mas esta inversão da tendência se deve ao segundo fato importante que desejo comentar, com a ajuda do gráfico 2, a seguir:

**EXPORTAÇÕES**

TOTAL GERAL, PRODUTOS BÁSICOS, PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — ÚLTIMOS 12 MESES

2



As exportações dependem, de um lado, da taxa de câmbio e, de outro, do que está acontecendo no mercado externo.

Analisemos as modificações ocorridas nas exportações dos produtos básicos e nos produtos industrializados. Observando o gráfico 2, vemos que os industrializados estavam relativamente constantes em 1979/80, tomando-se a média de 12 meses. A média elimina as variações aleatórias mensais.

Há um ritmo estável nos industrializados, enquanto as exportações dos produtos básicos sobem rapidamente a partir de 1979.

O efeito da primeira desvalorização foi basicamente sobre os produtos agrícolas.

No segundo período, (1981-82) há um decréscimo da taxa de crescimento das exportações, produzido pela diminuição do efeito da desvalorização de 1979 e por um

fato importante, que é o encurtamento do mercado externo, como veremos a seguir, no quadro 3:

No quadro 3, fixemos principalmente o dado de 1982, relativamente ao crescimento da indústria. Vê-se que, praticamente em todos os países, houve uma diminuição da produção industrial.

É isto que explica, realmente, por que nossas exportações de produtos industriais sofreram um declínio extraordinário em 1982.

A recuperação de nossas exportações em 1983 foi acelerada por uma desvalorização cambial. Nós aproveitamos o instante em que a economia mundial começava a se recuperar e aumentamos a capacidade de competição dos nossos produtos, de tal forma a obter o resultado que buscávamos, construindo um superávit importante na balança comercial.

**ALGUNS INDICADORES DE PAÍSES SELECIONADOS**

3

PAÍSES	Crescimento do Produto		Saldo do B.P. em C.C.		Crescimento da Indústria (Média 12 meses)		Taxa de Crescimento	
	1982	1983	1982	1983	1982	1983	1982	1983
Reino Unido	+ 1,2	+ 2,9	+ 9,5	+ 2,9	+ 1,5	+ 3,6	12,7	12,3
Estados Unidos	- 1,5	+ 3,0	+ 0,5	- 40,8	- 6,0	+ 16,1	10,8	8,2
Alemanha Ocidental	+ 5,0	+ 2,0	+ 7,0	+ 3,2	- 4,0	+ 6,8	8,5	9,9
Japão	+ 7,0	+ 3,1	+ 7,5	+ 21,0	- 0,5	+ 9,6	2,4	2,6
Francia	+ 2,2	+ 0,6	- 10,0	+ 4,3	- 4,5	+ 4,0	8,4	9,8
Italia	+ 1,5	- 1,2	- 6,0	- 1,1	- 6,0	- 2,5	11,5	12,6
Canadá	- 1,0	+ 3,0	+ 1,5	+ 1,4	- 11,0	+ 18,3	12,8	11,1
Brasil	+ 1,4	- 3,3	- 16,0	- 6,0	+ 0,3	- 6,7	4,0	5,8

OBSERVAÇÕES: 1 Referência ao mês de setembro/83. 2 Dados do final de ano (dezembro).

O que é importante, portanto, é lembrar isto:

As exportações brasileiras dependem de duas variáveis — de a taxa de câmbio ser mantida em níveis realistas, para dar à economia o nível de competição de que ela necessita — e da expansão do Mundo, isto é, da expansão no mercado dos nossos compradores.

Só a taxa de câmbio não faz o serviço.

Isto é importante para que a gente possa entender, mais adiante, onde é que está a saída para as dificuldades que estamos vivendo.

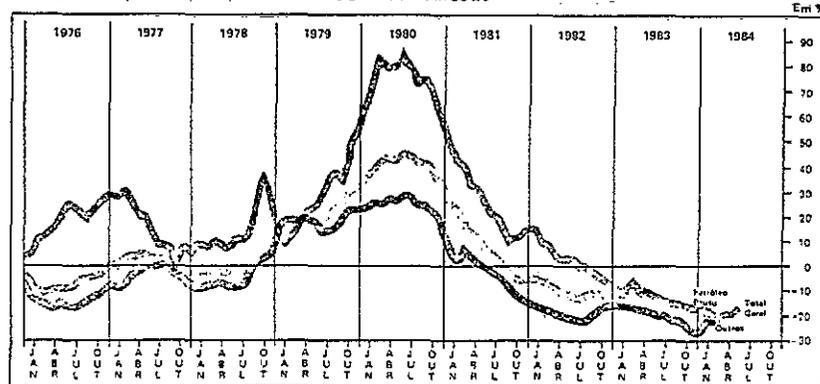
A exportação depende, portanto, do câmbio e

depende de uma relativa prosperidade do mercado mundial, que é o nosso cliente.

É fundamental observar, no gráfico 4, o que aconteceu com o outro lado da moeda, com as importações, exatamente a outra variável que nós desejávamos corrigir, via desvalorização cambial.

#### 5 IMPORTAÇÕES

TOTAL GERAL, PETRÓLEO E OUTROS — ÚLTIMOS 12 MESES



Em 1979, houve uma expansão muito grande nas importações, influenciada principalmente pelo aumento do preço do petróleo. Adicionalmente, vinha ocorrendo um crescimento muito rápido nas importações de produtos industrializados, a partir de meados de 1978. Este crescimento arrefeceu em 1979 e logo em seguida veio a mudança da tendência de crescimento, graças ao efeito do aumento do custo das importações, produzido pela desvalorização cambial de dezembro de 1979. Depois, lentamente, com a própria recessão interna, produziu-se uma diminuição das taxas de crescimento das importações; a partir do segundo semestre de 1982, as importações começam a crescer de novo e só voltaram a declinar quando se fez a segunda desvalorização cambial.

As importações, portanto, dependem de maneira muito importante da taxa de câmbio e do estado geral da nossa própria economia.

É importante atentar para essas duas variáveis, porque algumas pessoas tendem a pensar que os resultados são obtidos sem nenhuma relação de causa e efeito. Os resultados conseguidos no comércio exterior foram consequência da alteração deliberada da taxa cambial. A alteração da taxa cambial produziu novas tensões inflacionárias, mas levou ao resultado que estávamos procurando, que era o reequilíbrio externo.

Esse resultado foi auxiliado pela retenção dos pedidos de importações. Com a dificuldade de importar, aliada ao alto custo do produto importado, o industrial é

levado a procurar internamente alguém que produza uma determinada peça; ele acaba encontrando um substituto nacional. Graças a esse mecanismo e a um entendimento com as Federações de Indústrias, foi possível produzir nesse período que estamos vivendo, entre 1980 e 1984, uma substituição de importação de pequenas peças e partes complementares que se estima entre 1 bilhão e 1 bilhão e meio de dólares anuais. Peças que eram importadas e que puderam ser produzidas no País, utilizando praticamente a capacidade existente internamente. Foi graças a esse esforço conjunto que conseguimos um resultado razoável no nosso balanço de pagamentos.

A alteração da taxa cambial exerceu, também, um papel importante na diminuição do consumo do petróleo, principalmente quando ainda não tínhamos um substituto interno adequado. De seu lado, as exportações de todos os produtos rapidamente cresceram até encontrar e ultrapassar a curva das importações.

Graças a esse fato nós conseguimos um superávit importante na balança comercial em 1983 e esperamos, em 1984, uma redução muito significativa no "déficit em contas-correntes". E o que importa, realmente, é o déficit em contas-correntes, porque é ele que mede o quanto de bens e serviços do Exterior está-se incorporando à economia nacional, a cada ano.

O quadro 5 mostra o comportamento dos saldos comerciais (em ascensão) e o decréscimo dos déficits em contas-correntes.

Em 1982, tivemos um superávit na balança comercial de 780 milhões de dólares, mas um déficit na conta de juros e outros serviços da ordem de 15 bilhões de dólares, o que nos deu um déficit em contas-correntes de 14 bilhões e 700 milhões de dólares. Isso representava 5% do Produto Nacional, isto é, o que estávamos trazendo do Exterior como bens e serviços para complementar a economia nacional era da ordem de 5% do Produto.

Em 1983, o déficit foi reduzido à metade e, em 1984, isso será reduzido a mais ou menos 1,6% do Produto Nacional. É um número compatível com aquilo que achávamos razoável na década de 70. Antes da crise do petróleo.

#### O BRASIL E A AMÉRICA LATINA

É importante notar que o esforço de ajustamento da economia brasileira, para corrigir o desequilíbrio nas contas externas e internas, não constituiu um caso isolado no Mundo. Todos os países dependentes da importação de energia atravessaram — e ainda estão atravessando — crises de ajustamento interno em suas economias, com os consequentes reflexos de natureza política e social.

O desemprego, as restrições em seus programas de crescimento econômico, as dificuldades para manter um fluxo normal de comércio, atingiram industrialmente — embora desigualmente — ricos, pobres e remediados. Mesmo alguns países superavitários no seu balanço energético tiveram que adotar políticas restritivas e realizar esforços semelhantes aos do Brasil para recuperar o equilíbrio perdido.

Aqui, na América Latina, poderíamos fazer um exercício tomando o exemplo de quatro países: Brasil, México, Argentina e Venezuela.

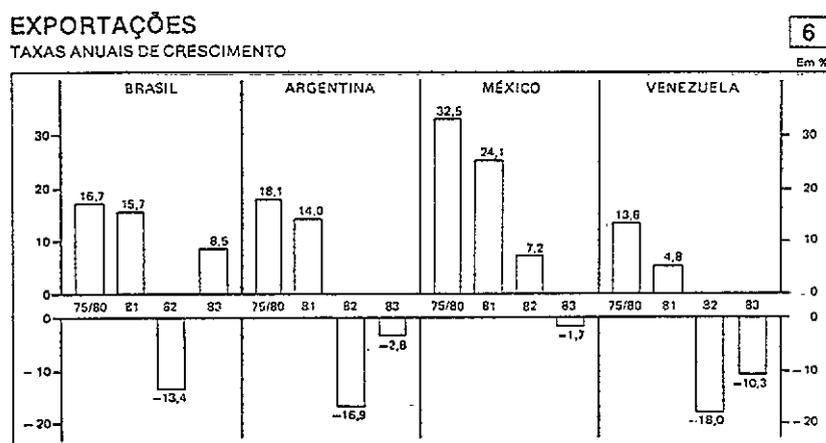
Desses quatro países, o único que tem uma dependência interna na importação de energia é o Brasil. Quando se iniciou o Governo do Presidente Figueredo, em 1979, o Brasil importava quase 80% da energia consumida. Era uma condição peculiar. O México é um grande exportador de energia. A Venezuela é um grande exportador de energia, com muito mais tradição que o México. E a Argentina é auto-suficiente; a Argentina não importa petróleo; ela realmente exporta um pouquinho de petróleo para o Mundo.

#### BALANÇO EM CONTAS-CORRENTES

5

(Milhões US\$)

	1982	1983	1984
<b>BALANÇA COMERCIAL</b>			
1. Exportação	20.175	21.899	24.600
2. Importação	19.395	15.429	15.500
Saldo	780	6.470	9.100
3. Juros (Líquido)	-11.353	-9.555	-10.600
4. Outros Serviços	-4.182	-3.290	-3.800
<b>DÉFICIT C. CORRENTES</b>	<b>-14.755</b>	<b>-6.171</b>	<b>-5.300</b>
<b>DÉFICIT/PIB</b>	<b>5%</b>	<b>2,5%</b>	<b>1,6%</b>



O gráfico 6 permite observar que os mecanismos de ajuste são muito parecidos nos quatro países. Por quê?

Simplesmente porque se pode conversar sobre política econômica, podem-se escrever inúmeros livros e artigos. Mas existe uma realidade, que é maior do que tudo aquilo de que se fala.

Existe uma realidade de mercado que tem de ser atendida, se nós quisermos chegar aos resultados pretendidos.

Os resultados nesses quatro países foram muito parecidos.

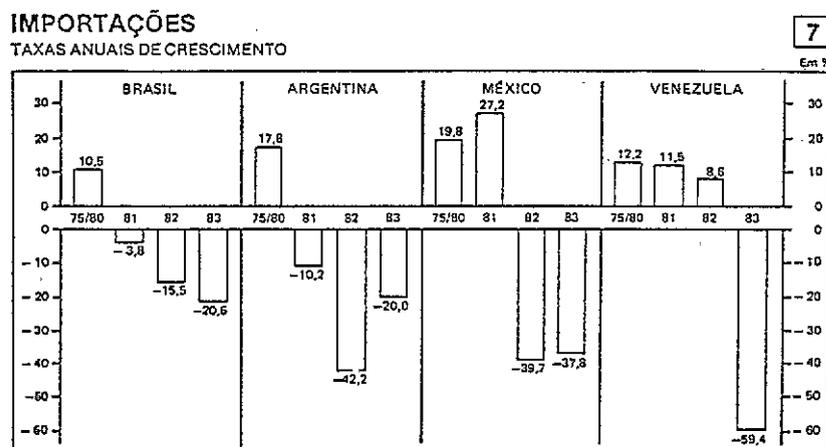
No caso brasileiro, o crescimento das exportações foi certamente muito mais importante, se levarmos em conta o fato de que não exportamos petróleo.

O reequilíbrio nos casos mexicano e venezuelano foi auxiliado pelas exportações de petróleo.

De 1975 a 1980, no Brasil, o aumento das exportações foi de 17% na média anual. E, em 1981, foi 16%; em 1982, caiu para 13%. A queda das exportações em 1982 é comum a todos os países; isto é, ela foi produzida não

propriamente pela política interna de cada uma, mas foi, sim, o produto de uma retração generalizada nos mercados compradores. Um ano depois já ocorre a recuperação — e nessa o Brasil chegou um pouquinho antes. Os outros estão chegando, já. O caso do México é interessante porque, apesar de não ter equilibrado a balança comercial, logrou inverter o balanço em contas correntes.

Freqüentemente se diz que o equilíbrio do comércio exterior brasileiro foi conseguido graças apenas à redução das importações.



O gráfico 7 mostra que todos os mecanismos de ajuste foram rigorosamente iguais. E que no caso brasileiro, em particular, a queda das importações foi menor do que a dos nossos companheiros mais próximos — companheiros de sacrifícios, de sofrimento — e menor do que se verificou com a maioria dos países deste e de outros Continentes.

O México reduziu as importações em 40% no ano de 1982 e reduziu outros 38% em 1983. Graças a isso, conseguiu um equilíbrio mais rápido.

No Brasil, isso era impossível, exatamente por causa da nossa dependência da importação de energia.

Se nós tentássemos um ajuste dessa magnitude, teríamos de parar o País. A economia não teria condições de continuar funcionando.

Era preciso, portanto, encontrar o equilíbrio de outra forma. No Brasil, nós tínhamos, em 1982, um déficit em contas correntes de 15 bilhões de dólares, que foi reduzido para 6 bilhões e 200 milhões, em 1983.

A Argentina também se ajustou, mas reduziu menos o seu déficit; o México se ajustou de maneira dramática —

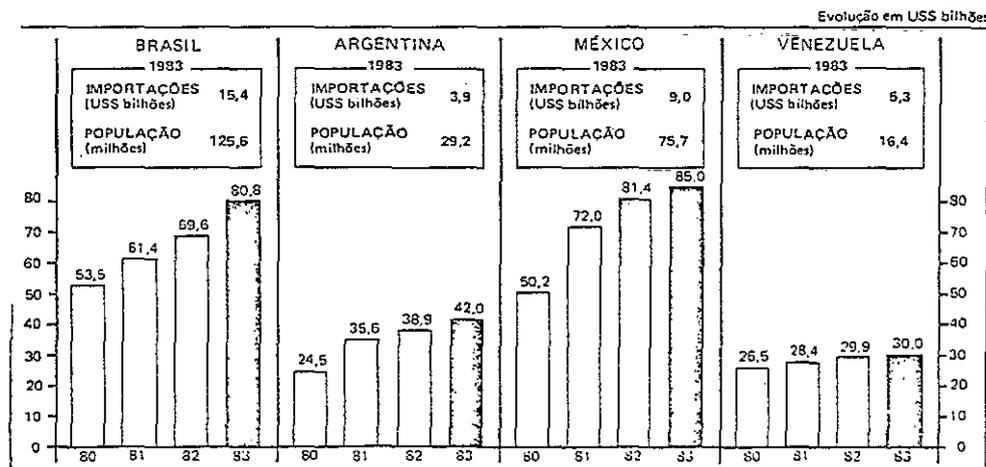
passou do déficit de 1980, 1981 e 1983 para um saldo positivo em contas correntes, em 1984, tornando-se exportador líquido de capital.

O México, realmente, está num processo rápido de ajuste, em condições bastante razoáveis na minha opinião. Basicamente, porque fez uma compressão extremamente violenta nas importações.

O caso venezuelano é o mesmo, graças ao superávit do petróleo.

## DÍVIDA EXTERNA BRUTA

8



O que se demonstra é o seguinte: todos os países seguiram o mesmo tipo de ajuste; todos se endividaram da mesma forma; os que tinham exportação de petróleo e os que não tinham exportação de petróleo. O gráfico 8 mostra a dívida brasileira registrada, para podermos comparar com a dos outros. É preciso acrescentar, no caso brasileiro, cerca de 10 bilhões de dólares de dívidas de curto prazo. Quer dizer, a dívida total é da ordem de 91 bilhões de dólares.

A comparação das quatro situações mostra que nós nos endividamos em proporções mais ou menos parecidas com a dos outros países, porque o caminho do ajuste que todos escolheram foi aquele que estava disponível.

Na crise, nem sempre se pode escolher um caminho ideal para o ajuste.

Podem existir vários caminhos, mas somente um ou dois deles são realmente factíveis. Os outros estão proibidos. O caminho do ajuste mais direto — e eu acho que o Governo brasileiro na época agiu corretamente — foi o de utilizar a disponibilidade de capital no sistema financeiro para manter a sua economia funcionando enquanto essa disponibilidade existia. O crescimento da dívida dos quatro países ocorreu de forma parecida. A diferença maior aparece quando se observa o

endividamento relativamente ao volume das importações de cada um e à população de cada país. O Brasil, visivelmente, é um País que importa muito mais do que todos os outros. Mesmo que se subtraia a importação de petróleo, que representou em 1983 uns 8 bilhões de dólares, o Brasil ainda registra uma importação consideravelmente maior do que a dos outros. E certamente somos um País em que o Produto e a população são consideravelmente maiores do que as dos demais parceiros da América Latina. Em termos relativos, a dívida externa brasileira ainda é menos importante do que a dos outros países. Obviamente sendo um País maior, tem um nível de dívida absoluto também maior. É importante clarificar bem este ponto, porque ainda se ouvem críticas do tipo: "o Brasil não devia ter-se endividado".

— Mas, a cada dia, um número maior de brasileiros compreende que a alternativa ao endividamento era a paralisação de toda a economia brasileira. O "não se ter endividado" significava a paralisação total da Agricultura, da Indústria, dos Transportes, a recessão mais profunda, o desemprego apocalíptico.

Porque, de todos os países em desenvolvimento, o Brasil era o que mais dependia, em termos absolutos, da importação de energia. Nós éramos a economia mais dependente, a mais carente do fluxo de importações de

petróleo. Este é o ponto-chave, o desafio fundamental que era preciso vencer.

## O DESAFIO DA ENERGIA

Simultaneamente ao ajustamento do setor externo, que foi necessário enfrentar com rapidez, era preciso alterar a matriz energética do País.

Este foi o nosso segundo grande desafio.

Aqui, é incontestável que o Governo Figueiredo conseguiu o mais extraordinário êxito. Um êxito quieto, não falado, não comentado.

Mas foi aqui que o Brasil mudou.

Foi vencendo este desafio que o Brasil se alterou e ganhou novas forças para recomeçar a crescer.

Foi aqui que o Brasil encontrou, de verdade, a sua independência econômica.

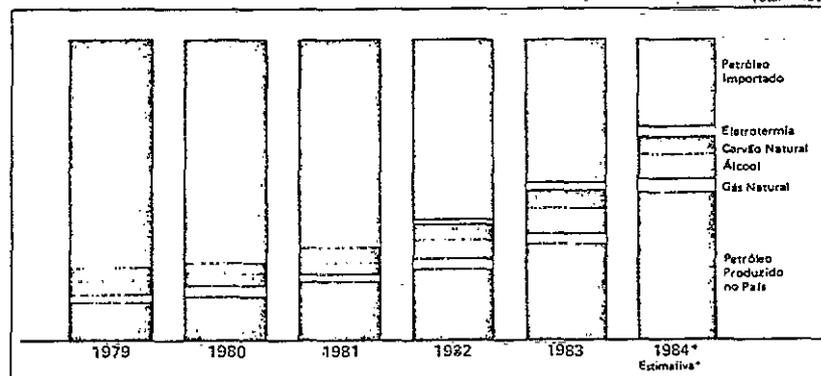
Esta caminhada no rumo da independência só tem sido possível graças a uma enorme concentração de investimentos no setor da produção e da exploração do petróleo e no desenvolvimento de um programa alternativo da maior importância, que foi o Programa do Alcool.

## PETRÓLEO E ENERGÉTICOS ALTERNATIVOS

9

EVOLUÇÃO DO CONSUMO

Total = 100%



O gráfico 9 mostra a evolução do consumo de energéticos. A coluna azul-claro corresponde ao volume de petróleo importado.

Em 1979, o Brasil importava 80% da energia necessária para fazer o País funcionar.

Em 1984, estamos importando 40% de energia.

Esta é a mudança fundamental.

É isto que vai fazer deste País um país diferente. Não é o fato de ter dívidas. Isto, todos têm. Nós também temos e vamos pagá-las.

O que é importante é que nós estamos desenvolvendo fontes próprias de energia e estamos nos tornando cada vez menos dependentes do exterior.

A pequena faixa verde-escuro, no gráfico 9, corresponde à produção de álcool. Ao longo dos anos, esta produção vai crescendo lentamente e vai ficando importante. A oferta de álcool não é tão significativa em termos de quantidades absolutas, mas terá uma importância enorme conforme mostraremos mais adiante.

O mais extraordinário, no gráfico, são as barras azuis-escuros, que mostram a expansão da produção nacional de petróleo.

Nós vamos terminar 1984 produzindo mais de 500 mil barris de petróleo por dia. Estamos produzindo hoje, (13 de junho), em média, 471 mil barris. Corresponde à média anual. Até o final do mês teremos alcançado a marca histórica dos 500 mil barris/dia. E até dezembro estaremos produzindo a média superior a 500 mil barris/dia, tendo iniciado, em 1979, com 160 mil barris.

Esta é a grande diferença no ajustamento da matriz energética.

O álcool teve um papel importante. A produção de álcool permitiu que a recessão fosse muito menor do que teria sido, com toda a certeza, se não tivéssemos podido contar com toda essa produção de álcool.

Nós desenvolvemos um automóvel a álcool. O Brasil incorporou e desenvolveu toda uma tecnologia de motores a álcool. Hoje, 80% dos carros que saem das linhas de montagem de nossas fábricas são consumidores de álcool. Além disso, estamos misturando 20% do álcool no combustível. Isto nos tem ajudado de maneira muito significativa.

O álcool tem, ainda, dois aspectos:

Ele nos ajudou a manter a indústria automobilística funcionando. Ajudou, portanto, para que o desemprego não se ampliasse, sustentou os níveis do Produto, mas foi, também, um fator importante nas tensões inflacionárias que se criaram.

É preciso fixar estes fatos: cada vez que se resolve um problema numa direção, sempre sobra um resíduo que vai acabar se acumulando na inflação.

Estes são fatos que às vezes as pessoas não gostam de aceitar, na sua exata dimensão. Não se trata de ser contra ou a favor do programa do álcool. Ele é absolutamente necessário, embora inflacionário.

Esta mudança na matriz energética eu acho que é o fato mais significativo ocorrido neste País.

O gráfico 10 mostra que a mudança não consistiu apenas numa substituição entre formas de energia. Ela conduziu as atividades produtivas também na direção de uma substancial economia no consumo de energia.

## O AJUSTAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Ao mesmo tempo em que se ajustavam o comércio exterior e a matriz energética, era preciso fazer o enquadramento do setor público.

O setor público tinha que ser reconduzido ao tamanho adequado.

Isto está sendo conseguido de forma lenta e ainda muito precariamente.

Só espero que o Brasil continue neste esforço, no futuro.

Para se compreender a obrigatoriedade desse "enxugamento" do setor público é preciso lembrar o que aconteceu, quando nós fomos surpreendidos com a primeira crise do petróleo.

A partir de 1975, ingressamos num grande programa de substituição de exportações, apoiado em investimentos gigantescos, com um plano siderúrgico realmente ambicioso, com uma soma de projetos no setor químico ainda mais ambiciosa, embora com muito mais rentabilidade.

A escolha desses projetos é coisa que se pode discutir. Alguns projetos siderúrgicos são realmente uma calamidade; e, hoje, entendemos que o programa atômico está muito acima de nossa capacidade de poupança interna.

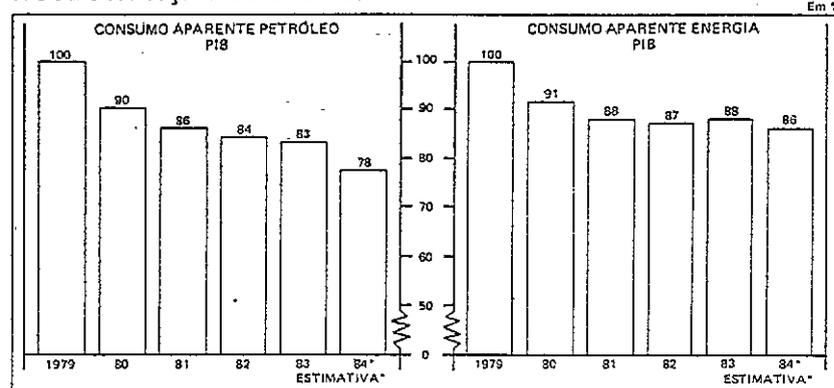
Esse enorme programa de substituição de importações exigia um aumento da poupança nacional. Ora, no instante mesmo em que a poupança nacional estava sendo reduzida — porque o aumento do preço do petróleo significa um imposto cobrado pelos produtores de petróleo sobre a economia nacional — se o Governo dispõe a realizar um amplo programa de desenvolvimento, ele acaba tendo que tomar o recursos do setor privado e tem de criar os "déficits" no Balanço de Pagamentos. Não existe milagre. Ou eu tomo do setor privado ou faço um buraco no balanço em contas-correntes. Ou as duas coisas. Na realidade, o Governo comprimiu o setor privado de forma dramática. Ele tomou recursos do setor privado para conseguir realizar os projetos de substituição de importações. Isto significa que tinha de elevar a taxa de juros reais, de forma a impedir que o cidadão que quisesse fazer uma nova indústria pudesse fazê-lo. O Governo passou a competir com o setor privado, na disputa pelo mesmo aço e o mesmo cimento usados na construção de usinas, como a Açominas.

Por quê?

Porque o volume de recursos é relativamente constante. Se o Governo aumenta a sua apropriação — e ele pode aumentar, porque emite moeda falsa todo dia —, ele chega na frente e compra o produto, e quem não emitiu moeda falsa não pode comprá-lo; o Governo, na medida em que ampliou o seu programa, obrigou o setor privado a se restringir. Fazer isto significa elevar a taxa de juro real. Quando nós nos queixamos da taxa de juros, quando nós ficamos perplexos diante do nível da taxa de juro real; quando os empresários, sem compreenderem direito o que estava acontecendo, reclamavam do governo mais encomendas, não percebiam que estavam pedindo para aumentar a taxa de juros. Mas, os Governos só podem aumentar suas encomendas de duas formas: ou aumentando a sua tributação — coisa de que ninguém gosta — ou aumentando a sua dívida. E para aumentar a sua dívida aumenta a taxa de juro real.

O Governo, portanto, teve uma expansão singular e imensa com programas — eu diria que todos eles úteis —, mas certamente de um nível de prioridade discutível. Com isso, o setor público atingiu um nível de déficit imenso. O drama desse programa é que, uma vez começado um projeto, tem que terminar. Mesmo que seja um projeto de baixa taxa de retorno interno, à medida que põmos recursos nele temos que o continuar, não pelo que ele seria, se tivesse de ser começado mas

## ESFORÇO DE CONSERVAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ENERGIA



O gráfico 10 retrata a relação entre o consumo aparente de petróleo e o Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1979 e 1984, o consumo baixou do nível 100 para o nível 78. Economizou-se, em termos gerais, 22% de energia por unidade de Produto, no consumo aparente de petróleo.

Como isto foi feito?

Isto foi feito através de um bárbaro reajuste nos preços do petróleo consumido internamente. Cada um de nós brigava quando tinha que encher o tanque do carro. Quem tinha que produzir cimento ficava uma fera, porque o preço do óleo combustível tinha subido. Quem tinha que produzir alumínio ficava desesperado, se dependia de uma usina térmica a óleo.

Foi preciso ampliar de forma significativa o custo dos combustíveis para que a Nação se sentisse obrigada a poupar energia. Isto era absolutamente fundamental.

Não adianta teorizar ou reclamar quanto a estes fatos.

Algumas pessoas imaginavam que se devia fazer restrições quantitativas, que se podia estabelecer uma forma qualquer de bônus ou até fazer racionamento para se atingir o mesmo objetivo de economizar energia.

Nada disso funciona em lugar nenhum do Mundo, nem o país do racionamento, que é a União Soviética.

Não ia funcionar no Brasil.

A única forma de poupar energia era e é a alteração dos seus preços relativos, sabendo, embora, que se está colocando mais lenha na fogueira da inflação.

Comparando, no gráfico 10, a evolução do consumo aparente de petróleo com a evolução do consumo de energia, entre 1979 e 1984, verifica-se, claramente, o alcance dos programas de substituição.

A redução no consumo de energia é menor do que a queda no consumo de petróleo, porque, obviamente, houve a substituição. Obteve-se, contudo, uma redução global no consumo de energéticos, de 14%.

Sem aprofundar muito o assunto, esta economia significa o seguinte: nós consumimos, hoje, 14% a menos de energia para produzir uma unidade de Produto, em relação ao que fazíamos em 1979. E em função da alteração dos preços relativos da energia, obteve-se uma queda de 22% no consumo do petróleo.

Esta é a grande mudança, a mudança permanente, a mudança que vai, realmente, mudar a face do País.

pelo que ele é, depois de estar começado. A Açominas é um projeto dramático, em matéria de rentabilidade interna. Mas hoje é um bom investimento, porque falta pouca coisa para terminar. Isto é, o ruim, pela ação do Governo, vai ficando bom. E o Governo fica preso na sua própria arapuca, na armadilha que ele mesmo montou. Hoje, nós temos de terminar os projetos, porque falta pouca coisa em cada projeto. Se nós

compararmos o que falta para terminar um mau projeto com o rendimento do mau projeto, dá um resultado maravilhoso, porque só estão faltando 5% de investimento, enquanto que o resultado deriva da utilização total do projeto. Então, é muito fácil pedir para o Governo: "Corte aqui, corte ali", sem perceber que o Governo não pode cortar aqui, cortar ali, arbitrariamente.

Por quê?

Porque existem investimentos que estão muito próximos de ficar prontos. Um está 80% pronto; outro, 75%; outro, 90% prontos. E para julgar o projeto tem-se que comparar os 10% adicionais de investimento com a taxa de retorno global.

### ESFORÇO DE AJUSTAMENTO DO SETOR PÚBLICO

11

(Em percentagem do PIB)

	1982	Programado 1983	Preliminar 1983	Projetado 1984
<b>FINANCIAMENTO TOTAL</b>	<b>15,8</b>	<b>18,6</b>	<b>17,7</b>	<b>12,4</b>
Operacional	6,6	2,7	2,6	- 0,3
Correção Monetária	9,2	15,9	15,1	12,7
<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>5,4</b>	<b>3,5</b>	<b>4,1</b>	<b>2,6</b>
Operacional	2,0	- 0,9	- 0,2	- 0,8
Correção Monetária	3,4	4,4	4,3	3,4
<b>ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>4,0</b>	<b>5,2</b>	<b>5,3</b>	<b>3,8</b>
Operacional	1,3	0,7	0,8	- 0,1
Correção Monetária	2,7	4,5	4,5	3,9
<b>EMPRESAS ESTATAIS</b>	<b>6,8</b>	<b>10,0</b>	<b>8,8</b>	<b>6,6</b>
Operacional	3,5	3,0	2,5	1,3
Correção Monetária	3,3	7,0	6,3	5,3
<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES</b>	<b>- 0,4</b>	<b>- 0,1</b>	<b>- 0,5</b>	<b>- 0,6</b>
Operacional	- 0,2	- 0,1	- 0,5	- 0,7
Correção Monetária	- 0,2	-	-	0,1

O desafio, portanto, consistia em ajustar o setor público de uma maneira um pouco mais cuidadosa. É o que está mostrado no Quadro 11. Na primeira coluna está o déficit operacional. Esse é o déficit real, quer dizer, o Governo, quando fechou sua conta no fim de 1982, tinha um déficit equivalente a 6,6% do Produto Nacional. O setor "Governo" apropriou-se desse déficit, quando obrigou o setor privado a ceder esse espaço, através da taxa de juros e através da inflação.

No quadro está mostrado como se compunha o déficit. A Administração Central respondia por 2% do déficit em relação ao Produto, os Estados e Municípios com 1,3% e as empresas estatais com 3,5%. Observe-se o grande peso representado pelo déficit das estatais. Elas respondiam por mais da metade do déficit.

Freqüentemente critica-se as estatais, atribuindo-se-lhes a responsabilidade maior. Na minha opinião, porém, há uma certa injustiça nesta crítica. As estatais receberam uma missão: o que elas não receberam foram

os meios de realizar os projetos. Então, é preciso julgar isso com um pouco mais de frieza.

As empresas estatais receberam um programa que estava muito acima da capacidade interna de poupança deste País e foram designadas para executar o programa, de uma forma ou de outra, do que decorreram pressões inflacionárias visíveis, com elevação na taxa de juros, e assim por diante.

O ajuste que se tinha de realizar no setor público era uma tarefa imensa. Já em 1983, o déficit operacional estava reduzido a menos da metade: foi de 2,7%. Essa era a programação. De fato, a estimativa preliminar para 1983 está indicando 2,6%, o que é mais ou menos o que tínhamos perseguido. E estamos projetando para 1984 praticamente o equilíbrio do setor Governo. A previsão de 0,3% corresponde a alguma coisa menor do que um erro de estimativa, de forma que a meta é chegar ao final de 1984 com o déficit zerado.

Esse é o objetivo de 1984. Acredito que o Presidente Figueiredo entregará o Governo com o setor público em equilíbrio.

Gostaria de chamar a atenção, ainda, para o fato de que o peso maior do ajuste foi sobre a Administração Central. Nós viemos de um déficit equivalente a 12% do Produto, para um superávit de 0,8% na Administração Central. A Administração Central teve que ser comprimida para que fosse possível terminar os Projetos a cargo das estatais, cujo ajuste veio de 3,5% para 1,3%, em 1984. De fato, o setor mais comprimido foi o da Administração Central. Este é o efeito que todos sentem hoje, não só nos salários como nas despesas da Administração, em todos os seus campos, civil e militar.

Com isso nós fomos caminhando na direção do ajustamento de todo o setor. Não há dúvidas, hoje, de que era preciso diminuir o tamanho do setor público. Fizemos um esforço genuíno de desestatização. Fizemos um esforço genuíno para reduzir a dimensão do setor público.

O quadro 12 demonstra os resultados desse esforço de cinco anos.

### DESESTATIZAÇÃO

12

1. Empresas Públicas Existentes no Início do Governo Figueiredo	521
2. Empresas Públicas Criadas no Governo Figueiredo	4
3. Empresas Atingidas pela Desestatização	151
Por Incorporação	19
Por Extinção	14
Por Fusão	5
Por Privatização	18
Em Extinção	68
Em Privatização	27
4. Empresas Públicas Existentes Hoje (1 + 2) - 3	374
5. Alienação de Participações Minoritárias	50

Quando o Presidente Figueiredo iniciou o Governo havia 521 empresas estatais, dos mais variados tipos. Criamos quatro empresas que, acreditamos, são absolutamente necessárias. Isso quem vai descobrir é o próximo Governo. Na minha opinião, essas quatro são absolutamente necessárias, realmente.

Eliminamos de várias formas, do setor público, 151 empresas. Dezenove empresas foram absorvidas ou incorporadas por outras empresas. Extinguimos 14 empresas; fundimos cinco delas; privatizamos 18. E estão em processo de extinção 68 empresas.

Esse processo de extinção é um processo tumultuado.

Cada vez que se vai extinguir uma empresa desta é como se o Brasil fosse terminar.

Cada empresa, ao morrer, resiste com todas as armas.

No momento estão em processo de privatização mais 27 empresas. Ao todo temos hoje 374 empresas. O BNDES e o Banco do Brasil venderam a participação acionária que tinham em 50 empresas. O resultado é pequeno. O resultado é muito pouco significativo diante do que deveríamos ter feito. Mas é o que foi possível atingir, diante das dificuldades desse processo que, na minha opinião, tem de ser continuado e tem de ser aperfeiçoado.

#### A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA

O que ocorreu de mais importante no acerto do setor público foi a mudança radical na forma de financiamento das atividades do setor. Foi a mudança na forma de capturar recursos do setor privado.

O quadro 13 mostra como aconteceu esta mudança no processo de financiamento do setor público. O imposto de renda é um imposto direto. Ele tem menos efeitos colaterais sobre as categorias de menor renda; isto é, um imposto que tem um pouco mais de justiça do que os outros impostos.

### EQUIDADE TRIBUTÁRIA

13

Participação ascendente do Imposto de Renda na Arrecadação Federal	
1973 - 29%	
1984 - 55%	
II. Preponderância da tributação sobre o Capital no Imposto de Renda, em 1984	
- IMPOSTO DE RENDA SOBRE CAPITAL: 79%	
- IMPOSTO DE RENDA SOBRE TRABALHO: 21%	
III. Estrutura altamente progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física, em 1984	
20% DOS CONTRIBUINTES MAIS RICOS	GERAM 80% DO IMPOSTO DEVIDO
IV. Participação crescente do Imposto de Renda sobre ganhos financeiros na arrecadação do Imposto de Renda	
1983 - 0,02%	
1984 - 12,81%	

O Imposto de Renda representava, em 1973, cerca de 29% da arrecadação federal. Hoje, corresponde a 55%; ou seja, mais de metade da arrecadação federal é obtida mediante a tributação direta de pessoas ou de empresas. Não se exerce mais diretamente sobre o preço da mercadoria, como no caso do IPI.

Houve um efeito mais importante na mudança dos critérios da arrecadação do Imposto de Renda, de tal forma que hoje, 80% do que é arrecadado provém do imposto sobre o capital, isto é, sobre o lucro das empresas, sobre o ganho de capital, sobre todas as formas de rendimento do capital, aluguéis, e assim por diante. Só os 20% restantes correspondem aos rendimentos do trabalho. Na esfera tributária, a alteração foi tão significativa quanto ao que ocorreu com o petróleo.

Inverteu-se a equação.

Realmente, hoje, o grosso da tributação do Imposto de Renda vem do capital.

Alterou-se, ainda, de maneira mais importante, o espectro dos contribuintes por classes de renda. Hoje, 20% dos contribuintes mais ricos participam com 80% de todo o imposto recolhido.

Finalmente, temos, na linha inferior (IV) do quadro 13 a estimativa do Imposto de Renda sobre os ganhos financeiros.

Os bancos se beneficiaram de todo esse processo de elevação da taxa de juros com lucros imensos.

Em 1983 eles tinham uma participação praticamente muito pequena — os lucros financeiros sobre o Imposto de Renda — mas já em 1984 sua participação representa 13% do Imposto de Renda.

Caminhou-se, portanto, para o equilíbrio, reduzindo-se as despesas e introduzindo-se um pouco mais de justiça na forma de tributação. Há, hoje, muito mais justiça na forma pela qual a sociedade captura os recursos que financiam as atividades do setor público.

Esta é uma mudança também extremamente importante. É uma mudança de estrutura. Esta nunca mais volta. Só

anda daqui para a frente. É um processo de aperfeiçoamento muito importante, que foi conseguido nesse período de Governo do Presidente Figueiredo e que resulta em maior justiça na forma de recolhimento dos impostos

#### REORIENTAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

Restava fazer um acerto sobre o processo produtivo. Era preciso enfrentar o desafio de alterar o processo produtivo nacional, voltá-lo na direção de solucionar os nossos problemas críticos, que eram o problema do comércio exterior, a ordenação das contas externas e a matriz energética. Era preciso, então, redirecionar a agricultura e as atividades industriais. A produção agrícola em 1979 era insuficiente. Havia, praticamente, fila para tudo: fila para feijão, arroz, milho, fila para o leite e a carne. Nós estávamos numa situação extremamente delicada. A agropecuária brasileira tinha crescido muito pouco.

**CRESCIMENTO  
DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

14

Índice 1975 = 100

Ano	Lavouras (valor)	Grãos (quantidade)
1975	100	100
1976	97	115
1977	109	118
1978	102	93
	109	103
1980	119	131
1981	129	128
1982	122	129
1983	124	118
1984	136	135

Fonte: IBGE CEPAGRO

O quadro 14 mostra que entre 1975 e 1979 o crescimento da agricultura foi muito pequeno. Esse crescimento não resultou apenas da política econômica; ele refletiu contingências de política e se viu afetado, também, pelas condições do clima. Mas a tendência, ela decorreu da política utilizada. E nós estávamos, em 1979, com a agricultura praticamente tamponada.

No início do Governo do Presidente Figueiredo ele prometeu, e cumpriu, libertar a agricultura de todos os controles de preços.

A agricultura, hoje, não tem mais nenhum controle de preço, com exceção de uma pequena vigilância sobre o óleo de soja. O resto todo está livre.

Em compensação, foram eliminados todos os subsídios à agricultura.

A agricultura, que recebia um imenso subsídio para produção de alimentos, coisa que não funcionava, teve que passar sem subsídio.

Foi eliminado paulatinamente.

Ao mesmo tempo, ligamos a agricultura ao comércio exterior. A taxa cambial foi modificada e permitiu-se uma ligação mais rápida da agricultura com os mercados

externos. Hoje, ainda há algum sistema de quota na soja que é simplesmente para organizar a saída, porque, se não, alguns exportadores afoitos derrubariam os preços lá fora. Existe um sistema de quotas no algodão, também para organizar a saída.

Mas se ligu a agricultura ao mundo externo. E esta era a intenção original do Governo.

Os resultados estão aí, com um progresso bastante acentuado na produção agrícola no período 1979 a 1984. Tivemos apenas uma frustração na safra de grãos em 1983, quando se combinaram duas coisas: o tempo, que correu mais ou menos mau, e o problema das enchentes no Sul do País, que realmente destruíram 5 milhões de toneladas de grãos, o que não é brincadeira.

Tivemos que enfrentar, também, as conseqüências de cinco anos de seca no Nordeste. Desde 1979 o Nordeste praticamente não produziu nenhuma safra. A primeira safra que o Nordeste vai produzir, no Governo Figueiredo, é esta que se está iniciando agora, em 1984. É o primeiro ano de Inverno, desde 1979. Aliás, se não ocorresse esse Inverno agora teríamos um novo período muito difícil. Não seria possível manter um sistema de abastecimento tranqüilo, com o Nordeste não produzindo.

No ano passado, a produção do Nordeste foi praticamente nula. Não se chegou a recuperar, sequer, a semente colocada no chão, de alguns produtos básicos. Nesses cinco anos, contudo, a agricultura pôde se expandir na direção correta, na maior parte do País. Em 1983, somente, é que se produziu uma tensão inflacionária importante, derivada da agricultura, que está sendo corrigida agora com uma safra um pouquinho melhor.

**A CONTRAÇÃO DA INDÚSTRIA**

Por outro lado, tínhamos que fazer o ajuste do setor industrial.

No caso da indústria, o ajuste se realizou muito mais em conseqüência da opção encontrada para a política econômica do que de uma ação deliberada.

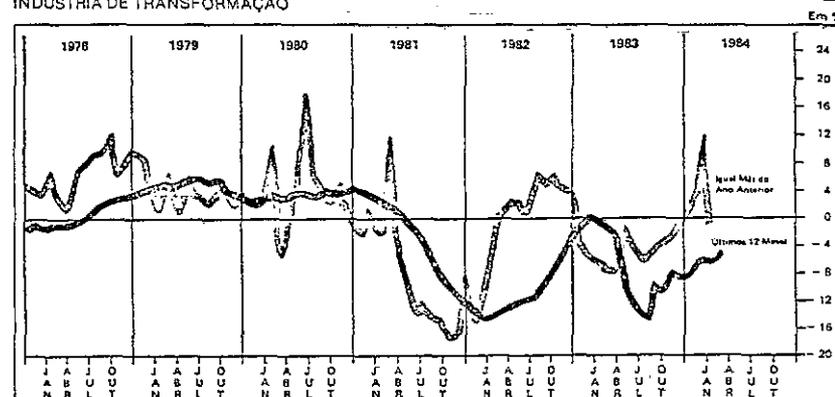
Na medida em que o Governo continuava o seu amplo programa de expansão, ele impedia o setor privado de utilizar os mesmos recursos.

A taxa de juros voltou a elevar-se, aqui e lá fora. O setor externo teve dificuldades imensas, em 1982.

**EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL**

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

15



O setor industrial foi o que realmente mais sofreu no processo de ajuste. Só não sofreu muito mais por causa do PROÁLCOOL. Se não tivéssemos o PROÁLCOOL nós não poderíamos ter mantido o nível de produção de automóveis e isto representaria uma modificação dramática na curva mostrada no gráfico 15 porque a indústria de automóveis é a que tem maior poder de multiplicação em nossa economia.

Passamos por aquele, "fundo do poço" em 1982 e voltamos ao fundo em 1983. Agora é que começamos a ter os primeiros sinais de uma recuperação, que eu

espero que seja segura, embora lenta. Recuperação na direção correta, porque puxada pelo setor externo, ou seja, uma recuperação que eleva a produção industrial e ajuda a resolver o problema fundamental do equilíbrio externo.

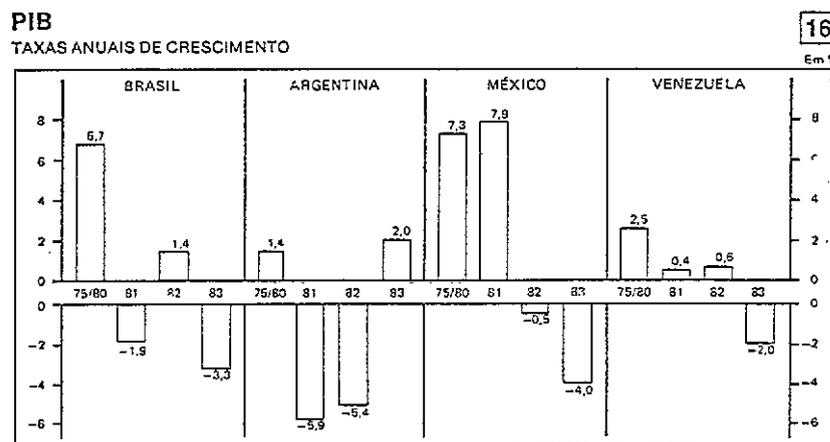
Era esta mudança na estrutura que tinha de ser realizada e que não atingiria o objetivo a não ser com sacrifícios imensos, sacrifícios dramáticos para o nível de emprego. Tivemos que viver experiências que nunca antes tínhamos imaginado.

Volto a insistir: este início de recuperação é consequência, de um lado, de uma certa estabilização na

taxa de juro real, em níveis altos, é certo, por causa da participação do Governo, mas é o reinício de um crescimento que a mim me parece seguro, embora lento. Espero que este crescimento continue, realmente, porque ele está no caminho correto; no caminho de estimular a recuperação da produção industrial, ajudando a solução do problema externo.

O efeito de todos esses ajustes sobre o Produto Interno Bruto não foi desprezível.

No gráfico 16 observa-se o que aconteceu no Brasil e em outros três países.



Entre 1975 e 1980 o PIB brasileiro cresceu, em média, 6,7%. Enfrentou uma redução de 1,9%, dois anos depois. Registrou um pequeno acréscimo em 1982. E, de novo, uma redução de 3,3%, em 1983.

Espero que, em 1984, de novo, nós voltemos para a faixa positiva; modestamente, mas de qualquer forma, saindo do negativo.

Observe-se que o processo de ajuste foi exatamente o mesmo em todos os outros países. Ninguém ficou imune a esse processo de ajuste. Mesmo os que tinham independência energética. Este gráfico permite mostrar contudo que o sofrimento relativo do Brasil foi menor do que a maioria dos nossos parceiros, se medido em termos do PIB. Mas, seja como for, era impossível produzir esse ajuste sem uma redução do nível de atividades.

Por quê?

Porque o ajuste do comércio externo exigia no curto prazo, uma compressão do PIB. Não conheço forma de fazer diferente. Agora, tão logo se confirmem as condições de crescimento, como estamos tendo hoje, estaremos de novo caminhando na direção certa.

#### A IMPORTÂNCIA DAS EXPORTAÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO MERCADO INTERNO

O que me parece importante chamar a atenção é para o fato de que, pela primeira vez, depois de muitos anos nós temos a conjugação dos dois setores — agricultura e indústria — trabalhando na direção correta para ampliar a produção e para ajudar a solução do problema externo.

Ainda há, hoje, pessoas que esbravejam contra o "modelo", dizendo:

"Esse é o modelo exportador! Prejudica o mercado interno!"

Essas afirmações revelam um estado de sublimite burrice. Desculpem a forma meio grosseira que usei, mas não sei como me referir a isso, com elegância.

Vejamos por que:

A renda da exportação é gerada internamente. Quando alguém produz um par de sapatos, ele está distribuindo a renda no Rio Grande do Sul ou em São Paulo e os beneficiários são o trabalhador que produziu os sapatos, o empresário que dirige a fábrica, o homem que criou gado ou o que produziu o couro.

O mercado interno se expande pelo próprio efeito da expansão das exportações.

É lamentável que mesmo homens públicos que têm a responsabilidade de Governo, fiquem imaginando que a exportação causa algum prejuízo aos seus Estados. Chega-se a propor uma coisa absurda, como introduzir o ICM sobre as exportações, o que, aliás, é um ataque de megalomania do tamanho do mundo, porque já desde 1820 se chegou à conclusão de que quem tributa é o país consumidor.

Não é razoável pretender-se tributar o consumidor estrangeiro, o que é uma coisa que passa um pouco do limite.

A geração de renda da exportação se realiza internamente. Nós vamos exportar 1 bilhão de dólares de calçados este ano. A produção de calçados está concentrada no Vale do Rio dos Sinos (RS), um pouco em Franca (SP) e outro pedaço importante no sul de Minas, além de regiões de menor produção em vários Estados.

Se nós deixássemos de exportar este bilhão de dólares de calçados, será que geraríamos a renda correspondente

a isso nessas regiões? As pessoas que fabricam os calçados estariam comprando tecidos, alimentos, máquinas, automóveis, que geram ICM?

Um dólar exportado deve gerar internamente mais de dois dólares de renda, no seu processo de multiplicação e, portanto, compensa largamente o ICM que não se pode cobrar nas exportações. Portanto, vamos deixar de lado este tipo de argumentação indigente e vamos continuar exportando e aumentando a renda interna dos brasileiros.

É importante reter isto: pela primeira vez, depois de cinco anos, nós temos o reinício de um processo de crescimento na direção correta, que não colide com o equilíbrio externo.

#### UM POUCO MAIS DE INFLAÇÃO, COMO CONSEQUÊNCIA

Nós estivemos discutindo todos esses problemas e vimos que cada um desses ajustes deixa um resíduo de inflação. O ajuste externo deixa um resíduo de inflação, a transformação no setor energético deixa um resíduo de inflação, o ajuste do setor público deixa um resíduo de inflação. Todas as nossas soluções acabam se refletindo sobre a inflação. Mesmo o ajuste da produção industrial e da produção agrícola, que se fez à custa da elevação da taxa de juros real, produz um processo inflacionário.

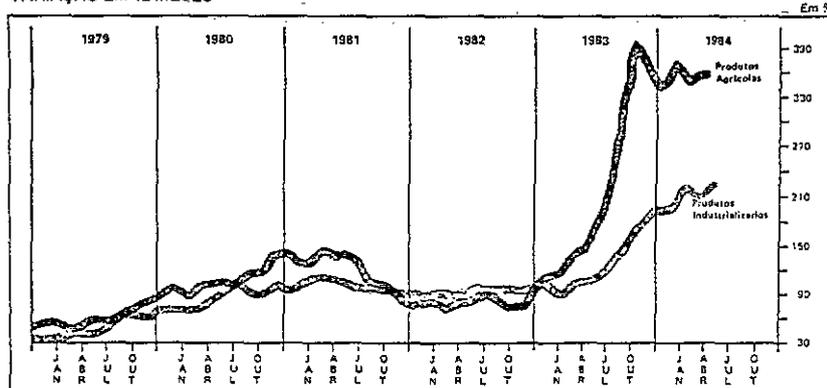
É preciso, agora, que nós nos dediquemos realmente a esta tarefa final de combater a inflação; de reduzir a taxa de crescimento dos preços.

O gráfico 17 mostra os índices de preço industrial e de preço agrícola, na média de 12 meses.

### ÍNDICE DE PREÇO POR ATACADO — OFERTA GLOBAL

VARIAÇÃO EM 12 MESES

17



Em 1981 já tínhamos absorvido as pressões inflacionárias da primeira desvalorização cambial de 1979. Os preços estavam começando a ceder no período de 1981/1982.

Em 1983, a necessidade de uma nova desvalorização cambial, acrescida de uma frustração importante na safra, resultou numa componente adicional de inflação muito forte. A alta está refletida, no gráfico, em cima dos produtos agrícolas. Os preços dos produtos agrícolas cresceram mais de 350% ao longo dos 12 meses, enquanto o preço dos produtos industriais cresceu em torno de 190%; sendo que o preço do produto agrícola influi na formação do preço do produto industrial.

O resultado foi a combinação de dois fatos importantes: de um lado, todas aquelas tensões que nós estivemos acumulando após a máxi e, de outro, a frustração da safra em 1983.

Hoje, todas aquelas tensões inflacionárias — o aumento da taxa cambial, o controle das importações, o aumento da taxa de juros — estão praticamente

absorvidas. Temos, agora, de prosseguir na direção de restringir, realmente, a política monetária, de forma a poder baixar a taxa de aumento do nível de preços. Vejam: ninguém está imaginando que se vai baixar preços. Nós estamos querendo tirar a inflação de um nível realmente indecente, de 220% ao ano, para um nível não menos indecente de 150% ao ano. Não estamos nos propondo nenhuma coisa dramática; desejamos uma redução perfeitamente razoável nos níveis da inflação.

Acredito que vamos conseguir.

Quando tivermos feito isto, teremos concluído, realmente, todos os objetivos do programa econômico do Presidente Figueiredo: a solução do problema externo; a modificação da matriz energética; o controle do setor público; a modificação da estrutura produtiva do País. Resta, agora, a redução da taxa de inflação.

O gráfico ajuda a entender: tem-se praticamente uma estabilidade das taxas, no topo, o que significa que as tensões se esgotaram. Acho que a inflação vai declinar. Pode declinar.

Não há, portanto, nada de muito diferente no caso brasileiro. De vez em quando persistimos em imaginar que o caso brasileiro é um caso especial.

Há pessoas com uma certa imaginação, que desenvolvem uma teoria econômica especial para o Brasil, e toda uma série de raciocínio destinada a esclarecer o que aconteceu na economia brasileira.

Na economia brasileira não aconteceu nada de muito diferente do que aconteceu nas outras economias.

E disso tudo eu tiro uma conclusão, a que já me referi, em palestra anterior na Escola Superior de Guerra: não existe nenhuma Lei econômica. Existe, sim, uma leizinha que funciona — quem comete os mesmos erros colhe os mesmos resultados.

Nós fizemos rigorosamente o que os outros fizeram e tivemos os mesmos resultados que os outros obtiveram, um pouco melhor num campo, um pouco pior em outro.

Mãe, nós temos uma diferença — esta, sim: é que nós começamos o período deste Governo com uma dependência externa de 80% na importação de energia e estamos terminando o Governo com menos de 40% de importação de energia.

Com um acréscimo importante:

Os nossos preços relativos, o sistema produtivo, tudo está funcionando na direção de reduzir esta dependência a níveis insignificantes, num futuro muito próximo.

Atualmente, esta é uma pergunta que, aliás, nos assalta a todos: mas nós temos futuro?

Certamente temos.

Esta pergunta o Brasil se faz desde 1500. E estamos aqui.

Quando se iniciaram as grandes modificações estruturais, em 1964, nós eramos certamente a 48ª ou 49ª economia mundial.

Somos, hoje, a 8ª economia mundial.

E vamos continuar prosperando.

O quadro 19 representa um exercício que, como tantos outros, tem um valor relativo. Seu valor maior reside no fato de que foi publicado pelo Banco Mundial.

Vejamos os parâmetros dessa projeção.

Ninguém, hoje, se avelutaria a fazer uma projeção de dez anos, mas o Banco Mundial tem obrigação de fazê-la. Eles fazem uma hipótese sobre o preço do petróleo — e a hipótese prevista é de 7% de crescimento anual, mais ou menos como a inflação mundial; fazem uma hipótese sobre a taxa de juros — (LIBOR) de 10% e 9% ao ano; fazem uma hipótese sobre o crescimento das economias industriais; e uma hipótese, bastante razoável, sobre o crescimento da produção industrial do Brasil. A taxa deste ano nos surpreendeu; o crescimento industrial não vai ser -2. Acredito que vai ser um número positivo. Mas não importa.

Estas são as hipóteses do modelo que o Banco Mundial fez para construir uma projeção do balanço de contas-correntes nos próximos dez anos.

As projeções do Banco Mundial sugerem a seguinte indagação: como é que se mede a dependência do país e como é que se mede a importância da dívida?

Mede-se pela relação entre o serviço da dívida e as exportações. Esta relação, hoje, está num número alto, em torno de 70%. A estimativa do Banco é de que a dependência vai caindo de forma gradual e permanente, no decorrer dos próximos dez anos. A dívida sobre o PIB também decresce gradualmente e com um pouco mais de intensidade.

São estas projeções que informam os credores estrangeiros.

É isto que informa quem pensa o Brasil cinco ou seis anos a frente.

Estas hipóteses estão colocadas para que não volte a acontecer uma crise no setor externo.

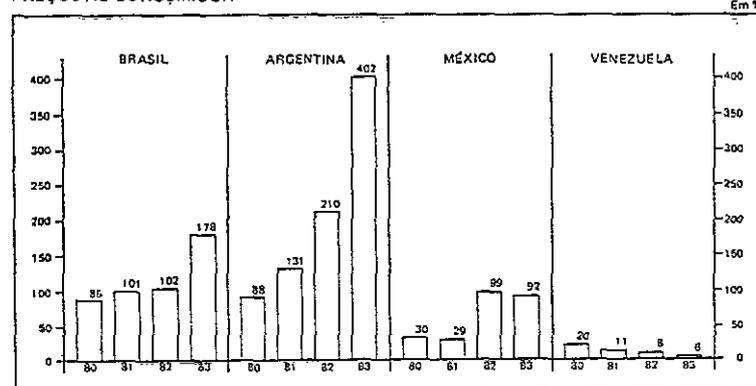
Há 50 hipóteses desse tipo.

Mas, todas elas apontam o resultado de que o Brasil realmente é solvável.

### INFLAÇÃO

PREÇOS AO CONSUMIDOR

18



O gráfico 18 permite uma comparação com os outros países. Nesta comparação, perdemos. O nosso resultado é bem menos brilhante. Mas, de qualquer forma, mostra o seguinte: em todos os países se colheu o mesmo tipo de efeito; menos graves do que no Brasil, talvez. Tivemos que suportar a coincidência daquela frustração de safras de grãos com a desvalorização cambial. Mas se vê que todos os países, menos a Venezuela, tiveram aumentos

de preços importantes. A Venezuela é um caso interessante. É uma economia praticamente aberta, o que lhe permite ter uma taxa de inflação igual à do mercado externo. Ela tem uma taxa de inflação praticamente equivalente à taxa de inflação do Mundo.

Por quê?

Porque é uma economia inteiramente ligada ao comércio exterior.

**PROJEÇÕES DO BANCO MUNDIAL**  
HIPÓTESES BÁSICAS

19

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Preço Internacional do Petróleo (US\$/barril)	30	33	36	40	43	47	52	57	63	70
Líbor (%)	10	09	09	09	09	09	09	09	09	09
Crescimento Anual das Economias Desenvolvidas (%)	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Crescimento Industrial no Brasil (%)	-2,0	3,0	4,0	6,0	6,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0

**PROJEÇÕES DO BANCO MUNDIAL**  
1984—1993

20

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
<b>SALDO COMERCIAL</b>	9,0	10,4	11,9	13,3	15,3	17,8	20,8	23,8	27,1	31,0
Exportações	25,2	28,9	32,8	37,2	42,3	48,5	55,9	63,8	72,9	83,4
Importações	16,2	18,5	20,9	23,9	27,0	30,7	35,1	40,0	45,8	52,4
<b>SALDO TRANSAÇÕES CORRENTES</b>	-6,0	-5,8	-5,0	-4,6	-3,7	-2,3	-0,6	1,2	3,6	6,5
Serviço da Dívida/Exportações (%)	71,2	67,6	71,8	68,8	66,8	65,7	60,3	54,2	50,9	45,1
Dívida/PIB (%)	36,3	34,6	33,3	32,3	30,9	29,2	27,0	24,7	22,3	19,9

Foi esta convicção que permitiu que nós negociássemos a nossa dívida em 1982; a mesma convicção que presidiu as negociações da dívida em 1983 e 1984. E que vai permitir que nós negociemos daqui para a frente.

O importante é compreender isto:

O Brasil mudou.

A estrutura produtiva nacional se alterou de maneira significativa nos últimos cinco anos.

Nós temos grande dificuldade de ver isto, porque todos esses fatos estão encobertos por uma nuvem, que é este processo inflacionário que nós estamos vivendo.

Mas o Brasil mudou, mudou exatamente onde devia mudar.

Mudou na matriz energética;

Mudou na estrutura do setor público;

Mudou na estrutura produtiva.

E é por isto que eu tenho a mais absoluta confiança de que vamos continuar a realizar o nosso desenvolvimento.

Resolvemos o equilíbrio externo e vamos resolver o equilíbrio interno.

**DEBATES**

Após a conferência, o Ministro Delfin Netto colocou-se à disposição dos estagiários da Escola Superior de Guerra, para responder a perguntas. O texto a seguir contém a íntegra das perguntas e respostas formuladas no período regulamentar.

**Primeiro Debatedor** — Sr. Ministro, considera V. Ex<sup>a</sup> possível compatibilizar, em médio prazo, as seguintes evoluções?

a) O serviço crescente da dívida externa induzindo necessidades crescentes de saldos positivos na balança comercial, exercendo, por sua vez, pressões sobre os meios de pagamentos?

b) Política cambial necessariamente visando a premiar exportações e, como tal, onerando importações, elevando os custos de produção internamente dos bens e serviços dependentes de insumos importados?

c) Desaceleração inflacionária?

d) Ampliação da propensão a poupar?

e) Retomada do crescimento?

Muito obrigado.

**Ministro DELFIM NETTO** — Vamos analisar por etapas. Primeiro, quanto ao serviço da dívida externa — qualquer que seja a hipótese que você faça, — ele deve ser compatível com uma expansão adequada das nossas exportações. Se as nossas exportações continuarem crescendo 10%, 12%, um pouquinho mais, 15% ao ano, não haverá problema adicional para o serviço da dívida. Mas, a balança comercial não deve ser olhada como se fosse o resultado final. Temos que olhar, de preferência, o resultado do balanço em contas-correntes. Como o balanço em contas-correntes vai ser negativo, o efeito

final será de menor pressão sobre os meios de pagamento. Há pressão sobre os meios de pagamento enquanto estiverem crescendo as reservas. Por exemplo, neste ano, temos alguma pressão sobre os meios de pagamento.

Por quê?

Porque nós saímos de uma reserva negativa de menos 3 bilhões de dólares (isto é, partimos de um atrasado comercial de 3 bilhões de dólares sem nenhuma reserva) e temos, hoje, em caixa, 4 bilhões de dólares. Esses dólares foram transformados em cruzeiros e é fácil imaginar o que aumentou em meios de pagamento. Vamos terminar o ano, creio, com alguma coisa parecida com 5 bilhões de dólares. Este ano estamos injetando recursos por causa do aumento das reservas. Mas as reservas não vão crescer a essa velocidade sempre. Elas deverão crescer um pouco menos, crescerão a uma velocidade menor.

Como é que se compensa isso? Tem-se que compensar isso através da política de mercado aberto. E é o que temos procurado fazer. Injetamos recursos no mercado comprando dólares e retiramos vendendo títulos. Pode-se imaginar o seguinte: isso também é um processo que tem limites, não pode continuar indefinidamente. De fato, não vai continuar, porque ninguém imagina que as reservas vão continuar crescendo à velocidade que cresceram este ano.

De forma que é preciso essa compatibilização no que diz respeito à sua questão a.

A política cambial necessariamente — e o senhor tem toda a razão — vai premiar a exportação e punir a importação. Mas temos de distinguir, aqui, o seguinte: nível de preços é uma coisa, inflação é outra. Inflação é aumento do nível de preços. Quando se corrige a taxa cambial real, o efeito é ampliar o nível de preços. Aumentamos o nível de preços das exportações e o nível de preços das importações. Suponha que não existisse nenhuma inflação. Isso causaria um aumento de preços menor do que a desvalorização cambial, mas os preços não subiriam mais; eles subiriam uma vez só.

Então, o efeito da desvalorização cambial é quando se faz a desvalorização cambial real. Isso nós já fizemos em 1979 e voltamos a fazer em 1983. Daí para a frente, corrige-se o câmbio, digamos, pela correção monetária. Não se está produzindo uma inflação autônoma, estamos simplesmente carregando a inflação para a frente. A elevação da taxa cambial é produto da inflação, ela não é a causa original da inflação. Ela só produz um efeito autônomo sobre os preços quando se faz uma desvalorização cambial real.

Sobre a sua terceira questão, eu não tenho dúvida de que é possível termos uma desaceleração inflacionária. Eu acho que o exemplo de 1981/82 mostra que uma vez absorvidas as grandes tensões pode-se ter uma redução. A desaceleração inflacionária é menor do que poderia ser com uma política como a que temos hoje, pratica-

mente com a eliminação do déficit público e os meios de pagamento controlados em torno de 86%. Mas não desacelera mais depressa por causa dos mecanismos de correção monetária que foram introduzidos ao longo do tempo no Brasil.

Já a ampliação da propensão a poupar é uma questão que está ligada muito mais à atividade dos indivíduos e das empresas. Um pedaço das altas taxas de juros que temos hoje é praticado exatamente para induzir a essa poupança. O que é lamentável, como eu disse, é que esses recursos sejam utilizados em projetos cujas prioridades são um tanto duvidosas.

Quanto à retomada do crescimento, acho que estamos diante dela. Estamos retomando o crescimento ainda num ritmo lento, mas, espero, com maior segurança. Este crescimento vem respaldado naquelas mudanças a que me referi: a ênfase na agricultura e o redirecionamento na indústria, impulsionado pelo setor exportador.

**Segundo Debatedor** — Sr. Ministro, é sobejamente conhecido que o déficit público norte-americano está sendo financiado pelos países em desenvolvimento por causa da elevação da taxa de juros no mercado internacional. Por outro lado, se o déficit norte-americano for reduzido de forma violenta, os países que dependem de exportação sofrerão muito. Como desatar tal nó?

**Ministro DELFIM NETTO** — Acho o seguinte: existe um nó, mas eu não sei se é bem este a que o senhor se referiu. Vamos pensar um pouco sobre a primeira idéia. Dizer que estamos financiando o déficit americano é um pouco de exagero.

Financia o déficit americano quem compra bônus do Tesouro americano. Há países subdesenvolvidos que compram bônus do Tesouro americano. A elevação da taxa de juros certamente é produzida pela dimensão do déficit. Mas creio que é um exagero dizer que os subdesenvolvidos estão financiando o déficit americano.

O que nós podemos reclamar é contra o déficit americano mas, ainda assim, com jeito. Recentemente, estive lá. Os americanos dizem o seguinte:

“Está bem, você está querendo reduzir o “meu” déficit. Eu reduzo. Agora, quem paga o porta-aviões que está no oceano Índico?”

Ou quem paga a esquadra no Mediterrâneo, mais os porta-aviões no Pacífico, a VIII Força que eu tenho que manter em tal lugar?

Você está pedindo para mim o seguinte: “Reduza a sua segurança nacional porque estou sendo incomodado”.

Eles jamais vão atender a uma coisa dessas.

O que estamos querendo impor aos Estados Unidos é uma coisa que não queremos que os Estados Unidos façam conosco, ou seja, eles nos digam o que devemos fazer.

Então, o problema do déficit americano precisa ser olhado com muito cuidado. Nós temos que sugerir que eles se acomodem. Quer dizer, os Estados Unidos são como um elefante num quarto 2 x 2. Quando ele dá uma mexida, os amigos sobem no lustre e os inimigos saem pela janela. Então, o que se tem que pedir é que eles se acomodem, quer dizer, “não se mexam, fiquem quietinhos”. Agora, não dá para chegar para eles e dizer: “Reduzam o déficit”. Eles dizem: “Está bem. Reduzimos o déficit; e o que fazemos com este problema de segurança do mundo?”

Então, parece-me que é preciso ter em conta isso, se queremos realmente atingir os nossos objetivos. Eu acho que eles vão reduzir o déficit, porque eles também não gostam da taxa de juros alta. Há uma coisa que muitas pessoas não entendem: este ano, os Estados Unidos vão pagar 60 bilhões de dólares somente em juros aos portadores de bônus do Tesouro americano. Vamos supor que, nos Estados Unidos, os juros caíssem de 12% para 8% ao ano. Isso significaria uma economia para o Tesouro americano de 60 bilhões de dólares, de pagamentos de juros. Os americanos têm tanto interesse como nós em

reduzir os juros. Precisamos compreender que não somos capazes sequer de controlar o preço de uma lata de sardinha, que é a coisa aparentemente mais simples de controlar. Do mesmo jeito, ninguém controla a taxa de juros. Ela é produto da convergência de uma série de forças no mercado. No fundo, ela é produto da oferta e da demanda de fundos. Como os Estados Unidos têm um déficit comercial gigantesco — 12 bilhões de dólares por mês — ou seja, 144 bilhões de dólares num ano, eles são obrigados a tentar um movimento de capitais no sentido contrário. Para fazer isso, como há uma escassez de fundos, as taxas de juros sobem nos Estados Unidos, e o capital migra para os Estados Unidos. De um único país desenvolvido migraram recentemente 25 bilhões de dólares para aplicação no mercado financeiro norte-americano.

Esse mecanismo tem uma contrapartida. Suponha que eu diga a eles: "Eu não quero que vocês atraiam mais capital".

Eles dizem: "Vou reduzir o déficit comercial".

Bom, se eles reduzirem o déficit, eu caio de joelhos. Quer dizer, eles vão cortar as minhas importações, o que vai impedir que eu resolva os meus problemas; e não vai resolver o problema deles.

Nós temos aqui uma contradição que não pode ser resolvida simplesmente pedindo aos Estados Unidos que reduzam o seu déficit. Isso também não vai ser resolvido simplesmente imaginando que os países subdesenvolvidos estão financiando o déficit americano. Por uma razão muito simples, eu diria: é que todos os países subdesenvolvidos, juntos, não têm 200 bilhões de dólares de recursos para financiar o déficit americano. É uma questão de dimensão.

Este ano eles vão crescer 6% o seu produto, de quase 4 trilhões de dólares. Vão dar uma respirada e isto significa crescer 240 bilhões de dólares. O nosso produto é 300 bilhões. A respirada deles, só de encher o pulmão, equivale a dois terços da economia brasileira. É preciso não perder de vista a relatividade do tamanho de cada um de nossos países diante da economia dos Estados Unidos. Temos que realmente fazer uma política monetária adequada, mas não adianta simplesmente desejar ou acreditar que eles possam reduzir o déficit. No fundo, nós precisamos do déficit deles. Nós precisamos do porta-aviões deles no Mediterrâneo, no Índico, para garantir o nosso suprimento de petróleo.

Não adianta pedir para eles: "Vocês saiam desse negócio e deixem outros tormarem conta".

Só se nós não precisássemos mais de petróleo do Oriente Médio.

Podíamos dizer: "Aumentem os impostos".

Mas, não é fácil, principalmente agora, com a proximidade das eleições de novembro.

Então, a última coisa que se pode esperar este ano é que se decidam a aumentar os seus impostos.

**Terceiro Debatedor** — Eu já tinha e tive aqui a certeza de que o senhor sabe das grandes dificuldades que estamos passando, junto com o País. E não são poucas, Sr. Ministro. Eu acredito, porque acredito no seu patriotismo, que neste momento a moratória nos levaria a uma situação pior, pois, se assim não fosse, o senhor já teria propugnado por ela. Mas deve haver um patamar a partir do qual não haveria outra solução, não valeria a pena continuar lutando. Eu pergunto: Este ponto está muito longe?

**Ministro DELFIM NETTO** — Espero que esteja cada vez mais longe. Deixe-me dizer-lhe por que: a moratória é uma daquelas coisas muito fáceis de falar e difíceis de executar.

Suponha que o Brasil fosse rigorosamente independente da importação de energia. Então, eu acho que nós tínhamos uma chance de dizer ao credor: "Vocês me esperem, um dia qualquer vou decidir e volto para conversar com vocês".

Mas, a partir daí, nós iríamos viver como?

Não podia deixar nem o avião da VARIG sair daqui, porque, quando ele pousasse em Paris, o banco credor pegava o avião da VARIG. Não deixava nem o navio do Lloyd sair, porque, quando ele entrasse em Dacar, cata-vam ele lá e não voltava mais.

Agora, vamos supor um país que importa, ainda hoje, 40% da sua energia: pode o país tomar uma atitude como esta?

Isto é uma coisa impensável. Ninguém faz isso, a não ser diante da situação mais dramática, da impossibilidade de conversar com o credor.

Diante disso, o que é que nós temos feito? Nós vamos lá, conversamos, renovamos o crédito, esticamos pagamentos e assim vamos continuar vivendo. Então, qual era a vantagem de chegar lá e dizer: "Eu não pago mais"?

Esta é uma atitude que não conduz a coisa alguma.

Porque a força só se pode usar quando realmente se tem condições de impor a vontade ao inimigo. Se não tiver essa condição, é bom não usar a força, que ele acaba usando a dele em cima de nós.

O que foi que fizemos nesses dois anos, em que as pessoas ficaram exigindo a moratória?

Não declaramos moratória nenhuma, pagamos a quem nos emprestou dinheiro, limpamos todos os atrasados comerciais. Chegamos a ter entre 3 e 4 bilhões de dólares de atrasados comerciais e ninguém deixou de fornecer ao Brasil.

Por quê?

Porque o Brasil nunca disse que não ia pagar.

Eu acho que é isto que convém à Nação brasileira.

Ninguém deve imaginar que vamos poder saldar toda a dívida; nem os banqueiros esperam isso.

Ninguém pensa nisso.

O que vamos fazer é uma coisa muito simples: nós vamos trabalhar, diminuir a nossa dependência externa, fazer a dívida crescer menos do que as nossas exportações para, daqui a quatro ou cinco anos, estarmos numa situação mais folgada e tudo funcionando direito.

Não se pode imaginar que o Brasil iria pegar 100 bilhões de dólares e devolver todo esse dinheiro aos banqueiros.

Nenhum banqueiro é ingênuo para pensar que essa hipótese seja verdadeira. O máximo que ele quer é receber os juros, e mesmo assim quando tivermos disponibilidade. Esta é a mecânica pela qual as coisas funcionam.

Nós temos de fazer as exportações crescerem mais do que a taxa de juros. Ponto final.

Se fizermos isso, a nossa situação não piora; melhora.

É claro, se continuarmos a ter déficits em contas correntes de 14 bilhões de dólares, ninguém vai poder financiar. Mas, se tivermos um déficit de 4 bilhões no final do ano, todo o mundo vai continuar financiando.

**Quarto Debatedor** — Sr. Ministro, gostaria de conhecer a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> acerca da controversa questão da desindexação da economia brasileira. Muito obrigado.

**Ministro DELFIM NETTO** — Esta é uma pergunta igualmente importante. Acho que vale a pena gastar alguns minutos para a gente entender, porque se está colocando uma questão fundamental. Este ano tivemos duas modas: a primeira era desdolarizar. Aquilo logo morreu. Verificou-se que se queria continuar usando a velha técnica do lucro privado e do prejuízo socializado. O Governo não aceitou.

Depois, veio a grande onda da desindexação, que continua em si uma coisa extremamente importante, porque é visível que o sistema de indexação dificulta a solução do problema inflacionário.

Vamos supor que se conseguisse multiplicar tudo por um número: 0,5. Poder-se-ia corrigir o salário, o câmbio, a caderneta de poupança, a correção monetária, os CDB, tudo em 0,5 do Índice de Preços. Suponhamos que isto tivesse sucesso. Acredito que baixaria a inflação realmente.

Agora, é preciso prestar atenção sobre o seguinte: apenas um único ativo, sobre o qual não temos nenhum controle, ia ficar livre, pagando correção monetária plena.

É o dólar no mercado negro.

Então, o que ia acontecer?

No primeiro mês, todo o mundo continuava depositando seu dinheiro na poupança. Mas, quando chegasse o dia 15 do mês seguinte, o cidadão ia ver que o câmbio negro começou a subir, e ele com o dinheiro na poupança. Ele ia ficar achando que é melhor negócio retirar o dinheiro da poupança e comprar um dolarzinho no negro... E, rapidamente, cada um de nós diminuiria a sua poupança em cadernetas, em CDB etc., para comprar dólares no câmbio negro.

Da mesma forma, o exportador, vendo o seu dólar oficial corrigido pela metade e o dólar no negro subindo inteiro, ia começar a pensar que o melhor negócio seria subfaturar um pouquinho na exportação. "Vou tirar uns dois dólares por tonelada e vender a diferença no negro. Minha consciência está tranquila".

Ele subfaturaria.

Já o importador agiria de forma parecida, mas no sentido inverso. Colocaria mais alguns dólares na fatura de importação, e superfaturaria a mercadoria que estava importando também para vender os dólares excedentes no câmbio negro, aproveitando as boas taxas.

Bem, qual seria o resultado dessa prática generalizada no mercado cambial?

Seria uma redução extremamente rápida dos saldos na balança comercial. Enquanto isso, o câmbio negro estaria próspero, com uma taxa a 70 ou 100% acima da taxa oficial de câmbio.

Rapidamente, o que o Governo teria de fazer?

Não tem como conviver com o encurtamento do saldo na balança comercial; ele tinha de fazer uma desvalorização do câmbio oficial. Ele ia realmente puxar o oficial mais ou menos para o nível do negro, para eliminar a diferença entre os dois. E começava tudo de novo.

Então, em todo esse problema ninguém explicou o seguinte: há uma variável solta. Isto não é um sistema de equações, não é um sistema fechado. Há uma variável solta. Todo mundo recomenda desindexação, mas ninguém foi capaz de dizer o que fazer com o dólar que está solto. É fácil sugerir a desindexação. O duro é "desindexar" mesmo e arrostar, depois, as consequências...

É preciso desindexar, mas, infelizmente, não há como desindexar.

Nós temos de ganhar esta guerra sem mexer no sistema de desindexação. Quando a inflação chegar a um nível razoável, aí, sim, acho que tem de acabar com isso do dia para a noite. Nós temos de nos livrar desse fantasma. Isso é um negócio que vem do passado e passa para o futuro e vai-nos empurrando a todos. Foi um instrumento maravilhoso, na época apropriada. Nenhum país enfrentou inflação de 200% sem correção monetária. Não tinha como viver. Nenhum país podia ter feito o que se fez de 1964 a 1973 — reduzir a inflação de 80 para 15% — sem um instrumento como este. Mas ele é um instrumento perverso. Ele depende do sinal da derivada. Quando a derivada está crescendo, quando os preços estão crescendo, ele tem um efeito tremendo, tem um efeito muito rápido, empurra tudo à frente. Quando os preços estão baixando, ele tem o efeito de retardar. Agora, é claro que o senhor não pode ter uma coisa que só funciona abaixo. Enquanto agia na direção correta, tudo funcionou maravilhosamente.

**Quinto Debatedor** — Sr. Ministro, ficou sobejamente demonstrado que o Governo se viu obrigado a aceitar, a conviver com as diversas tensões inflacionárias, decorrentes das medidas de ajuste e correção que ele se propunha a fazer. O consenso da população é de que talvez uma das únicas medidas mais fortes de correção e combate à inflação teria sido a restrição aos reajustes salariais. O Governo admite que é um forte fator realimentador da inflação, até mesmo a reposição salarial a níveis

do INPC, ainda que expurgados. Uma das fortes tensões inflacionárias seria a taxa de juros muito acima da inflação. V. Ex<sup>a</sup> nos deixa supor que talvez se mantenha esse nível elevado, em que pese isso poder, na medida em que se eleva a taxa de juros, reduzir o nível de investimentos. Considerando a estratégia de desenvolvimento em relação à política salarial e em relação à taxa de juros, como vai o Governo proceder daqui para diante?

**MINISTRO DELFIM NETTO** — Há duas questões, aqui, da maior importância. O salário real não é o salário no pico. O salário real, obviamente, é o salário na origem, menos aquilo que a inflação comeu durante o período em que vigiu. Pode-se admitir, aí, uma função contínua, mas está na média. Não sei bem se a média aritmética, mas alguma coisa no meio entre aquele máximo, na hora do reajuste, e aquele mínimo, que é exatamente um dia anterior ou um mês anterior ao reajuste. Com o 2.065, o Governo não pretende reduzir o salário real. O Governo tem uma política que mantém o salário real.

O 2.065 não reduziu o salário real. Ele mantém o salário real relativamente constante. O que acontece é que, entre o reajuste e a correção nova, tem-se um desgaste permanente. Digamos, no nosso caso, que somos funcionários públicos: nós tivemos o nosso reajuste em janeiro, vamos ter o próximo em julho: de janeiro até julho os preços crescem cerca de 50 ou 60%. Começamos com um salário real, terminamos com outro salário real, e a média do salário real foi desgastada uns 30%. Quando se corrige de novo, vai para o pico e o processo se repete.

Afinal de contas, o que é a inflação?

No final de tudo, todas as tensões levadas em conta, tem-se uma inflação de custos, produzida pela aceleração da taxa de juros pela elevação da taxa de câmbio, mas ela tem um efeito de uma vez só. Uma vez corrigidos os juros, cessa tudo. Os juros não produzem efeito parecido com o do salário. Ao contrário, os juros têm efeito uma vez só. Elevam o nível dos preços, não elevam a taxa de crescimento dos preços.

Já com os salários, o efeito é diverso. O salário, cada vez que é reajustado, exerce o papel de elevar a taxa de crescimento dos preços.

No fundo — é claro que esta situação não é só produzida pelo salário, é produzida pelo déficit público, etc. — a inflação representa uma incompatibilidade entre a demanda global e a oferta global. Ora, uma parcela significativa da demanda global — mais de 80% — é produzida por salários.

Então, é razoável supor que os salários exerçam uma pressão inflacionária.

E como posso eliminar essa tendência?

Mantendo o salário real constante.

O efeito dos juros e o efeito dos salários sobre a inflação são totalmente diferentes.

Por quê?

Porque os juros têm efeito uma vez só. Uma vez elevados os juros, sobe o nível de preços. Mas não há razão para subir a taxa. A partir daí, fica constante. No salário, não. Suponhamos que existe realmente um desequilíbrio entre a oferta e a procura. Aumentamos o salário, ele pressiona os preços. A inflação ocorre exatamente na medida necessária para reduzir o salário real ao nível compatível com o que a economia pode pagar. Se corrigirmos de novo o salário, simplesmente reintroduzimos o erro: a inflação vai repetir-se para absorver o aumento e assim por diante.

**Sexto Debatedor** — Sr. Ministro, o esforço do Governo, nos últimos cinco anos, voltado para o ajuste da economia, foi muito grande. A ação dos instrumentos da política econômica produziu resultados bastante evidentes no setor externo. Porém, a inflação não cedeu em nenhum momento, crescendo continuamente em termos acumulados.

A que se deve tal distorção, além daqueles resíduos das outras políticas que o senhor mencionou na sua pa-

lestra? Teríamos alguns efeitos ligados à ineficiência dos instrumentos fiscais-monetários?

A inflação ficou em segundo plano em seu combate ou temos tido alguns problemas de identificação nas causas da inflação?

Muito obrigado.

**Ministro DELFIM NETTO** — A taxa de crescimento da inflação realmente caiu em 1981 e 1982 e depois voltou a subir.

O problema é que toda correção estrutural exige a utilização de medidas que provocam inflação.

Vamos pensar na correção dos preços do petróleo, por exemplo. Em 1974, quando se corrigiu o preço do petróleo, o aumento foi de quase 400% no ano. Ora, isso cria uma tensão enorme sobre a economia. Os preços subiram velozmente, para absorver aquela elevação do custo de energia. Se nós não tivéssemos de fazer novas correções, aquilo estava terminado. Terminava; como espere que agora estejamos simplesmente repondo o que se perde a cada mês. O que causa a inflação não é mais o aumento do preço do petróleo. Quer dizer, quando o Governo tiver que corrigir o preço da gasolina, no futuro, a cada três ou quatro semanas, ela vai ser corrigida pela inflação que passou. Ela, em si, vai transferir a inflação para a frente, mas vai ser corrigida por uma inflação que já aconteceu. Vai ser corrigida por uma inflação que se está manifestando na taxa cambial, cuja correção afeta os custos das importações de petróleo. O aumento dos custos provoca uma diminuição na conta-petróleo. Quando a conta chega a zero, temos que aumentar a gasolina e os outros combustíveis, porque não podemos deixar a conta ficar negativa. Ocorre inflação quando o Governo corrige o preço da energia acima das taxas de inflação vigente, para elevar o custo real e provocar economia de combustível. A mesma coisa acontece, digamos, no aço. Para terminar o programa siderúrgico temos sido obrigados a colocar mais 5% de acréscimo real no preço do aço.

O aumento deixa um resíduo inflacionário no momento em que se eleva o preço absoluto, não quando simplesmente se corrige pelo passado. Mas ele tende a perpetuar a inflação, porque, quando se corrige a gasolina, sobem os custos agrícolas e os aumentos de preços tendem a se perpetuar.

Creio que não há problema maior quanto à identificação das causas da inflação. As causas da inflação brasileira são absolutamente ortodoxas. A inflação brasileira é produto, primeiro, de uma expansão desmesurada do setor público. Nós fizemos um programa que estava muito acima da nossa capacidade e poupança. A soma dos programas que formulamos está acima da nossa capacidade de poupança. Só podia acontecer duas coisas: ou inflação ou déficit em contas-correntes. Aconteceram as duas coisas.

Por quê?

Porque nós investimos muito mais do que a Sociedade estava disposta a poupar. A Sociedade não estava disposta a poupar o programa atômico — ponto final. Não adianta ficar bravo, triste. A Sociedade não estava disposta a poupar 30 ou 40 bilhões de dólares para ver gerada uma quantidade maior de energia hidrelétrica e nem para duplicar o setor siderúrgico. Não estava disposta a fazer a Ferrovia do Aço para carregar minério a 60 km por hora. Não estava disposta a fazer um programa de marinha mercante, que se revelou o triplo da nossa necessidade.

Esses programas, todos, consumiram muito mais recursos do que a Sociedade Brasileira podia poupar.

A economia é como se fosse um sistema fechado. A única abertura é o déficit em contas-correntes. Então, se não queremos que haja esse déficit em contas-correntes e o Governo quiser fazer o seu programa, ele tem que tomar os recursos do setor privado.

Como se faz isso?

Faz-se isso da forma menos visível possível para o setor privado.

Não há, portanto, necessidade de nenhuma teoria nova para explicar as causas da inflação brasileira; a causa elementar foi a expansão absurda do setor público. Foi uma expansão que — como eu disse no início — não adianta reclamar contra ela. Nós temos é de absorvê-la, de metabolizar isso que está aí; viver mais um pouquinho o tempo e terminar esses projetos todos. Quando terminarem esses projetos, nós vamos ter uma folga imensa. Daqui a dez, doze meses, teremos praticamente pronto o programa siderúrgico na COSIPA e na USIMINAS. É uma expansão imensa na produção de aço. Quando tivermos Itaipu concluída, as vantagens serão imensas. Hoje, Itaipu é ainda uma grande despesa e um grande endividamento.

Mas, Itaipu pode parar?

Não há como parar Itaipu. Mas, para continuar a fazer Itaipu, tem-se que manter a taxa de juros interna alta, para que o setor privado não use o aço que estou usando lá, para que ele não use o cobre que estou usando lá, para que ele não use o cimento que estou usando lá.

A taxa de juros alta é o mecanismo pelo qual o Governo empurra garganta abaixo do setor privado a compressão de sua atividade.

Então, não existe nenhum mistério na inflação brasileira. A inflação brasileira é produto de um programa de investimentos absolutamente incompatível com a poupança nacional. É o produto da necessidade de terminar esse programa, uma vez começado; é produto da consciência do Governo de que tem de terminar esses programas.

De que forma se terminam os programas?

De todas as formas:

Seja por uma elevação brutal da tributação, seja por uma elevação da taxa de juros; e, quando ainda não está satisfeito, mediante novas emissões.

Então, não precisa nenhuma teoria especial, não precisa pensar numa explicação original para qualificar a inflação brasileira. A inflação brasileira é uma inflação de rodapé de qualquer livro elementar de Economia. É uma inflação produzida por um descompasso entre o montante que se deseja fazer — o Governo — e o montante da poupança nacional. Nunca houve dúvida sobre este diagnóstico.

**Sétimo Debatedor** — Apesar de todos os esclarecimentos já ouvidos, formulo a seguinte pergunta: se a política atualmente adotada, de correção monetária e reajustes semestrais para atualização dos valores monetários, não se constitui numa "fuga" ao ataque direto à inflação, que nos parece seria a medida realmente eficaz para o saneamento econômico-financeiro do País?

Perguntamos, também, até quando é prevista a conviência com esta política.

**Ministro DELFIM NETTO** — O Senhor tem razão. Quando se faz a correção monetária semestral, reduz-se o desejo das pessoas de combater a inflação. Poucas pessoas estão dispostas, realmente, a enfrentar um combate verdadeiro à inflação.

O combate à inflação implica num sofrimento enorme. Nós temos sofrido menos do que seria necessário para um combate frontal à inflação, como o Senhor está imaginando.

O que o Governo está fazendo?

O Governo está controlando o déficit público, está controlando os meios de pagamento, fez os ajustes de preços reais que tinha que fazer. Esgotamos as tensões inflacionárias. Achô que a inflação vai começar a cair. Se ela de fato começar a cair, teremos conseguido uma solução um pouquinho menos sofrida do que aquele corte frio no processo inflacionário.

Quando a inflação está muito difícil e se apela para as correções semestrais, de fato estamos dando um pouco de anestésico para a economia. O sacrifício fica um pou-

co mais suave e as pessoas tendem a se acomodar. Mas não tenhamos a menor dúvida: se este sistema que está aí não produzir o resultado adequado — e a inflação é muito psicológica, também, ela tem as suas tendências a persistir, ela tem suas dificuldades, ainda que não haja causa psicológica que sobreviva a uma boa política monetária e fiscal — alguém vai fazer o que o senhor implicitamente está sugerindo aqui. Podemos ter certeza, porque ninguém vive permanentemente com uma inflação de 220%. A inflação de 220% tem dois inconvenientes: o primeiro, é que ela desarticula o funcionamento do sistema financeiro e o sistema de preços. O segundo inconveniente é que ela é instável: um choque externo pode levar a um aumento dramático a taxa de inflação, da mesma maneira que um choque externo pode levar a uma queda dramática. Mas essa não é uma inflação, digamos, estável. Não é como aquela inflação de 15 ou 17% que nós tínhamos e que podíamos viver com ela. Vivemos vinte anos com ela, sem maiores problemas.

Acredito que estamos terminando com as causas objetivas da inflação. O Governo, este ano, termina o déficit público, que é a causa fundamental. E os meios de pagamento estão sob controle. A minha esperança é que realmente a inflação vai ceder. Estamos vivendo uma safra agrícola melhor do que a média. A taxa de juros está estabilizada. Alta, mas estabilizada. Há uma política salarial que não transmite os efeitos da inflação passada.

De forma que, acho que existem todas as razões objetivas para que haja uma redução importante da taxa de inflação.

É a minha esperança.

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

**O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores: *Mutatis Mutandis*, os jornais de todo o Brasil publicaram hoje a seguinte notícia:

BRASÍLIA — “não colocarei a Previdência Social a reboque de uma candidatura para fazer o que todos nós condenamos”, declarou ontem em tom taxativo o ministro Jarbas Passarinho, ao lado do próprio Paulo Maluf, que muito sorridente foi pedir-lhe apoio à sua candidatura à presidência da República. O ministro disse que lhe daria o seu apoio físico, não o jurídico, acrescentando porém que ele nem precisaria se mobilizar no seu Estado, o Pará, “pois os amigos que tenho lá já estão todos com Maluf”.

Durante a entrevista coletiva, Passarinho assegurou que Maluf tem condições de vencer no Colégio Eleitoral. Mas muito antes do deputado chegar ao Ministério protegido por vários agentes de segurança, Passarinho mandou distribuir uma nota assinada e datada à imprensa, divulgando antecipadamente o que conversariam mais tarde, durante uma audiência que durou cerca de meia hora.

“Durante nossa conversa” — que ainda ia acontecer — disse-lhe que:

1. Como é notório, votei no ministro Mário Andreazza, entre outras razões porque o julgava mais adequado a uma tentativa de união do PDS;
2. Vencido o meu candidato, acato democraticamente a decisão da maioria;
3. Não tenho papel a representar no Colégio Eleitoral, ao qual não pertencço, como se sabe, cabendo à maioria que elegeu o deputado Paulo Maluf, agora esforçar-se para conseguir a unificação do partido; e,
4. O Ministério da Previdência e Assistência Social está aberto, até para evitar equívocos de campanha eleitoral, para prestar informações a partidos e a candidatos.

Sr. presidente, por incrível que possa parecer, estou ocupando aqui a tribuna para defender o Deputado Paulo Maluf da suspeita levantada pelo Ministro Jarbas Passarinho. Não tem outro sentido essa advertência prévia do Ministro Jarbas Passarinho: “Não colocarei Previdência Social a reboque de uma candidatura para fazer o que todos nós condenamos”. Quer dizer, se o Deputado Paulo Maluf não explicar bem a questão, eu vou ficar pensando que o Deputado Paulo Maluf chegou lá para conversar baixinho com o Ministro Jarbas Passarinho para que S. Ex<sup>a</sup> coloque a Previdência Social a serviço da candidatura Paulo Maluf.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Permite V. Ex<sup>a</sup> uma aparte?

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Porque outro não pode ser o sentido desse pontapé logo que o Ministro Jarbas Passarinho vai dar.

Quem assistiu a essa entrevista mais ou menos ao vivo pela televisão, verificou que o Deputado Paulo Maluf ficou com “cara de tacho”, sem saber esconder a cara, tal a grosseria e a tentativa de humilhação do Ministro Jarbas Passarinho para com S. Ex<sup>a</sup>

Antes que eu prossiga, tem o aparte o nobre Senador Moacyr Duarte.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Nobre Senador Hélio Gueiros, quero, preliminarmente, congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pela sua preocupação em relação ao candidato Paulo Maluf. Em segundo lugar, gostaria de aditar que o que o Ministro Jarbas Passarinho disse foi repetido, hoje, pelo porta-voz da Presidência da República, de que não colocaria a máquina oficial a serviço ou a reboque de uma candidatura. Devemos exaltar esse comportamento, devemos elogiar um comportamento dessa natureza, devemos bater palmas para um comportamento que está sendo, inclusive, manifestado pela imprensa. Se o Ministro Jarbas Passarinho fez essas declarações, ele as fez em defesa daqueles princípios que norteiam a sua administração e nortearam sempre a sua vida pública retilínea e ímporta. A preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, não sei qual a razão que a sedimenta, que a alicerça, porque V. Ex<sup>a</sup> poderia, *permissa venia*, utilizar a tribuna do Senado Federal para denunciar um comportamento a *contrario sensu* do que o Ministro Jarbas Passarinho está declarando ou que declarou. Mas eu me surpreendo. Julguei que V. Ex<sup>a</sup> fosse exaltar o Ministro Jarbas Passarinho pelo fato de ele ter feito uma declaração, declaração esta que era esperada por toda nação brasileira.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Nobre Senador Moacyr Duarte, sem querer ser absolutamente desleal ou irreverente, eu vou apelar para um ditado, de que, “o apressado come cru”. Se V. Ex<sup>a</sup> tivesse tido a paciência de me ouvir mais um pouquinho, V. Ex<sup>a</sup> talvez não tivesse dado o aparte nos moldes em que concedeu, porque é evidente que eu apenas comecei a conversar sobre o assunto e não tirei, ainda, nenhuma conclusão. Comecei a lançar as premissas, a mostrar essa declaração, repetida em todos os jornais do Brasil, do Ministro Jarbas Passarinho, que, a meu ver, está insinuando que o Deputado Paulo Maluf foi lá pedir uma coisa escabrosa, uma coisa irregular...

**O Sr. Moacyr Duarte** — Permite V. Ex<sup>a</sup> uma aparte?

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — ...e que ele, tão prevenido estava com o Deputado Paulo Maluf, que, antes de Paulo Maluf colocar os pés dentro de seu gabinete, ele já tinha dado uma nota à imprensa dizendo que foi a conversa que ainda não tinha acontecido.

Então V. Ex<sup>a</sup> aguarde um pouco — posso dar o aparte, se V. Ex<sup>a</sup> reclama a necessidade desse aparte — para verificar onde quero chegar.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Penitencio-me perante V. Ex<sup>a</sup> e me desculpo. Aceito, inclusive, o refrão de que o apres-

sado come cru, mas, talvez, eu tenha utilizado um outro refrão: quem é coxo parte cedo...

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Confesso que esse segundo refrão não conhecia, fiquei aprendendo agora. De agora em diante, vou colocá-lo na minha coleção de ditos sábios esse agora dado por V. Ex<sup>a</sup>

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além de defender o Deputado Paulo Maluf dessa suspeita levantada pelo Ministro Jarbas Passarinho, vou mais adiante para declarar que fui contemporâneo do Ministro Jarbas Passarinho, na última campanha eleitoral, no Estado do Pará e posso garantir a V. Ex<sup>as</sup> que o Ministro Jarbas Passarinho não foi assim tão puro e tão casto, como S. Ex<sup>a</sup>, invocando Shakespeare, ali daquela tribuna, pretendeu parecer aos seus ex-pares. Pelo contrário, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro Jarbas Passarinho que, àquela altura, era Presidente do Congresso Nacional porque era Presidente do Senado Federal, usou e abusou das mordomias e, mais ainda, da ação e coação das repartições públicas no Estado do Pará, para ajudar a sua fracassada candidatura. S. Ex<sup>a</sup> começava, Sr. Presidente, por usar o jatinho da FAB. Presidente do Congresso Nacional não tem por que ir ao Pará a serviço do Congresso Nacional. Pode, eventualmente, ser alvo de um convite especial e valer-se do transporte do jatinho da FAB. Mas, quando se sabe que no Governo do Estado do Pará estava um seu desafeto que era o Coronel Alacid Nunes, era evidente que da parte do Governo do Estado do Pará nunca lhe chegou um convite oficial para que ele chegasse lá no jatinho da FAB. Mas S. Ex<sup>a</sup> fez toda sua campanha eleitoral, indo e vindo do Pará, num jatinho da FAB.

V. Ex<sup>as</sup> podem achar que, em São Paulo, chegar num jatinho da FAB não tem grande importância. Se chegar, talvez, no Rio de Janeiro ninguém nem vai saber. Mas, em Estados menores, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando um cidadão chega lá numa viatura aérea oficial e essa viatura, esse veículo fica parado no aeroporto, esperando que ele faça e complemente as conversas políticas, é evidente que esse uso é indevido, é imoral, é indecente e teve a única finalidade de impressionar o eleitorado do meu Estado.

Posso dizer a V. Ex<sup>as</sup> que, além disto, o Ministro Jarbas Passarinho, na sua campanha eleitoral, transformou a SUDAN, órgão subordinado ao Ministro Mário Andreazza — com quem S. Ex<sup>a</sup>, afinal, não foi muito correto — num governo estadual paralelo. Tomou as verbas do Ministério da Educação referentes ao salário-educação que, por lei, devem ser entregues à Secretaria de Educação e entregou à SUDAM. A SUDAM foi quem fez a distribuição, a repartição dessas verbas federais que, por lei, pertencem ao Estado. E, como bom repartidor — porque existe aquele ditado que diz, “Quem parte e reparte e fica com a melhor parte ou é tolo ou não entende d'arte”, o Sr. Ministro Jarbas Passarinho fez uma distribuição bem à sua conveniência, pois, de fato, S. Ex<sup>a</sup> é sabido e é artista.

**O Sr. Octávio Cardoso** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Pois não, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Octávio Cardoso** — Nobre Senador, não sei se já está cozido o discurso de V. Ex<sup>a</sup> em que o meu colega Moacyr Duarte entrou ainda quando estava cru...

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Está mais ou menos cozido...

**O Sr. Octávio Cardoso** — Mas eu gostaria de dizer que o Sr. Ministro Jarbas Passarinho já prestou um serviço à candidatura do Dr. Paulo Maluf. V. Ex<sup>a</sup> começou dizendo que, por incrível que pareça, ia defender o Sr. Deputado Paulo Maluf. Isto já é um serviço que o Sr. Ministro Jarbas Passarinho presta a essa candidatura — essa defesa de V. Ex<sup>a</sup> Realmente, que gostaria de dizer que é uma

fronteira bastante difícil aquela que distingue a atividade possível de uma autoridade na política, daquela atividade que é vedada. Veja bem V. Ex<sup>a</sup> o que ocorre hoje: quando o candidato Tancredo Neves se desloca por este País, eu não sei se utiliza passagens do seu Estado, ou condução, automóvel ou aviões do seu Estado. Eu não sei se quando o Governador Franco Montoro se desloca, se S. Ex<sup>a</sup> o faz às custas do erário de São Paulo. Não sei como fazem os outros governadores. Gostaria, apenas, de chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> que o *Jornal do Brasil*, de hoje, dá notícia de que um advogado de São Paulo está entrando com uma ação popular para que o Governador de São Paulo e o Prefeito de São Paulo, ambos correligionários de V. Ex<sup>a</sup>, reembolsem os cofres públicos das despesas que realizaram nos comícios, recentemente, naquele Estado e Capital. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não estou fazendo uma acusação a esses governadores, estou gizando, estou frisando, a dificuldade de limitar as fronteiras daquilo que é permitido a alguém fazer como autoridade, eventualmente fazendo política, e não poder fazer com autoridade no momento em que também realiza política. Só essa a colocação que eu queria fazer no discurso, de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Nobre Senador Octávio Cardoso, eu admito a dúvida de V. Ex<sup>a</sup>, mas essa dúvida não existe com o Ministro Jarbas Passarinho. S. Ex<sup>a</sup> aqui está dizendo que está errado colocar qualquer repartição pública a serviço de uma candidatura. S. Ex<sup>a</sup> vai logo dizendo que está errado, que é condenado, que é indecente, que é imoral, que é ilegal, que é iníquo, que é tudo... No entanto, S. Ex<sup>a</sup> que agora tira esse prurido de muito zelo pela coisa pública, não se comportou com esse mesmo zelo quando disputou mais uma reeleição perante o eleitorado do Estado do Pará.

**O Sr. Octávio Cardoso** — V. Ex<sup>a</sup> é a sentença do Estado do Pará.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Não entendi bem a intenção do aparte de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Octávio Cardoso** — É a favor de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Pois é, mas não compreendi direito.

**O Sr. Octávio Cardoso** — Estou dizendo que a eleição de V. Ex<sup>a</sup> representa uma sentença.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Não tenha dúvida, V. Ex<sup>a</sup>, de fato, respeita a opinião do eleitorado do meu Estado. Eu friso isto com muita satisfação, porque incrivelmente, também, há muita gente que não quer respeitar a decisão do povo do Pará. Ainda há gente que continua a chorar e a lamentar a decisão do eleitorado do Pará, não respeita o eleitorado do Pará. Mas tem que respeitar, é da democracia, não há nada demais em o povo paraense ter escolhido esse e não aquele. Assim como eu já disse aqui que não me meto na política de qualquer outro Estado para dizer que o povo de tal lugar errou, também acho que, com relação ao povo do Pará, ninguém tem o direito nem competência para dizer que o povo errou.

**O Sr. Octávio Cardoso** — V. Ex<sup>a</sup> não me está censurando...

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Vou chegar aí. V. Ex<sup>a</sup>s sempre abreviam a minha intervenção. É por isto que estou agora, se entendi bem o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, louvando V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Octávio Cardoso** — Nós sempre sabemos onde é que V. Ex<sup>a</sup> quer chegar.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — ...louvando V. Ex<sup>a</sup>, por manifestar o seu respeito e acatamento à decisão do

povo do Pará, embora, pessoalmente, alguém possa ter essa ou aquela discordância.

Concedo o aparte ao nobre Senador Moacyr Duarte.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Nobre Senador Hélio Gueiros, nos poucos dias que estou passando neste plenário, acostumei-me a admirar a inteligência de V. Ex<sup>a</sup>. Não vou dizer que o povo do Pará cometeu uma injustiça trazendo-o ao Senado Federal, mas não tenho pejo em declarar que o povo do Pará cometeu uma grande injustiça em não trazer a este plenário Jarbas Passarinho. Os conceitos que V. Ex<sup>a</sup> está externando sobre o homem público que toda a Nação respeita, creio não são agasalhados pelos seus eminentes pares, nem de sua própria Bancada. Eu acho, Senador Hélio Gueiros, que nós não devemos encetar uma viagem ao país da paranóia, eu acho que nós devemos agir com um pouco mais de racionalidade, e um pouco menos de passionalidade, sobretudo aquela passionalidade que tipifica os homens que se apaixonam nas lutas paroquiais. V. Ex<sup>a</sup> foi guiado ao Senado Federal e deve se orgulhar de estar representando o seu Estado na mais alta Câmara do País. Mas V. Ex<sup>a</sup> não fará proselitismo político, e V. Ex<sup>a</sup> talvez se comprometa a si mesmo, tentando salpicar com a sua veemência a honra e a dignidade de um homem que soube se fazer respeitar neste Senado Federal e soube honrar e dignificar todos os cargos públicos que já exerceu ao longo de sua vida. Eu quero acreditar, eminente e ilustre Senador Hélio Gueiros, que os pruridos da luta provinciana ainda marcam V. Ex<sup>a</sup>, na sua brilhante atuação parlamentar. Eu não tenho idade para dar conselhos a quem quer que seja, porque se conselho fosse bom não era dado gratuitamente e, sim, pago. Mas V. Ex<sup>a</sup> é um homem experiente e de uma idade bastante madura; não avançada, mas madura, para saber refrear, conter as suas emoções e o seu temperamento.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Nobre Senador Moacyr Duarte, eu admito conselhos, e os conselhos são sempre bem-vindos. Mas, com todo o respeito, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não aceito a sua tutela ou curatela sobre o meu comportamento e o comportamento do povo do meu Estado.

Nós não precisamos de curador e nem de tutor; nós no Pará sabemos o que queremos e dizemos o que queremos. Eventualmente, podemos desgostar alguém. Eu já disse uma vez que não vim para agradar alguém, eu vim para defender o meu Estado. E eu acho que uma das obrigações que eu tenho como representante do meu Estado é desmascarar certas fraudes que existem no Brasil e que se deixam passar impunemente, sem ninguém tem coragem de desmascarar.

É duro dizer isso, nobre Senador Moacyr Duarte, mas a grande verdade é que eu estou mostrando que o Deputado Paulo Maluf pode ter lá os pecados que tiver, mas não tem por que receber essa humilhação pública e acintosa do Sr. Jarbas Passarinho, exatamente porque o Sr. Jarbas Passarinho fez tudo o que não devia fazer, quando fez a campanha eleitoral no meu Estado.

Interessante, Sr. Senador Moacyr Duarte, é que, logo que houve o resultado da convenção, o Ministro Passarinho não deixou nem esquentar o corpo inerte do Ministro Mário Andreazza e foi logo fazendo sua adesão ao Deputado Paulo Maluf. Houve até um jornal do meu Estado que disse que o defunto ainda estava no velório chorando, na sala, e a viúva já estava mandando brasa na alcova. Ele não esperou nem o prazo decente, o tal período de nojo a que se obrigam todos nessas situações, foi logo gritando. Por que agora ele está voltando atrás?

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — E por que agora ele está voltando atrás? Porque, nesse mesmo dia em que ele jurou novo amor ao Sr. Paulo Maluf, saiu no jornal que o Presidente Figueiredo mandou dizer, através do Minis-

tro Leitão de Abreu, que o Sr. Paulo Maluf era o seu convidado predileto de todas as excursões. Isto saiu no primeiro dia. Então o Ministro Jarbas Passarinho disse: acertei na mosca, o Presidente está com o Deputado Paulo Maluf.

Mas, no dia seguinte veio a notícia de que o Presidente da República, é bom colocar os pingos nos is, não convidou o Sr. Paulo Maluf para todas as viagens, somente para as viagens políticas. Não explicou qual seria a viagem administrativa e a viagem política. O Ministro Passarinho botou logo um pé atrás: me precipitei, ele deve ter dito. No dia seguinte outra notícia. Aí já é o Sr. Carlos Ávila quem fala: o Presidente esclarece que se o Sr. Maluf quiser acompanhá-lo nas excursões pelo Brasil terá de ir no seu aviãozinho próprio, porque no Boeing presidencial ele não vai.

Então, verifica V. Ex<sup>a</sup> que, sensível a essas transformações do Presidente João Figueiredo, o Ministro Jarbas Passarinho, que precipitadamente havia dado logo o seu apoio incondicional ao Deputado Paulo Maluf, verificou que havia necessidade de um recuo. Passou então a comandar forças recuadas do PDS nessa resistência.

**O Sr. Moacyr Duarte** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Esta é a verdade dos fatos.

**O Sr. Moacyr Duarte** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — E eu acho que uma das minhas funções aqui é desmascarar farsas que se pretendem infligir ao povo brasileiro. Não é possível se admitir que passem por santos, por sacrossantos, por homens puros, imaculados e castos quem não se comporta de uma maneira tão pura, tão imaculada. O que há é que ninguém liga as coisas, ninguém gosta de articular os fatos e fazer uma análise demorada e profunda do caso. Simplesmente lê uma notícia nos jornais e o homem diz uma coisa e depois diz outra, e amanhã diz outra. E todo mundo o aplaude, porque ninguém tem a coragem de dizer que o rei está nu, como de fato está.

É preciso notar que quando o Ministro Jarbas Passarinho verificou que o Sr. Andreazza não ia ganhar ele colocou outra notícia em todos os jornais, que dizia "estará tomando uma atitude de magistrado, não ia absolutamente pedir apoio para o Andreazza, ia se comportar como magistrado". E muita gente tola aceitou uma besteira dessa. Ora, se o homem é líder e o Sr. Andreazza quer o apoio de um líder, é claro que o Sr. Andreazza esperava que ele trouxesse votos de dentro do PDS do Pará; mas ele, com a cara mais lambida do mundo, disse que não ia arranjar coisa alguma para o Sr. Andreazza, e os jornais publicaram isso como se fosse uma grande coisa.

É o caso de dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com todo o respeito, como aquele personagem do Jô Soares no programa "Viva o Gordo", essa atitude, no popular, é traição. Não é nada de elegância, não é nada de elegância! Um homem público que se compromete com uma candidatura tem que lutar por ela até o fim; tem que ir aos seus liderados, aos seus amigos mostrar as razões, as necessidades de se apoiar e não mandar dizer pelo jornal que não vai se meter em nada, essa não é uma atitude elegante. Quem é líder tem que aceitar o ônus da liderança, tem que conquistar os seus liderados para uma causa comum, nunca fazer o que fez o Ministro Passarinho lavando as mãos como Pilatos para passar como elegante. Não existe elegância no caso, não existe, é no popular.

Tem o aparte o nobre Senador Benedito Ferreira.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Nobre Senador Hélio Gueiros, o que me deixa preocupado nisso tudo é V. Ex<sup>a</sup>, sendo um veterano da política, um homem experimentado, fazer realejo e entrar nessa orquestração de determinados setores da imprensa, talvez por terem desaprendido

política devido aos 20 anos de uma situação de estado arbitrário em que vivemos — eu ainda relevo essa menina da imprensa que está fazendo toda essa confusão — mas V. Ex<sup>a</sup>, peço perdão, não há como relevá-lo, porque é um veterano da política. Ora, desde quando um correli-gionário, vencido numa convenção, ao curvar-se à decisão da grande maioria do seu partido, ele estaria aderindo? Onde o desapeço do Ministro Jarbas Passarinho para com a candidatura, ou para com o candidato que ele defendia na convenção, no momento em que ele se curva, democraticamente, à decisão da maioria, abraçando o vencedor? Era essa a colocação que eu pediria a V. Ex<sup>a</sup>, até mesmo em respeito à sua tarimba de um experimentado político, não lançasse mais confusão na mente dessa juventude que está chegando para as lides político-partidárias, para que ela não recebesse de V. Ex<sup>a</sup> essa distorção, mas sim a lição de mestre como V. Ex<sup>a</sup> é capaz de dar. Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que reconsiderasse sua colocação, porque ela não faz justiça à sua condição de veterano na política.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Indeferido, diria eu se fosse magistrado, ante a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, indeferido! E exatamente porque o Senador Benedito Ferreira não leu a notícia até o fim. Porque na mesma hora em que dava o seu novo apoio ao Sr. Paulo Maluf, o Ministro Jarbas Passarinho dizia que não ia fazer nada por ele. Está aqui a notícia: "Não vai fazer nada por ele, que o Deputado Paulo Maluf não espere nada dele no Pará, porque ele não vai fazer nada". Então, eu não vejo, nobre Senador Benedito Ferreira, como isso deva ser um exemplo para alguém. Ora, então eu vou dizer para a mocidade: finjam que apóiam mas não apóiem. Eu não acho que isto seja uma lição de moral para se ministrar nem para o velho, muito menos para o moço. De modo que eu, lamentavelmente, só tenho a indeferir o requerimento de V. Ex<sup>a</sup> com relação à minha modificação.

Quero relembrar a esta Casa que o Ministro Jarbas Passarinho nunca teve simpatia pelo Deputado Paulo Maluf, nunca teve a menor simpatia por ele. Na campanha eleitoral do meu Estado, o Ministro Jarbas Passarinho chegou um dia no Pará, chamou os jornais o **Liberal** e **A Província do Pará** e fez a seguinte declaração: "Quem está financiando a campanha do Sr. Jäder Barbalho e do PMDB do Pará é Paulo Maluf". E mais, Sr. Presidente, aí seria deslealdade, traição, e dizia: "E esse apoio era dado através de notas frias das Secretarias de Estado de São Paulo". Isto está nos jornais de Belém, no **O Liberal** e na **A Província do Pará**: "Jarbas Passarinho acusando Paulo Maluf de traidor, desleal e corrupto".

**O Sr. Moacyr Duarte** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Está documentado, Sr. Presidente. E S. Ex<sup>a</sup>, que gosta de falar sem muita necessidade, ...

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) (Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está encerrado.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Já vou encerrar, Sr. Presidente.

... não se contentou apenas com uma denúncia; repetiu a denúncia, acusando Paulo Maluf de ser o financiador da campanha do PMDB, em Belém do Pará, através de notas frias da Secretaria do Estado de São Paulo. E, ainda, que tinha o nome das pessoas que faziam isso, que lhe havia sido dado por um informante, e que ele não declinava o nome do informante porque primeiro pediria licença ao informante para divulgar ou não o seu nome.

**O Sr. Moacyr Duarte** — V. Ex<sup>a</sup> me permite o último aparte?

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é preciso que se conte a estória verdadeira das pessoas, dos políticos, dos homens públicos e não apenas as versões de **press release** e as versões oficiais.

Note-se ainda, Sr. Presidente, que, na oportunidade, o então Deputado Jäder Barbalho promoveu uma queixa-crime contra o Sr. Jarbas Passarinho no Supremo Tribunal Federal. Mas a ação recebeu um despacho de um Ministro do Supremo, dizendo que não recebia a denúncia porque essas injúrias, essas difamações em campanha eleitoral não constituem crimes, isso são coisas absolutamente de rotina, são coisas naturais e não tem por que alguém ser penalizado ou responsabilizado por essas acusações.

Por causa disso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Justiça não pode se manifestar sobre a grave denúncia do Sr. Jarbas Passarinho contra o PMDB do Pará e, por via indireta, contra o Sr. Paulo Maluf. Mas tenho certeza de que o Deputado Paulo Maluf está com os jornais guardados e sabe muito bem o que disse dele o Ministro Jarbas Passarinho.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Ouço o nobre Senador Moacyr Duarte.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Peço perdão a V. Ex<sup>a</sup> por estar, continuamente, interrompendo o seu pronunciamento. Mas, apenas para declarar: V. Ex<sup>a</sup> lamentou não ser magistrado, porque se o fosse indeferiria o requerimento do nobre Senador Benedito Ferreira. V. Ex<sup>a</sup> jamais poderia ser magistrado; não tem a imparcialidade nem o equilíbrio emocional que deve tipificar a personalidade daqueles que exercem a função judicante. V. Ex<sup>a</sup> é um político, como eu o sou, também não tenho nenhuma vocação para magistrado. Mas, o que me surpreende em V. Ex<sup>a</sup> é vê-lo criticar o comportamento de um homem público, apenas porque este se rendeu à vontade de uma maioria e guardou fidelidade ao seu partido, apoiando o candidato oficial homologado na convenção do Partido. Se V. Ex<sup>a</sup> afirma que o Ministro Jarbas Passarinho teceu acusações severas ao comportamento do Deputado Paulo Maluf, admitindo que S. Ex<sup>a</sup> teria prestigiado e financiado candidatos do PMDB no Pará, V. Ex<sup>a</sup> deve ser o primeiro a se postar contra essa acusação, porque eu não acredito que V. Ex<sup>a</sup> tenha sido beneficiário ou usufrutuário de uma ação dessa natureza. Creio que o mandato que V. Ex<sup>a</sup> detém, com orgulho, não foi fruto de qualquer contribuição, de qualquer ordem contra o Deputado Paulo Maluf, mesmo porque, segundo sei, V. Ex<sup>a</sup> não nutre nenhuma simpatia pessoal pelo nosso candidato à Presidência da República. Agora, V. Ex<sup>a</sup> é que não pode se arvorar em pitonisa e declarar, por presunção, que o Ministro Jarbas Passarinho não tem nenhuma simpatia pelo Deputado Paulo Salim Maluf, a não ser que V. Ex<sup>a</sup> prive da intimidade do Sr. Ministro e tenha ouvido de S. Ex<sup>a</sup> essa confissão que, aliás, só se faz aos mais íntimos.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Nobre Senador Moacyr Duarte, ontem V. Ex<sup>a</sup> evocou Cristo para dizer: "Não julgueis para não serdes julgados, porque com a medida com que julgardes também serás medido". Hoje V. Ex<sup>a</sup> me julga.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Não, pelo contrário.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Hoje V. Ex<sup>a</sup> se esqueceu do que eu disse ontem e exarou conceitos sobre a minha pessoa para dizer que jamais eu poderia ser um magistrado, porque sou um apaixonado, um radical.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Isso não é verdade.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Quer dizer, V. Ex<sup>a</sup> muda de 24 em 24 horas o seu comportamento e o seu conceito. Se V. Ex<sup>a</sup> quer julgar e me passa logo um atestado de inidoneidade para a magistratura, porque não tenho condições emocionais, então, V. Ex<sup>a</sup> infringiu a recomendação de Cristo, passou a me julgar e, o que é pior, me condenou.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Apenas para me penitenciar. Nobre Senador Hélio Gueiros, jamais faria isso, porque em primeiro lugar não é do meu temperamento, em segundo lugar, não é de minha formação, em terceiro lugar, não coincide com a minha educação doméstica, faria julgamento de V. Ex<sup>a</sup> ou de quem quer seja, como V. Ex<sup>a</sup> tenta interpretar distorcidamente as minhas palavras. Eu me limitei a dizer que V. Ex<sup>a</sup> não tinha o equilíbrio emocional, nem a imparcialidade exigida para exercer uma função judicante. Isso não quer dizer que as minhas palavras comprometam a honorabilidade de V. Ex<sup>a</sup>. Também, não tenho esse temperamento, nem essa imparcialidade para ser magistrado — confesso a V. Ex<sup>a</sup>. A formação de um magistrado é diferente da formação de um homem político. Se eu tiver dito a V. Ex<sup>a</sup> o que V. Ex<sup>a</sup> interpreta como se eu tivesse dito, peço perdão pelas minhas palavras, porque assumi, comigo mesmo, um compromisso: em 30 anos de vida parlamentar, Sr. Senador Hélio Gueiros, jamais ofendi um par que tenha se assentado comigo, ou na Assembléia Legislativa, ou no Senado da República, e pretendo não fazê-lo nunca. Fique certo V. Ex<sup>a</sup> do que estou dizendo e da sinceridade de minhas palavras. Se o fizer alguma vez não o farei intencionalmente e terei a hombridade suficiente de me penitenciar e pedir perdão pelo meu excesso.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Nobre Senador Moacyr Duarte, nem de leve tomei como injúria o julgamento de V. Ex<sup>a</sup> me considerando incapacitado para o exercício da magistratura. Apenas fiz uma ligação com o que V. Ex<sup>a</sup> disse. Isto é um julgamento. Então, V. Ex<sup>a</sup> disse que não julgava. De maneira alguma tomei como injúria. Apenas quis mostrar que V. Ex<sup>a</sup> estava expedindo um conceito sobre minha pessoa que é um julgamento. Quanto à última colocação do seu aparte, de que não acredita que eu tenha vindo para esta Casa à custa de traições e corrupções, V. Ex<sup>a</sup>, a **contrário sensu**, terá que admitir que o Sr. Ministro Jarbas Passarinho caluniou e injuriou — atribuiu ao PMDB do Pará um comportamento que ele jamais teve porque, inclusive, nós não tínhamos o menor relacionamento com o nobre Deputado Paulo Maluf. De modo que a conclusão do seu aparte é o de que o Sr. Ministro Jarbas Passarinho — como eu estava dizendo, acho que até prova em contrário é isto mesmo — caluniou o nobre Deputado Paulo Maluf, chamando-o de traidor e de corrupto e, hoje, está apoiando o traidor e corrupto de ontem.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Nobre Senador Hélio Gueiros, solicito que conclua o seu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> dobrou o tempo destinado ao seu discurso.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Mas V. Ex<sup>a</sup> há de convir, Sr. Presidente Moacyr Dalla, que foi um mal-entendido do nobre Senador Moacyr Duarte que fez com que eu gastasse este tempo na tribuna, quando S. Ex<sup>a</sup>, a rigor, usou, talvez, o tempo quase igual ao que usei quando estava na tribuna.

Concedo o aparte, para terminar, ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Nobre Senador Hélio Gueiros, se Deus me der vida e saúde, ao encerrar este mandato, terei completado 35 anos de atividade parlamentar. Tenho sofrido muitas restrições e até adversidades profundas dos meus adversários e, pior, dos meus correli-gionários. Aqui estou, vencendo as resistências do partido que tenho integrado, e que fundei, o Movimento Democrático Brasileiro, para me reeleger, Senador. Mas, desde cedo, aprendi que não se deve voltar ao passado. E, durante toda a minha carreira política nunca tenho apedrejado os homens que me combateram. Eu olho sempre para frente, porque aprendi que águas passadas não

movem moinho. V. Ex<sup>a</sup> é um homem de Cristo, um homem que prega a palavra do Senhor, olhemos para frente. É essa convocação que faço a V. Ex<sup>a</sup> Quero dizer que na nota que V. Ex<sup>a</sup> leu, há um ponto a exaltar e não a criticar: é o de que há um Ministro de Estado que não vai colocar o seu Ministério a serviço do candidato de sua preferência. Pouco importa que S. Ex<sup>a</sup> tenha dito isso antes ou depois, o principal é louvar esse gesto e fazer votos para que nenhum outro ministro coloque. Porque essa tem sido sempre a orientação de V. Ex<sup>a</sup> e tem sido a minha orientação na vida pública: de lutar contra os ministros e contra os governadores que põem a serviço de seus candidatos a máquina administrativa. Se o Ministro Jarbas Passarinho disse antes ou depois da visita do candidato Paulo Maluf, quem deve se sentir ofendido é o candidato. Nós, os homens públicos, só devemos louvar, porque continuaremos, V. Ex<sup>a</sup> com o seu ardor dos seus 50 anos, eu com o ocaso dos meus 74 anos, a combater os que se servem dos meios da administração para favorecer os seus candidatos. V. Ex<sup>a</sup> olhe para a frente, e de agora por diante vamos combater os erros e louvar os acertos.

**O SR. HÉLIO GUEIROS** — Nobre Senador Nelson Carneiro, muito grato pelo seu aparte que coincide exatamente com o meu pensamento. Eu também não tenho por quê estar olhando para o passado, para fazer como a mulher de Lot, que virou estátua de sal. Acontece que quando há uma declaração atualíssima dessa, nobre Senador Nelson Carneiro, temos que examinar o passado do declarante, para se ter uma idéia da sinceridade ou insinceridade dele.

No final das contas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a verdade de tudo é que o Ministro Jarbas Passarinho só aceitava uma solução — todo mundo aqui sabe e nem precisa eu dizer: era a candidatura dele como quinto nome dentro do PDS. Ele não se conforma com outra solução que não seja essa, e como está fiel a essa solução, fica criando esses constrangimentos e vexames, inclusive para o candidato que ele apóia, Deputado Paulo Maluf, que teve que sofrer a humilhação ou a grosseria de ouvir pela cara que ele não vai colocar o Ministério à sua disposição. (Muito bem!)

#### COMAPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Alexandre Costa — José Sarney — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Mauro Borges — José Fragelli — Afonso Camargo — Enéas Faria — Lenoir Vargas

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º - Secretário.

É lido e deferido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 173, DE 1984

Senhor Presidente do Senado Federal

Nos termos do art. 239, letras a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, requero à Mesa sejam solicitadas ao Egrégio Tribunal de Contas da União as seguintes informações:

a) Se na representação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, na forma da Decisão do Plenário, de 28 de julho de 1984, que aprovou as conclusões do Relator, Ministro Fernando Gonçalves — Processo TC-00141/83, tendo em vista as apontadas irregularidades constantes das conclusões do nº 1 do Relatório, existe recomendação referente à sustação da execução de qualquer contrato vinculado à operação de liquidação extrajudicial do Grupo DELFIN, que justifique a capitulação da matéria nos termos do art. 72, § 6º da Constituição Federal;

b) Se o Tribunal de Contas da União, à vista das declaradas irregularidades, já adotou providências acauteladoras do interesse público que, por isso, dispensem dualidade de iniciativa pelo Congresso Nacional;

c) Se, de fato, as providências a serem adotadas resultarão das conclusões a serem formuladas oportunamente, ou seja, quando do exame, em conjunto, com as Contas do Banco Nacional da Habitação, relativas ao exercício de 1982, conforme o item 4.1 das Conclusões do Relator.

#### Justificação

O Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhou ao Presidente do Congresso Nacional, "cópias do inteiro teor da Decisão do Plenário, em sessão de 28 de junho último, que acolheu, por unanimidade, as conclusões do relator, Ministro Fernando Gonçalves (Proc. TC.00141/83) que trata da documentação referente ao contrato de dação de imóveis, em pagamento de dívida e constituição de hipoteca em garantia do remanescente da mesma dívida, firmado em 16 de dezembro de 1982, entre o Banco Nacional da Habitação, como outorgado, e as empresas integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), DELFIN-RIO S.A. Crédito Imobiliário e DELFIN S.A. Crédito Imobiliário, como outorgantes."

No parecer do Ministro-Relator, calcado, aliás, nos jurídicos suplementos do Procurador Geral, verifica-se que a matéria, embora remetida à decisão em Conjunto com as Contas do Banco Nacional da Habitação, envolve aspectos vinculados ao art. 72, §§ 4º e 5º da Constituição Federal, circunstância que compromete o Congresso Nacional, na participação que lhe incumbe de sustar a execução de contratos de que decorram despesas ilegais. Nesse passo, destaca o Procurador Geral do TCU, em seu parecer:

"O procedimento a seguir está apontado no § 5º, letra a e c do art. 72 da Constituição. Assinar prazo razoável para que o órgão interessado cumpra a lei e, se não atendido, solicitar ao Congresso Nacional que determine a sustação do contrato ou outra medida necessária ao resguardo dos objetivos legais.

Entendemos que esse procedimento pressupõe:

- a) uma despesa consequente ao contrato, efeito do contrato, que é sua causa;
- b) que essa despesa seja ilegal;
- c) que o contrato seja dos que, por sua natureza, não se completem no instante mesmo da sua formalização.

Realmente, se não for assim, como irá o Congresso sustar a execução quando nada resta a executar?"

Do exposto, é de presumir-se a intenção de arguir, de algum modo, a corresponsabilidade do Congresso Nacional, na ação de reparação das irregularidades constantes, à vista da representação formulada nos termos do art. 72, § 4º da Constituição Federal.

Referida representação, contudo, não é muito clara nos seus reais objetivos quanto à desejada atuação do Congresso Nacional, uma vez que o eminente Ministro-Relator preferiu adiar a sua formal decisão sobre a matéria, para quando se processar o exame conjunto dos elementos que integram as contas do Banco Nacional da Habitação.

Julgamos assim, Senhor Presidente, na preservação das altas e indeclináveis responsabilidades do Congresso Nacional, que o Tribunal de Contas da União, melhor situe a sua representação perante esse Poder, a fim de que não se verifique qualquer hiato que possa prejudicar o interesse público, único desiderato a informar as presentes iniciativas processuais.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 1984 — Itamar Franco, Presidente da Comissão de Finanças.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Serão requeridas as informações solicitadas.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º - Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 1984 — COMPLEMENTAR

Adapta a Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, que regula a composição e o funcionamento do colégio eleitoral que elegerá o Presidente da República, e dá outras providências, às disposições da Emenda Constitucional nº 22.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, alterada pelo Decreto-lei nº 1.539, de 14 de abril de 1977, que regula a composição e o funcionamento do colégio eleitoral que elegerá o Presidente da República, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Cada Assembléia terá seis delegados, mais dois suplentes, todos indicados pela bancada do respectivo Partido majoritário, dentre os seus membros.

Parágrafo único. Se nenhum Partido for majoritário na Assembléia, às bancadas numericamente iguais caberá a indicação, em proporção, dos delegados.

Art. 5º A indicação a que se refere o § 2º do art. 74 da Constituição far-se-á por eleição, a realizar-se, até 30 de setembro, na sede da Assembléia Legislativa, mediante convocação e sob a Presidência do Líder do Partido majoritário, obedecidas as seguintes normas:

- a) cada Deputado votará em oito nomes;
- b) considerar-se-ão eleitos delegados da Assembléia os seis mais votados, e, suplentes, os dois que se seguirem na votação;
- c) havendo empate, resolver-se-á em favor do mais idoso;
- d) terminada a apuração, o Líder da bancada proclamará o resultado da votação e o comunicará, imediatamente, ao Presidente da Assembléia.

Art. 6º Recebida a comunicação a que se refere o artigo anterior, o Presidente da Assembléia fará publicar no Diário Oficial, dentro de 48 horas, os nomes dos delegados ao Colégio Eleitoral e os de seus suplentes.

Art. 7º O Presidente da Assembléia Legislativa, dentro de três dias, contados da publicação referida no artigo anterior, comunicará à Mesa do Senado Federal os nomes e a qualificação dos delegados e seus suplentes, encaminhando, ainda, cópias autenticadas da ata da reunião da bancada do Partido majoritário que os elegeu e da comunicação do Líder respectivo.

Parágrafo único. Se expirado o prazo, o Presidente da Assembléia não fizer a comunicação a que se refere este artigo, essa providência caberá ao Líder da respectiva bancada, dentro de igual prazo.

Art. 8º Recebida a comunicação, a Mesa do Senado Federal fará publicar, até 5 de dezembro, no Diário Oficial a composição do Colégio Eleitoral."

Art. 2º Da decisão da Mesa do Senado Federal sobre registro de candidatos caberá recurso da parte interessada, em 48 horas, ao Supremo Tribunal Federal que o julgará dentro de 10 dias do seu recebimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

O presente projeto de lei complementar visa a adaptar a Lei Complementar nº 15 de 13 de agosto de 1973 que regula a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente da República à Emenda nº 22 e, bem assim, a disciplinar melhor o registro dos candidatos.

Este novo diploma legal, portanto, limitar-se-á a estabelecer normas indispensáveis para a escolha dos delegados da Assembléia Legislativa que passaram a ser indicados pela bancada majoritária e a dispor sobre aspecto fundamental do registro dos candidatos.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1984. — **Aloysio Chaves** — **Humberto Lucena** — **Nelson Carneiro**.

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 13 DE AGOSTO DE 1973**

Regula a composição e o funcionamento do colégio que elegerá o Presidente da República, e dá outras providências. (Alterada pelo Decreto-lei nº 1.539, de 13-8-73)

**DECRETO-LEI Nº 1.539, de 14 de abril de 1977**

Altera a Lei Complementar nº 15, de 18 de agosto de 1973, que regula a composição e o funcionamento do Colégio que elegerá o Presidente da República.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o artigo 162 da Constituição e o disposto no Ato Complementar nº 102, de 1º de abril de 1977, decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, que regula a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente da República, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral, com base em dados demográficos fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fixará, até trinta de junho, o número de delegados das Assembléias Legislativas, obedecendo o disposto no § 2º do artigo 74 da Constituição Federal.

Art. 5º Até 15 (quinze) de agosto, o Líder do Partido Político apresentará, para registro, à Mesa da Assembléia Legislativa, chapa dos candidatos a delegados e suplentes, contendo tantos nomes quantos forem as vagas, mais um terço.

Parágrafo único.

Art. 8º A Mesa convocará a Assembléia Legislativa para, até 10 (dez) de setembro, em sessão pública e mediante votação nominal, escolher os delegados do Colégio Eleitoral, bem como seus suplentes.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

Art. 9º Os Diretórios Nacionais dos Partidos Políticos convocarão as Convenções Nacionais para, até 5 (cinco) de setembro, escolherem os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República.

Art. 13. O Colégio Eleitoral reunir-se-á, na sede do Congresso Nacional, a 15 de outubro do ano anterior àquele em que findar o mandato presidencial.

Parágrafo único.

Art. 15.

§ 1º Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, será esta repetida e a

eleição dar-se-á, na terceira apuração, por maioria simples.

§ 2º Serão considerados nulos os votos dados a candidato não registrado, computando-se os mesmos para efeito de quorum.

Art. 21. Dar-se-á a convocação de suplente no caso de morte, ausência ou impedimento insuperável do delegado do Colégio eleitoral.

Parágrafo único. A convocação de suplente será feita pelo Presidente do Senado Federal, mediante comunicação do Líder do Partido na Câmara ou no Senado, ou do próprio delegado do Colégio Eleitoral, no caso de ausência ou impedimento”.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as necessárias instruções para o fiel cumprimento deste decreto-lei.

Art. 3º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília 14 de abril de 1977; 156º da Independência e 89º da República. — **Ernesto Geisel** — **Armando Falcão**.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL****CAPÍTULO VII  
Do Poder Executivo  
SEÇÃO I****Do Presidente e do Vice-Presidente da República**

Art. 73. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 74. O Presidente será eleito, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal.

§ 1º O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 2º Cada Assembléia terá seis delegados indicados pela bancada do respectivo Partido majoritário, dentre os seus membros.

§ 3º A composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Está finda a hora do expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA****Item 1:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 1984**  
(Em regime de urgência — art. 371, “c”, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o INPC e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983, tendo

**PARECERES ORAIS**, favoráveis, proferidos em Plenário, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**;
- de **Legislação Social**; e
- de **Finanças**.

Em votação o projeto, em primeiro turno.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Aprovado o projeto em primeiro turno, e estando a matéria em regime de urgência, vai-se passar, imediatamente, à sua apreciação em segundo turno.

Sobre a mesa, emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

**EMENDA Nº 1  
(de plenário)****Ao Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1984**

Dê-se ao artigo 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 1º A correção semestral dos salários far-se-á mediante negociação entre empregados e empregadores, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho, e com base no fator de variação do INPC, revogados os artigos 24 a 42 do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983”.

**Justificação**

A emenda visa a aperfeiçoar a redação do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1984, que além de deixar margem para imprecisão de ordem técnica, exclui, na sua interpretação literal, a intervenção da Justiça do Trabalho, para instaurar *ex officio* dissídio coletivo de natureza econômica.

Além do mais, facilita o reexame da matéria nas Comissões Técnicas da Casa, tendo em vista relevância da alteração proposta.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1984. — **Octávio Cardoso**.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Em discussão o projeto e a emenda, em segundo turno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, para discutir.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PTB — RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A emenda oferecida irá às Comissões, e, neste passo, cumpre apenas fazer um apelo aos que vão examiná-la nela relevância da matéria que se discute. Melhor fora, para esclarecimento da opinião pública que acompanha com o maior interesse esse projeto, que se reproduzisse na emenda, que é uma colaboração do Partido Democrático Social, a fixação mínima do INPC em 100%. É uma emenda que as comissões poderão aditar, e certamente aditarão, atendendo que na livre negociação entre empregados e empregadores, geralmente nas pequenas empresas, o poder de barganha do empregado é muito menor do que nas grandes empresas.

Desse modo, espero que as comissões que examinarão a emenda oferecida ao projeto restabelecerão aquele mínimo de 100% do INPC, indispensável para o equilíbrio nas negociações entre empregados e empregadores.

De qualquer forma, Sr. Presidente, é do meu dever aplaudir a compreensão da liderança do PDS, que se rendeu a esse apelo nacional, pela revisão de um decreto-lei, que, aprovado em novembro do ano passado, na esperança de controlar o aumento vertiginoso do custo de

vida e a inflação, não conseguiu realizar esses objetivos. Com esse apelo, tenho por encerrado as palavras que queria pronunciar nesta oportunidade. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Continua em discussão. Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

**O SR. JORGE KALUME** (PDS — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a maioria, fazendo justiça ao projeto do eminente Senador Nelson Carneiro, concordou com a emenda para melhor aperfeiçoamento da sua proposição. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Continua em discussão. (Pausa.)

Se mais nenhum dos Srs. Senadores desejar a se manifestar, encerro a discussão.

Com a apresentação da emenda, a matéria voltará às comissões competentes para o exame da mesa, retornando à Ordem do Dia na quarta sessão ordinária subsequente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

— de Segurança Nacional; e  
— de Finanças.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Rejeitado.

**O Sr. Gastão Müller** — Sr. Presidente, peço verificação da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — É regimental o pedido de V. Exª

Sendo evidente a falta de quorum, vou suspender a sessão, antes acionando as campanhas, para que os Srs. Senadores compareçam ao plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15 horas e 50 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de quorum, a Presidência se dispensa de proceder a verificação solicitada. A votação do projeto fica adiada.

Não havendo quorum, as demais matérias da pauta, constituídas dos Projetos de Lei da Câmara nºs 10/81, 44/81, 53/77, 65/79; Requerimentos nºs 784/83, 162/84, 163/84 e Projeto de Lei da Câmara nº 79/79, em fase de votação, deixam de ser submetidos a votos, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder de Partido.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Tenho ocupado várias vezes esta tribuna para apelar aos Srs. Parlamentares para que compareçam à reunião do Congresso Nacional que vai examinar o veto apostado pelo Senhor Presidente da República ao projeto que au-

toriza o pagamento de royalties aos Municípios e Estados produtores de petróleo e de outros minerais.

Hoje, Sr. Presidente, quero trazer a minha palavra de pesar a esses 36 anônimos servidores do País, ontem vítimas no incêndio que se alastrou na plataforma de Enchova. Quero lembrar que Macaé, um dos Municípios produtores de petróleo na sua plataforma, macaé, que, vitorioso o veto presidencial, nada receberá dos cofres públicos nem da PETROBRÁS, Macaé recolhe no seu seio, entre as lágrimas de suas famílias, no pesar imenso de sua população, as vítimas da dedicação, do sacrifício, do trabalho, para que o Brasil se pudesse vangloriar de, nesta metade do ano de 1984 alcançar a meta de 500 mil barris diários de petróleo.

Quero render a minha homenagem a esses heróis sem nomes, a esses trabalhadores que não terão estátuas nem praças a recordar as suas vidas, mas quero, sobretudo, apelar para o sentimento do Senhor Presidente da República para que colabore com o Congresso Nacional e tome a iniciativa de pedir a sua Bancada para rejeitar o seu veto, em homenagem a esses trabalhadores que são o símbolo de todos aqueles que até hoje pesquisaram petróleo nas terras e nos mares brasileiros, e hoje pagam com a sua vida o tributo devido à grandeza e à prosperidade do País.

Daqui endereço, não mais um apelo aos parlamentares para que rejeitem o veto do Senhor Presidente da República. O sangue desses homens, a dor dessas famílias, a mágoa dessas populações, a emoção de toda a Nação devem ser bastantes para levar o Senhor Presidente da República a um ato que o enobrecerá, digno da sua sensibilidade tomando ele próprio a iniciativa de pedir ao Congresso Nacional a rejeição do seu projeto. Não será a primeira vez que um Presidente da República assim agirá. Muitas vezes, várias vezes ao menos, no curso da minha vida parlamentar, tenho assistido Presidente da República tomarem essa iniciativa. Que esses mortos de ontem que enlutaram a Nação levem ao Senhor Presidente da República este apelo. E se o Senhor Presidente da República olhou ontem e olhar hoje para a bandeira, essa grande bandeira que está desfraldada na Praça dos Três Poderes, verá que, por coincidência, ela está ao meio pau. Não foi apenas um defeito mecânico que impediu que ela subisse ao topo: foi a mágoa, foi a dor, foi o sentimento do povo brasileiro que impediu que ela chegasse tão alto; ela está lá meia verga, talvez, para concitar o Senhor Presidente da República, que da sua sacada do Planalto pense nos que morreram para pensar nos que não de viver pela grandeza e pela prosperidade deste País. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Benedito Ferreira.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De certa forma magoado, Sr. Presidente, porque o que me traz a tribuna hoje é um assunto que, pelo nosso grau de processo material sobretudo, nos últimos 20 anos, e, até, porque não havendo como negar, um avanço cultural apreciável, ou, quando nada, de escolarização, sem dúvida alguma era de ser esperar, não por ser um otimista crônico, como tendo sido em todo o curso de minha existência, mas, realmente, eu já supunha, Sr. Presidente, supunha e desejo em Deus que essa situação não se consolide.

Mas, em realidade, mais das vezes temos sido colocados em brios até mesmo por chefes de Estados estrangeiros que nos visitam, ou, quando ouvidos a respeito da situação brasileira, uns velada, outros até ostensivamente, têm censurado o comportamento de muitos brasileiros que parecem que sentem uma espécie de prazer mórbido em desacreditar o Brasil, em exergar no Brasil um país insolvente, um país, afinal, inviável, e alguns até mais

exaltados preconizando uma posição mais do que demoralizante, posição que sempre foi repudiada pelos nossos políticos do passado, até mesmo à época em que o Brasil ainda tinha tudo por se fazer, quando o Brasil não era sequer catalogado como um país organizado.

A bravura moral, o brilho e o patriotismo dos nossos políticos sempre repudiaram a posição de caloteiro, capaz de assumir uma atitude vergonhosa diante dos seus credores e propor, de maneira unilateral, uma moratória.

Mas, desgraçadamente, lamentavelmente, a Oposição, de modo particular no Senado Federal, tem deixado transparecer aquilo que, ainda há pouco, eu me reportava como uma espécie de prazer mórbido, quando fala da nossa dívida externa. Bem sei, Sr. Presidente, que não é por falta de patriotismo, mas, por inadvertência, cometem esse pecado contra o Brasil, quando, na realidade, todos nós sabemos que a intenção é desmerecer, é minimizar a capacidade dos Ministros da área econômica. Mas, essa tentativa de desmerecer chega ao ponto de projetar com lentes do exagero — e isso influi na mente dos menos avisados, para que vejam o Brasil como um país falido ou inviabilizado. Antes, de colaborem com críticas construtivas, preferem a depreciação. E a verdade, Sr. Presidente, é que aí estamos nós, do Governo, de há muito merecer reparos, reparos severos, por aquilo que eu tenho chamado de burrismo notável, por aqueles que se derem ao trabalho de analisar a situação brasileira, sem emocionalismo. Burrismo porque está na lei, burrismo porque está escrito, embora tal o desapego à lei, tal o desapego à lei que, agora, nós já temos aqui, em plenário, a nobre e competente Liderança do PMDB aplicando uma figura que inexistia no nosso Direito que é a prescrição instintiva do Direito positivo pelo desuso. De qualquer forma, Sr. Presidente, são esses pequenos desapegos à realidade por aqueles que têm maior parcela de responsabilidade, porque militantes da ciência do Direito, a verdade é que se chega a esse absurdo.

O absurdo maior, Sr. Presidente, é aquele o que eu me referia em aparte ao Senador Itamar Franco, sobre a nossa legislação das remessas de lucros. Esse tabu, Sr. Presidente, que o nacionalismo exaltado, desvestido de patriotismo, fez com que se tornasse um assunto proibido, como se fosse possível imaginar que qualquer investidor, nativo ou estrangeiro, fosse capaz de aplicar os seus recursos em local onde não se lhe assegurasse uma remuneração, e o direito a usufruto dessa remuneração. No nosso caso, de modo particular, a exemplo de outras nações desenvolvidas e em desenvolvimento, sejam elas capitalistas ou comunistas, a verdade é uma só: nenhuma delas pode prescindir do capital estrangeiro para o seu desenvolvimento, sobretudo tendo em vista a ampliação que isso significa na capacidade de investimento de cada país receptor dos investimentos. E, mais do que isso, além da criação de empregos, esse capital estrangeiro é, invariavelmente, acompanhado de tecnologia, de experiência que vai gerar, que vai, sem dúvida alguma, criar possibilidade de assimilação pelos nativos, pelos hospedeiros desse capital e dessa tecnologia.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que o capital estrangeiro, no Brasil, que sempre foi tratado com muito emocionalismo, por uma legislação arcaica, uma legislação absolutamente irreal, que não acompanha a evolução, limita ainda hoje a 12% ao ano a remessa de lucros, pelos capitais e reinvestimentos aqui realizados e sujeitando tudo aquilo que exceder a 12% à condição de ser taxado do imposto suplementar de rendas, que vai até 60% sobre o mesmo.

Ora, Sr. Presidente, tais parâmetros só foram adequados quando a remuneração, os juros do dinheiro internacional, giravam entre 6 a 8%. Por outro lado, desde 4 de maio de 1972, com o Decreto-lei nº 1.215, votado nesta Casa, nós isentamos, totalmente, de quaisquer impostos os juros remetidos para o exterior, e sabemos todos que as taxas de juros internacionais, de lá para cá, sempre estiveram invariavelmente acima dos 12% anuais.

A verdade é uma só, Sr. Presidente, todo mundo quer ficar bem — bem na opinião pública — todos bajulando e cortejando o povão, mesmo que isso signifique desservir ao Brasil, com o receio de mexer no tumor, no tabu, repito, criado pelo nacionalismo exaltado sobre as remessas dos lucros do capital estrangeiro. E vale enfatizar, mais ainda, como se qualquer país rico ou pobre, capitalista ou comunista pudesse prescindir desse capital estrangeiro e a conseqüente tecnologia que o acompanha, para se desenvolverem e não terem o desenvolvimento que já obtiveram.

Os exemplos são tantos, Sr. Presidente, que seria judiar dos poucos ouvintes, neste plenário, alongar-me e enumerar os fatos. Por exemplo, nós temos notícia que, na China, tão ciosa de seus limites geográficos, tão ciosa do seu orgulho nacional, e nacionalista, está, hoje, abrindo as suas fronteiras e, de braços abertos, na busca de investimento estrangeiro, e, mais do que isso, está construindo, dentro da sua conformação, uma nova **Hong-Kong** para intensificar o intercâmbio e atrair, mais e mais, capitais e tecnologia estrangeira para o seu seio.

A União Soviética, tão fechada, a ponto de ser chamada de **cortina de ferro**, vem deixando aqui os nossos nacionalistas, mais das vezes, na condição de melancia, isto é, verde e amarelo por fora e vermelho por dentro, em situação realmente difícil, porque lá, a cada dia, a cada instante, buscam o amparo e o apoio da tecnologia, sobretudo do capital estrangeiro, para lograr dar aos seus cidadãos aquilo que estão aguardando há mais de meio século, em termos de conforto e de progresso que se vem alcançando no Mundo Ocidental.

Mas, Sr. Presidente, voltemos ao problema da nossa dívida externa. Dívida externa que causa satisfação, não sei, Sr. Presidente, se em muitos, mas bastantes e numerosos são aqueles que se pronunciaram, nesta Casa, deixando transparecer não só nas suas palavras, mas até na sua fisionomia uma certa satisfação de considerar a nossa inviabilidade, a nossa impossibilidade de resgatar os nossos compromissos.

Basta ver a projeção que se dá a esses funcionários, a esses funcionários que vêm aqui, periodicamente, do Fundo Monetário Internacional. Dão a eles uma projeção como Chefes de Estado. Querem arrancar deles qualquer declaração, tanto quanto possível, que seja depreciativa ou desencorajadora quanto à nossa capacidade de resolver os nossos problemas econômico-financeiros. E se faz alarido em torno desses técnicos, que não têm nenhum poder de decisão, que aqui não vêm como assessores coisa nenhuma, mas são apontados como tal diante da opinião pública menos avisada, tal a importância que se lhes emprestam.

E é por tudo isso, Sr. Presidente, que eu disse que, magoado, eu vim aqui para trazer dados e números ante o desinteresse, a má-vontade de divulgar a verdade dos números, por parte da Oposição, já que, gostando tanto de acusar, deveriam ter a preocupação de trazer a prova. A realidade a que eu tenho assistido é a de até auxiliares de altos escalões dos governos estaduais, numa pregação profundamente infeliz, querendo inculcar na consciência de nosso povo e da nossa gente que essa dívida que aí está seria de responsabilidade exclusiva do Governo Federal e que o povo, numa atitude de desobediência civil, deveria revoltar-se e não colaborar em nada para pagar essa dívida, porque essa dívida é do Governo Federal. E quando eu digo aqui, neste plenário, que menos de 10% da dívida total é que representa a responsabilidade direta do Governo Federal, parece que fato uma impropriedade.

Inadvertidamente, fiz tal afirmação, Sr. Presidente, desprovido do documento que aqui está, do qual — encaminhei uma cópia ao Senador Itamar Franco, a quem não quero cometer a injúria de imaginar que fosse S. Ex<sup>a</sup> capaz de me considerar um homem capaz de faltar com a verdade. Sei do apreço e da estima recíproca que têm caracterizado o meu relacionamento com S. Ex<sup>a</sup>. Mas, a

verdade, Sr. Presidente, é que S. Ex<sup>a</sup> disse que esse documento era impossível, que esse documento não existia e que ele precisava ver para crer.

Aqui está, Sr. Presidente, aqui está aquilo que é de ciência de todos os auxiliares de governos estaduais, por que certamente estão enviando pedidos para que nós, na Comissão de Economia e nas outras comissões pertinentes, liberemos essas autorizações para contratações de empréstimos externos. Há poucos dias, eu assistia ao auxiliar do Governo de São Paulo, na Televisão, dizer que o Governo Federal tinha contraído essa dívida toda, que o Brasil estava encalacrado, que o Governo Federal era responsável pelo desemprego. E por aí ele foi na sua pregação.

Sr. Presidente, endereçando expediente ao Banco Central, ao FIRCE, que é o setor, a diretoria que cuida dos recursos na área externa, no mesmo dia me envia este documento, que eu passo a ler:

#### DIRETORIA DA ÁREA EXTERNA

##### FIRCE

Endividamento externo do Brasil  
Dívida Registrada no Banco Central do Brasil (médio e longo prazos)  
Distribuição por natureza do mutuário.  
Posição em 31-12-83

US\$ milhões

#### Tipo de Mutuário Valor

Governo Federal	19.014,8
Estados e Municípios	3.213,1
Empresas Estatais	46.747,2
Empresas Privadas	22.344,1
<b>TOTAL</b>	<b>81.319,2</b>

#### Observações:

— Dados se referem às operações de médio e longo prazos registradas no Banco Central;

— O Valor relativo às empresas estatais inclui a dívida de empresas controladas por Estados e Municípios;

— As operações tipo Res. nº 63 estão classificadas segundo a natureza do banco repassador (não do beneficiário final dos recursos) pois o registro no Banco Central é feito em nome da instituição financeira;

— No montante da dívida de empresas privadas estão incluídos US\$ 1.316,7 milhões de débitos garantidos por instituições públicas e como tal considerados como dívida pública.

Ora Sr. Presidente, temos aqui, então, que nós nos avizinhamos muito, embora de forma aleatória, quando falamos em 10% da dívida, o total da responsabilidade direta do Governo Federal: 9 bilhões em relação a 81 bilhões.

Mas o que é mais significativo, Sr. Presidente, e, aí sim, comportaria reparos por parte da Oposição, é esse nosso Decreto-lei de 1972, que isenta empresas multinacionais de qualquer tributação ou de limites para a remessa de lucros, remessa de juros, desde 1972, além da isenção total do Imposto de Renda, além da isenção do possível Imposto de Renda suplementar, se ultrapassasse os 12%. Ele está em vigor e não se viu, nesta Casa, Sr. Presidente por parte de nenhum Senador ou Deputado opositor, pelo menos nas sessões do Congresso que eu tenho podido assistir, nas críticas ao nosso endividamento externo nós não vimos nenhuma proposta corrigindo essa distorção, para estimular o reinvestimento aqui ou impedir que as empresas privadas multinacionais contraíssem, sob forma de empréstimos, 22 bilhões de dólares, quando poderiam ter trazido esse dinheiro para cá sob a forma de capital de risco. O que viria, sem dúvida alguma, diminuir muito e de muito a preocupação daqueles que imaginam o Brasil um país insolvente.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Com muito prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Apenas para me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que está fazendo no momento, com a apresentação de números que deveriam ser conhecidos por toda a Casa. Muitas vezes nós discutimos essa questão de dívida externa, como outras, mas nos esquecemos de compulsar as estatísticas. E começamos a falar na base daquilo que ouvimos dizer, que alguém escreveu. Mas não temos a preocupação com a realidade. E V. Ex<sup>a</sup> foi buscar os dados na fonte própria, está discutindo baseado em números que não podem ser contestados. V. Ex<sup>a</sup> cita cifras, V. Ex<sup>a</sup> cita, inclusive, um fato que está chamando a minha atenção, como, acredito, a daqueles que estão nos ouvindo, V. Ex<sup>a</sup> cita uma proposta a ser feita. Por coincidência, é uma proposta que o nosso candidato está disposto a fazer no seu programa de governo, com que essas empresas multinacionais empreguem aqui esses empréstimos que se transformam em dívida externa do País, que os empreguem como capital de risco. Essa é uma proposta a ser feita. Então, eu quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que vem fazendo, pronunciamento dos mais sérios e que deveria ser ouvido, ou pelo menos, mereceria ser conhecido pela Oposição, principalmente.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães. Mas, lamentavelmente, o próprio Senador Itamar Franco, naturalmente por algum afazer em alguma Comissão não está presente. Eu tive a preocupação de endereçar a S. Ex<sup>a</sup> uma cópia deste documento, porque, realmente, eu fiquei angustiado por sua dívida, dado o apreço, a estima que me merece o Senador Itamar Franco. Pela seriedade com que S. Ex<sup>a</sup> tem-se portado nesta Casa, eu fiz questão de que fosse o primeiro a tomar conhecimento deste documento, sobretudo tendo em vista que nós já havíamos debatido sobre esse tema e S. Ex<sup>a</sup>, realmente, ficou perplexo, quando não em dúvida, porque sabia que eu seria incapaz de faltar com a verdade. Mas, de qualquer forma, eu tive essa preocupação; logo que eu cheguei ao plenário, encaminhei a S. Ex<sup>a</sup> a cópia desse documento que, por certo, será objeto de maior exame por parte da Oposição.

A verdade, Senador Jutahy Magalhães, é que há muitos aspectos que deveriam ser aqui aflorados pela Oposição como críticas, como reparos mas há, no Brasil, uma como que dissociação: não se concebeu, não se apreendeu, ainda, no Brasil, entender que a Oposição também é Governo, que o Poder Legislativo também é Governo, sobretudo que a Oposição tem um papel extraordinariamente relevante, porque, à distância da solução dos problemas, ela tem condição de, panoramicamente, visualizar as situações e os desacertos daqueles que estão no afã da execução. No entanto, nós verificamos as coisas mais absurdas na nossa legislação e mesmo em atos do Executivo, fatos que merecem reparos e protestos, que deveriam partir da Oposição, porque não fica bem para mim, como homem do Governo, vir fazer críticas à administração. Mas, lamentavelmente, tenho-me visto, muitas vezes, naquela posição antipática do correligionário que é obrigado a utilizar aquela figura com que se inquinava o saudoso Carlos Lacerda, de ser capaz de usar uma metralhadora giratória. De qualquer forma, há certos aspectos que transcendem o nosso conformismo político-partidário, porque não está mais em jogo uma sigla ou o prestígio do Partido, mas o próprio conceito do Brasil, como é o caso presente em que eu, como V. Ex<sup>a</sup> e todos os homens preocupados como bom nome do Brasil, vimos reiteradamente sendo colocados em brios por estrangeiros que dizem, até em propaganda hoje permanente na televisão, que o melhor negócio deles, estrangeiros, é acreditarem no Brasil. E, no entanto,

nós verificamos muitos dos nossos homens com a responsabilidade de Governo, porque parlamentares da Oposição, responsáveis pelo destino deste País, porque também da Oposição e também Governo, no caso, sentem e deixarem até transparecer uma certa alegria diabólica, comprazendo-se mesmo em apontar o Brasil como um País inviabilizado. É por tudo isso que eu iniciei dizendo o quanto era deplorável eu usar o tempo de V. Ex<sup>as</sup> para vir tratar desse assunto, que realmente não deveria ser colocado na forma e nos termos de queixa e de lamentação, como eu venho fazendo.

Sr. Presidente, para os menos avisados, para aqueles que nos imaginam inviabilizados, bastaria nós lembrarmos aqui que a Oposição lá está em Belém do Pará, entrando até com uma ação no Judiciário, para impedir a inauguração de uma hidroelétrica que vai dar 7 milhões de quilowatts para uma região que desgraçadamente estava, em termos econômicos, em termos energéticos, absolutamente inviabilizada, porque dependente de petróleo na fase da termoelétrica. Então, a realização desse sonho, desse sonho que não pertence à Amazônia, porque a Amazônia não pertence a si mesma, mas ao Brasil, pois é uma preocupação e um sonho de todos nós a termos desenvolvida e integrada. Mas, no entanto, a nossa incapacidade política de um lado, em permitindo que adversários nossos, para minimizar feitos e realizações do Governo que defendemos nesta Casa, chega ao absurdo de encontrar guarida nos meios de comunicação, guarida permanente, diária, diuturna, para as suas diatribes e depreciações contra uma obra como aquela de Tucuruí.

Mas do que isso, Sr. Presidente, nós viemos daquela época em que este País, lamentavelmente, assistia diariamente aos seus homens públicos, aos seus políticos, aos seus governantes fazerem política na base da mentirinha, da pedra fundamental e, hoje, nós temos este Brasil convertido num canteiro de obras. Mas nós, Governo e Oposição, desaprendemos de fazer política, pois não somos capazes, principalmente nós, do Governo, de granjear a simpatia, o respeito, a estima e as reeleições daqueles que realmente conquistaram esse direito por realizações em favor do País, embora não fazendo nada mais do que seria do seu dever porque eleitos e guinados aos cargos para realizar o bem público. A verdade é que nós hoje estamos assistindo, tal a confusão, tal o desaprendizado político que nos visita e aqui tem permanecido por muito tempo, perder-se eleição, não pelo engodo da pedra fundamental porque, graças a Deus, o Brasil vem podendo realizar, mas nós temos sido tão descuidados, particularmente nós, do Governo, tão despreocupados em estudar as causas das nossas dificuldades e, talvez, até por um pouco de preguiça para nos aprofundarmos mais na intimidade dos problemas, temos nos limitado a alegar que o nosso endividamento externo seria devido a essas grandes realizações.

Ora, Sr. Presidente, em verdade, uma boa parcela desse endividamento vem daquele Brasil dos déficits orçamentários crônicos, vem daquele Brasil que tomava empréstimos reiterados para pagar empréstimos vencidos, serviços de empréstimos vencidos e cobrir déficits públicos, e boa parte deles também foi para a importação de bens de capitais, para colocar o Brasil na posição que hoje está de oitava potência industrial do mundo. Não mais aquele Brasil da monocultura, o País exportador da sobremesa, mas um Brasil hoje já competindo e, até, se é que faz bem para alguns — eu devo confessar que para mim faz — já sendo chamado pelos nossos vizinhos, por aqueles que de nós compram, por aqueles que já dependem dos créditos que lhes propiciamos, de **los imperialistas**. E como é bom, Sr. Presidente, ser pichado de imperialista. Isso nos faz muito bem, porque significa que saímos de uma renda **per capita** de pouco mais de duzentos dólares, não faz muitos anos, e hoje estamos brigando, porque estamos caindo do patamar dos dois mil e quinhentos dólares.

A verdade, Sr. Presidente, é que trazemos aqui mais uma anotação que vem bem a propósito dessas dificuldades que estamos atravessando no momento.

Na nossa Independência, em 1822, nós tínhamos uma receita tributária e patrimonial, porque aquela época, — sabem V. Ex<sup>as</sup> que os tributos vinham muito do patrimônio — a receita global do Tesouro Nacional, naquela época, atingia mal a quatro mil contos de réis. Mas nós já tínhamos, àquela altura, uma dívida interna de doze mil contos de réis e toda ela em cima do pobre e sempre espancado pelo Banco do Brasil, que chegou ao ponto de vir a ser fechado em consequência dessas dívidas e dos desatinos dos gastos aqui realizados por D. João VI, com seus quinze mil acompanhantes, que nos deixou naquela dificuldade séria, ou seja, uma dívida interna de papel emitido, de bilhetes — como era denominado o papel-moeda naquela época — a esse nível.

Em 1830, quando da votação da nossa primeira lei orçamentária, a receita já atingia 13 mil contos de réis mas a dívida externa e interna, porque aí já tínhamos assumido os compromissos externos realizados para legitimar a nossa Independência — ou, maldosamente, comprar a independência de Portugal, como querem alguns — já girava em torno de 50 mil contos de réis; vale dizer, quase 4 vezes o total da receita orçamentária.

Em 1831, no ápice da crise e da liquidação do Banco do Brasil, que redundou, afinal, na abdicação de D. Pedro I, a receita ainda era mantida na ordem de 13 mil contos de réis, mas a dívida já atingia 56 mil contos de réis. O nosso comércio exterior naquela época, Sr. Presidente, acusava um déficit monstruoso, visto que as nossas importações eram de 22 contos e 498 mil réis e as nossas exportações só atingiam 19 contos e 754 mil réis. Então, tínhamos um déficit de 2 contos e 744 mil réis.

Ainda em 1831, as nossas importações atingiam 33 contos e 491 mil réis e as exportações iam a 32 contos de réis; vale dizer, um déficit de 1 conto e 60 mil réis. No entanto, em 1874, apesar do dispêndio monstruoso com a Guerra do Paraguai, estimado a grosso modo, em 600 mil contos de réis, nos gastos com aquela guerra profundamente infeliz, a verdade é que o Brasil já caminhava, caminhava porque as nossas importações atingiam 167 contos, contra as exportações que já atingiam 208 contos, já dando aí um superávit de 40 contos de réis.

Sr. Presidente, eu quero pedir permissão aos colegas que me honram com a sua atenção e a V. Ex<sup>a</sup>, para que eu volte a este tema, porque na realidade isto faz parte de um estudo que eu venho elaborando, e, ousadamente, estou trazendo à consideração da Casa por etapas. Quanto às duas primeiras, eu já fiz encaminhamento para publicação e sobre elas tecei algumas considerações aqui. Trata-se de um estudo sobre a legislação tributária brasileira. Para verificar o que significou, qual foi a repercussão de cada um dos tributos em termos de receita, eu tive que chegar nas despesas e tenho realmente levantado, Sr. Presidente, uma série de dados bastante interessantes, porque vão mostrar para muitos dos desalentados, muitos dos que têm sido vítimas dessas meias verdades ou mesmo da falácia dos depreciadores das possibilidades do Brasil, lendo conosco, acompanhando conosco essa série que conseguimos montar através dos tempos da administração brasileira, vamos verificar, Sr. Presidente, que as dificuldades que aí estão são, de fato, irrelevantes diante de tudo aquilo que esse País vem enfrentando desde seu passado; enfrentando com honra e dignidade, prestando-se, humildade evangélica e com humildade cristã, para a impiedade até de muitos daqueles que se locupletaram com os maus negócios, porque muitos brasileiros realmente praticaram no passado, por incompetência, mais das vezes, por certo, e alguns até inquinados de desonestidade. De qualquer forma, Sr. Presidente, eu já consegui compilar dados, que me animaram, sobremaneira, a trazer a este plenário elementos de convencimento, que, espero em Deus, e venham pôr cobro a essa on-

da, a esse prazer diabólico, que eu tenho sentido em muitos dos nossos adversários, sobretudo através dos meios de comunicação. Eu tenho sentido e me ressentido constantemente, visto que tal entendimento, tal postura, tal forma de encarar as dificuldades do Brasil em nada nos tem ajudado e tem nos levado até, — vale repetir — a ser objeto de críticas de estrangeiros, porque, dizem eles, os que menos acreditam no Brasil são exatamente os brasileiros.

Sr. Presidente, peço que me desculpe por ter-me alongado tanto e agradeço a quantos me ouviram tão pacientemente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando tanto se fala na emancipação da mulher, com o seu ingresso na administração da política, nas cátedras superiores e até mesmo em modalidades desportivas, nos torneios olímpicos, é bom lembrar que o seu problema essencial ainda está configurado nas restrições que encontra no mercado de trabalho, inclusive com relação ao pagamento salarial.

Muitas ainda continuam, principalmente no Brasil, como "meia força de trabalho", ou seja, recebendo metade do que se paga a um homem pelo exercício do mesmo mister.

Com todas as modificações na legislação trabalhista, a mulher brasileira continua impedida de executar trabalhos noturnos nas empresas industriais, o que já não significa nenhuma proteção, mas prejuízo, uma vez que por esse horário especial são pagas majorações salariais.

Mas de todas as classes, a empregada doméstica tem sido a mais injustiçada pela nossa legislação, com direito, apenas, a uma filiação mais onerosa à Previdência Social, pelo pagamento de dupla contribuição.

Deveria ter direito não apenas ao descanso semanal remunerado, mas ao 13º salário e às férias proporcionais, o que raramente recebe, tanto mais quanto a grande maioria não tem a carteira anotada pelos patrões e nunca se viu nenhum deles penalizado por isso.

Nós, os legisladores, pouco podemos fazer pela classe, uma vez que as modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, em tais casos, importam, de um certo modo, em ônus para a Previdência Social, cabendo a iniciativa exclusiva ao Poder Executivo.

Mas daqui endereçamos apelo ao Poder Executivo, eis que tais problemas precisam ser equacionados com brevidade, em atendimento a milhões de mulheres, marginalizadas pela legislação trabalhista e previdenciária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

**O SR. GASTÃO MÜLLER** (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, para surpresa nossa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo Federal, houve por bem enviar ao Congresso Nacional, projeto de lei, referente a agrotóxicos. Trata-se de um fato inusitado. O comportamento do Governo Federal, nos seus dias finais, melancólicos, pois, o comandante supremo, o Sr. Presidente da República, não quer saber de trabalhar, quando, portanto, há uma ausência de órgãos federais, numa permanente moderna, preguiça e incompetência, também, vez por outra acordam.

Agora, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste por demais triste fim, de vez em quando, assustam-se os tecnocratas e burocratas empedernidos, despertam e querem mostrar serviço e acordam por sua vez o sonolento Chefe da Nação e, este, sem maiores estudos, encaminha ao Congresso Nacional esse projeto que deseja

"envolver o Parlamento Nacional e a própria sociedade brasileira"...

O Deputado Estadual Walter Lazzarini, da Assembleia Paulista, editou uma Nota Oficial, protestando contra o tal projeto, denunciando o absurdo em nome da Associação Parlamentar Nacional de Proteção ao Meio Ambiente, paralelamente, a sua qualidade de Deputado Estadual, sempre norteando o seu comportamento na defesa da Agricultura, da alimentação e da Defesa do Meio Ambiente.

Endossando, totalmente, a argumentação do nobre Deputado Estadual, Walter Lazzarini, leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o documento de protesto contra o Projeto de Lei Federal de Agrotóxicos. Antes de fazer a leitura, ressalto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que se esse projeto foi aprovado, anula-se a Legislação a respeito, de oito Estados brasileiros que já aprovaram leis referentes ao assunto. Não há dúvida que a Legislação Estadual tem sentido, diante das peculiaridades locais e regionais. Ninguém sabe melhor como encarar o grave problema do que os próprios interessados da região.

Leio, então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a seguinte Nota Oficial:

Prezados Senhores,

O projeto de lei dos agrotóxicos atribuído ao Governo Federal, prestes a ser enviado ao Congresso Nacional, é um verdadeiro escândalo.

Queremos aqui denunciar essa ação espúria, que nada mais é que um engodo com que se tentará envolver o Parlamento Nacional, e a própria sociedade brasileira.

O objetivo central, embora disfarçado, desse projeto é fazer com que o Congresso dê ao Executivo todo o poder para centralizar em um único órgão todas as decisões sobre agrotóxicos no País, através da criação do Conselho Nacional de Defensivos Agrícolas e Afins — CNDAA. Além disso, os outros pontos chave da lei ficam transferidos para um Regulamento, o que acaba por tornar a lei omissa e inócuca.

O Conselho seria formado por "um representante dos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Saúde, Educação e Cultura, Interior, Transporte, Indústria e Comércio, Relações Exteriores, Trabalho e Secretaria do Planejamento". Além desses o CNDAA seria constituído de cinco membros indicados entre pessoas de "notório saber técnico" e "na forma disposta em Regulamento".

A este Conselho, e não à lei, caberá todo o poder de "formular, supervisionar e coordenar a política nacional de defensivos agrícolas"; propor o estabelecimento de padrões e normas; aprovar a padronização e o registro dos defensivos agrícolas e afins; autorizar a inspeção em estabelecimentos que produzam defensivos agrícolas. Conforme item específico do projeto de lei, é atribuição do Conselho "decidir sobre todos os assuntos relacionados com os defensivos agrícolas e sobre todos os assuntos decorrentes da aplicação da presente lei. É a criação na prática, de um Super Ministério de Planejamento dos Agrotóxicos.

A indicação dos membros do Conselho também não é definida na lei, mas em Regulamento. Quem irá indicar esses membros? Quem definirá o que é "notório saber técnico"? Porque dar esse poder absoluto ao Executivo sem nenhuma garantia da população em assunto de tamanha importância?

Esta é a forma do Governo brasileiro omitir-se das decisões relativas aos agrotóxicos transferindo a responsabilidade ao citado Conselho. É flagrante o perigo de dar-se a 15 pessoas esse poder de decisão. Pode-se imaginar a pressão que as multinacionais exercerão sobre esse Conselho.

Outro ponto quase inacreditável do projeto é a definição de inspeção: para os efeitos da lei, "considera-se inspeção a ação facultativa do poder

público junto aos estabelecimentos de produção ou industrialização dos defensivos agrícolas"; e "a inspeção somente poderá ser executada mediante solicitação das pessoas que produzam ou industrializem defensivos, cujo atendimento ficará a cargo do Conselho, na forma e condições estabelecidas em Regulamento".

Isto é uma verdadeira aberração, e um acinte ao Congresso e à sociedade brasileira. Só será inspecionado quem pedir!

Os absurdos não param aí. Adiante, o projeto determina que "os defensivos que tenham sofrido restrições de uso por organismos reconhecidos no País deverão ser objeto de avaliação pelo Conselho, quanto aos usos pretendidos no Brasil". Isto equivale a decretar a falência, a desmoralização das instituições científicas brasileiras. Se um órgão de pesquisas, do renome de um Instituto Adolfo Lutz, ou Instituto Biológico, ou equipes médicas do Ministério da Saúde, chegarem à conclusão, por intermédio de pesquisas, que determinado produto é cancerígeno, mesmo assim este produto não estará proibido, mas o caso será avaliado pelo Conselho. Seria a legalização do abandono da saúde pública. Não serão os órgãos científicos, mas o Conselho, do qual não se sabe quem vai participar, com poder superior aos de todos os órgãos de pesquisas do País, é quem vai indicar que tipo de veneno poderá ser usado no Brasil.

Toda sorte de pressões será possível sobre esse Conselho. As multinacionais dos agrotóxicos sabem onde recrutar seus altos funcionários, e podem remunerá-los bem. O General Golbery do Couto e Silva foi Presidente da Dow Chemical. O atual Ministro da Agricultura, Sr. Nestor Jost, em 30 de abril de 1976 entrou para o Conselho de Administração da Bayer, juntamente com o General Idalio Sardiemberg e com o Sr. Octavio Gouveia de Bulhões. Em 29 de abril de 1977 o Sr. Jost foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Bayer.

Um grande anseio agora tornado realidade através das Leis Estaduais de Agrotóxicos que é o Receituário Agronômico, instrumento para diminuir o uso indiscriminado dos agrotóxicos está praticamente esvaziado.

O projeto institui o Receituário Agronômico, "conforme disposto em Regulamento", mas nos parágrafos seguintes praticamente o anula: "Os efeitos toxicológicos, a forma e o local da aplicação dos defensivos serão os parâmetros para definir desde os que não necessitam de prescrição, até aqueles que, obrigatoriamente, serão de venda dirigida e acompanhada, conforme disposto em Regulamento". Não há critérios claros e objetivos para definir os que não necessitam prescrição, como seria, por exemplo, o seu enquadramento nas classes I, II e III, já existentes, e que são os mais tóxicos. Tudo será decidido pelo Regulamento.

— Outra conquista das Leis Estaduais dos Agrotóxicos, existentes em 7 Estados brasileiros, que é a proibição dos organoclorados, produtos reconhecidamente cancerígenos, carcinogênicos ou mutagênicos, não merece qualquer citação por parte da proposta da Lei Federal.

O Governo brasileiro concederá, pelo projeto, patente por 15 anos para os produtos desenvolvidos no Brasil. Como a indústria nacional é reconhecidamente frágil, e não possui condições de investir na pesquisa de novos produtos, as patentes serão das multinacionais. Quanto aos produtos criados fora do território brasileiro, "o Governo Federal garantirá a confidencialidade dos dados toxicológicos". Os estados que disponham de leis de agrotóxicos não poderão solicitar aos órgãos federais esses dados, fundamentais para o registro dos produtos, e

para se permitir ou não seu uso, tendo em vista o risco à saúde das pessoas e danos ao meio ambiente.

Esse tema, de grande interesse nacional, está sendo discutido sigilosamente nas esferas federais. O uso abusivo, indiscriminado e descontrolado dos agrotóxicos, como hoje ocorre no Brasil, afeta a saúde da população, particularmente a do trabalhador rural, afeta a economia do agricultor e da nação, e traz danos, persistentes até por décadas, ao meio ambiente.

Temos de denunciar amplamente essa tentativa de se usar o Congresso Nacional para anular as leis estaduais de agrotóxicos, recentemente aprovadas, e para defender os interesses de grupos econômicos e de seus representantes em várias esferas e contra o interesse da população do País.

É fundamental mobilizar a opinião pública nacional contra mais uma tentativa de manipulação do Congresso Nacional.

O momento exige a manifestação das entidades de classe, dos agricultores, dos trabalhadores rurais, dos técnicos, das entidades ambientalistas, dos políticos enfim de toda a Nação brasileira contra a proposta antinacional e genocida do Governo brasileiro.

Faço a denúncia em nome da Associação Parlamentar Nacional de Proteção ao Meio Ambiente e de meu mandato parlamentar voltado à defesa da Agricultura, da alimentação e da Defesa do Meio Ambiente.

São Paulo, 29 de junho de 1984. — Walter Lazzarini.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Claro, sóbrio e equilibrado, no que tange à sua invulgar capacidade de enunciar realidades e conceitos, julgar fatos, avaliar os acontecimentos e interpretar as personalidades, — foi assim que Gilberto Freyre definiu os atributos da fascinante personalidade de Aníbal Freire da Fonseca como professor, jornalista, administrador, jurista e político.

O fulgurante desempenho de Aníbal Freire da Fonseca, na Faculdade de Direito do Recife, através de memoráveis aulas, nos domínios do Direito Público, preestabeleceu, por assim dizer, a sua incoercível vocação de magistrado exemplar, político, administrador e juiz sábio e justo.

Esses segmentos de sua brilhante trajetória evidenciaram, posteriormente, dimensões de excepcional talento e capacidade intelectual quando, por exemplo, exerceu os cargos de Deputado Federal, Ministro de Estado da Fazenda, no Governo do Presidente Arthur Bernardes, Consultor-Geral da República e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A sua fecunda atuação no jornalismo se projetou a partir do Diário de Pernambuco e do Jornal do Brasil — grandes órgãos da imprensa brasileira que dirigiu com notável proficiência.

A imortalidade acadêmica que soube conquistar, como escritor de méritos incontestáveis, ao ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, justificou-se plenamente, através dos livros onde se reúnem os melhores trabalhos de sua produção jurídica, política, parlamentar e literária.

Portanto, assumo a tribuna do Senado Federal para associar-me às comemorações do centenário do mestre Aníbal Freire da Fonseca, eminente brasileiro, nascido em Lagardo, digno representante de Sergipe no Congresso Nacional.

No conjunto das homenagens que lhe foram prestadas, convém mencionar a missa rezada na Igreja da Ir-

mandade da Santa Cruz dos Militares no dia 6 de julho passado, particularmente relevante em face da participação da família, representada por seus sobrinhos e do comparecimento de grande número de velhos amigos e autoridades.

Assim é que, da Academia Brasileira de Letras compareceram Austrágisilo de Athayde, Presidente, os acadêmicos Luiz Vianna Filho, Josué Montello e Barbosa Lima Sobrinho. Presidentes também, o Senador Nelson Carneiro, os Procuradores Amaro Linhares e Antônio Augusto Vasconcelos, o Promotor Antônio Carlos da Fonseca Passos, o Senhor Ernesto Pereira Carneiro, e o Professor Silva e Souza.

Também, em Sergipe, no dia 9 de julho passado, o Conselho Estadual de Cultura, a Subsecretaria de Cultura e Arte, a Academia Sergipana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Representação Joaquim Nabuco, se associaram, para, conjuntamente, homenagearem o Ministro Aníbal Freire, no ano do centenário do seu nascimento.

Na oportunidade, falou o Dr. Luiz Fernando Ribeiro Soutello, Presidente do Conselho Estadual de Cultura, do Estado de Sergipe, sobre a personalidade do homenageado, cujo palestra solicito seja incorporada ao texto dessas considerações.

Devo, aliás, relembrar, para acentuar a minha coerência, que, no dia 9 de julho de 1964, tive a satisfação de assinalar o transcurso do octagésimo aniversário desse insigne homem público, quando solicitei a transcrição, nos Anais do Congresso Nacional, dos artigos publicados pelo *Jornal do Brasil*, de autoria de Luiz Gallotti, Victor Nunes Leal e Manoel Bandeira sobre a personalidade do inolvidável intelectual, político e escritor que foi o Mestre Aníbal Freire da Fonseca.

São depoimentos de permanente valor histórico, que solicito sejam reincorporados aos texto destas ligeiras considerações.

**O Jornal do Brasil** — dirigido por Aníbal Freire da Fonseca por três gestões, sendo que, na última no cargo durante 10 anos, de 1951 a 1961 — publicou ao ensejo do centenário comemorado a 7 de julho do corrente, três artigos cuja incorporação solicito, igualmente, como valiosas contribuições ao conhecimento da sua vida e da sua obra.

São trabalhos de autoria de Josué Montello, Barbosa Lima Sobrinho e Miriam Lage, respectivamente intitulados "Mestre Aníbal Freire", "Centenário de um Homem Público", e "Aníbal Freire, 100 anos — um Grão Senhor da Política e da Educação".

Finalizando, cumpro o dever de acentuar que Sergipe muito se regozija com o transcurso do centenário de um dos seus mais dignos filhos, que dedicou sua nobre existência do Direito, ao Magistério, à Política, à Administração Pública e à Cultura, revelando, nos heterogêneos domínios das suas atividades, uma existência digna do mais profundo respeito e da mais sincera admiração.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas).

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:*

#### MESTRE ANÍBAL FREIRE

Ao longo de seus 86 anos, mestre Aníbal Freire foi chamado a dirigir o *Jornal do Brasil* em três momentos da vida nacional: em 1922, em 1937 e em 1951. Ou seja: aos 38 anos, aos 53 e aos 67.

Esses três encontros me parecem altamente significativos. Constituem eles o testemunho de que, entre este jornal e o notável homem público, havia uma afinidade tão sensível que, em épocas diferentes, um e outro naturalmente se harmonizaram, cabendo a mestre Aníbal Freire o comando da folha como seu líder.

Um jornal, desde que começa a circular, cria imediatamente o seu estilo e o seu público. Estilo que não pode

modificar, público que não deve perder, desde que se firme como instrumento de opinião.

Para isso, impõe-se uma linha de coerência do jornal consigo mesmo. Se se afasta dessa linha, é a baleia arpoada: ainda que lhe sobre caminho a percorrer, acabará por exaurir-se, até a rendição final.

A coerência do jornal, na norma de conduta que consolidou o seu prestígio, reclama intérpretes adequados, que não de levá-lo adiante, modernizando-o tecnicamente, sem prejuízo dos princípios fundamentais que sempre o nortearam.

Há 29 anos, quando iniciei este meu caminho no *Jornal do Brasil*, era Aníbal Freire quem o dirigia, numa sala modesta, sentado à mesa de tampo corrido, dando-me a impressão de que estaria ali para responder pelo jornal. Na verdade, comandava-o a seu modo, como intérprete de uma tradição que bem conhecia.

Por essa época, o jornal compunha o seu público de modo realmente singular: era popular, pelos seus anúncios classificados, e um tanto elitista, por sua linha opinativa, sem perder de vista a identificação com as causas progressistas de interesse nacional.

Era essa, creio eu, a orientação aqui deixada pelo Conde Pereira Carneiro, e a que Aníbal Freire prontamente se ajustou, quer em vida do conde, quer depois de seu desaparecimento.

Dias depois do convite que me faz a Condessa Pereira Carneiro, para aqui suceder a Roquette Pinto, no corpo de colaboradores do jornal, fui visitar mestre Aníbal, para saber até onde iria o meu desembarço opinativo, na coluna que iria assinar. E ele, prontamente:

— Liberdade absoluta, com a responsabilidade de seu nome. A mesma que terão aqui o Alceu Amoroso Lima e o Manuel Bandeira, já convidados também para nossos colaboradores.

Já ali estava Barbosa Lima Sobrinho, com a mesma orientação — a orientação que jamais variou, ao longo de sua profunda identificação com o *Jornal do Brasil*, no correr de meio século.

Lembro-me de que, certa vez, na Academia Brasileira, em conversa com Paulo Bittencourt, então à frente do *Correio da Manhã* perguntei-lhe por que não escrevia, com as suas lembranças pessoais e os testemunhos de que poderia dispor, a história de seu jornal.

E ele, com vivacidade:

— Essa história já está feita: é a coleção completa do *Correio da Manhã*.

Sim, tinha razão Paulo Bittencourt. A história de um jornal é o seu dia-a-dia, sucessivamente, ao longo do tempo como o rio que vai espelhando os acidentes de suas margens e a nesga de amplidão que sobre ele se debruça. Ou seja: o lento fluir de sua cronologia.

Mestre Aníbal Freire, cujo centenário transcorreu no último sábado, pertence à história do *Jornal do Brasil*, não somente porque o dirigiu, mas sobretudo por ter sabido ajustar o seu comando ao espírito da folha, mantendo-lhe a tradição harmoniosa.

No meu *Diário da Manhã*, lá está ele, com a sua cordialidade e o seu convívio afetuosos. Dele se poderia dizer, ultrapassados os 80 anos, o que disse Pierre Brisson, diretor do *Figaro*, sobre a grande Colette, na mesma faixa etária: era pouco octogenário.

Realmente: continuava a interessar-se pela última revista, pelos novos livros, pelas mais recentes murmurações políticas. Mesmo quando teve de limitar o seu espaço à exiguidade do apartamento de Laranjeiras onde encerraria a parábola da vida. Ali reunia velhos amigos, com os quais conversava animadamente, fiel ao gosto de expender a sua opinião objetiva, nos debates mais animados, como se estivesse na sua sala do *Jornal do Brasil*.

Com esta diferença: em casa, no seu pijama de enfermo; no jornal, sempre bem posto, na elegância de seu traje completo, a que não faltava o colete, mesmo nos dias de calor. Dir-se-ia preparado, ou para a tribuna da

Câmara dos Deputados, ou para a sua cadeira de magistrado, como Ministro do Supremo Tribunal.

Uma tarde, na Academia Brasileira, como andasse um de nossos confrades a estudar um meio de eximir da avidez do Imposto de Renda o nosso *jeton*, Aníbal ergueu prontamente a cabeça, com o dedo em riste, como se houvesse voltado à tribuna parlamentar:

— Sou contrário à proposta, na condição de um dos responsáveis pela instituição do Imposto de Renda no Brasil, como Ministro da Fazenda do Governo Artur Bernardes.

Bastou isto para que a sugestão em debate não fosse adiante. Mestre Aníbal tinha, na Academia, como neste jornal, a autoridade de seu grande nome. Sua vida estava associada às suas opiniões.

Josué Montello

*Jornal do Brasil*, domingo, 8-7-84

#### CENTENÁRIO DE UM HOMEM PÚBLICO

A passagem do centenário de nascimento de Aníbal Freire, no dia de ontem, 7 de julho, desperta uma série de reflexões que me vão arrastando, insensivelmente, a um paralelo entre a vida do mundo político, no tempo dele, e o que agora se registra no noticiário da imprensa. Há uma espécie de confronto entre a Primeira República e o que acontece agora num regime que nem sei se devo classificar de República, depois do golpe de estado de abril de 1964.

Eu estava então iniciando a minha vida de jornalista, e convivía largamente, por força da profissão, com senadores e deputados, eleitos numa fase em que ainda não existia o voto secreto, no modelo australiano, com a utilização da cabina indevassável. Fazia-se então a eleição a bico-de-pena, com os mesários adestrados na redação das atas falsas. E, apesar disso, como observava Gilberto Amado, ele próprio beneficiário desse regime, a eleições más correspondia uma representação excelente. A bancada de Pernambuco, nos tempos de Rosa e Silva, trazia nomes ilustres: Esmeraldino Bandeira, Artur Orlando, Farias Neves Sobrinho, Aníbal Freire, e outros de não menor valor. O ambiente parlamentar infundia respeito, pela significação dos homens que o compunham. Nem havia espaço para a corrupção.

Ou, por outra, para ser exato, havia, sim, um pequeno espaço, que quatro ou cinco deputados ocupavam. Eram chamados os "ratos cinzentos", funcionando como advogados administrativos, a serviço de grandes empresas. Sendo de assinalar que a profissão deles era, realmente, a advocacia, embora fazendo o comércio da influência política. Valiam-se do mandato para ter entrada franca nas repartições e facilitar o andamento dos papéis que pudessem interessar às empresas a que serviam. Com o tempo, essa tarefa mudou de mãos e já não se precisa nem do diploma de bacharel em Direito, sem que desaparecesse a advocacia administrativa, que agora só se percebe nos anúncios de missas de sétimo dia, com empresas sólidas chorando a morte de seus insignes protetores.

A revolução de 1930 apeou do poder os políticos daquela época, classificando-os, pejorativamente, de "carcomidos". Mas o que parecia um labéu aos poucos se foi transformando em louvor, quando se verificou que aquelas figuras, malsinadas nos comentários correntes, desciam de mãos limpas as escadas do poder. José Augusto Bezerra de Menezes, por exemplo, a respeito do qual Nilo Pereira acaba de publicar uma excelente biografia, para sobreviver, teve que se dedicar à corretagem de seguros. E um dos maltratados da imprensa do tempo, Efigênio Sales, via-se forçado a desfazer-se de sua biblioteca. Para que, no julgamento da história, a expressão de "carcomidos" viesse a significar homem de bem, emergindo do caos dos inquéritos e pesquisas da fase revolucionária.

Aníbal Freire pertenceu a essa geração. Ocupou posições em todos os poderes do Executivo ao Judiciário e ao Poder Legislativo, Secretário de Estado, deputado em várias legislaturas, Ministro da Fazenda, Ministro também do Supremo Tribunal Federal, diretor, por três vezes, deste *Jornal do Brasil*, de que o havia afastado a tempestade da Revolução de 1930. Pois, apesar de tantos encargos, acabou a vida como inquilino de um apartamento de aluguel, sem outra fortuna do que a das amizades que havia feito, e das admirações que o acompanhavam. E cuidadoso sempre nas suas despesas, como quem odeia dívidas, e detesta o desperdício.

Quanta cousa mudada, já em vida dele! Aníbal Freire, por exemplo, nunca foi sequer candidato ao Governo do Estado a que vinha servindo. Sergipano de nascimento, fizera política em Pernambuco. Casara com a filha do Conselheiro Rosa e Silva, que era o chefe político do Estado. E embora se falasse de "oligarquia", o certo é que não foi além de deputado federal. Porque os costumes políticos eram diferentes. Nunca soube de ninguém que se apresentasse como candidato de si mesmo, e andasse a pedir votos de casa em casa, ou oferecendo compensações, pequenas ou milionárias, num sistema de contratos comutativos, resgatados à vista ou com depósitos nos bancos suíços, como conviesse ao eleitor. Por isso, os partidos atravessavam a fase das sucessões, sem maiores incidentes, uma vez que os candidatos surgiam de uma espécie de consenso, em que prevaleciam os nomes recomendados pela excelência dos serviços prestados ao partido. Creio que se um político se apresentasse, declarando-se o mais capaz, o mais inteligente, o mais competente, não precisaria dizer mais nada, para ser imediatamente sacrificado.

Também havia desinteresse e capacidade de renúncia, e muito mais altivez, com a incapacidade para cumprir o programa dos caras-de-pau. Como se poderia verificar na vida de Aníbal Freire. Basta lembrar que ele havia casado com moça rica e, por morte dela, fizera questão de devolver ao sogro não apenas as apólices que haviam constituído o dote da esposa, como as jóias e objetos preciosos que trouxera ao casal. Era, afinal, homenagem à memória dela, para que não se pudesse alegar que havia casado por interesse.

O que seria, também, demonstração de seus sentimentos de altivez e de dignidade, de que deu demonstrações incomuns, no exercício da pasta da Fazenda, no Governo de Artur Bernardes. Foi o caso que o Presidente recebeu, em certo momento, pedido de demissão de seu Ministro da Fazenda. Artur Bernardes ficou perplexo. Não houvera, entre eles, nenhum atrito, nenhuma razão de divergência. Como entender o pedido de demissão?

Mandou pedir ao Ministro que contasse as razões daquela carta. Aníbal Freire explicou que havia sido lavrada a nomeação de um funcionário da Fazenda, na Secretaria do Palácio do Catete, sem a iniciativa do Ministro respectivo. Recebera o ato com a assinatura do Presidente, o que transformava o seu referendo numa imposição. Não tinha qualquer objeção à nomeação, mas entendia que se deveria fazer com a iniciativa do Ministro.

Artur Bernardes compreendeu a atitude de seu auxiliar, e, como não tivera nenhuma razão para agravá-lo, pediu desculpas e assegurou que, daí por diante, atenderia às razões apresentadas pelo ministro. Creio que o episódio nem chegou ao conhecimento da imprensa. E Aníbal Freire, na administração de pasta tão importante, prestou a Artur Bernardes, e ao Brasil, os benefícios de uma administração empenhada na conquista do equilíbrio orçamentário e da valorização da moeda nacional.

Seria o caso de lembrar Machado de Assis. Mudaria o Natal? Ou será que a história política do Brasil antigo já está tomando ares de histórias da carochinha?

Barbosa Lima Sobrinho

*Jornal do Brasil*, sexta-feira, 6-7-84

### ANÍBAL FREIRE, 100 ANOS UM GRÃO-SENHOR DA POLÍTICA E DA EDUCAÇÃO

Um homem bom e justo. Se os amigos pudessem resumir seu comportamento, ele entraria para aquele clube fechado dos *grand-seigneurs*; elegante na roupa, no trato, no caráter. Sergipano, nascido em Lagarto, Aníbal Freire completaria amanhã 100 anos. Morreu em outubro de 1970, o corpo fraco mas a mesma cabeça privilegiada que o alçou ao posto de um dos melhores tribunos da primeira metade do século.

A palavra era um de seus dons. Quando escrevia, tinha um texto enxuto, direto. Na tribuna, era romântico, bordava com as palavras como se fosse um artesão. Na Academia Brasileira de Letras, ninguém esquece o dia em que ele fez o discurso de homenagem a Assis Chateaubriand, recém-admitido no círculo dos imortais. Como era seu hábito, Chateaubriand cochilava na cadeira, e outro imortal, Josué Montello, tentava interromper o sono tocando a ponta da espada em sua perna. Aníbal Freire percebeu a cena e resolveu o caso a seu modo: alteou tanto a voz que Chateaubriand estremeceu. Foi o suficiente para que ficasse acordado até o final da cerimônia.

Escritor, jornalista, jurista, acadêmico e político, Aníbal Freire, foi diretor do *Jornal do Brasil*, em três períodos, entre 1919 e 1960. Mesmo conseguindo sucesso em todas as atividades que desempenhou pela vida afora, tinha sua preferência: o magistério. Foi aquele tipo de professor que conhecia os alunos pelo nome — e sobre nome — e chegava a se dar o trabalho de acompanhar, enquanto podia, a vida de cada um deles. Mais que professor, ele era uma espécie de guia para suas turmas. Sabia ouvir. Sabia, melhor ainda, aconselhar com tal arte que jamais privava seus pupilos do direito de escolha. A liberdade, para ele, era fundamental.

Apesar de seu amor pela cátedra, a primeira inclinação de Aníbal Freire foi para o Direito. Cursou as faculdades de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, formando-se em 1903. Nesse mesmo ano, foi nomeado promotor público em Aracaju, e no ano seguinte, transferido para Pernambuco, voltou a se dedicar a uma paixão que nasceu cedo, o jornalismo. Com 15 anos, ainda estudante, Aníbal Freire arranjava tempo para escrever. Seus artigos eram publicados em diversos jornais sergipanos e, em Recife, chegou a dirigir o *Diário de Pernambuco*. Ao mesmo tempo, mantinha colunas em jornais cariocas como a *Gazeta da Tarde e Cidade do Rio*.

A política foi outra inclinação desse sergipano que elegeu, como fonte de sua inspiração, os clássicos franceses. Em 1907, foi eleito deputado estadual por Pernambuco, e pouco depois assumiu o posto de vice-presidente da Assembleia estadual. No ano seguinte, chegou a Secretário-Geral do Estado de Pernambuco, e mais tarde à Câmara Federal. Sua capacidade verbal foi logo notada, e Aníbal Freire impôs-se como um dos mais brilhantes oradores parlamentares. Sua carreira política, sempre marcada por um tom de equilíbrio, foi muito ajudada por seu sogro, o líder sergipano Rosa e Silva. Mas foi por seus próprios dotes que foi chamado pelo Presidente Artur Bernardes para substituir Sampaio Vidal na pasta da Fazenda. Sua performance foi invejável. Com uma política monetária austera, Aníbal Freire debelou, em apenas um ano de trabalho, um nascente processo inflacionário. Em 1926, já fora do Ministério, ocupou o cargo de Consultor Geral da República e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Dizem os amigos que, em sua vida pública, Aníbal Freire foi brilhante. Mas todos concordam que ele tinha uma espécie de dom natural: fazer amigos. Muito afetuoso à maneira antiga, sem grandes arroubos em suas relações, preencheu mais de 30 anos de viuvez com uma roda de amigos. Amigos que ele cultivava com atenções e uma costumeira paciência em ouvir. Quando falava,

Aníbal Freire preferia os temas políticos. E seus amigos lembram a argúcia com que previa o desfecho das mais intrincadas situações. Cumprimentado pelo acerto de seus prognósticos, costumava atribuir isso, com modéstia, à experiência política que acumulara e ao faro jornalístico.

Paralítico, passou os últimos anos recolhido em seu apartamento de Laranjeiras. Nos fins de semana, passeava de carro com os amigos que jamais deixaram de frequentar sua casa. Sentado na sala, um cobertor nas pernas, Aníbal Freire jamais deixou que sua cabeça mofasse; lia seus autores prediletos e acompanhava a política do País. E, com a mesma alegria dos tempos em que brilhava nas tribunas, recebia os amigos para rodadas de conversas que se estendiam até a noite. No fundo, mais do que a cátedra, os amigos foram sua grande paixão.

Mírian Lage

### Palestra proferida pelo Economista Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, Presidente do Conselho Estadual de Cultura, na solenidade comemorativa do centenário de nascimento do Ministro Aníbal Freire da Fonseca, promovida pelos agentes culturais sergipanos — 9 de julho de 1984.

Aníbal Freire e eu, parece, marcamos alguns encontros pela vida a fora, que, existem, entre nós dois, alguns pontos em comum.

Não foi apenas a coincidência dele ter ingressado na Academia Brasileira de Letras, no mesmo ano em que nasci — 1949.

O seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, foi o primeiro que li, entre os proferidos naquela casa onde se cultiva o pensamento e a língua, numa das minhas férias em Santa Luzia, ainda ginásiano.

Anos mais tarde — e este será mais um ponto de encontro — já funcionário da antiga Secretaria Extraordinária para Assuntos da Casa Civil, em 1970, recebi a incumbência de minutar, a partir dos dados fornecidos pelo Professor Paulo Almeida Machado lagartense como Aníbal Freire — o decreto através do qual o Governador João de Andrade Garcez declarava luto oficial, em todo o Estado, em razão da morte daquele ilustre sergipano.

Mal eu sabia que, decorridos quatorze anos, seria designado, por indicação do companheiro Antonio Garcia Filho, nobre Presidente da Academia Sergipana de Letras, para falar sobre Aníbal Freire, no ano do centenário do seu nascimento.

E, na pesquisa que realizei para escrever esta palestra, consegui encontrar mais um ponto em comum: a sua admiração por Joaquim Nabuco, sobre que diria ser o "ídolo da minha mocidade e é sempre um dos guias poderosos e fascinantes do meu espírito".

Afastado da sua terra natal, Aníbal Freire, ainda que encaminhasse para a Biblioteca pública os seus livros, acompanhados de gentis dedicatórias, foi esquecido pela maioria dos sergipanos. Um ou outro advogado talvez, mais perquiridor no estudo das questões do Direito Público ou mais preocupado em acompanhar a jurisprudência da mais alta corte de Justiça deste País, tenha se debruçado sobre seus trabalhos e sobre os votos que prolatou no Supremo.

Mesmo assim, nada mais justo, que o homenageemos hoje, no ano do seu centenário, enfocando o homem Aníbal Freire, o homem de Estado, o professor e, finalmente, o homem de letras, mas, antes de tudo, um "infatigável na defesa dos ideais de democracia e liberdade" (2).

Estes aspectos todos se complementam em sua existência tornando-o uma das maiores expressões da sua época.

Hoje, cabe a um jovem — da geração que começava a viver no mesmo ano em que ele ingressa na Academia Brasileira de Letras — o reaperentear aos seus coetâneos.

Figura singular, pelas múltiplas atividades que desenvolveu, temo falhar diante da missão que me é cometida. Se falhar, perdoem-me.

#### O homem

O ano de 1884 foi pródigo com a cultura sergipana. Nasceram, então, Bernardino José de Souza, o mestre do Direito na Bahia, Epifânio Dória, o arquiteto da organização cultural de Sergipe, e Annibal Freire da Fonseca, que veio ao mundo a 07 de julho.

Vivia o Brasil uma época de crise. As causas que, cinco anos mais tarde, levariam a monarquia ao fim, estavam formadas. A Igreja, desde a célebre questão dos bispos, impropriamente chamada religiosa, se retraiu na defesa do monarca. Os militares iniciavam a sua marcha no sentido de afastar-se do apoio à causa monárquica. E os abolicionistas, movidos mais por interesses, "humanitários" do que por razões meramente econômicas, forçavam o Governo a decretar a abolição total do braço escravo, sustentando primeiro da "principal indústria da nação", como afirmava D. Pedro II em uma das suas Falas do Trono.

Foi nesta quadra difícil da vida nacional, quando as instituições políticas perigavam, que o menino Annibal nasceu, no lar do casal Antonio Cornélio da Fonseca e Júlia Freire da Fonseca, irmã do filólogo Laudelino Freire.

Muito pouco se conhece sobre a sua meninice e onde estudou as primeiras letras.

Armindo Guaraná, cujo Dicionário somos obrigados a recorrer quando desejamos escrever sobre o passado cultural de Sergipe, não traz qualquer anotação a respeito.

Nele sabemos que fez seus estudos preparatórios no Ateneu Sergipense e no Colégio do Professor Alfredo Montes, fase de sua vida que ele iria recordar, com saudade, num discurso saudando o Presidente Graccho Cardoso, quando afirmou:

"Facilmente as imaginações juvenis tomam para orientá-las padrões, que, se servem de modelo para a ação futura, representam fortes e benéficos estímulos. Por influência do vosso genitor, fostes um destes padrões para a minha vocação. Não hei de esquecer nunca o que representa no meu reconhecimento e na minha mocidade. Com Alfredo Montes e Baltazar Gois, Brício Cardoso foi um dos meus guias espirituais. Na vida das províncias avultam esses tipos de semeadores de ideal, enlevados na sua função e certos dos prognósticos de sua sanção tutelar.

Brício Cardoso nos ensinava história — perdoem-me essas evocações os que não são filhos de Sergipe — no amplo salão do Ateneu. Mas não eram apenas essas lições, que fixavam o curso do pensamento e determinavam a orientação final que havia de guiá-lo: eram sobretudo as confidências e as expansões entre professores e alunos, nesta doce serenidade e milagrosa confiança que só conhecem os que praticam a profissão. E aos meus ouvidos ressoavam, pela voz enternecida de um pai, os começos de vossos triunfos em terra estranha. Era a tentação para a vida política, em que vos ensaiáveis, e para a vida do jornalismo, em que logo penetrastes com a audácia e fogo de um conquistador"(3).

Talvez tenham sido o amor pela História — a "mestra da vida", na palavra maior de Cícero — a preocupação com os seus semelhantes, o pendor pelos assuntos políticos, insuflados na mente do rapazinho pelos mestres queridos, as causas primeiras que o levaram a cursar Direito iniciando os seus estudos em Salvador.

Neves da Fontoura, no discurso com o qual o recebeu na Academia Brasileira de Letras, afirmou:

"Três Faculdades de Direito contribuíram para a formação jurídica do vosso espírito, ávido de saber em tão verdes anos: a da Bahia, onde, entre outros, aprendestes as lições de Filinto Bastos; a do Rio de Janeiro, que vos familiarizou com a vida da metrópole, finalmente a do

Recife, em que recebestes o grau, ainda antes da maioridade".(4)

Viveu e formou-se em Recife, "em um dos momentos áureos da Faculdade de Direito, ainda na ebulição gloriosa da Escola do Recife...."(5), "pois foi ali que sua cultura humanística, histórica, política e jurídica se amalgamou na composição de um espírito lúcido, cominado pelo censo da medida, predicados que iriam abri-lhe as múltiplas veredas do seu destino".(6)

Enquanto estuda, dedica-se também a escrever, desde o distante ano de quando publicou, "O Tempo e o Estado", seguindo de um estudo sobre Elziário da Lapa Pinto, intitulado, "Um esteta", inseridos em *O Estado de Sergipe*, jornal do grupo olimpista.

Com o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, retorna a Aracaju para exercer o cargo de Promotor Público, para o qual fora nomeado em 1902. Sua permanência, na capital sergipana, não dura senão um ano, pois em 1904 já se encontra de volta ao Recife, onde encontrará o ambiente propício para se desenvolver, humana e culturalmente, e para alçar voo em busca de horizonte mais largos.

Recife estará sempre entre as cidades que mais amou, porque foi, conforme dirá em 1930, "o abrigo da minha mocidade, húmus vivificador de minha formação mental, estímulo e conforto de minha madureza, sacrifício de minhas mais caras recordações"... razão pela qual, concluía, "recebe, Pernambuco indômito, a oblação de meu reconhecimento e fidelidade".(7)

Mais tarde, ao deixar o Supremo Tribunal Federal, ele voltará a referir-se, com muito carinho, a Recife, onde, afirmou, "primeiro floriram os meus sonhos, vicejaram os meus ideais, corporificaram-se os meus anseios".(8)

Colaborou, então, no *Diário de Pernambuco*, depois de o ter feito em *O Tempo* (1898/1899), *O Porvir* (1900) e em *O Estado de Sergipe* (1899/1903), em Aracaju, em *A Cidade do Rio e Gazeta da Tarde* (1901), no Rio de Janeiro, e, finalmente, no *Jornal do Brasil*, em várias fases da sua vida (1922/1929, 1937/1940 e, mais tarde, depois de aposentado do Supremo, até 1960).

Ao lado do jornalismo, uma outra atividade o atraía. Era a política partidária. Sua participação na política, conforme preconiza o editorial do *Jornal do Brasil*, quando ele o deixou, "só pode ser entendida e analisada como ele próprio a entendia, como uma projeção do jornalista que sempre foi, mesmo quando, por imposição legal, viveu afastado da vida da imprensa. A posição da verdade, o calor que sabia pôr nas causas que defendia, a perspicácia da sua inteligência, o rigor de uma objetividade que a paixão jamais toldou todas as virtudes e qualidade de Annibal Freire foram, em qualquer missão em que ele se encontrasse".(9)

Assim, ele foi sucessivamente Deputado Estadual (1907), quando chegou a Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Secretário Geral do Governo de Pernambuco, Deputado Federal, nas legislaturas de 1909, 1924, 1927 e 1930.

Sua carreira política teria sido ainda mais marcante se não fora o interregno havido em 1912. Neste ano, os partidários do Dr. Rosa e Silva foram vencidos pelo General Dantas Barreto que, "entrou no Palácio das Princesas, no Recife, num rastro de sangue" (10), com o decisivo apoio do Presidente da República, o truculento Marechal Hermes da Fonseca.

Vencido nas urnas, Annibal Freire, depois de uma viagem à Europa, retorna ao Recife, em 1912, dedicando-se às atividades forenses, ao jornalismo e, principalmente, à cátedra na Faculdade de Direito, onde, desde 1907, era Professor de Economia Política substituto, efetivo, e finalmente, catedrático de Direito Administrativo.

Em 1924, voltaria ao Parlamento, como Deputado Federal, destacando-se como uma das maiores autoridades em Finanças Públicas.

Gilberto Amado, seu colega nesta fase, evidencia a sua atividade parlamentar, escrevendo:

Annibal Freire, que nem preciso destacar, relator da Fazenda, futuro detentor da pasta, na qual iria aplicar, da metade para o fim do quadriênio, os princípios aprendidos em Pernambuco, inspirados na política do equilíbrio orçamentário e de razoável deflação. Tive de lutar com ele, amigo de cortar verbas dos Ministérios, para preservar o Itamarati dos seus rigores e salvar um antigo, cujo direito, pouco claro aos seus olhos, Annibal fortemente combateu. "A Comissão de Finanças nomeando funcionário demitido!" exclamou. Ao que redargui: "Sempre se encontra meio, quando se quer, de reparar uma injustiça. É o que estou fazendo". A Comissão me acompanhou. O plenário também. Annibal tinha razão. O que eu admirava é como pode ele resistir à tenacidade do cônsul, homem doente da espinha, mas um gigante inapto a renunciar à pretensão. A Comissão não resistiu".(11)

Da Câmara dos Deputados para o Ministério da Fazenda foi apenas um passo. Defensor ardoroso da eliminação do déficit orçamentário e do controle do meio circulante, segundo os princípios preconizados pelo economista Gaston Jéze, Professor da Faculdade de Paris, para superar a crise econômico-financeira da Argentina, o Presidente Arthur Bernardes, que comungava suas ideias, em dezembro de 1924, o chamava para substituir Sampaio Vidal que se exonerara.

Permaneceu no Ministério até o fim do mandato de Arthur Bernardes, quando retornou à Câmara, onde a Revolução de 30 o vai encontrar como um baluarte da ordem constituída, um conservador que, não sendo um reacionário, afirma que "só se conversa bem o que se utiliza para novos impulsos".(12)

Debatendo os problemas brasileiros numa reunião política, em Recife, ele dirá que, em 1930, "o campo político precisa ser alargado no Brasil. O acesso à magistratura suprema não pode mais se processar somente os Governadores dos Estados. Constitui uma das máculas do regime a erupção de certos prestígios quadrienais, que não se traduzem pelo tirocínio da vida política, pela seqüência de serviços à causa pública, pela aptidão, des-cortino e atividade".(13)

Consolidada a vitória da Revolução, Annibal Freire, considerado um "carcomido" pelos detentores do poder, voltou a sua missão de professor, mesmo porque "a cátedra seduz as naturezas afeitas à meditação e ao exame sereno dos problemas jurídicos e encanta — na sua própria palavra — pela perspectiva de influência do mestre sobre as gerações novas, meta por vezes ilusória e fictícia, mas sempre dominante nos que executam".(14)

Creio que foi no exercício dessa cátedra que o foram buscar, em 1938, para o cargo de Consultor-Geral da República, da inteira confiança do Presidente da República, de quem é assessor direto, sempre ouvido nos assuntos que, conflitantes entre leis, chegou à decisão do Chefe do Executivo.

Em 1940, ingressa na mais alta corte de Justiça do País. É Ministro do Supremo Tribunal Federal, onde se notabiliza pelas "qualidades de equilíbrio e moderação que marcavam seu valor de grande juiz" (15) e se filia "aos modernos métodos de interpretação", que se afastam da vontade do legislador para, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum, fixar o alcance e o sentido das normas legais".(16)

Permaneceu no Supremo até 1951, quando se aposentou, proferindo uma oração de despedida das mais brilhantes entre as que foram ouvidas naquela Casa da Justiça, na qual defende a importância da magistratura, o primado do Direito e da liberdade, a ampliação das atribuições do Judiciário a qual "não pode confinar com a arbitrariedade e se tem de conter em vínculos jurídicos invioláveis, para salvaguarda dos legítimos e justos ideais de coletividade".(17)

Voltava, assim, à vida da planície, como um cidadão comum, dedicado ao estudo, à leitura no silêncio da sua biblioteca, indo às sessões da Academia Brasileira de Letras (eleito em 1948 e empossado a 1º de maio de 1949, ocupando a cadeira nº 3, cujo patrono é Arthur de Oliveira, tendo Roberto Simonsen, o autor da magistral História Econômica do Brasil, como predecessor) e, sempre que convocado, freqüentando bancas examinadoras em concurso de professores para escolas superiores, severo nas arguições, e a tribuna onde pronuncia conferências literárias e dirigindo o *Jornal do Brasil* até 1960.

“Paralítico, passou os últimos anos recolhido em seu apartamento de Laranjeiras. Nos fins de semana, passeava de carro com os amigos que jamais deixaram de freqüentar sua casa. Sentado na sala, um cobertor nas pernas, Annibal Freire jamais deixou que sua cabeça mofasse: lia seus autores prediletos e acompanhava a política do País. E com a mesma alegria dos tempos em que brilhava nas tribunas, recebia os amigos para rodadas de conversas que se estendiam até a noite. No fundo, mais do que a cátedra, os amigos foram sua grande paixão.”<sup>(18)</sup>

Vencido pela idade e pela doença, ele morreu a 21 de outubro de 1970, cercado do conforto dos amigos e admirado pelos seus contemporâneos como “um mestre no sentido geral, não somente nisto ou naquilo: pela sua a um tempo suave e firme sabedoria — um mestre da vida”<sup>(19)</sup>, como assegurou Manuel Bandeira.

Ele, ao fim da sua vida, poderia dizer, como o Apóstolo São Paulo, que “combati o bom combate e não perdi a fé”, porque sempre acreditou nos homens.

#### O homem de Estado

Aníbal Freire, como homem do Estado, tem três momentos distintos em sua vida: Deputado Federal, Ministro de Estado e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

São momentos que se interpenetram e dão a medida exata da sua atuação como homem de Estado, dedicado ao serviço do Brasil, sempre honrando os cargos que ocupou com suprema dignidade.

#### O Deputado

Vinculado, inclusive por laços familiares (em razão do casamento), ao Dr. Rosa e Silva — que se opunha, na política pernambucana, ao grupo liderado pelo General Dantas Barreto, (“célebre” autor do romance “A Condessa Hermínia”, onde escreveu esta frase, “lapidar”: Quando a condessa acordou, estava morta”), Annibal Freire ingressou na política em 1907, como Deputado Estadual.

Destacando sua atuação parlamentar, Neves da Fontoura dirá: “...os vossos discursos fizeram época e vos conferiram um lugar excepcional entre os vossos pares e no seio de vossos correligionários, entre os quais se contavam valores como Gonçalves Ferreira, Pedro Pernambuco, Esmeraldino Bandeira, Segismundo Gonçalves, Estácio Coimbra”.

Com a nomeação do Deputado Esmeraldino Bandeira para Ministro da Justiça, seria chamado a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, em 1909.

Muito pouco material sobre a sua presença na tribuna parlamentar consegui reunir, em razão da premência em escrever esta palestra e, principalmente, diante do verdadeiro caos em que se encontra o depósito da Biblioteca Pública, onde está a mais completa coleção dos Anais da Câmara dos Deputados em terras sergipanas.

Devo à generosa colaboração do eminente Deputado Francisco Rollemberg, homem público íntegro e intelectual brilhante, o conhecimento de algumas das intervenções de Annibal Freire na Câmara dos Deputados.

Situam-se esses discursos em três fases distintas da sua atividade como Parlamentar.

Na primeira, que corresponde ao período de 1911, ele vai à tribuna para tratar de assuntos da atualidade políti-

ca de Pernambuco, das perseguições sofridas pelos rosistas, da intervenção de militares nas eleições daquele Estado, acobertados pelo Presidente da República.

Analisando este agitado período da República Velha, com muita propriedade, observa Afonso Arinos:

“A política do Governo Hermes descambava o período das “salvações”.

Vista com maior distância, essa fase oferece uma significação mais coordenada, que escapava ao observador contemporâneo. O processo usado para a conquista do poder nos Estados era, sem dúvida, o emprego da força armada contra as instituições legais. Repetia-se, com a diferença do tempo, a onda de deposições dos governadores pelo Exército, a que o País assistira no Governo de Floriano.

Mas, agora, havia, nos Estados, apoio popular àquele deslocamento das oligarquias enraizadas. O fenômeno da união tinha feito as repúblicas latino-americanas cem anos antes. É o mesmo que apareceu, na nossa geração, nos países árabes e negros da África, e em algumas nações do Extremo Oriente. Rompido o quadro legal, apesar da brutalidade e do primarismo das “salvações”, não podemos deixar de reconhecer a existência, dentro delas, de um certo apelo popular”<sup>(20)</sup>.

A leitura dos quatro discursos proferidos, nesta fase, entre 14 de novembro e 13 de dezembro de 1911, nos permite concluir que o jovem Deputado era um dos maiores oradores da casa legislativa.

Seguro, lúcido, empolgante, fiel aos seus princípios e, antes de tudo, defensor dos seus ideais, ele investe contra o General Dantas Barreto, com observações ferinas, e o Marechal Hermes da Fonseca, acusando-o de executor de uma “política da dissimulação, que reúne em conclave os próceres republicanos, para garantir ao País, iludindo-o, medidas falazes, enquanto por trás dos reposteiros se prepara a destruição do regime pelo emprego da força”.

E arremata sua afirmação assegurando que, “em relação ao caso de Pernambuco, houve incontestavelmente da parte da guarnição federal a intervenção a mais desabusada e a mais franca na luta política aí travada”<sup>(21)</sup>.

Seis dias mais tarde, denuncia novamente a intervenção dos “soldados assalariados que, disfarçados em povo, praticam toda a sorte de desatinos” e “um crime a mais, praticado à sombra do inspetor da região militar em Pernambuco, com a cumplicidade do Governo da República”, concretizado quando, “foi coagido violenta e arbitrariamente, o Presidente do Senado”<sup>(22)</sup> a assumir o governo do estado”<sup>(23)</sup>.

Sintetizando os discursos, eu diria que eles representam, antes de tudo, a divisão da mesma oligarquia, quando, mesmo com a mudança dos homens, permanecia a estrutura que a criara.

Na segunda fase, os dois discursos mais importantes, datando de 18 de agosto e 9 de outubro, versam sobre matéria financeira, da qual é um dos maiores conhecedores.

Em ambos os pronunciamentos, ele revela dominar o conhecimento de economia e de finanças, atualizado com as medidas de política econômico-financeira por vários países do mundo, como a Inglaterra e a Argentina, seguindo a afirmação de Leon Say segundo a qual “as despesas públicas não podem ser condicionadas senão pelos recursos do Tesouro”.

Em outras palavras, advogava o equilíbrio orçamentário através do corte de despesas.

“S. Ex.<sup>a</sup>, — diz ele na defesa do seu parecer na Comissão de Finanças — nos enunciados principais da sua magnífica dissertação, assim posso qualificar a oração que acabamos de ouvir... completou todos os aspectos sobre os quais tive oportunidade de encerrar a situação das finanças públicas, reportando-me ao exemplo dos países que realizam e estão praticando a verdadeira política do momento, a política do equilíbrio orçamentário,

que será o dique oposto aos perigos decorrentes da inflação.

Não tive intuito, que me parece poder-se depreender das palavras do Sr. Vicente Piragibe, de dar resposta ao discurso anterior, proferido por S. Ex.<sup>a</sup>, no debate aqui travado sobre o orçamento do Interior. O meu parecer foi escrito de muito boa fé, sem o ânimo de retorquir a quem quer que seja, sem o propósito de combater ou prestigiar determinadas opiniões ou determinados discursos. Resumi em um ponto de vista geral, despretenhoso e obscuro, o que tenho pleiteado na imprensa, na cátedra e nesta Casa do Parlamento, tendente a realizar o problema máximo no momento, a contenção das despesas nos limites do erário público, sem sacrifício, entretanto, das necessidades coletivas. Não pode advogar despesas inúteis, quem, de ânimo resolutivo e inflexível, tem acompanhado a orientação marcada nesta Casa pela autoridade do eminente líder o Sr. Antônio Carlos, que reflete o pensamento da alta administração do País.

O que o parecer propôs ou o que o parecer assinalou foi que justamente o período áureo da administração brasileira — e o digo agora que a morte cessou o destino dos homens que então ocupavam a administração do País e as minhas palavras não podem ser tomadas como expressão de lisonja, foi que, repito, justamente esse período áureo da administração brasileira caracterizou-se pela previsão do equilíbrio entre a receita e a despesa e pela modesta e relativa desproporção entre os dois termos dos orçamentos vigentes.

O que quis com isso verificar foi que a política de iniciativas fecundas e oportunas, pôde ser feita sem desequilíbrio do orçamento, quando os recursos postos pela Nação ao serviço dos administradores, não se dissipam nem se prodigalizam inutilmente.

“Não há homem de Estado, não há legislador que se possa atemorizar diante da proporção dos gastos públicos. O papel orientador das decisões deste assunto é o da oportunidade e o da conveniência das medidas projetadas”<sup>(24)</sup>.

E em reforço à sua tese, depois de afirmar que os membros da Comissão não são os cassetas da situação, usa as palavras do Ministro da Fazenda quando, em exposição de motivos ao Presidente da República, diz “que o Brasil precisa pôr termo a essa fase lamentável de sua vida administrativa e entrar para o rol dos países organizados, o que pode fazer perfeitamente... Mas não basta a convicção. É essencial agir, empregando os meios efetivamente capazes de solucionar o problema. Com boas palavras e meias medidas nada conseguiremos”<sup>(25)</sup>.

“A Inglaterra atual está provando — assevera, numa demonstração de que conhecia a política adotada por outros países — que pôde realizar a política conveniente ao momento, sem recorrer senão aos processos que a doutrina aconselha: nada de convulsões políticas, nada de fictícias remodelações sociais. O País preservou as suas instituições seculares do golpe que lhes podiam vibrar, graças a uma política inquebrantável de rigorosa economia e graças, por outro lado, a uma política de equidade e de justiça com as classes trabalhistas”<sup>(26)</sup>.

Num outro discurso, pronunciado quando se discutia o orçamento do Interior, estando ausente o respectivo relator, Deputado Solidônio Leite, ele tem, mais uma vez, a oportunidade de reafirmar os seus pontos de vista de que a política de equilíbrio orçamentário é aquela de que necessitava o Brasil para superar a crise que, então, era vivida.

Enquanto o Deputado Luiz Silveira, líder da bancada de Alagoas, preconizava “a adoção do déficit, como medida financeira que conduz à prosperidade geral do País”<sup>(27)</sup>, Annibal Freire evidencia suas idéias lembrando o exemplo que, entre 1922 e 1923, reduziu a Argentina o seu déficit em noventa e quatro milhões de pesos, “porque se adotaram processos e regras, que não alcançaram a penas a regularidade do problema orçamentário, mas vão atingir, igualmente, a constituição da vida

financeira do país, em suas diversas modalidades, na sua política social, nas funções bancárias, nas relações do trabalho, em todos os problemas que interessam à comunidade”(28).

“Ainda agora — prossegue o Deputado pernambucano — em artigo publicado na Prensa, o Sr. Gastão Jéze (29) trata da dívida flutuante da Argentina, e embora seja sempre de praxe achar que os economistas nada dizem de novo, como se a verdade não fosse uma só e eterna — o eminente professor fulmina a situação daquele país com estas frases candentes:

“Na Argentina, o déficit crônico não tem desculpa; direi mais, não tem, desde vinte anos, nenhuma circunstância atenuante; provém unicamente de incorreta administração das finanças.”

Estamos realmente em boa companhia; mas os meios que o ilustre economista preconiza são justamente aqueles que a Comissão de Finanças procura, modestamente, executar e realizar, na vida do Brasil.

“No entanto, quanto aos remédios”, diz Gastão Jéze, “são conhecidos, mas é necessário recordá-los sumariamente: Primeiro, estabelecer o equilíbrio do orçamento para impedir o acréscimo da dívida flutuante. Nisto reside o remédio para a maior parte dos males financeiros.

“Segundo, amortizar a dívida flutuante, mediante uma política de excedentes orçamentários”. É o colar da primeira proposição.

“Terceiro, consolidar uma grande parte da dívida flutuante, esperando o momento em que seja possível amortizá-la.”

Os dois últimos itens são verdadeiras miragens para nós, confessemos a verdade, desde que o primeiro está encontrando obstáculos, que nos vamos habituando a consolidar com longanimidade mas é mister enfrentar com absoluta firmeza”(30).

E, perorando o seu discurso, lembra o compromisso que todos têm, no Executivo e no Legislativo, no sentido de possibilitar a recomposição do organismo financeiro do Estado, porque “Nação combatida financeiramente é Nação sem autoridade moral para tentar campanhas reabilitadoras”.

“Nosso primeiro empenho, portanto, deve ser assegurado a esse regime... dentro dele, nas regras que o instituem, na harmonia serena que o aperfeiçoa aos olhos dos legisladores e dos publicistas, nesta obra extraordinária que pode precisar de retoques, mas que é um documento da nossa civilização, e um elemento a mais da nossa cultura. Nosso primeiro empenho, como dizia, deve ser assegurar estabilidade a esse regime; mas não podemos realizar esse trabalho se não somos os primeiros a dar o exemplo de firmeza e de elevação dos nossos propósitos, praticando rigorosamente a política de equilíbrio moral, a política de satisfação das necessidades coletivas... não fortalecendo o espírito da desordem, que leva aos extremos em que se dissolvem as nações: a anarquia e o cesarismo... na independência de seus poderes, conforme bem acentuou o nobre Deputado por Pernambuco, realizando a política de economias, servindo ao País, a seus altos interesses e elevados objetivos, praticando a justiça e, sobretudo, inspirando-se no ideal da solidariedade social, que vincula governantes e governados”(31).

Não discutamos a justiça, a eficácia e a eficiência dos princípios econômicos preconizados pelo sergipano e Deputado por Pernambuco. Contudo, evidenciamos a maneira pela qual, por todos os meios ao seu alcance, com o brilho da sua inteligência e com os seus argumentos — fruto do estudo paciente e profundo da matéria, ele defende suas idéias.

Ontem, como hoje, tentaram resolver os problemas brasileiros com a adoção de medidas financeiras. No passado, poder-se-ia pensar assim. Agora, seria errado fazê-lo, porque as nossas crises decorrem de uma estrutura desequilibrada, injusta, concentradora de bens e riqueza.

Ainda nessa fase, há um discurso em que Aníbal Freire se revela um legalista, aquele que põe o primado da ordem acima de tudo.

E na discussão de requerimentos do Deputado Antonio Carlos, da bancada de Minas Gerais e líder da maioria, pedindo que sejam votadas moções de congratulações ao Presidente da República e a outras autoridades em face do término do levante militar em São Paulo, em 1924. Afirma, então:

“Na alternativa, Sr. Presidente, entre os pronunciamentos renovados (e aqui Aníbal Freire usa o termo “pronunciamento” na exata medida do seu significado) e a garantia da ordem, têmos de sair desta situação, sob pena de sossobramos. E essa obra reparadora há de se fazer dentro da ordem jurídica, aos clarões dos princípios superiores, que dirigem povos civilizados e de cultura, empenhados em se pronunciarem contra as superfectações e embustes da demagogia facciosa”(32).

Da última fase de sua passagem pela Câmara dos Deputados, consegui um único discurso, no qual ele manifesta o pesar da bancada pernambucana pelo falecimento do Senador Luiz Correia de Brito.

Infelizmente não tive o tempo necessário para pesquisar, nos Anais do nosso Parlamento, os discursos que marcaram a sua atuação parlamentar no tumultuado ano de 1930, quando se deu a chamada Revolução e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, onde se perpetuaria por quinze longos anos.

Valho-me ainda uma vez, do testemunho de Neves da Fontoura. Ele diz:

“Há justamente vinte anos, encontramos-nos na Câmara dos Deputados, envolvidos como todo o Brasil nas labaredas do incêndio pré-revolucionário. Eu já era um dos vossos admiradores; em meio ao tumulto e à divergência, fiquei sendo um dos vossos amigos naquela rara categoria de homens que se estimam e respeitam fora dos círculos da intimidade pessoal. Mas a tormenta, que vos colheu na derrota, não alterou a substância das vossas crenças políticas. Pertenceis, Senhor Aníbal Freire, à escola conservadora, que tudo espera da evolução e tudo proscreeva da revolução. A vossa forma ideal de governo consiste em conciliar os dois velhos e suspicazes inimigos: a autoridade e a liberdade.

Assim o dissestes expressamente em uma das vossas mais perfeitas orações: “Nunca o problema da conciliação entre a autoridade e a liberdade foi posto em termos tão nítidos e severos como na atualidade”. (32 a)

Este é o Aníbal Freire deputado, elegante na forma dos discursos, coerente nas idéias e nas convicções que defendia. Este é o “orador dos maiores do seu tempo” (33); mas como observou Ivã Lins, foi de uma “sobriedade em seus discursos, procurando convencer mais pela força dos argumentos que apresentava do que pelo arrojado das imagens”(34).

“Ouvi-o certa vez em discurso na Câmara — testemunha Austregésilo de Athayde — e era sua eloquência tão elevada e substanciosa pela maneira silogística de expor, como seus artigos de jornal. Em tudo, o sereno estilo, a maneira discreta; a certeza da informação e a isenta forma de julgar”(35).

#### O Ministro de Estado

A emissão de papel sem lastro, objetivando a cobertura do déficit orçamentário, acarretava a desvalorização da moeda e o aviltamento da taxa cambial.

Era essa a política que o Brasil vinha adotando, ao longo dos sucessivos mandatos presidenciais, obrigando-se a criar uma dívida flutuante, representada por obrigações do Tesouro Nacional que consumiam 900 milhões e 70 mil cruzeiros anuais para o pagamento dos juros.

A partir de uma exposição de motivos do Ministro Sampaio Vidal, da Fazenda, aprovada pelo Presidente Arthur Bernardes, o Executivo pediu ao Congresso Na-

cional a aprovação de medidas que acabassem com a situação, frenadora de todos os esforços produtivos do País.

E as medidas, depois de acirrados debates no Congresso Nacional, foram aprovadas através do Decreto Legislativo nº 4.635-A, de 08 de janeiro de 1923, a partir do projeto do Deputado Cincinato Braga.

Eram elas:

a. liquidação parcial e consolidação da dívida flutuante, verificada até 31 de dezembro de 1922;

b. transferência da capacidade emissora para o Banco do Brasil, que receberia um saldo de 10 milhões de libras esterlinas, existentes no Tesouro Nacional;

c. obrigação do Banco do Brasil resgatar o “excesso de papel moeda em circulação quando o seu fundo de reserva atingisse a importância de Cr\$ 100.000.000,00” (36);

d. assinatura de contrato entre o Governo Federal e o Banco do Brasil, a fim de que este executasse a política. Limitou-se, então, a emissão em Cr\$ 592.000.000,00.

A chamada revolta de Isidoro Dias Lopes, em julho de 1924, desorganizou a vida econômica do País e de São Paulo que, vencido o movimento, passou o Banco do Brasil, através do seu Presidente, Cincinato Braga, a proceder empréstimos especiais, cobertos por emissões especiais que excederam o limite, atingindo Cr\$ 726.862.500,00.

Com as emissões, declinou a taxa cambial.

Bernardes teve conhecimento dessas emissões clandestinas através de um funcionário do Tesouro. Viu-se diante de uma situação embaraçosa, não podendo demitir os dois auxiliares porque, embora contrariando a política governamental, haviam agido na defesa de São Paulo, principal unidade econômica do País.

Não se pode, por outro lado, esquecer que a política executada, em grande parte do período da República Velha, era desenvolvida através do apoio mútuo entre as oligarquias paulistas e mineiras, em geral conhecida como a política do café com leite.

Os acontecimentos viriam em favor do Presidente da República, facilitando a sua ação.

O contrato com o Banco do Brasil fora submetido ao Congresso Nacional, para aprovação, acompanhado de uma Mensagem Presidencial, de 22 de maio de 1923.

Distribuída a Mensagem à Comissão de Finanças, coube a Aníbal Freire, Deputado por Pernambuco e uma das maiores autoridades brasileiras em Direito Financeiro, relatá-la. Problemas políticos, contudo, determinaram o seu abandono. “dadas as discussões que poderia provocar com prejuízo da execução do programa oficial”(37).

Cessados os motivos que determinaram a paralisação da Mensagem Presidencial, as Comissões de Finanças e Justiça, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos, líder da maioria, aprovaram o parecer de Aníbal Freire, no qual “opinava pela revisão do contrato, visto contem disposições inexistentes no diploma legal de que emanava”(38).

No dia seguinte, o *Jornal do Brasil* publicava o parecer e, considerando que houvera uma implícita censura às suas atuações como condutores da política financeira do Brasil, exoneraram-se o Ministro da Fazenda, Sampaio Vidal, e o Presidente do Banco do Brasil, Cincinato Braga, logo substituídos, respectivamente, por Aníbal Freire e James Darcy.

Com a posse destes dois conhecidos homens públicos iniciou uma segunda fase na administração financeira do governo de Bernardes — acentua um dos seus biógrafos — a qual limitou-se a dar aplicação constante a sincera do problema concretizado do Decreto nº 4.635-A, o que foi conseguido com êxito e brevidade”(39).

Deu-se a “aplicação constante e sincera do programa econômico do Governo, porque Aníbal Freire estava perfeitamente sintonizado com suas linhas-mestras, as

mesmas que sempre defendera, como verdade, no exercício da cátedra e do mandato parlamentar.

E, ao término do seu mandato, o Presidente Arthur Bernardes poderia anunciar que atingira resultados positivos, quais sejam:

- a. o recolhimento da emissão de emergência;
- b. o meio circulante ter atingido o volume de Cr\$ 592.000.000,00;
- c. o crescimento da taxa cambial;
- d. o início do resgate do papel-moeda, depois do Banco do Brasil ter atingido o limite de Cr\$ 100.000.000,00, com a conseqüente incineração de Cr\$ 246.000.000,00 e a redução, em quatro vezes, da dívida flutuante;
- e. a eliminação do déficit orçamentário;
- f. o aparecimento de saldo na balança comercial.

Tudo porque soube, através do seu Ministro da Fazenda, adotar medidas convenientes, no momento adequado, a ponto de, saneadas as finanças, obter um empréstimo de 60 milhões de dólares junto aos banqueiros Dillon Read.

Ao deixar o Ministério, poderia Annibal Freire dar-se por vitorioso, embora reconhecendo que o poder "é triste e efêmero para os que o exercem sem se deslumbrar com as suas fascinações"<sup>(40)</sup>.

#### O Ministro do STF

Em 1940, chega Annibal Freire ao Supremo Tribunal Federal, ao ápice de uma vida toda ela dedicada ao Direito.

Para ele, em voto proferido naquela casa, "o direito não se petrifica, nem o julgador pode ficar insensível à realidade (...) A interpretação do Direito há de orientar-se por essa concepção, e o exercício da judicatura se reveste hoje de uma função social mais além da aplicação fria e rápida dos textos legais"<sup>(41)</sup>.

Para Luiz Gallotti, seu companheiro no Supremo, Annibal foi Juiz sábio e justo, fiel ao mandamento da lei, mas sem nunca se desmembrar dos seus fins sociais e sabendo suavizar-lhe a dureza até onde ao intérprete é lícito fazê-lo, por uma compreensão alta e humana. Iniciando a judicatura no Supremo Tribunal, tão exemplarmente se integrou nas novas funções, que antes parecia ter sido Juiz a vida toda. A elevação, a serenidade, o equilíbrio, a profundidade do saber, a preocupação, tantas vezes demonstrada, de evitar a desigualdade na solução de casos iguais, o vigilante espírito público, que nunca o deixava esquecer as exigências do bem comum, o admirável poder de expressão, tudo concorreu para a consagração do notável Juiz"<sup>(42)</sup>.

Há na sua vida de Ministro do STF momentos frisan-tes que a dignificam e enobrecem.

O primeiro é um dos votos que proferiu e que marcou a vida política brasileira porque, em pleno regime discricionário do Estado Novo, concedeu **habeas corpus** a opositores do regime de Vargas, apressando a queda do ditador.

Em abril de 1945, recebia o Supremo um pedido de **habeas corpus**, impetrado por Waldemar Ferreira e outros advogados, em favor de Octávio Mangabeira, Armando Sales de Oliveira e Paulo Nogueira Filho, exilados, que haviam sido citados por edital e condenados pelo célebre Tribunal de Segurança Nacional "como autores de propaganda subversiva".

Coube a Annibal Freire relatar o processo e "fez brilhante defesa oral, proferiu voto magistral, concedendo o **habeas corpus** e foi apoiado por todo o Tribunal, que, assim, unanimemente, anulou a condenação dos três políticos exilados e lhes garantiu o livre retorno ao seu País, estando Getúlio na Chefia do Governo e em vigor a Carta Constitucional de 1937"<sup>(43)</sup>.

O segundo refere-se a seu voto sobre o equilíbrio e independência dos poderes quando, tratando da constitucionalidade de dispositivos da Constituição do Ceará, escreve:

"Na organização dos Poderes políticos, cabe primazia ao princípio da independência e harmonia. Não pode ser

de independência o critério que permite a um Poder extravasar dos seus limites, invadindo esfera própria do outro."<sup>(44)</sup>

Aliás, neste ponto, ele retoma sua própria opinião, expressa no seu livro, "Do Poder Executivo na República Brasileira" (1916), "clássico para o estudo de Direito Constitucional", ao afirmar que "na disciplina das funções dos três ramos do Poder Público assenta a supremacia do nosso sistema. O seu êxito ou o seu desfavor dependem somente da segurança de vista dos que o executam e aplicam"<sup>(45)</sup>.

Democrata por formação, ele dirá que o apreço pelo regime democrático é a base de toda a construção jurídica do Estado, mesmo porque, "não há na lei básica, tão pródiga em enunciação de ordem geral, referência expressa à democracia, salvo quando veda a organização e registro dos partidos, cujo programa contrarie o regime democrático... O leitmóti, porém, de todos os comentários em torno do novo estatuto é de que timbra em realizar a democracia"<sup>(46)</sup>.

E, ao tratar da defesa das prerrogativas do Poder Judiciário no texto da Constituição de 1946, afirmará que, ao apreciar a constitucionalidade das leis "retoma, assim, o Judiciário a função precípua, que lhe é marcada na fonte, donde se originou o nosso direito constitucional, de guarda supremo da Constituição"<sup>(47)</sup>.

Em 1964, quando Annibal Freire comemorou o seu octogésimo aniversário, várias foram as homenagens que lhe tributaram amigos e admiradores.

Dentre estes, evidencia-se Victor Nunes Leal cujo artigo, publicado no **Jornal do Brasil** e transcrito nos Anais do Congresso Nacional pelo eminente Senador Lourival Baptista, diz bem da passagem do Ministro Annibal Freire na sua passagem pelo STF.

"Estou a vê-lo no Supremo Tribunal, dominando, seguramente, o Direito Público, para cuja elaboração havia contribuído com notável estudo sobre o Poder Executivo (1916); desanuviando os debates, pela claridade do raciocínio; enriquecendo as letras jurídicas com linguagem apropriada, enxuta e limpa; acossando, fraternalmente, os dissidentes com a oratória fácil, muitas vezes brilhante, sempre rápido e sagaz, na réplica. Fez grande figura, entre as grandes figuras do Tribunal"<sup>(48)</sup>.

#### O Professor

O exercício da cátedra, à qual chegou aos 23 anos de idade, foi outra das suas paixões, onde se notabilizou pela defesa dos seus pontos de vista, do primado da lei que é, no seu entender, sinônimo da autoridade e da liberdade.

"Ao disputar o concurso tinha eu 23 anos; o meu ilustre competidor, de quem tive a fortuna de mais tarde ser colega na mesma Faculdade, o malogrado e saudoso Heróclio de Souza, tinha mais de 50 anos. As paixões políticas, porém, contaminavam até a mocidade e os elementos adversos à política chefiada por meu sogro — a quem rendo neste instante a homenagem da minha veneração e do meu afeto, Rosa e Silva, os elementos adversos a essa política naturalmente encontravam reflexo entre os moços. Mas ao lecionar o quinto ano, encontrei colegas que havia deixado no primeiro ano e, portanto, ia lecionar contemporâneos da Faculdade"<sup>(49)</sup>.

Defendida sua tese, aprovado por toda a congregação da Faculdade, como ocorria então, assumiu logo a sua cátedra e, no primeiro dia de aula, encontrou os seus adversários políticos sentados na primeira fileira, atentos para os deslises e imperfeições do mestre.

"Não me atemorizou a atitude — escreve o próprio Annibal Freire — fiquei insensível e indiferente àquela onda que se formava. Concentrei a minha atenção apenas no ponto que tinha de desenvolver e foi tal a minha felicidade, tal a minha harmonia com as tradições da gloriosa Faculdade, que terminou debaixo de palmas as mais calorosas, não dos meus afeiçoados, mas sobretudo

dos que vinham para registrar o mau êxito do novo professor"<sup>(50)</sup>.

Pela sua cultura, pelo domínio da matéria, Annibal Freire se tornou um dos maiores professores daquela Casa onde ainda ressoavam as palavras magistrais do mestre Tobias Barreto.

Barbosa Lima Sobrinho, ex-aluno na Faculdade de Direito do Recife e que ainda ontem lhe dedicou comovente artigo no **Jornal do Brasil**, lembra-o, na função de professor, escrevendo:

"Se outros professores poderiam rivalizar com ele no conhecimento das disciplinas jurídicas, nenhum o excederia na eloquência, no brilho das frases como na precisão dos conceitos. Não era apenas um professor destacado, mas o mestre que conferia, a quem o ouvisse, o privilégio do timbre de sua voz e da beleza de suas lições. Ainda agora, passados tantos anos, o vejo assomando à sua cátedra, nos anfiteatros da Faculdade do Recife. E parece que eu mesmo volto à minha bancada, entre os alunos que o aguardavam. Que poderia testemunhar melhor do professor do que a perenidade dessas impressões que, decorridos decênios, volto a encontrar, nítidas e perfeitas, no fundo da memória?"<sup>(51)</sup>.

Os seus ensinamentos não ficaram apenas nas aulas ministradas, mas nas suas palestras e nos discursos que proferiu, dentre os quais "O conflito entre as funções dos Estados modernos e os fatos econômicos e políticos" (conferência pronunciada no encerramento do ano letivo de 1932, na Faculdade de Direito do Recife) e "Renovação e ordem no panorama do mundo" (discurso de parainfo no ato da colação solene de grau dos Bacharéis de 1933).

#### O homem de letras

Annibal Freire, na mais larga acepção da palavra, foi um homem de letras, através da imprensa e dos livros que publicou, principalmente na sua área de conhecimento — o Direito.

Entre essas ressalta-se o seu clássico estudo sobre o Poder Executivo no Brasil e sobre o qual o mestre Clóvis Bevilacqua, em sua "História da Faculdade de Direito do Recife", escreveu:

"Ainda que político militante, o professor do Recife revestiu-se da serenidade científica, necessária para desdobrar as teses constitucionais e julgar os homens que têm influído na marcha dos acontecimentos políticos, entre nós. Na essência, apesar do espírito liberal do autor e da sua independência mental, o livro é otimista e conservador. "A Constituição de 1891, diz ele, aparece, à vista do observador, com um produto esforçado e sincero de ciência política. Insufla-lhe vitalidade, um hausto de profundo liberalismo, civilizador, cultural e humanitário". Esta sentença é a de uma lúcida inteligência, que se fortaleceu no estudo dos mestres e na meditação dos fatos, que tem fê robusta nas energias morais do povo e confia bastante na eficácia do sistema adotado pelos constituintes, a cuja pureza de estímulos e a cujo patriotismo devemos procurar corresponder, melhorando-lhes e desenvolvendo-lhes a obra, mas não tentando, desajeitadamente, substituí-la"<sup>(52)</sup>.

É necessário, antes de prosseguir na análise da sua obra clássica de Direito Constitucional, identificar o momento histórico em que ela surgiu.

Após a chamada "Revolução dos Sargentos", ocorrida no início do governo Wenceslau Brás, este julgou necessário o fortalecimento do governo e das instituições, através de um plano que se baseava em dois pontos. O primeiro seria uma série de pronunciamentos de políticos e autoridades estaduais em favor do Presidente da República, duramente atacado durante aquele evento. O outro, tinha uma natureza "jurídica e institucional, que seria a reforma da Constituição de 1891"<sup>(53)</sup>.

Um dos postulados da reforma seria a eleição do Presidente da República, através do processo indireto, o que "devia atingir o prestígio dos grandes Estados, cujo elei-

torado direto poderia ser submergido pela união das pequenas bancadas" (54).

Preocupava-se também o Presidente Wenceslau Brás com a situação financeira dos Estados que contraíam empréstimos no exterior, com a garantia de impostos.

Segundo seu entendimento, era urgente a necessidade de providências, eficazes que permitissem à União a defesa dos grandes interesses federais presos à tal situação" ressaltando, em carta ao Presidente Rodrigues Alves, de São Paulo, "a conveniência legislativa que, para ser eficiente, talvez tivesse necessidade de tomar o caráter de modificadora da Constituição" (55).

As idéias e pretensões do Presidente da República, no entanto, não tiveram seguimento, diante da resistência de alguns políticos e da campanha que, contra a idéia, moveu a imprensa de oposição ao governo.

É justamente nesta época em que Annibal Freire escreve a sua obra, publicada em 1916 e distribuída em dez capítulos a saber:

- a. Divisão dos poderes no direito federal;
- b. Do Poder Executivo, sua organização e tendências;
- c. Da eleição do presidente e do vice-presidente da República;
- d. Das atribuições do Poder Executivo;
- e. Dos Ministros de Estado;
- f. Da responsabilidade do presidente da República;
- g. Das relações entre o Poder Executivo e o Congresso;
- h. Das relações o Poder Executivo e o Judiciário;
- i. Das relações entre o Poder Executivo e os Estados;
- j. A constituinte de 1891. Sistema constitucional brasileiro, objeções e vantagens.

Ao fazer justiça ao espírito que norteou os constituintes de 1891, ele escreverá:

"O pessimismo, malsão da parte de uns, pedante da parte de outros, compraz-se no pernicioso e deprimente critério de desenhar a vida das instituições republicanas com as mais sombrias cores. A simples lição dos fatos mostra o exagero dessa orientação. Por isso mais do que nunca compete aos que têm fé na República presidencial e não descreem do nosso povo, das suas tradições, das suas energias cívicas e das poderosas reservas morais, contribuir com qualquer esforço para conter a injustiça e salientar a verdade" (56).

Para a pessoa que lê o seu livro, como fiz por dever de ofício, um fato salta aos olhos. Com argumentos seguros, lastreado nos grandes tratadistas do Direito, clássicos e modernos, ele se revela um presidencialista convicto, embora reconheça que "não cabe nos limites de uma síntese rápida do nosso sistema constitucional, tal como a tentamos esboçar, a crítica detalhada do parlamentarismo, que uma corrente de opinião, mais valiosa pelo fulgor intelectual do que pela eficiência de sua cooperação, julga necessário ao País, conforme com as suas tradições, ingênito aos seus impulsos" (57).

E conclui o seu estudo, dizendo:

"Tal é, em suas linhas gerais, o sistema vigente. Podem-se lhe apontar imperfeições e deficiência, das quais nenhum regime até hoje logrou escapar. Mas não há de negar que ele constitui um trabalho ingente de alta sabedoria, de descortino e de sugestivo interesse patriótico. Para sua conservação não se faz mister senão que o executem lealmente, obdecendo a diretriz que o inspirou e que lhe anima a existência e a duração, através de todos os embaraços e incertezas" (58).

Além dessa obra, escreveu mais as seguintes: "Discursos", "Conferências e Alocuções", "Historiadores do Século XX", "Oratória Parlamentar do Segundo Reinado", "Martins Júnior", "Rosa e Silva (escorço biográfico)".

Em suas "Conferências e Alocuções", encontramos suas peças oratórias mais importantes, no domínio das letras, como o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, rico na análise e na crítica da obra de Arthur

de Oliveira, o patrono da cadeira que ocupou naquela casa, de Filinto de Almeida e Roberto Simonsen, seus predecessores; as conferências que pronunciou sobre figuras da literatura nacional e estrangeira, dentre as quais Emile Zola, Lacordaire, Faria Neves Sobrinho, José Veríssimo; bem assim o discurso de recepção acadêmica ao jornalista Assis Chateaubriand.

Arthur de Oliveira e Filinto de Almeida mereceram um destaque especial, através de duas conferências individualizadas, na oportunidade do centenário dos seus nascimentos.

É lapidar o seu estudo sobre Amaro Cavalcanti, vulto de dois regimes, principalmente como Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Considero, no entanto, o seu mais importante trabalho o que dedico, em agosto de 1949, à figura ímpar, de intelectual e de homem público, do tribuno pernambucano Joaquim Nabuco, cujo centenário era assinalado naquele ano.

Fixa-o, enquadrado no seu tempo e em plena maturidade de pensador, como o autor de "Pensées détachées", de "Minha Formação" e o historiador que se revela ao escrever sobre o velho Senador Nabuco de Araújo, obra que deixa de ser uma biografia para se constituir na mais importante contribuição ao estudo do Segundo Reinado.

"A maturidade de Joaquim Nabuco é a abóbada dessa construção gótica — assinala Annibal Freire na sua conferência — que José Duarte nos traçou. Compreende desde o término da campanha abolicionista ao desenvolvimento das tarefas de embaixador, e, no campo especulativo à aparição de *Um estadista do Império* e a floração de *Pensées détachées*, uma das mais límpidas manifestações da inteligência universal" (59).

Sobre "Um Estadista do Império", ele dirá que "não é só um momento de piedade filial o que essa obra significa", para, logo a seguir, concluir: "é o culto idóneo aos que cimentaram a posição do nosso país no Continente e no Mundo" (60).

E resumindo a contribuição do intelectual Joaquim Nabuco, afirmará:

"A ação cultural de Joaquim Nabuco, menor na extensão do que a de outros, atraente, porém, como poucas, pela variedade e destreza, representa um dos pontos culminantes da intelectualidade brasileira. Não lhe coube, como já vimos, senão pelo abolicionismo, conquistar os favores da popularidade. Toda a sua atividade posterior se desenvolveu ao abrigo dos estímulos das multidões. Por isso sua ação se confina no domínio puro do pensamento. Ninguém o excederá nesse terreno e sua influência na formação mental dos jovens brasileiros se há de fazer sentir, na proporção da repercussão de suas idéias pelo livro, pela tribuna, pela cátedra" (61).

Como jornalista, Annibal Freire foi uma das expressões mais fulgurantes da sua época. Foi não um simples jornalista, mas um "jornalista doutrinário, na linha de um Rui Barbosa, de um Quintino Bocaiuva, porque "se valia da imprensa para a elevada propaganda das idéias políticas" (62), na expressão de Neves da Fontoura.

Ao falar nas comemorações do centenário do "Diário de Pernambuco", onde viveu, "um dos períodos mais gratos da minha vida", afirmará que "a autoridade da imprensa não assenta na sua tiragem, nas suas instalações, nos processos técnicos e na perfeição da indústria da publicidade. São estes os sinais exteriores da grandeza e da pujança dos jornais. O que os realça e dignifica é a característica mental de suas atitudes e a probidade de suas informações" (63).

Foi isto o que norteou sempre a sua atuação como jornalista, como formador da opinião pública, mesmo porque, para ele, "o jornalismo é o mais sugestivo condensador dos pensamentos que se espelham na comunhão", cabendo-lhe "formar e dirigir a opinião e não ser por ela conduzido, no tumulto e confusão das idéias" (64).

Como homem de letras, nada faltou a sua glória, fruto da coerência dos seus pensamentos durante toda a vida,

nem mesmo deixar de pertencer à Academia Brasileira de Letras, que não escapara à crítica dos seus "Escorços Literários", mas que "o recebe pondo em relevo a unanimidade dos votos que o levou à casa dos imortais, um fato raro, e a unanimidade dos aplausos vindos de fora, um fato ainda mais raro. Construiu-se, então, a imortalidade de Annibal Freire não sobre uma obra de prodigioso volume, mas sobre toda uma vida consagrada ao pensamento, ao cultivo da língua pátria, à sua refinada pureza, à sóbria elegância, escorada na lógica e no profundo conhecimento dos homens e das coisas" (65).

Senhores Conselheiros,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

É este o sergipano que me cumpre rerepresentar aos seus irmãos hoje, nesta sessão solene comemorativa do centenário do seu nascimento.

É este um sergipano que, em outras plagas, servindo a um outro Estado soube sempre dignificar a sua terra natal, lembrada ao despedir-se do Supremo Tribunal Federal, em 1951, quando afirmou:

"Das vozes que ecoaram neste recinto, nenhuma podia me tocar mais de perto ao coração do que a de Carvalho Neto. Trouxe-me ele o testemunho da solidariedade, não só da Câmara dos Deputados, a que em certo período me honrei de pertencer, mas o testemunho do meu pequeno e glorioso Sergipe. Instintivamente nos apegamos à terra do nosso berço. É de Bacon a assertiva de que não se pode governar a natureza sem a observância de suas leis inflexíveis. Malfadada, ingloria e estéril, a existência dos que não se deixam penetrar dos sentimentos afetivos e vegetam na obscuridade dos designios eternos que fazem a vida interior límpida, iluminada e brilhante.

Carvalho Neto representa na minha pequena terra um produto do próprio esforço e o seu livro sobre a advocacia pode figurar na galeria dos escritos mais opulentos e eruditos na matéria, os de Maurice Garçon e Henri Robert. Os seus pendores literários manifestam-se em obras de ficção, sobretudo nesta história dos presos, repassada de humanidade comovedora" (66).

Ele, ao louvar a integridade intelectual de Carvalho Neto, homenageia o seu Estado, como hoje, homenageando-o, lembramos os que contruíram a independência de Sergipe, cujos cento e sessenta e quatro anos comemoramos ontem.

É este o Annibal Freire que deve ficar na memória dos seus irmãos sergipanos; "um humanista no melhor sentido, não um humanista de beca, individualista, clerical, fanático. Seu humanismo tinha cheiro de gente, era feito, também, do suor do povo" (67).

É este o homem íntegro, coerente, lúcido.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

— de **Segurança Nacional**; e

— de **Finanças**.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

- de **Legislação Social**; e
- de **Finanças**.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem) que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

PARECERES, sob nºs 186 e 187, de 1983, das Comissões:

- de **Economia**, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e
- de **Finanças**, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

- de **Legislação Social**; e
- de **Educação e Cultura**.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1979 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

PARECERES, sob nºs 335 e 336, de 1980 e 635 a 637, de 1981, das Comissões:

- de **Transportes, Comunicação e Obras Públicas**, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;
- de **Finanças**, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário; e
- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e da Emenda de Plenário.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) senadores e 11 (onze) deputados, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia)

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 162, de 1984, dos Senadores Nelson Carneiro e Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 163, de 1984, dos líderes Nelson Carneiro, Octávio Cardoso e Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, "c", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da terra) com vistas à fixação de módulo de fracionamento de propriedade rural específico para o Distrito Federal.

9

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1979 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob nºs 692 e 693, de 1982, das Comissões:

— de **Legislação Social**, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 16-8-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PMDB — MG. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia sete, V. Exª, Sr. Presidente, comunicava ao Plenário o seguinte:

A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 407-SP/84, de 10 de julho último, encaminhando ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 72 da Constituição, cópia do inteiro teor da decisão do Plenário daquela Corte, que acolheu, por unanimidade, as conclusões do Relator, Ministro Fernando Gonçalves, sobre o Processo TC-00141/83, que trata da documentação referente ao contrato de dação de imóveis, em pagamento de dívida e constituição de hipoteca em garantia do remanescente da mesma dívida, firmado em 16 de dezembro de 1982, entre o Banco Nacional da Habitação, como outorgado, e as empresas integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), Delfim — Rio S.A. — Crédito Imobiliário e Delfin S.A. — Crédito Imobiliário, como outorgantes.

Nos termos do art. 108, incisos III e VII do Regimento Interno, a matéria será despachada à Comissão de Finanças.

Veja, Sr. Presidente, que ao receber esta matéria encaminhada por V. Exª, havia eu designado com a devida urgência face à matéria, o Relator Senador Severo Gomes. Examinando melhor o processo, cheguei à seguinte conclusão que passe para a interpretação de V. Exª

O Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhou ao Presidente do Congresso Nacional, "cópia do inteiro teor da Decisão do Plenário, em sessão de 28 de junho último, que acolheu, por unanimidade, as conclusões do Relator, Ministro Fernando Gonçalves (Proc.

TC. 00141/83) que trata da documentação referente ao contrato de dação de imóveis, em pagamento de dívida e constituição de hipoteca em garantia do remanescente da mesma dívida, firmado em 16 de dezembro de 1982, entre o Banco Nacional da Habitação, como outorgado, e as empresas integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), DELFIN-Rio S.A. - Crédito Imobiliário e DELFIN S.A. — Crédito Imobiliário, como outorgantes".

No parecer do Ministro-Relator, calcado, aliás, nos jurídicos suplementos do Procurador-Geral, verifica-se que a matéria, embora remetida à decisão em conjunto com as Contas do Banco Nacional da Habitação, envolve aspectos vinculados ao art. 72, §§ 4º e 5º da Constituição Federal, circunstância que compromete o Congresso Nacional, na participação que lhe incumbe de sustar a execução de contratos de que decorrem despesas ilegais. Nesse passo, destaca o Procurador-Geral do TCU, em seu parecer:

"O procedimento a seguir está apontado no § 5º, letra a e c do art. 72 da Constituição. Assinar prazo razoável para que o órgão interessado cumpra a lei, e se não atendido, solicitar ao Congresso Nacional que determine a sustação do contrato ou outra medida necessária ao resguardo dos objetivos legais.

Entendemos que esse procedimento pressupõe:

- a) uma despesa conseqüente ao contrato, efeito do contrato, que é sua causa;
- b) que essa despesa seja ilegal;
- c) que o contrato seja dos que, por sua natureza, não se completam no instante mesmo da sua formalização.

Realmente, se não for assim, como irá o Congresso sustar a execução quando nada resta a executar?"

Do exposto, é de presumir-se a intenção de arguir, de algum modo, a corresponsabilidade do Congresso Nacional, na ação de reparação das irregularidades constatadas, à vista da representação formulada nos termos do art. 72, § 4º da Constituição Federal.

Referida representação, contudo, não é muito clara nos seus reais objetivos quanto à desejada atuação do congresso Nacional, uma vez que o eminente Ministro-Relator preferiu adiar a sua formal decisão sobre a matéria, para quando processar o exame conjunto dos elementos que integram as contas do Banco Nacional da Habitação.

Julgamos assim, Sr. Presidente, na preservação das altas e indeclináveis responsabilidades do Congresso Nacional, que o Tribunal de Contas da União, melhor situe a sua representação perante esse Poder, a fim de que não se verifique qualquer hiato que possa prejudicar o interesse público, único desiderato a informar as presentes iniciativas processuais.

Encaminho, portanto a V. Exª, Sr. Presidente, três itens que pediria licença para ler rapidamente, pela importância da matéria.

Nos termos do art. 239, letras a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro à Mesa sejam solicitadas ao Egrégio Tribunal de Contas da União as seguintes informações:

a) Se na representação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, na forma da Decisão do Plenário, de 28 de julho de 1984, que aprovou as conclusões do Relator, Ministro Fernando Gonçalves — Processo nº TC-00141/83, tendo em vista as apontadas irregularidades constantes das conclusões do nº I do Relatório, existe recomendação referente à sustação da execução de qualquer contrato vinculado a operação de liquidação extrajudicial do Grupo DELFIN, que justifique a capitulação da matéria nos termos do art. 72, § 6º da Constituição Federal;

E aqui, Sr. Presidente, é preciso distinguir: o art. 72, § 6º, como sabe V. Exª, obrigaria a uma comissão mista, e o Congresso Nacional teria apenas o prazo de 30 dias para examinar esta matéria, ao contrário do que tangencialmente fala o Tribunal da União.

b) Se o Tribunal de Contas da União, à vista das declaradas irregularidades, já adotou providências acauteladoras do interesse público que, por isso, dispensem dualidade de iniciativa pelo Congresso Nacional;

É evidente; se o Tribunal as adotou, o Congresso Nacional não precisa ter dualidade de ação neste caso.

c) Se, de fato, as providências a serem adotadas resultarão das conclusões a serem formuladas oportunamente, ou seja, quando do exame, em conjunto, com as Contas do Banco Nacional da Habitação, relativas ao exercício de 1982, conforme o item 4.1 das conclusões do Relator.

Entendo, assim, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional precisa melhor aclarar o que pensa o Tribunal de Contas da União para que amanhã não acuse o Congresso Nacional de qualquer omissão em matéria de alta relevância de interesse público. (Muito bem!)

**ATA DA 111ª SESSÃO,  
EM 6 DE AGOSTO DE 1984  
Publicada no DCN (Seção II) de 7-8-84  
RETIFICAÇÃO**

Na publicação feita no DCN — Seção II — de 7-8-84, página nº 2494, no cabeçalho da sessão,

Onde se lê:

**ATA DA 111ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE AGOSTO DE 1984**

Leia-se:

**ATA DA 111ª SESSÃO, EM 6 DE AGOSTO DE 1984**

**ATO DO PRESIDENTE  
Nº 57 DE 1984**

O Presidente da Mesa do Senado Federal, no uso de sua competência; considerando que à Mesa incumbe presidir o Colégio que elegerá o Presidente e o Vice-Presidente da República, a 15 de janeiro de 1985; e à vista das atribuições e encargos conferidos à Mesa pela Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, resolve designar os servidores Nerione Nunes Cardoso, Secretário-Geral da Mesa; Alberto Moreira de Vasconcellos, Consultor-Geral; Sarah Abrahão, Assessora, e Célio de Souza, Assessor Legislativo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar assistência e assessoramento técnico à Mesa, na execução dos trabalhos pertinentes ao Colégio Eleitoral.

Brasília, 6 de agosto de 1984. — Moacyr Dalla, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE  
Nº 58, DE 1984**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve, nos termos do artigo 354 do Regulamento Administrativo, designar Maria Thereza Magalhães Motta, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente, para exercer, em substituição, o cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Coordenação Legislativo do Congresso Nacional, código SF-DAS-101.4, do Quadro Permanente, a partir de 21 de agosto de 1984, durante o impedimento da titular.

Senado Federal, 17 de agosto de 1984. — Moacyr Dalla, Presidente do Senado Federal.

**ATO DO PRESIDENTE  
Nº 59, DE 1984**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973 e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço de Neyla Yara Michiles, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 12 de julho de 1984, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Eunice Michiles.

Senado Federal, 17 de agosto de 1984. — Moacyr Dalla, Presidente do Senado Federal.

**ATAS DE COMISSÕES**

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

**20ª Reunião, realizada em 13 de junho de 1984.**

Às dez horas do dia treze de junho de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Jorge Kalume, Amaral Peixoto, Severo Gomes, Cid Sampaio, Carlos Chiarelli e a Srª Deputada Cristina Tavares, reúne-se a Comissão de Economia. O Sr. Presidente abre os trabalhos da Comissão fazendo a apresentação dos conferencistas, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Grupo Gerdau, e o Sr. Edson Fregni, Presidente da ABICOMP (Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos), convidados desta semana para o ciclo de palestras sobre a política nacional de Informática. Devido a exiguidade do tempo disponível, o Sr. Presidente sugere que os palestrantes apresentem seus trabalhos de forma seguida e ao final das apresentações seriam abertos os debates. A Comissão acolhe a sugestão da Presidência. Com a palavra, o Sr. Jorge Gerdau apresenta o seu tema, que diz respeito à "estratégia de desenvolvimento para a Informática", sendo imediatamente seguido do Sr. Edson Fregni, que debate a "institucionalização da política de Informática brasileira". A lista de inscrição para os debates apresenta as assinaturas dos Srs. Senadores Severo Gomes e Carlos Chiarelli e da Srª Deputada Cristina Tavares, que questionam os conferencistas. Tendo em vista compromisso assumido com a Presidência do Senado Federal para a recepção da delegação de parlamentares ingleses em visita a esta Casa, o Sr. Presidente solicita ao Sr. Senador Severo Gomes assumir a direção dos trabalhos. Antes de encerrar a reunião, o Sr. Presidente eventual, Senador Severo Gomes, usando da palavra, faz algumas considerações acerca dos temas desenvolvidos. Agradece a presença dos ilustres convidados e determina, ainda, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam anexadas à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**ANEXO À ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1984, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.**

**— INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO —**

**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO CAMPOS**

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR SEVERO GOMES**

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

**DEPOENTES:**

**JORGE GERDAU JOHANNPETER E EDSON FREGNI**

**REUNIÃO REALIZADA EM 13-6-84, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS.**

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Srs. Senadores, Srs. Convidados.

É com grande satisfação que darei a palavra ao empresário Jorge Gerdau Johannpeter, de todos conhecido como um dos-mais proeminentes líderes da indústria e um homem com enorme experiência prática de absorção de tecnologia, de vez que é hoje um dos produtores de aço mais respeitado do mundo, eu diria mesmo, temido. Curiosamente, talvez os dois países que hoje mais asustem o mercado mundial de aço sejam a Coreia do Sul e o Brasil, que ambos absorveram a tecnologia de produção de aço, introduziram melhoramentos adequados e são uma presença importante no mercado mundial.

O Sr. Gerdau vai nos falar, portanto, com base numa experiência efetiva de empresário.

Alterando um pouco o habitual da programação, ouviremos logo a seguir o segundo debatedor, o Sr. Edson Fregni, deixando o debate para que seja um debate conjunto, após as duas exposições. Nas reuniões anteriores, o segundo conferencista ficava sempre um pouco espremido em termos de tempo. Vamos ver se desta vez adotamos uma praxe melhor.

Tem a palavra o Sr. Jorge Gerdau Johannpeter.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER — Excelentíssimo Sr. Senador Roberto Campos, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores:

Eu tenho aqui um posicionamento formal, mas acho que o aspecto mais importante talvez venha a ser estabelecido pelo debate. Nesse posicionamento inicial, coloco o problema no meu entender essencialmente sobre o aspecto conceitual.

Senhores:

Queremos, inicialmente, agradecer a oportunidade de participar, juntamente com os Senhores, legítimos representantes da comunidade nacional, do debate de assuntos relevantes e de real interesse de todos os brasileiros. É o caso de nossa indústria de Informática.

A compreensão da Política Nacional de Informática Brasileira exige, antes de mais nada, uma análise mais acurada do nosso processo de desenvolvimento econômico.

É evidente que em qualquer definição, no campo da informática, deve se enquadrar nas linhas mestras de nosso planejamento estratégico para ter consistência.

A ausência de uma definição clara, nesse sentido, tem causado à nossa economia graves danos, que precisamos evitar. No momento em que esta matéria está sendo debatida no foro mais legítimo, que é o Congresso Nacional, é oportuno estabelecer uma conceituação teórica para não nos arrependermos de tomar decisões intempestivas e, pior, contrariarmos o interesse nacional.

É lamentável que, em outros campos, tenham acontecido fatos semelhantes e até com demasiada frequência.

Ao encaminhar a estratégia a ser definida, é preciso decidir-se por uma destas opções:

1) ou desenvolvemos no País uma economia de mercado, procurando atender suas necessidades através da competição entre as empresas, na capacitação do indivíduo, na busca da eficiência e no crescimento da sociedade;

2) ou continuamos com o planejamento central em que todos os seus instrumentos característicos, através dos quais a capacitação individual é desprezada e a produtividade relegada a plano secundário com o consequente encarecimento dos produtos e serviços para a sociedade.

Nesse campo, não existem meias soluções. Ou optamos pela estratégia de mercado, ou pelo seu contrário, que se resume na estatização de toda atividade e de todos os meios com que conta a Nação.

Meu conceito de estatização aqui é amplo, vamos dizer. Não é o sistema do Estado assumir a produção. O problema de estatização é na regulamentação, nas limitações que existem da potencialidade e da criatividade do indivíduo ou da empresa.

Ademais, é importante observar que uma democracia permanente e estável é impossível de ser estabelecida sem uma economia de mercado aberta e livre.

No plano internacional, a busca da economia de mercado corresponde à ação política das forças de equilíbrio de centro. A opção pelo planejamento central, com a imposição de cima para baixo, são modelos políticos perseguidos tanto pela extrema direita como pela extrema esquerda. Essas posições normalmente não deixam as forças de mercado agir em função das necessidades do consumidor, mas a partir de critérios tecnocráticos teóricos de gabinete.

Senhores, uma política nacional de informática deve dar apoio não só às empresas diretamente interessadas, mas atender a toda a indústria nacional.

Eu insisto nesse ponto, vou repetir um pouco, que o grande problema de hoje está se verificando, no meu entender, é que se está debatendo a matéria essencialmente sobre o enfoque dos produtores e que dentro da estrutura brasileira são pouquíssimos, infelizmente, e não se está olhando a economia, o consumidor, o conjunto do País.

A nosso ver, são três os instrumentos básicos necessários para se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento para a indústria nacional:

- a) administração dos direitos aduaneiros;
- b) financiamento à capitalização da empresa nacional;
- c) financiamento do consumo dos equipamentos dos produtores nacionais.

Através desses instrumentos é possível instituir uma política de desenvolvimento para o setor, fixando a estratégia nacional de fortalecimento do produtor nacional, principalmente do pequeno empresário.

São inúmeros os exemplos internacionais de países (poderíamos citar a Inglaterra, os Estados Unidos, o Japão) que incentivam os cidadãos a se estabelecer empresarialmente e, quando mostram capacidade e trabalham com criatividade, têm grandes chances de ocupar espaço no mercado, como é o da informática, no qual não deve ser estabelecido nenhum mecanismo cartorial que limite esse potencial do pequeno empresário.

Esse ponto, talvez seja interessante mencionar, teoricamente, vamos dizer, naquela obra do Galbraith que uns anos atrás dizia que: "O futuro da sociedade será tipicamente somente das grandes empresas, com adequadas estruturas coordenando todo o sistema". E a informática que é um dos setores realmente dinâmicos comprovou que pequenos empresários conseguiram conquistar, neste século XX, situações de competição com a IBM. Eu acho que isso na estrutura de análise do que é realmente possível para uma sociedade aberta e dinâmica, de que não somente as grandes estruturas empresariais têm capacidade e condições de ocupar um espaço, eu acho que é um ponto importante e não deve ser analisado apenas no enfoque, vamos dizer, da atividade empresarial ou do produto que produz. Acho que é importante ser analisada dentro do contexto social e econômico mais amplo. Num país como os Estados Unidos onde a capitalização e os meios são disponíveis conseguem pequenos empresários, jovens que saem da Universidade dotados, capacitados, trabalhadores, conseguem montar empresas. Então, isso é de uma importância social de um país da maior relevância. Então, eu ressalto esse ponto porque justamente na informática prevalece a capacitação do indivíduo. Acho que nós temos uma responsa-

bilidade dentro da sociedade de estimular e preservar isto.

Onde o mecanismo cartorial existir, todo o sistema passa a depender exclusivamente do lobby, exigindo estruturas caras de staff.

Precisamos atender à realidade do pequeno empresário, que não tem um minuto a perder nem condições para manter viagens de funcionários a Brasília na tentativa de conseguir uma parcela do mercado. A consequência fatal dessa situação será a entrega do mercado a grupos poderosos com influência política, os amigos do rei.

Os Senhores vejam o importante; quem define o que é o interesse do mercado é o consumidor e não pode ser através de um sistema de definições cartoriais. O consumidor é quem vai dizer se o meu produto é bom, é caro ou é ruim.

Um ponto decisivo a ressaltar, nesse amplo debate sobre a Política Nacional de Informática, é a Reserva de Mercado, sobre a qual o Governo, quase sempre, só tem ouvido a opinião dos produtores de hardware e software, quando, na realidade, o importante é ouvir o consumidor.

Na verdade, quando disputamos uma posição comercial no mercado internacional, o cliente não pergunta se adquirimos os equipamentos para nossa indústria numa estrutura de mercado aberto ou cartorial.

Na difícil e trabalhosa tarefa de abrir o mercado internacional para as indústrias brasileiras, não cabe discutir se o produto foi feito com ou sem cartórios, com ou sem posições privilegiadas para a instrumentação, robótica e informática. O consumidor internacional examina qualidade e preço. O importante é trabalhar para o cliente, cuidando do produto, e para isso é fundamental dar liberdade ao empresário na escolha dos equipamentos, nacionais ou estrangeiros, com os quais modernizará seu parque industrial e qualificará seus produtos. Fundamental é criar condições ao produto nacional de competir no mercado internacional.

Ninguém discute a necessidade de proteger a indústria nacional. O que é passível de debate são os limites da proteção. Se esse limite é de 100% ou de 200% dos direitos aduaneiros, ou se a diminuição anual dessa proteção será de 10% ou 20%, esses são assuntos que devem ser amplamente debatidos. Agora, proibir o empresário de buscar melhores soluções tecnológicas, significa atrasar o desenvolvimento nacional, tecnológico e produtivo.

Eu insisto nesse ponto. Em qualquer processo produtivo, quem melhor saber avaliar exatamente a relação custo-benefício é o próprio empresário, com a sua equipe técnica. Então, é impossível, de uma forma centralizada, querer estabelecer limitações, porque há momentos em que o custo benefício é de tal ordem que é melhor para o País, eventualmente importando algum equipamento, pagar 100 ou 200% de direitos aduaneiros, porque o benefício da sociedade, da coletividade em relação ao custo do produto é de tal ordem, seja na exportação, seja na formação do preço interno, que o julgamento tem que ser estabelecido pelo mercado. Isso não quer dizer que não devemos fortalecer e proteger a indústria nacional.

Em qualquer atividade industrial, grande ou pequena, a eficiência tanto da informática como da robótica e da instrumentação, gera melhoria de produtividade e rendimento. Esse ponto também é de grande importância no momento em que o valor da energia passa a pesar no processo industrial e pequenas economias repercutem favoravelmente na estrutura de custos e de resultados. Esse é um campo em que o uso da instrumentação é decisivo.

O debate sobre a reserva de mercado ocorre segundo o enfoque ou as necessidades do momento político brasileiro. Há uma tendência de discutir esse problema sob o estrito ângulo da chamada segurança nacional, o que acarreta sérias distorções. A verdadeira segurança de uma país reside na eficiência global, na eficiência de todos os seus setores e não num modelo de gestão centralizado, determinado por um sistema cartorial. Já foi dito

por um grande estadista relativamente a outro ramo de atividade, mas é válido para a informática: "Se for eficiente não precisa de monopólio (neste caso, o cartório), se for ineficiente não o merece".

O cuidado com a segurança nacional, no setor industrial, deve existir, mas voltado à linha de materiais bélicos, para a qual se deve prover estruturas apropriadas.

Cabe à Nação a contínua busca da eficiência em todos os campos de atividade. Para atingir esse objetivo no setor específico que ora analisamos, que é o da informática, o Governo dispõe de instrumentos clássicos, como: eu repito aqui.

- 1) direitos aduaneiros elevados e decrescentes;
- 2) apoio financeiro distinto para empresas estrangeiras, joint-ventures ou empresas nacionais, conforme o seu tamanho;

Acho que é importante dar um potencial de apoio ao pequeno empresário, diferenciado do médio empresário e do grande empresário nacional. É preciso, realmente, que haja um mecanismo que potencializa dentro do conceito que mencionei anteriormente, de que o indivíduo capaz, que tenha condições, tenha um mecanismo de capitalização.

O terceiro item é o financiamento ao consumo (modelo FINAME.) Esse mecanismo no Brasil já existe. Acho que se houver uma empresa estrangeira, ela não deve receber o apoio da mesma forma que o empresário nacional recebe na joint-venture, faria a proporção do FINAME em relação à participação do capital nacional. Mas eu faço a distinção. O importante, insisto, é que se tem que trabalhar muito mais no aspecto do consumo de geração do desenvolvimento de produtividade global do que na preocupação de quem produz equipamento.

Atualmente, o empresário brasileiro não tem plena autonomia para escolher o processo tecnológico de sua indústria. A rapidez do desenvolvimento tecnológico exige um esforço permanente de atualização do empresário industrial. Quando surge uma inovação que permite melhoria significativa de rendimento e produtividade, o empresário deveria ter liberdade de contar com a melhor solução, mesmo ao preço de elevados direitos aduaneiros. Certamente, a melhor solução beneficiará o custo e a qualidade do produto, favorecendo as exportações e o consumidor brasileiro.

Países que, em algum setor de atividades, adotaram opções xenófobas, tiveram sérios prejuízos. Tiveram de modificar sua estratégia, canalizando enormes recursos para tentar recuperar os preciosos anos perdidos no desenvolvimento de sua tecnologia. O dramático é que exatamente nessa direção está sendo julgado o interesse da indústria brasileira de informática.

Eu posso citar vários países, mas acho que o caso da França é extremamente interessante, pois tinha uma tendência em fazer um sistema extremamente fechado na informática, perderam posições. Sabe-se que hoje está havendo uma modificação enorme no comportamento do Governo, procurando abrir de uma forma fantástica, mas os anos valiosos que a França já perdeu, onde a cada ano, cada semana é importante nesse processo. Portanto, é preciso correr porque a absorção das equipes técnicas, detectar o correto caminho é um processo muito lento e difícil.

Permitimo-nos ainda exemplificar com a siderurgia, tanto privada como estatal. O sucesso tecnológico foi alcançado porque o setor pôde buscar a melhor tecnologia e as melhores soluções técnicas existentes no mundo. Graças a isso, o aço nacional atingiu patamares de competitividade internacional, ganhando condições de auxiliar a balança comercial brasileira com exportações crescentes. Alcançou-se com muita dificuldade um nível de eficiência equivalente ao das indústrias estrangeiras. Muito mais esforço e maiores investimentos serão necessários para manter esse equilíbrio tecnológico. A informática, a robótica e a instrumentação têm papel preponderante neste ramo industrial. Ao invés de incentivar o

empresariado a buscar sempre a melhor tecnologia, o Governo impõe restrições ao seu desenvolvimento, lesando os verdadeiros interesses nacionais.

Realmente, nos setores siderúrgicos, vamos dizer, o que foi conseguido através do trabalho das equipes técnicas, e eu ressalto que esse trabalho se qualificou tanto no setor estatal, como no privado, nós temos um novo momento importante, o da modernização. Esse processo é rápido, é extremamente dinâmico. Então, o Brasil precisa realmente de capacidade. E esse problema que nós vivemos na siderurgia, vive-se em qualquer outro campo de atividade industrial.

Resumindo: devemos usar os instrumentos clássicos de uma economia voltada ao mercado. É a solução ajustada a uma nação moderna que pretende estabelecer um regime democrático de decisões em todos os níveis.

Não apoiemos a solução da reserva de mercado: ela é cartorial, monopólica, monopolística, e estimula a ineficiência. É como retroceder à divisão pelo rei de todas as terras do Brasil em capitania hereditárias.

A tecnologia deve estar a serviço de todos, melhorando a produtividade a qualidade e o custo final do produto para o consumidor. Ela não deve ser um instrumento de privilégio para meia-duzia de mentores de cartórios.

Obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito obrigado, Dr. Jorge Gerdau, pela sua lúcida exposição.

Antes de iniciarmos o debate, darei a palavra ao segundo conferencista, o Sr. Edson Fregni.

O SR. EDSON FREGNI — Quero, em primeiro lugar, agradecer aos membros da Comissão de Economia por esse convite, pela oportunidade de trazer aqui um depoimento da ABICOMP, o meu pessoal e da comunidade de informática.

Prezados Senhores;

#### DEPOIMENTO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA

Apresentado na Comissão de Economia e Finanças do Senado Federal por Edson Fregni, Presidente da ABICOMP — Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos

Brasília, 13 de junho de 1984.

Senhores, vivemos nestes dias, momentos históricos e de decisiva importância para o futuro do País. A Nação renasce. Renasce exigindo mudanças. Os milhões de cidadãos brasileiros, em praça pública, são os indicadores de que nosso povo quer ter seu destino em suas mãos. Para errar, para acertar. Mas acima de tudo, para buscar um caminho que o leve em conta, que dê prioridade às suas necessidades.

Questões de fundamental importância exigem um firme e decisivo posicionamento de todos nós brasileiros que temos o poder de contribuir para a mudança. As fórmulas antigas têm que ser abandonadas, repudiadas. Nós não somos uma nação de terceira categoria, um povo de terceira linha. Pelo contrário, somos mais de 130 milhões silenciados em decorrência de um modelo de desenvolvimento que privilegia uns poucos em detrimento da maioria.

Somos um país de enorme extensão territorial, com riquezas naturais de importância vital e um vasto mercado consumidor. A importância que o Brasil tem para as nações avançadas, tem sido o fator determinante dos rumos de nosso desenvolvimento. Desenvolvimento este que se baseou em princípios e conceitos que o tornaram satélite dependente das nações avançadas.

De maneira direta, ou disfarçada, esses princípios e conceitos, que compõem o que podemos chamar de ideologia da dominação, têm conduzido nossos passos em direção contrária aos interesses da maioria da população brasileira. Quantos brasileiros têm sido enganados por

suas falácias sedutoras! Outros, no entanto, defendem o privilégio e as vantagens pessoais. Defendem seus aliados externos e, por isso, agarrar-se-ão com todas as forças à escola conservadora, e não admitirão qualquer idéia de mudança.

A ideologia da dominação se sustenta em dois pilares: os das livres forças de mercado, e o da divisão internacional do trabalho.

Com a alegação de que o mercado deve ser deixado livre para a concorrência de forças competitivas, as empresas transnacionais, com seu poderio financeiro, comercial e promocional, e com a sedução de seus produtos obtidos da tecnologia moderna, funcionam como rolos compressores sobre nossas empresas locais. A frase do Prof. Milton Friedman, ideólogo norte-americano, não pode deixar dúvidas:

“devemos ter respeito total às leis de mercado — diz ele —, nenhuma restrição à acumulação de lucros (independente da nacionalidade do capital), e eliminação de todas as formas de protecionismo nas relações internacionais.” (1)

Quem é ingênuo o suficiente para acreditar nas livres forças de mercado em uma nação, com seu mercado dominado pelo oligopólio transnacional?

Que livres forças de mercado existem hoje no setor farmacêutico?

Que livres forças de mercado existiam no Brasil em 1976, quando 65% do mercado de processamento de dados era da IBM e a quase totalidade do restante dominada por duas outras empresas transnacionais?

A idéia de “livres forças de mercado” foi sim a “força motriz” da ideologia da dominação no processo de desnacionalização de nossa economia.

Um segundo princípio, que tem sido um dogma para muitos, é o da divisão internacional do trabalho. Com ele, se sustenta que as nações avançadas são responsáveis pelo progresso, pela modernização do mundo. Cabe a elas a produção da tecnologia e dos bens que requerem a aplicação da inteligência. As nações mais pobres compete apenas a produção de bens primários. E quantos brasileiro acreditam nisso! Nesta mesma sala, tantas vezes se ouviu a idéia de que as empresas transnacionais são os agentes da felicidade universal. Que precisamos delas, e que temos que atraí-las para nosso território, concedendo benefícios e incentivos. Afinal, elas trazem o capital de risco e a tecnologia moderna que resolverão todos os nossos problemas! Afinal, perguntam, elas não resolveram os problemas da Coreia e de Singapura?

Além desses princípios, são tantos os tabus!

Alegam que não podemos prescindir da tecnologia externa para sermos competitivos. E essa bandeira de produtividade nos traz os robôs que só desempregam!

Alegam que não podemos pretender desenvolver a tecnologia e a indústria, porque nosso mercado é pequeno. E assim, o enorme mercado brasileiro, oitava economia industrial do mundo, pode ser explorado com a devida colaboração interna.

Alegam que vivemos em um mundo interdependente, e tentam desse forma justificar nossa inevitável dependência.

Alegam que precisamos construir uma indústria com a avançada tecnologia estrangeira, para sermos competitivos no exterior. E assim, garantem a continuidade do processo de produzir o que não consumimos e consumir o que não produzimos.

Alegam que precisamos das transnacionais para podermos exportar através de seus canais de comercialização internacionais. Dessa forma, eles nos impõem um processo de comércio exterior, no qual as transnacionais dividem os mercados mundiais, de acordo com seus inte-

resses, e impedem qualquer possibilidade concreta de exportação.

Senhores parlamentares, em nome do povo que os elegeu, esse mesmo povo, escravo moderno que míngua na fome, para que as nações mais avançadas possam manter a sua *way of life*, é preciso evitar as armadilhas da ideologia da dominação. Seus defensores argumentam com muita segurança e firmeza.

Vejam a situação de nosso país! É possível que alguém ainda acredite que a crise do petróleo seja a causa de nosso flagelo?

Estamos aqui para discutir a Política Nacional de Informática (PNI) e seu instrumento, a reserva de mercado. E ao discutir a PNI estaremos, necessariamente, discutindo o Brasil.

A Informática, todos sabemos, cada vez mais fará parte de todo o processo produtivo nacional e, por isso, se ela estiver sendo controlada pelas empresas transnacionais, nos afundaremos ainda mais na dependência externa.

A PNI é criticada pelos que defendem a escola conservadora de desenvolvimento porque ela quebra os princípios da ideologia da dominação. E tem produzido increíveis resultados, que com proselitismo tentam encobrir e disfarçar.

A reserva de mercado tem a coragem de impedir o acesso à predação transnacional não aceitando o princípio das livres forças de mercado. E fazendo isso, ela acaba, de fato, por restaurar a livre competição entre os iguais. Impedindo o acesso das nações avançadas através das subsidiárias das transnacionais e das “joint ventures”, a reserva de mercado eliminou o monopólio estrangeiro, e permitiu que surgisse mais de uma centena de empresas nacionais competindo nesse mercado. Os que a combatem, não conseguindo outro argumento, a isso chamam de oligopólio!

A reserva de mercado teve também a coragem de romper com o dogma da divisão internacional do trabalho. Nós brasileiros dissemos: “somos capazes”. E provamos. Verifiquem. Discutam com nossos técnicos, e descubram por si próprios como é falsa a alegação de atraso tecnológico no setor. São milhares de engenheiros e analistas hoje no Brasil desenvolvendo novos produtos, novas soluções. São operários, técnicos, cientistas e professores orgulhosos de seu ofício, de seu saber, mostrando em seu setor como construir um Brasil novo. É infâmia acusá-los de estarem atrasando o país. Eles estão exatamente evitando o atraso. Eles estão colocando a tecnologia a nosso serviço.

A reserva de mercado, portanto, afronta a ideologia da dominação. Todos os que acreditam no modelo conservador serão contrários a ela. A discussão, então, transcende a esfera técnica e se localiza na questão nacional, em nossa identidade em nossos desejos de independência.

Há 30 anos atrás o povo brasileiro disse: “o petróleo é nosso”. Um dos poucos gritos de independência e indignação que nossa história ouviu. Hoje, os responsáveis pela formulação da PNI, apoiados por mais de 300 entidades científicas, profissionais e sindicais, unidas no movimento Brasil — Informática, liderado pela SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência, e FNE — Federação Nacional do Engenheiros, deram o novo grito: “O mercado é nosso”. O mercado, essa riqueza brasileira — como diz o Prof. Crodowald Pavan, Presidente da SBPC — que, como as jazidas de petróleo, é um recurso a serviço do desenvolvimento da Nação. Essa riqueza, não pode ser disposta, como bem entendem as nações dominadoras e seus arautos internos. Hoje, o Congresso Nacional tem a responsabilidade histórica de oficializar mais este grito de independência: “o mercado é nosso”.

O momento impõe firmeza. A firmeza que o povo brasileiro exige, e que a história registrará.

(1) Milton Friedman, “Capitalism and Freedom”, Universidade de Chicago — 1970.

Saibam, no entanto, que os senhores correm sérios riscos de serem chamados de xenófobos e de defensores da intervenção estatal na economia. Sim, tem-se a ousadia de acusar de radicais aqueles que defendem o interesse nacional, sendo portanto patriotas equilibrados e de bom senso os que defendem o interesse estrangeiro.

Por que não acusam os EUA de nação xenófoba e intervencionista. As ações internas norte-americanas são tidas como patrióticas, e o intervencionismo como defesa do mundo livre! Neste momento, em que os parlamentares brasileiros se preparam para apreciar projetos de lei que defendam nosso mercado, o parlamento norte-americano faz exatamente o mesmo. Com a diferença que eles vêem como seu, o mercado internacional. E para proteger o mercado internacional, deles, através do projeto de lei "HR1052", de 27-01-83, e passo uma cópia ao presidente da Comissão, o Congresso norte-americano dará poderes especiais ao presidente da República daquele país para tomar as medidas que julgar cabíveis sobre os países que adotem políticas internas que dificultem a entrada de produtos da indústria norte-americana de alta tecnologia em seu mercado.

Portanto senhores, não há tempo a perder. Todos esperam o ato soberano do Congresso Nacional com a aprovação de uma lei que garanta a continuidade de um processo de desenvolvimento tecnológico no setor. São tantos os interesses contrários é tão grande a força do domínio estrangeiro e tamanha a manipulação posta em prática pelos defensores do continuísmo, que temos, todos, a responsabilidade de realizar uma análise cuidadosa da PNI para que a nova lei de Informática a fortaleça e aumente sua eficácia.

#### OS OBJETIVOS DA PNI

A razão do sucesso da PNI é sua fidelidade e firmeza para com seu objetivo central: o do desenvolvimento da tecnologia brasileira no setor.

Desde 1976, quando a CAPRE-Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento de Dados, instituiu a reserva de mercado, como instrumento para o desenvolvimento da tecnologia, tem-se mantido o mesmo rumo.

Muitas políticas industriais e tecnológicas já foram esboçadas, sem que tão bons resultados fossem atingidos! A razão é o inadequado enfoque do que seja TECNOLOGIA. Esse conceito tem sido muito manipulado.

O prefixo "Tecto", do grego "Techno", significa "Arte, Habilidade" e, portanto, a "Técnica" significa "conjunto de processos de uma arte, a maneira ou habilidade especial de executar ou fazer algo".

Tecnologia é conhecimento e habilidade que não se compra nem se transfere. Quem não observou as propagandas de televisores, fogões, máquinas de lavar roupa que, com as liberdades poéticas e figurativas, confundem produtos e técnicas, e oferecem a "mais alta tecnologia" em módicas prestações mensais? E isso não é mais manipulador que os acordos de "compra de tecnologia" que tantas empresas brasileiras assinam no exterior.

Tecnologia é poder. Isso todos reconhecemos.

O projeto de lei, já mencionado, que hoje tramita no Congresso Norte-Americano cita os diversos esquemas protecionistas existentes no mundo, e propõe contramedidas, porque esse protecionismo ameaça o poder dos Estados Unidos.

Sem dúvida, existe a visão universal de que tecnologia é poder e, através dos mais diversos e diferentes mecanismos, as nações procuram defender seus interesses, promovendo o desenvolvimento interno de sua tecnologia. E no caso da Informática, a questão assume proporções maiores devido ao seu impacto na organização produtiva de qualquer nação. Essa visão teve o Governo do Estado de São Paulo, através de seu secretário da Indústria e do Comércio, Sr. Einar Kok, quando subscreveu o documento que diz: "O domínio da tecnologia de Informá-

tica é condição necessária para que uma nação seja soberana". Esse conjunto de conhecimentos e habilidades, que é poder, é também cultura.

Isso porque a tecnologia, por ser habilidade e conhecimento com aplicação em determinado ramo de atividade, se desenvolve na prática. É no exercício de atender às necessidades que a tecnologia germina. E irá se desenvolvendo de acordo com as variadas necessidades e com os recursos disponíveis (humanos e materiais). O que demonstra que a tecnologia tem características próprias para cada nação, com necessidades diferentes e com recursos diferentes.

Reconhecendo, portanto, que a tecnologia sendo poder, que precisa ser conquistado para reduzir nossa dependência externa; sendo cultura que germina de um processo que envolve a universidade, a indústria e o usuário, a PNI conclui que não se desenvolverá tecnologia alguma se o mercado interno for suprido por produtos concebidos no exterior. Mesmo que existam elevados investimentos em laboratórios de pesquisa. É somente com a destinação prática do trabalho que a técnica se desenvolverá de maneira útil e produtiva.

O domínio da tecnologia só ocorrerá se dominarmos o ciclo tecnológico completo. É por isso que se deve analisar, na área da Informática, a tecnologia em três setores: a técnica do uso, a técnica do projeto e a técnica da manufatura. Essas três técnicas formam um ciclo — o ciclo tecnológico — cada um interferindo nos demais, de forma que o desenvolvimento tecnológico pressupõe o desenvolvimento harmônico desse ciclo. Não se desenvolverá a tecnologia se o ciclo estiver atrofiado, se se deixar de lado qualquer uma dessas técnicas.

Quando a subsidiária de uma transnacional, ou uma joint-venture, monta uma fábrica em uma nação subdesenvolvida, diz-se que se estará desenvolvendo as técnicas de montagem e de uso. Na verdade, nem uma nem outra. A técnica do uso não se desenvolverá. Nesse caso se desenvolve sim a técnica de adaptar a necessidade à solução. Importou-se a solução, e depois criou-se o problema, porque as necessidades autênticas do mercado não terão respostas. Enquanto as técnicas de promoção e vendas se tornam aprimoradíssimas, a técnica de manufatura não se desenvolve porque o projeto, e portanto o processo industrial, vêm prontos e definidos de fora.

Características nossas, de país escasso em capital e abundante em mão-de-obra, não são respeitadas. Trazem do exterior processos concebidos para nações avançadas que têm capital em excesso e mão-de-obra em escassez.\*

A PNI, com a reserva de mercado, assegura o desenvolvimento do ciclo tecnológico completo.

#### OS INSTRUMENTOS DA PNI

A CAPRE, em seu primeiro ato após haver recebido a atribuição de definir a PNI, estabeleceu a reserva de mercado como o principal instrumento para a criação do processo de desenvolvimento tecnológico, compreendendo que a tecnologia só se desenvolve no exercício de atendimento das necessidades do mercado, e que as empresas transnacionais ou as joint-ventures, ao suprirem o mercado com produtos concebidos lá fora, eliminam o espaço para o desenvolvimento da tecnologia nacional.

A reserva de mercado tem-se revelado um instrumento extremamente eficaz. Em 8 anos de existência permitiu a criação de um parque industrial genuinamente nacional:

1. Com mais de uma centena de empresas.
2. Com 46% do mercado de 1983, (somos o 3º país no mundo em participação no próprio mercado, superados apenas pelo Japão e EUA).
3. Com quase 20 mil empregos diretos.
4. Com 2000 engenheiros e analistas desenvolvendo novos produtos.

5. Com a maioria dos produtos concebidos de acordo com exigências do mercado brasileiro.

6. E importando apenas 7% do que fatura.

As discussões da PNI ressuscitaram o mecanismo das proteções através de tarifas aduaneiras.

E não é isso que o FMI tem solicitado ao Brasil? E por quê?

Porque as barreiras alfandegárias, se funcionassem, protegeriam apenas as atividades industriais em nosso solo, independente da origem do capital, da tecnologia e do poder decisório. Essas barreiras protegeriam e incentivariam as "FORDs", as "GENERAL MOTORS" e as "FIATS" da Informática.

Ouvimos nesta sala, com muita frequência, propostas que surgiram de políticos, de ministros e de empresários na direção de se permitir a entrada das joint-ventures no setor reservado. A PNI reservou apenas um segmento de mercado à tecnologia brasileira. Mesmo assim, são muitos os que se mobilizam para defender o interesse estrangeiro!

A expressão inglesa joint-venture tem etimologia análoga à da palavra portuguesa "consórcio". O fato de utilizarmos uma, e não a outra já é indicador da origem do mecanismo. joint-venture é uma criação das nações ricas, como reação à consciência das nações subdesenvolvidas, de que as subsidiárias das transacionais trazem mais malefícios do que benefícios. A joint-venture — associação de capital nacional com capital estrangeiro, com a tecnologia do capital estrangeiro — tem as seguintes características:

A) Continua a remeter dólares para fora nas contas de assistência técnica e compra de matéria-prima da matriz exterior.

B) É totalmente controlada pela matriz estrangeira, na medida em que aquela é detentora da tecnologia, e por isso domina a linha de produtos e, portanto, controla o mercado.

C) Recebe benefícios e incentivos que só deveriam ser concedidos às empresas realmente nacionais. Isso decorre do fato de que, apesar de estrangeira, ela é transvestida de nacional — tem 51% do capital votante brasileiro (17% do capital total, ou até mesmo 3% quando através de empresa holding. A proposta de joint-venture, portanto, é manipuladora ou equivocada. Primeiro porque surge como proposta conciliadora, de meio termo (as transnacionais estão pedindo 100, então ofereça 50!), e depois porque é apresentada como algo melhor que as subsidiárias das transnacionais. O que é falso.

Na informática o objetivo é o desenvolvimento tecnológico. A reserva de mercado deverá ser à tecnologia nacional e não apenas ao capital e à mão-de-obra nacionais. Isso significa que ao mercado brasileiro só pode ser permitido o acesso de empresas nacionais com produtos concebidos com tecnologia nacional.

#### OS PONTOS CHAVE DE UM PROJETO DE LEI PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PNI

Senhores, é chegado o momento de dar a proteção da lei esta ação política chamada de reserva de mercado.

Essa lei poderá ser ampla, contemplando inúmeros aspectos da questão que são conseqüências do que se convencionou chamar de informatização da sociedade. Questões do desemprego tecnológico, da privacidade do cidadão, da natureza da propriedade do Software, da ética, etc. devem ser tratadas de forma de resguardar o interesse e os direitos do povo brasileiro.

Porém, questão urgente, devido às fortes pressões internas e externas é a reserva de mercado. Este ponto requer rápida institucionalização. Percebam apenas que, garantido o poder interno na questão da tecnologia de Informática, os demais pontos terão equacionamento viável.

Dominados pela tecnologia estrangeira, que soluções serão dadas à questão do desemprego tecnológico, da privacidade e da ética?

(\* De acordo com observações de Joelmir Bething.

Por isso, é importante repetir: temos pressa sim, mas para institucionalizar a PNI.

Permitam-me então tomar a liberdade de mencionar alguns pontos que a Indústria Nacional filiada à ABI-COMP e, tantas outras centenas de instituições que comungam nas mesmas motivações consideram fundamentais constar em lei.

#### PRIMEIRO: A RESERVA DE MERCADO EXPLÍCITA

O projeto deverá ter claro e explícito o mecanismo da reserva de mercado.

Que o legislador não deixe dúvidas que o segmento de mercado que abrange necessariamente equipamentos de portes micro, mini, supermini, médio e equipamentos correlatos, só possa ser atendido por empresas nacionais, com produtos que sejam fruto de projetos locais.

Qualquer projeto de lei por melhor que seja, que não defina com clareza a reserva de mercado, não oferecerá à indústria e à comunidade de informática a estabilidade necessária para o trabalho de desenvolvimento tecnológico. Aumenta ainda essa necessidade e a responsabilidade do legislador quando se percebe a proximidade das mudanças no Governo Federal e o risco de ser a Política Nacional de Informática alterada de forma antidemocrática e descompromissada com a vontade da nação.

Reserva de mercado não significa cartel. É fundamental que o legislador garanta o direito de acesso a toda e qualquer empresa nacional no mercado, desde que ela o faça com produtos desenvolvidos com tecnologia nacional.

#### SEGUNDO: EMPRESA NACIONAL RIGOROSAMENTE DEFINIDA

O instrumento de reserva de mercado exige uma adequada e eficaz definição de empresa nacional, a quem será permitida a entrada na área reservada.

Será então nacional a empresa que preencha cumulativamente os seguintes requisitos:

Tenha a totalidade do capital votante nacional e restrições severas na participação estrangeira no capital não votante;

Tenha o controle decisório nacional, o que significa que, além do capital, a tecnologia seja nacional. Isso equivale a dizer que não serão nacionais as **Joint-Ventures**, qualquer que seja a proporção de capital estrangeiro;

Seja de brasileiros, aqui residentes, a capacidades de indicar e escolher todos os administradores da empresa;

E, de difícil controle e verificação, mas que mesmo assim não deixa de ser importante, é o requisito de que uma empresa, para ser nacional, não tenha seus mercados fornecedores e consumidores dominados por alguma empresa não nacional.

Vê-se, portanto, que a análise de "nacionalidade" de uma empresa não pode ser determinística nem matemática. Margens nebulosas existirão, o que fará requerer que algum organismo avaliador seja composto.

#### TERCEIRO: DEVE-SE EXIGIR CONTRAPARTIDAS

A reserva de mercado traz em seu bojo a idéia de pacto. De um lado, o Governo reserva o mercado, e do outro, as empresas beneficiadas em contrapartida, investirão em tecnologia.

A indústria nacional comprometida com a Nação não teme a contrapartida. Pelo contrário, a existência desses compromissos, e a severa fiscalização de seu cumprimento por parte do Governo, será a garantia de estabilidade e permanência dos instrumentos.

Esta contrapartida para a indústria nacional deverá ficar clara em lei:

— estabelecendo índices percentuais mínimos de investimento próprio em pesquisa e desenvolvimento;

— não permitindo, na área reservada, acordos de licença de fabricação com empresas estrangeiras, sempre que tecnologia nacional já exista no setor;

— punindo as práticas de "pirataria" com o imediato cancelamento das licenças de produção;

— garantindo o atendimento das necessidades nacionais, definidas por planos plurianuais discutidos e aprovados no Congresso Nacional.

As transnacionais terão, como têm hoje, seu grande espaço de atuação. Delas, também deve-se exigir as contrapartidas necessárias para que se beneficiem do mercado brasileiro.

Assim, deve-se buscar que se estabeleçam os seguintes compromissos:

— programas de nacionalização de seus produtos definidos de acordo com a política de desenvolvimento da indústria de componentes e matéria-prima nacional;

— a liberdade de exportação das subsidiárias brasileiras, sem as partilhas de mercado internacional que elas aplicam entre suas subsidiárias;

— implantação de assistência técnica alternativa a todos os seus produtos por empresas nacionais, de forma a garantir um mínimo nível de segurança ao comprador local, evitando-se o monopólio desses serviços.

Além dessas contrapartidas, não se deve esquecer de outras, aplicáveis tanto a empresas nacionais quanto a empresas transnacionais:

— publicação trimestral de todas as informações necessárias para garantir e facilitar o acompanhamento do desempenho da PNI por membros do Congresso Nacional e da comunidade interessada;

— adoção de todos os padrões e normas técnicas brasileiras, definidas pela ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas;

— liberação das informações de natureza técnica que permitem a conexão de módulos e equipamentos.

#### QUARTO: OS BENEFÍCIOS DEVERÃO SER APLICADOS NO INTERESSE DA NAÇÃO

Se no projeto existirem benefícios e incentivos fiscais, contábeis ou investimentos subsidiados, é necessário se garanta que esses recursos sejam realmente utilizados no interesse da Nação.

Em nome do compromisso com a tecnologia e com o futuro do nosso País, é importante que, se concedidos, os benefícios sejam aplicados em projetos de interesse nacional, e nunca em empresas. Tais benefícios deveriam ser oferecidos dentro de programas, com rigoroso controle e fiscalização de resultados, e sempre de maneira temporária.

#### QUINTO: A GESTÃO DA POLÍTICA DA INFORMÁTICA COMO UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA

Parece consensual que, no processo de gestão da PNI é importante a separação das tarefas normativas das executivas. Isto sugere a existência de dois organismos, um executor e outro normativo. Importante é que o poder legislativo reconheça que a informática, neste final de século, afeta todos os setores de atividade humana, e por isso, sua importância transcende as meras considerações econômicas, e passa a afetar a posição estratégica da Nação.

Portanto, uma nação democrática como a que queremos, tem que encarar a questão de Informática sob o enfoque de segurança nacional — pelo impacto que tem na soberania nacional e pelas pressões e interesses externos, os quais ela está sujeita.

#### CONCLUINDO

Senhores,

"até o presente, a maioria dos países Latino-Americanos são receptores passivos da Informática, atuando como simples mercados usuários, e em consequência, a transferência tecnológica que recebem é meramente operativa e não criativa".

Esta é uma das conclusões da reunião "Informática e Soberania", realizada em Cali, na Colômbia, em maio deste ano.

O Brasil é exceção nesta constatação.

Senhores, não proibam o Brasil!

Muito Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus Senhores:

Vamos iniciar agora os debates, podendo os debatedores pronunciarem-se sobre ambas as conferências, que se situam em posições diametralmente opostas — uma favorável e outra contrária à reserva de mercado. Os pontos de vista são diametralmente opostos, mas o patriotismo é comum. Por isso, eu me permitiria formular um comentário apenas, voltando depois ao assunto em detalhe, sobre uma insinuação do Dr. Fregni, de que apenas aqueles que defendem a reserva de mercado estariam se comportando patrioticamente. O Dr. Gerdau é um grande patriota, está contribuindo enormemente para o desenvolvimento brasileiro. O Ministro da Indústria e Comércio que aqui esteve é um grande patriota; o Ministro das Comunicações é um patriota. Eu tenho uma folha de serviços prestados, que acho que se compara favoravelmente com a do Dr. Fregni. Quem quiser examinar a folha comparativa de serviços pode fazê-lo. Não há diferença de patriotismo entre aqueles que apoiam a reserva de mercado e aqueles que não apoiam a reserva de mercado. Gostaria de lembrar ao Dr. Fregni, que em 1958, quando ele ainda era um menino de fraudas, fui eu que no Conselho de Desenvolvimento propus e obtive do Presidente Kubitschek a criação do primeiro Grupo Executivo Brasileiro sobre a indústria de informática, que se chamava GEACE, Grupo Executivo de Aplicação de Computadores Eletrônicos, em agosto de 1958. O Dr. Fregni, provavelmente, era um gênio em gestação ou então um menino de fraudas. Muito obrigado.

Passemos ao debate. O primeiro debatedor inscrito é o Dr. Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, infelizmente cheguei atrasado a esta reunião, por outros compromissos do próprio Senado, e não pude ouvir a exposição do meu caro amigo Jorge Gerdau Johnnpeter. Cheguei no início da exposição do Dr. Fregni e, portanto, os meus comentários ficarão restritos ao conhecimento que tenho da segunda parte dessa reunião.

O Dr. Edson Fregni apresentou um documento extremamente rico para as análises que estamos fazendo hoje, no momento em que o Congresso volta as suas atenções para a discussão de uma lei que venha regulamentar, estabelecer as bases de uma política de informática no Brasil. Eu salientaria alguns aspectos importantes do pronunciamento do Dr. Fregni. O primeiro é que ele coloca a política de informática dentro de um cenário maior, que é esse jogo de forças que comanda hoje uma ordem econômica internacional, que para nossa felicidade está hoje bastante fraturada e que, no meu entender, a nossa independência, o nosso futuro passa pela construção de uma nova ordem e, portanto, que não seja apenas a reconstrução da velha ordem, mas de uma nova ordem que realmente abra as portas para que o Brasil possa construir o seu futuro com independência. O ponto mais saliente, que chama mais atenção nesses dias que estamos vivendo no Brasil, é que nós temos o documento de um empresário colocando questão políticas. A tradição brasileira é de um empresariado, de uma burguesia que não era uma burguesia nacional, era uma burguesia enquanto classe, mas não uma burguesia que realmente estivesse engajada dentro de um projeto brasileiro, uma burguesia que nunca deu o ar de sua graça na história do Brasil. Eu venho de um Estado onde dizem: em São Paulo há tantos interesses, tantas atividades econômicas, que os paulistas não se dedicam à política. Ora, a política é a única maneira que nós temos de influir sobre o nosso destino. E esta ausência da burguesia nacional, a ausência do empresariado nacional na discussão, vamos dizer, dessas questões mais profundas, tem raízes históricas muito antigas. Há uma célebre discussão do velho Conde Matarazzo, na década de 20, em que ele dizia que para ele a questão das tarifas aduaneiras não tinha importância nenhuma, porque ele tinha uma casa comercial de impor-

tação e exportação, ele era fazendeiro de café, e era industrial. Quer dizer, qualquer solução, em qualquer lugar, ele acertaria. Ele não tinha a visão de como se constrói o País. O então Coronel Macedo Soares, quando levou um grupo de industriais de São Paulo, para visitar o canteiro de obras de Volta Redonda teve grandes dificuldades em levar os industriais paulistas a Volta Redonda. Ele tinha uma outra visão, ao passo que Volta Redonda saiu do bojo da burocracia estatal, do Exército, não saiu a discussão da indústria pesada brasileira, do centro da chamada burguesia nacional, mesmo porque essa burguesia nacional não existe. Nós tivemos a semana passada o depoimento na Câmara dos Deputados, do Dr. Olavo Setúbal, em que a gente sente, vamos dizer, preocupações semelhantes com o empresário que defende a reserva de mercado, e traça, vamos dizer, o cenário político que justifica e legitima a questão da reserva de mercado. Mesmo porque a falta de consciência de um empresariado nacional hoje, no momento em que as políticas dos países capitalistas do centro são destruidoras do capitalismo dos países subdesenvolvidos, a falta de consciência deste conflito de interesses, a falta de consciência por parte do empresariado nacional estaria prometendo um futuro cheio de conflitos internos de primeira grandeza. Se nós não tivermos um empresariado nacional competente para propor projetos capazes de solidarizar camadas muito mais amplas da sociedade, o que aconteceu com as burguesias nacionais, na origem da história da industrialização dos países que são hoje os países avançados, se nós não tivermos isso não haverá futuro para o capitalismo do Brasil. E na medida em que se transformam em instrumento da dominação externa, que de uma certa maneira no passado quase sempre foram, a luta pela independência será também luta de classe e luta contra um sistema econômico, na medida em que você tenha um conjunto de forças que se desnacionaliza. Então, quero saudar isso como um fato político da maior importância. O nascimento de uma burguesia realmente nacional, que tem capacidade para desenhar o quadro político e tem capacidade para fazer gestões no sentido de levar as suas propostas a uma compreensão muito mais ampla no seio da sociedade.

Mas a minha questão específica, Dr. Fregni, é que, no final da sua exposição, há uma sugestão de que essa política nacional de informática devesse estar organizada em dois organismos centrais, um executor e outro normativo. Um órgão executor e um órgão técnico — um órgão normativo na medida em que compreendamos aquilo que é a importância da informática que transcende as meras considerações econômicas para afetar a posição estratégica da Nação. De que maneira V. S<sup>a</sup> entenderia esse órgão normativo? Como é que se constrói uma representação para que esse órgão tenha qualidade política para poder tomar decisões que são de natureza política? Ou uma legislação que saísse do Congresso devesse aprofundar as suas considerações com relação às questões de reserva de mercado, de modo a que, na ausência ou na impossibilidade de termos um órgão que tivesse sentido político e sentido político, fundamentalmente, hoje tem a sua sede no Congresso. Como é que V. S<sup>a</sup> entenderia a organização dessas formas de traçar as normas da política de informática, que certamente será o coração da legislação que está sendo engendrada?

O SR. EDSON FREGNI — Muito obrigado, Sr. Senador. Sem dúvida nenhuma, dada a sua natureza política, sem dúvida alguma esta Casa é o instrumento para tomar as decisões e as definições fundamentais na questão. O problema surge quando nós percebemos que nesse setor a evolução tecnológica é tão rápida que uma legislação que defina fronteiras muito rígidas será deficiente na medida em que terá dificuldades para acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Daí a necessidade de que se tenha um órgão normativo que faça esse acompanhamento, que modifique as fronteiras, sempre dentro do

objetivo do desenvolvimento tecnológico. Precisamos deixar muito claro, num projeto, a diferença do que é normativo e do que são grandes decisões. Reserva de mercado não é uma decisão normativa, é uma decisão política do Congresso. Se a reserva do mercado ao definir uma certa característica dos equipamentos, necessitar de decisões técnicas, isso talvez possa ser feito por um organismo técnico, ou por um organismo de assessoria. No Brasil democrático que todos queremos, essa questão traçada dentro do Conselho de Segurança Nacional, como tem sido feito até agora, talvez possa ter esse organismo como o normativo. Um organismo executivo iria apenas administrar o processo. A natureza política poderia ser garantida dentro do objetivo democrático da Nação. Se temos um Governo democrático, esse próprio Governo poderia tomar as decisões políticas. O papel do Congresso deve ser fundamental nisto. Não só nessa definição, neste momento, mas no acompanhamento. Daí a sugestão importante que todas as indústrias beneficiadas no processo, todas as indústrias que estejam trabalhando dentro da política, publiquem todas as informações que o Congresso assim definir. Acho que esse é um ponto fundamental para que o próprio Congresso possa continuar realizando o acompanhamento, mesmo que esse órgão normativo exista. O Congresso seria soberano nesse acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — O segundo orador inscrito é a Deputada Cristina Távares.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Conferencistas: Desejo iniciar algumas perguntas, registrando antes um documento da APPD nacional que é a Associação Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados, que, por não ter tido a honra de participar dos debates na Comissão de Economia do Senado Federal, vem através de documento hipotecar a irrestrita solidariedade da comunidade dos profissionais de processamento de dados à exposição feita aqui pelo Presidente da ABICOMP, Dr. Edson Fregni. Gostaria de fazer uma observação a respeito do patriotismo que foi evocado aqui pelo Presidente da ABICOMP. Acho que não há dúvida de que todos os homens são patriotas que todos os cidadãos são patriotas. Cabe-me a pergunta, a que País interessa o resultado do patriotismo de determinados cidadãos. De maneiras que eu acho que quando se defende com tanta ênfase, como fez aqui o Presidente da ABICOMP que a tecnologia nacional está ligada à soberania nacional, e o faz dentro de um esquema teórico, ele naturalmente teria todo o direito de entender que para os interesses nacionais deste País há necessidade de se delinear com muita clareza uma política de defesa da tecnologia nacional. Eu queria cumprimentar o Dr. Gerdau pela síntese que fez no seu depoimento. Entretanto, permito-me dizer que há muita generalização. São ideias colocadas como força de mercado, atualização tecnológica respeito ao consumidor, cartórios, que têm sido quase que a tônica de todos os depoimentos que temos ouvido aqui nesta Comissão, talvez com a exceção do Dr. Edson Fregni.

Na primeira página, já o Dr. Gerdau reclama a ausência de uma definição clara e de uma conceituação teórica para a política nacional de informática, e é exatamente aí que me parece que está o centro da problemática que o Congresso Nacional foi chamado a definir agora mesmo. Pergunto se não seria uma generalização, na página dois, colocar como alternativa da democracia o desenvolvimento do País, numa economia de mercado, o planejamento central. "Se tivermos o planejamento central não teremos uma democracia". Entendo, Dr. Gerdau, que a democracia é muito abrangente, e não pode ser vista apenas sob esse estreito ângulo da economia. Defesa do consumidor é alguma coisa muito nova neste País. Aliás, tão nova que só se fala em defesa do consumidor quando se fala em política nacional de informática. Não se fala em

defesa do consumidor quando se fala em feijão ou indústria automobilística, indústria farmacêutica. Há, particularmente nesta Comissão, uma ênfase que o consumidor brasileiro tem que ser apenas defendido quando a indústria nacional na área de informática está envolvida. No mais, é irrelevante. E é justamente em defesa desse consumidor e em atendimento a esse consumidor que eu me permito dizer que não só o consumidor, na área de informática, mas todos os consumidores brasileiros neste momento estão querendo realmente uma modificação na política econômica e social deste País, tanto que estão querendo votar para Presidente da República, uma forma de modificar toda uma linha que está em vigor neste País. A minha pergunta, Dr. Fregni, é em relação à defesa do consumidor. Quais são as diferenças de preço entre computadores vendidos e fabricados no Brasil e no mercado internacional?

O SR. EDSON FREGNI — Esta tem sido uma acusação freqüente à indústria, e estudos recentes mostram que as diferenças de preços praticadas pela indústria nacional no setor se comparados diretamente com seus similares estrangeiros, varia de 2 a 2,7 do preço lá fora, no câmbio oficial. Essa diferença é declinante, como mostra o estudo do professor Paulo Bassos Tigre. Agora, ao mesmo tempo em que isso acontece, acho que a gente poderia se questionar em que medidas essa diferença é artificialmente alta. Se essa diferença é artificialmente alta, ela também o é na maioria dos setores da nossa economia. Num estudo parecido, feito pela ABICOMP e confirmado pela IBM, a diferença dos computadores da IBM, aqui no Brasil, com seu similar no estrangeiro, é de 2,4. Portanto, os preços praticados pela indústria nacional não são qualitativamente diferentes daqueles praticados pelas indústrias multinacionais no Brasil. E estas não têm sido tão criticadas.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Muito obrigada. Tenho uma outra pergunta a fazer, baseada ainda na exposição do Dr. Gerdau, em que ele fala sobre cartórios e defende os pequenos empresários. Antes da política de reserva de mercado ser efetivada no Brasil, qual era o quadro das pequenas empresas nacionais, pequenas e médias, que atuavam no setor, e após esse mecanismo ter entrado em vigor, não oficialmente, não de direito mas de fato, qual foi a evolução da indústria nacional, no setor da pequena e da média indústria nacional?

O SR. EDSON FREGNI — Se recuarmos a 1976, antes da política, o mercado brasileiro era atendido basicamente por 3 grandes empresas multinacionais, e as pequenas empresas nacionais não tinham o menor espaço para atuação. Lembro-me na época, que os estudantes de engenharia que se formavam tinham a opção de continuar na universidade ou, então, serem vendedores das grandes firmas estrangeiras. A engenharia não tinha o seu espaço, a inteligência brasileira não tinha o seu espaço.

A reserva de mercado abriu um espaço para que realmente ocorresse a competição e, hoje, mais de 100 empresas atuam neste mercado. Nenhuma dessas empresas tem mais de 10% do mercado. Portanto, a questão de que uma grande empresa está monopolizando não é verdade. Existe uma forte competição interna, e é importante que se ressalte que a reserva de mercado não cria um cartório, porque qualquer empresa nacional, com tecnologia própria, tem acesso garantido ao segmento reservado. Não existe um caso de uma empresa nacional, com tecnologia própria, que foi impedida de entrar em qualquer segmento do mercado reservado.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Muito obrigada.

Eu perguntaria ao Dr. Jorge Gerdau. V. S<sup>a</sup> fala que proibir o empresariado pobre de buscar melhores soluções tecnológicas significa atrasar o desenvolvimento nacional. O que V. S<sup>a</sup> considera como melhores soluções

tecnológicas, na área da informática, e que estão sendo proibidas de serem trazidas para o Brasil?

O SR. JORGE GERDAU — O primeiro ponto que eu gostaria de voltar um pouco está no conceitual. A democracia, no campo político, acho que não temos muitas dúvidas. No campo econômico, infelizmente, por nossas origens, que, aliás, foi mencionado, o conceito de democracia, no campo econômico, é uma coisa que não temos uma consolidação, no meu entender. Isto talvez seja um dos aspectos mais complexos pela própria origem do País, de que todas as decisões dependem do Poder Central, todas as decisões são estabelecidas praticamente no campo econômico neste País, por decisões governamentais. Tenho dito, em outros posicionamentos, que está na hora, se nós queremos uma democracia no sentido amplo, dela também se estender ao campo econômico. Nesse ponto há um conflito em relação ao conceito de reserva de mercado, porque ela continua, no meu entender a obedecer critérios que o organismo central do Governo vai dizer quem pode ou quem não pode produzir um produto.

De forma alguma, ao estabelecer o meu posicionamento, estou contra a proteção e o fortalecimento da indústria nacional.

Quando falo do pequeno empresário etc., eu me coloco, justamente na posição de que eu tenho que ter instrumentos genéricos estabelecendo, e não quero ter qualquer tipo de organismo dizendo o que eu posso produzir ou não. Quero que as regras econômicas, que devo ter em qualquer campo de atividade, e não quero submeter a minha iniciativa a um tecnocrata ou burocrata. Isso é imposição, é ditadura tecnocrática, a qual eu acho que ninguém, e qualquer campo de atividade quer ter, porque o intelectual quer ter liberdade de criação da sua obra, da publicação da sua obra, e eu, no campo industrial, quero ter liberdade de poder produzir e não ter de submeter a um organismo central impositivo. Quando eu menciono esse aspecto de defesa ao consumidor, eu menciono justamente que eu, consumidor de equipamentos, devo ter a opção, dentro de determinadas regras, de optar por um equipamento ou não. Eu devo ter liberdade, inclusive, de importar o equipamento. Estou disposto a pagar 200% de direito aduaneiros, se a legislação os estabelecer, mas eu não quero estar submetido a um sistema cartorial que, eventualmente, meia dúzia de técnicos com os interesses daqueles que receberam as fatias do mercado, impeçam que uma empresa possa buscar melhor solução tecnológica. É o que hoje, parcialmente, já está acontecendo.

Então, quando eu conceituo o problema do consumo, é dentro desta linha; por isso, insisto que é preciso estabelecer instrumentos fortes de proteção à indústria nacional, mas não com o critério de reserva de mercado. Os conceitos de reserva de mercado são fechadores, e estimulam a incompetência.

Quando tenho um determinado processo num forno elétrico, que quero desenvolver, e que já foi desenvolvido, talvez, em um lugar único do mundo, eu devo ter a opção de eventualmente importar, porque eu posso reduzir o custo do meu processo produtivo a tal ordem que possa melhorar a minha competição. Nós, hoje, estamos exportando 40% da produção de aço no Brasil, e se nós não fizermos o processo acelerado de modernização, nós vamos perder essa posição. E 40% a menos de exportação de aço no Brasil, significaria hoje, 65 mil empregos. São 140 mil empregos diretos que a siderurgia tem.

Então, é importante olhar a coisa sob um aspecto mais amplo. Por isso, dentro da minha visão, dentro de um conceito de organização de sociedade mais amplo, acho que não devemos nos impor a um sistema de despacho de processos. Isso é cartório. Quero que as regras estejam estabelecidas, estabelecem-se direitos aduaneiros, estabelece-se a *joint-venture* que não tem apoio de financiamento ao produto nacional, ou estabelece por exemplo, se a *joint-venture* for de 3%, ele terá direito apenas,

eventualmente, a 3% do financiamento do FINAME, e o resto tem que ser com capital próprio. Eu aceito as regras, mas não quero depender de sistemas, de ter de viajar a Brasília, entrar num processo que a boa ou má vontade de um tecnocrata possa aprovar o meu projeto ou não. Porque todo o sistema da sociedade começa a não ser livre.

Então, a proteção da indústria nacional tem que ser estabelecida em regras gerais, mas os fatores de mercado é que devem definir como o sistema deve operar.

Quanto ao problema do preço devo mencionar que o nosso grupo, quando fez as primeiras compras de equipamentos nacionais, equipamentos Cobra, pelos primeiros equipamentos, há 5 anos — nós fomos o primeiro cliente privado que maciçamente comprou equipamento nacional — pagamos 5 vezes mais, pelo mesmo equipamento, do que custava no exterior. Hoje, esses preços, graças a Deus, já estão numa relação 2 vezes ou 2,5 vezes o preço.

A SRA. CRISTINA TAVARES — A primeira compra foi em que ano?

O SR. JORGE GERDAU — A primeira compra foi feita 6 anos atrás. São equipamentos periféricos, praticamente nós fizemos com microprocessadores interligados por sistema ao computador central.

Agora, eu tomo como exemplo, hoje, um computador pessoal, que é produzido no Brasil, com 256 k, custa hoje 25 milhões de cruzeiros e esse mesmo equipamento, com a mesma capacidade, etc., custa nos Estados Unidos cerca de 7 milhões de cruzeiros. Eu não estou preocupado no momento que um tipo de equipamentos desses esteja custando mais. O que eu estou preocupado é que eu não tenha eventualmente liberdade de buscar um melhor equipamento para baixar custos competitivos.

Eu, há 15 dias, tive que exportar aço de Recife, na AÇONORTE, para Hong-Kong. Para eu ter eficiência e competir ao lado dos países como Japão, Coreia do Sul ou Taiwan, eu tenho de ter liberdade de buscar as melhores soluções tecnológicas. Estou disposto a pagar o preço eventualmente, mas não quero está submetido a um processo cartorial.

O 3º ponto que S. Exª mencionou, sobre o que eu entendo sobre esse problema de possibilidade ou não, eu tenho aqui um documento que foi elaborado por um grupo de técnicos na siderurgia. Esse documento é um documento interno, conseqüentemente, eu transmito aqui na forma pessoal, que diz o seguinte: Sendo assim, queremos deixar explícito que consideramos imprescindível que a política nacional de informática se defina de forma:

(Isso aqui foi elaborado por técnicos usuários de computadores, de empresas siderúrgicas privadas e estatais.)  
A) — Contribuir para o aumento da competitividade da indústria siderúrgica nacional no mercado externo. Contribuir para o avanço tecnológico da siderurgia brasileira.

Considerar os aspectos característicos da indústria siderúrgica.

Levar em conta o estágio atual da informática da siderurgia do País.

1º — Contribuir para o aumento da competitividade da siderurgia nacional no mercado externo. Considerando que para aumentar a competitividade do mercado externo a indústria siderúrgica precisa constantemente aumentar a sua produtividade, melhorar a qualidade de seus produtos e reduzir os seus custos operacionais. Para melhorar esse processo, as empresas utilizam-se da sua atividade, cada vez mais da informática, tanto na área de processamento de dados como na área de automação industrial. Para produzir sempre a preços mais competitivos, com o apoio da informática, é preciso dispor de recursos de informática, pelos menos iguais aos dos concorrentes. Que a centralização inadequada de decisão

pode eventualmente conduzir ao atraso na consecução dos objetivos das empresas.

Recomendamos que não se iniba o poder de decisão das empresas, sobre o modo de obtenção do *Software* aplicativo, a fim de que se possa considerar o seu estado de necessidade, e assim por diante.

Realmente eu acho que o conflito não está em querer uma indústria de informática forte no País, ao contrário. Acho que o avanço já tem acontecido. Agora, o que não podemos fazer, é querer construir a muralha chinesa. Eu lhe digo, se eu fosse a ABICOMP, eu gostaria de ter o Cartório do Aço também. Acho extremamente interessante, e como cada um dos produtores desse País provavelmente quer, mas o que não se pode fazer é uma distorção conceitual desse processo. Então, quero limitações de produção aduaneira fortes, eu quero um processo que se caracterize bem o que é empresa estrangeira, o que é empresa *joint-venture*, o que é empresa nacional. Quero instrumentos de proteção e financiamento para a empresa se capitalizar, a empresa nacional — existem instrumentos — eu quero um processo em que se financia o consumidor. Realmente, é importante perguntar nesse processo todo — e talvez aí o grande debate — por que o Brasil que é o 8º produto nacional bruto no mundo, nos mais diversos setores, no aço, no setor têxtil, no alumínio, está a conquistar essa posição, temos hoje a celulose, temos dezenas de produtos sendo atingidos, e em informática nós estamos, se não me engano, em 25º lugar nessa ordem? Porque nós estamos com um processo que não estamos trabalhando num aspecto principal, que é o setor do consumo. O importante não é estabelecer a proteção ao produtor nacional de equipamentos, o importante é estabelecer que a indústria nacional se modernize, passe a usar maciçamente — esse é o real problema da informática. Hoje em dia, eu tenho um exemplo nosso, vamos dizer, numa aciaria moderna que foi construída no Estado do Paraná, a Siderúrgica Guairá. Nós temos um pré-aquecimento de caçambas, que é feito por instrumentação eletrônica. Eu contei um consumo de 2 quilos e meio de óleo nessa unidade, por aquecimento, e em outras unidades, onde não tem o comando eletrônico, o consumo é de 4 quilos de óleo. Então, os Senhores vejam o diferencial gritante que uma pequena instalação dessas outras pode prover. Estou convicto de que se nós conseguíssemos maciçamente a utilização da instrumentação por meios eletrônicos, nos processos produtivos de energia, no processo de melhoria de eficiência, isso é uma geração de riqueza, de economia, de potencial de exportação que é 10 vezes mais importante do que discutir quem vai e como vamos produzir o instrumental. Porque o importante é o Brasil se manter com custos competitivos atualizados no sentido global. Por isso, eu digo que o importante é ouvir o consumidor. Quando tenho esse posicionamento dos técnicos — foi escrito há 4 anos, pelo setor siderúrgico, a preocupação do setor, é que nós possamos nos manter atualizados, e dentro do processo como estar se tentando levar, com reserva de mercado, nós estamos preocupados que isso não possa acontecer — como hoje já existem limitações. Eu tenho aqui comigo, por exemplo, o guia de um *software* que trouxe há 15 dias dos Estados Unidos. O *software product*. Tem aqui mais de 300 páginas de comércio aberto do *software* que cada um compra e vende livremente. Então isso não pode ser estabelecido por sistemas de fechamentos, por processos burocráticos. É uma dinâmica que não pode se estabelecer em instrumentações complicadas. Tem-se que estabelecer as regras gerais e deixar o mercado funcionar. Tem-se que trabalhar no sentido da preparação do consumidor, do industrial, do empresário como um todo, para que avance rapidamente, para que a economia do País como um todo se mantenha atualizada na sua necessidade de continuar exportando. Então, são esses os aspectos que me preocupam — eu não estou preocupado se a meia dúzia de sócios da ABICOMP venham a ter uma fatia ou não, porque no refle-

xo da economia global não é isso que tem que ser protegido. O que tem que ser protegido é o consumidor dos equipamentos e que esse tenha acesso da melhor técnica disponível. Essa é a minha preocupação. Vamos estabelecer o fortalecimento da empresa nacional, mas não vamos fazer uma muralha chinesa. O Brasil tem sido prejudicado demais, e é por isso que eu ponho o problema no conceito global. Se nós estamos no caminho da abertura, eu quero regras gerais que definam a atividade econômica e não sistemas em que eu tenho que viajar a Brasília, pedir audiências de processo que demoram não sei quanto.

Eu não quero isso. Em nenhuma atividade nós devemos ter esse tipo, isso não é o conceito da abertura. Por isso o problema é muito mais complexo. Se eu fosse a ABICOMP eu também gostaria do cartório — e eu gostaria de pedir aos Senhores que me estabeleçam os cartórios do aço, me estabeleçam os cartórios em outras atividades.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Muito obrigada. Se o Senador me permitir só uma observação final, eu diria que há realmente uma diferença de conceituação. Não posso entender que possa haver uma democracia econômica sem ao mesmo tempo haver uma democracia política. Evidente que a luta, a luta contra a tecnocracia é uma luta comum. Não são apenas os industriais que tem que vir à Brasília. Os Prefeitos para arrancar uma esmola tem que vir à Brasília; os técnicos da SUDENE tem que vir à Brasília. De maneira que nós não podemos incorrer no erro de procurar de soluções conjunturais para uma estrutura que está viciada, impregnada pelo autoritarismo, pela tecnocracia. É muito difícil, me parece, estabelecer uma diferença entre democracia econômica e democracia política.

Por outro lado, o Congresso Nacional, ao se interessar pelo assunto da política nacional da Informática, ele está interferindo dentro das suas prerrogativas adquiridas depois de vários anos de autoritarismo, e ele está procurando institucionalizar uma política que evitaria possíveis excessos.

Dr. Gerda, veja V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: o senhor falou sobre a questão do cartório e da ineficiência do cartório. Eu concordo que o cartório pode tornar ineficiente. A reserva de mercado pode tornar ineficiente. A reserva de mercado para empresa multinacional de automóvel no Brasil, faz com que o consumidor brasileiro — e não tem defensores, o consumidor de automóveis tenha que comprar um automóvel protegido por uma reserva de mercado e que tem um consumo de gasolina, que se fosse feito a diferença, o que a Nação economizaria se tivéssemos os carros japoneses com 40 Km em 1 litro de gasolina, nós estamos praticando aqui cartórios, reserva de mercado para prejuízo da Nação, do consumidor brasileiro e da balança comercial brasileira.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER — Eu sou contra esse cartório também. Sou contra qualquer cartório, de qualquer tipo.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Só me espanta que haja defensores, apenas, para a indústria nacional de Informática, que é uma mercadoria diferente do automóvel, porque a implicação da Informática sobre a sociedade ela não diz respeito apenas à nossa competitividade no aço, ela diz respeito à educação, ela diz à saúde — o impacto dessa tecnologia é um impacto que a diferencia radicalmente das outras indústrias. Quer dizer, não é uma atividade apenas econômica, é uma atividade social, é uma atividade da soberania nacional, o que faz com que o Presidente da ABICOMP tenha aqui feito não como empresário, mas até eu diria como um sociólogo do desenvolvimento — a defesa do domínio do ciclo tecnológico da Informática.

Para concluir, eu sei que outras querem formular as suas perguntas, eu diria que nós estamos, disse V. Ex<sup>a</sup>, no 25º lugar na indústria de Informática.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER — Em termos de faturamento.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Temos campeonatos mais tristes do que esse, temos campeonato, por exemplo, do segundo ou terceiro país recorde em mortalidade infantil, e que diz respeito também à questão da informática. Se a informática tiver um uso social, esses índices lamentáveis poderão ser modificados.

Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER — Deputada, pessoalmente, nas minhas posições de debate de abertura de mercado e todo esse conceito, eu normalmente tenho tido conflitos grandes nessa posição, porque todo mundo nesse País quer o seu cartório normalmente em qualquer atividade. Justamente o que eu entendo, vamos dizer, é que nós — eu acho que há uma tendência de se emocionalizar um pouco o aspecto da informática. Eu acho que ela é importante se conduzida dentro de conceitos globais de economia. E esse é um aspecto extremamente delicado, porque eu acho que ele tem aspectos de segurança, mas não sei se ele tem tanto mais aspectos de segurança do que o resto da atividade. A verdade, é que hoje o Brasil, para poder sobreviver e vencer tem que buscar tecnologia em todos os campos, quer na agricultura, na produção automobilística ou no aço. Acho que o Brasil conquistou em muitos campos posições significativas mas eu diria que na eletrônica, na informática, nós não atingimos isso ainda. A minha preocupação é que a tendência do sistema que nós estamos tentando montar, ou que já está existindo hoje, ela leva fatalmente ao fechamento do mercado. Acho que o Brasil, se quiser realmente construir um País desenvolvido, aberto, tem que se capacitar a ter eficiência e tecnologia em todos os campos, e a disponibilidade da informática, no meu entender, é um instrumento decisivo. Neste ponto, realmente existe o conflito e tem que ser analisado numa forma muito ampla. Eu acho que a matéria é complexa, mas não deve ter um limite, uma barreira absoluta. A palavra reserva de mercado não deve existir dentro de uma conceituação filosófica. Admito discutir que até façamos exageros de protecionismo, que amanhã ou depois, eventualmente, nós possamos reduzir ou não. Aceito isso, acho válido, mas não aceito que se faça um fechamento total sobre alguns aspectos, porque isso, conceitualmente, foge de um padrão de objetivo filosófico maior que o País busca em todos os campos. Por que não posso importar o equipamento melhor para produzir melhor, pagando 200% de direitos aduaneiros? Por que tenho que me submeter a um técnico da SEI ou de algum outro organismo para que defina qual o equipamento correto? Acho que isto é um desrespeito à capacidade tecnológica da equipe que administra a produção de aço, como será amanhã no setor têxtil. Eu não admito que eu não saiba julgar o que é bom ou ruim para minha produção. Esse é o processo que se está estabelecendo com sistemas indefinidos. Eu quero que joguem às claras, que qualquer cidadão possa entendê-las.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Agradeço, dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que muitas vezes o que não está bom para a produção de determinada empresa necessariamente não é bom para o conjunto da Nação. Na área de informática, isso é muito típico, é muito singular.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Com a palavra o Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — O desenvolvimento desse debate me permite agora colocar algumas questões ao meu velho amigo Dr. Jorge Gerda.

A primeira questão é a do cartório. Todo o nosso desenvolvimento industrial do pós-guerra, de certa maneira, foi construído com incentivos fiscais e creditícios que privilegiavam algumas empresas e de certa maneira esta-

va lidando com cartório. Quer dizer, se o GEIA aprovava a implantação de uma indústria automobilística, permitia a importação de fatos complementares sem tarifas aduaneiras. Na fase inicial permitia a importação de veículos complexos para que elas pudessem fazer seu capital estavam dando cartório, e dando a reserva de mercado, porque ninguém teria capital para enfrentar e competir com aquelas empresas que recebiam subsídios tão grandes em termos de crédito e incentivos fiscais. Mudou-se inclusive a estrutura de financiamento do Brasil para o financiamento de vendas a prazo, para atender determinados setores industriais. Isso aconteceu em todos os setores. E se não tivesse havido nós não teríamos esse desenvolvimento industrial. É uma circunstância que vem da nossa origem. Acontece que nesse modelo de hoje, se paga a metade, dá a reserva mas não se dá o capital, e no passado se fazia reserva de mercado da mesma maneira. Quem não tivesse aquele volume de incentivos não poderia instalar sua empresa. Portanto, aquela empresa tinha um cartório para produzir automóvel, para produzir produtos petroquímicos e assim por diante. Esse é a história do desenvolvimento industrial brasileiro, depois da segunda guerra. Tudo foi assim. A diferença é que o sacrifício coletivo da Nação para o desenvolvimento dos diferentes setores da indústria automobilística até a indústria de equipamentos de hoje, havia um sacrifício maior, porque todo o investimento era feito com recursos de financiamentos e com custos baixíssimos. A última etapa do capital era de 20% da correção monetária, quer dizer com uma inflação de 100, 200% significa que esse empresário vai realizar todo o empreendimento com recursos públicos. Está-se dando cartório, está-se dando os recursos para que ele possa realizar. A diferença hoje é que o Estado não dá o dinheiro para o empresário realizar suas tarefas, ele está lutando com um pouco mais de dificuldade do que aqueles que participaram das diferentes etapas do desenvolvimento brasileiro. E aí nós entramos no problema da presença do Estado, que o Sr. tanto critica e realmente há um nº real de erros de burocracias indesejáveis. Mas a questão fundamental é de que se o Estado consegue incentivo desse nível, consegue privilégio, ele há de orientar isso no sentido do interesse público, e há conflitos muitas vezes entre o interesse privado e o interesse público. Por que? porque vivemos nesse grupo de antagonismos. V. S<sup>a</sup> bem disse que todos desejam o cartório, todos querem algum tipo de vantagem dentro da administração que toma decisões dessa natureza. Mas é preciso lembrar que essa dificuldade, essa coisa tão dolorosa de vir a Brasília discutir com a burocracia, de uma certa maneira resgata um pedaço das nossas biografias. Tivemos encontros demorados, constantes, discutindo essas questões. Eu gostaria de lembrar exemplo desse tipo de conflito do interesse público com o interesse privado, que é o que se discutia na época, se a empresa privada desejava expandir a siderurgia com óleo combustível. Por que? Porque era muito mais barato. E por que era mais barato? Porque era subsidiado. No momento em que todo o mundo tinha consciência de que o problema do combustível era problema seriíssimo para o futuro do País. Do ponto de vista da empresa, a expansão da siderurgia devia se realizar com óleo combustível por que ia produzir a custo mais baixos. De uma certa maneira, foi esse um ponto de atrito no bom sentido dos nossos contatos naquela altura. Só para lançar um pouco de luz sobre essa participação da burocracia. Quer dizer, quem está na decisão do Conselho de Desenvolvimento Siderúrgico há de entender que deve buscar soluções para a expansão da siderurgia que não venha comprometer mais ainda as nossas deficiências de combustível líquido. Outro aspecto levantado por V. S<sup>a</sup> diz respeito ao problema do consumidor. Realmente, é o problema fundamental porque eles é que são os beneficiários de tudo a médio, longo ou curto prazos. O que importa é como esses benefícios vêm hoje a médio prazo ou vêm depois. Eu daria um exemplo muito claro. Hoje, a maioria da avicultura nacional depende da genética americana

na. Quer dizer, amanhã, por qualquer tipo conflito de interesse, está na história das nações, conflito que venha até por causa da nossa dívida externa que está aí sendo discutida, nós poderíamos ter cortado o fluxo desse materiais genéticos que precisam ser renovados constantemente e acabam as galinhas dos galinheiros brasileiros. A mesma coisa acontece com a exploração de suínos onde as diferentes cepas são criadas no Estados Unidos. Nós temos a obrigação de desenvolver uma tecnologia no caso da genética dos porcos e das galinhas, para termos um mínimo de segurança de continuidade dessa atividade. O exemplo se presta para o problema da informática. Se nós amanhã estivermos dependentes desse fluxo externo e no caso de uma tecnologia que se ligue à informação da sociedade, que tem uma capacidade de enriquecer até as formas de poder de informação, com muito mais razão. Por último é a questão da ligação entre o problema da economia de mercado, típico da democracia. Como apontou a Deputada Cristina Tavares, essa ligação é muito complexa, porque não há uma relação de causalidade. O que nós podemos dizer é que nos países democráticos nós temos uma economia de mercado, mas ela não é geradora da democracia. Basta ver o que aconteceu na Espanha de Franco, que teve, vamos dizer, um grande desenvolvimento econômico, com a mais absoluta liberdade econômica e eles passaram quase meio século abaixo de um regime ditatorial; o Salazar fez a mesma coisa e o Xá Reza Pahlevi, também.

O SR. JORGE GERDAU — Mas o inverso não existe.

O SR. SEVERO GOMES — Mas acontece que isso serve para mostrar a complexidade. A democracia é flor de outro jardim, de uma consciência nacional, de uma capacidade de organização da sociedade, da mobilização do cidadão, e essa força liga o quê? A sociedade a construir os seus objetivos, e nesses objetivos fundamentais está a sua vida, está como se alimenta, como nós precisamos desenvolver a tecnologia nos diversos sentidos, e principalmente, no caso da tecnologia na área da Informática, que se expande por todos os setores da produção, e mais ainda, se expande sobre a vida do cidadão, sobre a organização política e sobre o nosso destino.

Muito obrigado.

O SR. JORGE GERDAU — Meu estimado amigo Senador Severo Gomes, eu gostaria de mencionar que esse aspecto não está dando meios ao sistema e os tipos de incentivos, vamos dizer, que eu acho são várias etapas. Quando eu propugno uma proteção aduaneira, eu diria quase que absurda, no sentido da proteção, quando eu pretendo estabelecer um tipo de incentivo de capitalização à empresa pequena e média do setor, terceiro, estabelecer o financiamento ao consumo. Eu estou praticamente usando os instrumentos de proteção e de incentivo, que seriam os mínimos necessários para poder fortalecer o setor da produção industrial, e de outro lado, manter o mínimo das regras do mercado.

Eu divirjo, Senador, no seu conceito de que o sistema anterior de desenvolvimento, embora ele causasse, de certo modo, vamos dizer, algum tipo de cartório, mas não chegava ao ponto de ser um cartório burocrático, e no sistema atual, o que se está se desenvolvendo na discussão, nós não temos a tendência a ter um debate aberto da opção, porque as coisas são por decisões impositivas e de natureza de não dar opção livre de acesso nesse sentido.

O SR. SEVERO GOMES — Isso também aconteceu no País.

O SR. JORGE GERDAU — Não, depende do setor, eu diria, talvez, no setor automobilístico não houve, mas em outros setores houve; eu nunca vi no setor siderúrgico, que também tinha que aprovar o projeto com o CONSIDER, qualquer tipo de limitação, até hoje está

aberto a qualquer pessoa e continua recebendo ou não incentivo, quer dizer, não há um sistema que diz assim: esse produto ninguém mais pode produzir, não existe isso.

O SR. SEVERO GOMES — Em todos os estágios do desenvolvimento siderúrgico, houve um projeto, que implicava em financiamentos, inclusive a divisão de produtos, está lembrado do conflito de aços planos ou não planos? Tudo isso aconteceu.

O SR. JORGE GERDAU — Correto, mas nunca houve um sistema de limitações, como hoje está havendo, nunca houve. Todo o sistema eletrônico hoje está cada vez mais detalhista e menos genérico, e digo mais: praticamente a complexidade do setor, aquilo que era mini hoje não é mais mini, quer dizer, o processo é de tamanha dinâmica — e eu mencionei hoje que os Estados Unidos têm mais de vinte mil empresas comercializando o Software, todo sistema tende a ser de tal abertura, que não há como querer impor sistemas impositivos.

E há mais um aspecto: quando se estabeleceu o problema das estratégias, eles eram quase que produtos definidos, seja automóvel, aço etc. Na Informática tem muita coisa ajustada a um determinado tipo de consumo, então o processo tem que deixar as regras do mercado influírem, no meu entender, de uma forma muito mais aberta.

Então eu acho que tem que ser estabelecidos os instrumentos mas não deve haver um limite que me impeça de importar eventualmente, um equipamento que possa melhorar a produtividade 1,2%, porque a diferença do benefício no aspecto do resultado é de tal ordem que não há relação em querer impedir que venham, eventualmente, tais e tais produtos ou, eventualmente, no próprio aspecto do Software. Então, nesse aspecto eu acho, Senador, que há uma diferença, que é importante, no meu entender, a ser analisada. Sobre o problema de democracia política eu concordo, só que digo o seguinte: o sistema econômico de planejamento central impede a existência de uma democracia, é possível existir um sistema fechado com uma economia aberta, eu não acredito que possa existir uma economia fechada com o sistema político aberto, por isso, vamos dar o caso da Espanha; funcionou, nós mesmos tivemos aqui uma razoável economia de mercado e tendo um sistema fechado, que, gradativamente, foi se perdendo, justamente pelo sistema fechado; nós diminuimos, é verdade, em economia de mercado neste País pela existência do sistema político fechado. Então eu digo o seguinte: eu concordo que possa haver sistema político fechado com economia aberta, agora eu duvido que exista uma democracia aberta com um sistema econômico fechado, e isso que me preocupa, porque aí é que no meu conceito, no meu entender, nós todos temos de lutar e defender.

O SR. SEVERO GOMES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Eu pedira ao Senador Severo Gomes para assumir a Presidência. Tenho que fazer alguns comentários, mas infelizmente não posso aguardar o fim da sessão, pelo simples fato de que estará hoje, no Senado, uma delegação de parlamentares ingleses e, como ex-Embaixador em Londres, seria extremamente impolido, se eu não comparecesse a esse almoço.

Ainda agora pediu a palavra o Senador Chiarelli, eu lhe pediria tolerância de me permitir falar agora, porque tenho que me ausentar daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Uma vez que o Senador já expressou concordância em assumir a presidência, farei agora alguns comentários.

Em primeiro lugar, gostaria de distribuir um anúncio publicado nas maiores revistas mundiais de eletrônica e informática pelo governo hindu, convidando indústrias eletrônicas e informáticas do mundo inteiro para se localizarem na zona de processamento de exportação de Bombaim, oferece infra-estrutura altamente subsidiada, baixo custo de terra, isenção de todos os impostos e encargos, isenção do imposto de renda, por cinco anos, incentivos do governo e ausência de burocracia. Aparentemente, os hindus, que têm um grande estoque de cérebros treinados, mas subocupados, decidiram-se agora convidar companhias internacionais, sem perguntar qual a composição do capital, para se localizarem em Bombaim, na esperança de que Bombaim se converta numa nova Cingapura. Eles não têm medo de cingapurização. E por motivos racionais e desvios: a renda por habitante de Cingapura é dez vezes a renda por habitante da Índia.

Aqui se falou no modelo mexicano, como sendo restritivo. O México está inteiramente aberto hoje para todos os empreendimentos que sejam de 51% de capital mexicano, nem é preciso licença. A Índia está se abrindo, como estão se abrindo Espanha e França; o Brasil tem essa terrível mania de ser original, e vai ser original inclusive no atraso da informática.

Citarei, à página 16 da exposição do ilustre e eficiente empresário Edson Fregni, a quem eu dou inteiro crédito por ser um grande patriota, esperando que ele exerça a reciprocidade, porque se admitir cartório de informática já é duro, admitir cartório de patriotismo isto é simplesmente inaceitável. Trata-se de uma vocação monopolística que eu não posso aceitar. Considero o Dr. Edson Fregni, muito respeitável. Tenho ouvido comentários nacionais e estrangeiros confirmando que é realmente um grande empresário. Orgulho-me disso como seu compatriota. O Dr. Fregni disse que falava em nome da ABICOMP e acrescentou: "por que não da comunidade de informática?"

Questiono a segunda parte de sua afirmativa. Fala em nome da ABICOMP, como Presidente que é, mas não fala em nome da indústria da informática. A ABICOMP tem 40 a 60 empresas; ora ouço falar 40, ora ouço falar 60. Esteve aqui o presidente da ABINEE, Dr. Firminio Rocha Freitas, que é contrário à política da SEI, favorável à joint-ventures, e que representa 800 empresas. O faturamento das empresas da ABICOMP foi, em 1983, segundo os dados da própria ABICOMP, não expurgados, de 458 milhões de dólares. Se os expurgarmos, reduzindo-os a preços internacionais, seria de 173 milhões de dólares. O faturamento das afiliadas da ABINEE, que incluem a indústria eletrônica, informática, fornecedores de componentes informáticos, lembremos que só a IBM tem 460 e a ERICSSON 1.030 fornecedores brasileiros, pequenas e médias indústrias — o faturamento da ABINEE foi de 2 bilhões de dólares, o que é mundialmente expressivo.

Aliás, para falar nesse assunto, convém lembrar que não houve reserva de mercado para a indústria eletrônica, nem para indústria de rádio e rádiodifusão, entretanto, há um grande número de empresas prosperando, exportando a preços inferiores aos preços internacionais, sem reserva de mercado. A indústria tornou-se eficiente. Na indústria de telecomunicações que é uma indústria semicompetitiva, de vez que se exige, obrigatoriamente, 51% do capital nacional, conseguiu-se um nível razoável de eficiência: os preços são 10 a 20% acima dos internacionais. No caso dos produtos cartorializados pela SEI, a média é de 300 a 400% dos preços internacionais. Isso pode ser documentado, e foi documentado aqui na Comissão pelo Dr. Salomão Waynberg, um perito mundialmente reconhecido como competente na tarefa, e que começou a sua vida, aliás, projetando sistemas de informática.

Voltando à página 16 de sua exposição, o Dr. Edson Fregni diz o seguinte: "Será internacional a empresa que preencha acumulativamente, os seguintes requisitos: te-

nha a totalidade do capital votante nacional e restrições severas na participação estrangeira no capital não votante”.

Lendo esse trecho, chego a duas conclusões. Primeiro, o Brasil não tem escassez de capital. O Brasil não é um país endividado ao nível de 100 bilhões de dólares. Pode dispensar o aporte de capitais forâneos, apesar de sabermos escassearem recursos mesmo para as necessidades da população, em termos de infra-estrutura humana, água, esgoto, saneamento.

Segundo, para o Dr. Fregni não existe a Constituição Federal, porque o artigo 153, parágrafo 28 da Constituição Federal reza o seguinte: “É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial”.

Associações são permitidas e não pode sequer ser dissolvida por lei, tem que ser dissolvida por sentença judicial. Nosso amigo propõe a proibição de qualquer possibilidade de qualquer associação, contrariando o artigo 153, parágrafo 28 da Constituição.

Passando além, o segundo requisito do que ele chama empresa nacional é ter além do controle decisório nacional, também a tecnologia nacional. Ora, se a tecnologia já foi desenvolvida em algum lugar da terra, não faz o menor sentido tentarmos redescobrir a tecnologia aqui. O que faz sentido é aproveitarmos-nos do estoque tecnológico à disposição da humanidade, e em seguida, adaptar essa tecnologia, melhorá-la e criar novas tecnologias. Agora exigir, como parte da definição da empresa nacional, que a tecnologia seja nacional, é, inclusive, decretar a dissolução de empresas brasileiras existentes, porque existem 13 cópias da Apple, 7 cópias da IBM, 7 cópias da COLECO, 5 cópias da Atari. Há um grande volume de emuladores, às vezes, com o logogrifo original apenas apagado. Essas indústrias, obviamente, não têm tecnologia nacional, mas a ABICOMP as acolhe em seu seio, como sendo empresas nacionais com tecnologia nacional.

Não é que eu critique isso. Acho perfeitamente natural. Acho que a posição contrária seria idiota. Devemos imitar, copiar e depois melhorar e criar. Assim fizeram todos os outros países. Agora exigir que uma empresa, para ser definida como uma empresa nacional, tenha a tecnologia desenvolvida no país significa condenarmos o empresariado brasileiro a redescobrir o que já existe; isso é totalmente insensato. Não faz o menor sentido o Dr. Gerdau, eu acho, já exprimi o ponto de vista dos industriais consumidores, que insistem em ter a tecnologia melhor e mais barata, se possível, produzida aqui, se impossível, adaptada aqui, se isso ainda for impossível, importada, porque o que conta é a eficiência global da sociedade.

O Dr. Fregni falou muito em ideologia da dominação. Eu pensei que essa controvérsia já fosse de há muito superada, até entre os marxistas. Estou lendo agora, um livro de um grande marxista inglês, Bill Warren, que morreu, infelizmente, muito moço. Warren exatamente procura desmentir o mito da não transferência de tecnologia, e a teoria dependência tecnológica, dizendo que são variações estereis em torno de um tema oco. Estaria ele errado? Não. Ele se empenhou em uma demonstração estatística, de que houve uma difusão mundial da industrialização e da tecnologia. Todos os Srs. que visitam os Estados Unidos e a Europa sabem que há um medo da “desindustrialização”. A palavra que eu mais ouvia na Inglaterra, como Embaixador, era “desindustrialização”. A Grã-Bretanha receava estar sendo desindustrializada. Por quê? Porque a tecnologia em vários setores tinha sido absorvida e melhorada por países periféricos. O grande temor da eletrônica mundial, hoje, nem sequer é mais o Japão. É a Coreia, é Taiwan, é Cingapura, países que já dominaram a tecnologia, adaptaram-na, e agora ameaçam de desindustrialização os países ante-

riormente considerados como líderes industriais. Eles é que estão receosos de serem, setorialmente, dominados.

Os Estados Unidos estão estabelecendo restrições ao aço brasileiro e coreano, por quê? Porque têm medo que esse setor seja dominado por brasileiros e coreanos. Onde é que está essa ideologia da dominação? Isso é uma fermentação cerebral de pessimistas profissionais que acreditam essas raças sejam mais ou menos fatalisticamente incompetentes, e não ascendam ao novo patamar de tecnologia.

Minha discordância, em relação a outros pontos aventados pelo Dr. Fregni, é total, mas discutir levaria muito tempo. Eu não espero persuadi-lo. A persuasão é extremamente difícil. Espero apenas que ele e a Deputada Cristina Tavares não usem e abusem do monopólio do patriotismo nacionais. Todos nós outros, que discordamos dessa posição, também estamos defendendo os interesses nacionais. Essa intimidação por rotulagem, que é muito do vezo das esquerdas, não pega. Tenho uma folha de serviços prestados maior do que a do Dr. Fregni, maior do que da Deputada Cristina Tavares, e não admito insultos ao meu patriotismo.

Muito obrigado.

Infelizmente eu tenho que me retirar agora.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Imagino que o Dr. Fregni tem algum comentário a fazer a respeito das questões colocadas pelo Senador Roberto Campos.

O SR. EDSON FREGNI — Em primeiro lugar, eu acho importante ressaltar que a ABICOMP tem 75% das empresas nacionais do setor e a maioria das grandes empresas nacionais do setor estão todas dentro da ABICOMP. Que a afirmação de que os preços praticados pela indústria nacional, são de 300 a 400% acima dos internacionais citando estudos do Dr. Salomão Waynberg, não são compatíveis com os estudos feitos pela ABICOMP, pela universidade Federal do Rio de Janeiro. Possivelmente existe engano nessas constatações, temos os estudos feitos, à disposição dos Srs. parlamentares. Esses estudos têm todas as suas bases de dados anexadas. Portanto, não são frases soltas.

Quando há pouco o Senador, dizia que o Brasil não tem carência de capital, na medida em que exige capital nacional para que a empresa seja nacional, eu diria que sim, que temos muita carência de capital, mas capital que esteja a nosso serviço, não capital que esteja a serviço de interesses estrangeiros.

Quanto à definição de que empresa nacional contradiz a Constituição Federal, também não está de acordo com estudos feitos por juristas, que dizem o seguinte: “Na nova lei da SAs. foram mantidos artigos da lei antiga, que permitem o direito ao Parlamento brasileiro de definir, setorialmente, empresas nacionais, com restrições de acesso estrangeiro.”

Quanto ao fato de o Senador dizer que não espera persuadir-me ou persuadir a todos que defendem a reserva de mercado, isso é razoável, é uma das constatações que S. Ex<sup>a</sup> faz, e com a qual concordo. Também não achamos que seria possível persuadi-lo. Existem visões de mundo diferentes. Existem aqueles que acreditam na capacidade brasileira, e aqueles que não acreditam; aqueles que defendem a modernização, e aqueles que defendem que o desenvolvimento nacional seja feito de acordo com nossos interesses.

Existe, realmente, aqui, em discussão, a visão de mundo, a visão de que Brasil queremos.

Numa observação feita, há pouco, pelo Dr. Gerdau, acho que também suas colocações são possíveis de se entender. Na medida em que, defendendo essa internacionalização da economia, na medida em que se defendem as livres forças de mercado, acaba-se desenvolvendo uma indústria totalmente dependente do exterior. Então, a possibilidade de se restringir o acesso dessas indústrias

aos bens no exterior, provoca pânico, porque essas indústrias estão organizadas dependendo do exterior.

Em síntese, são estas as coisas que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o nobre Senador Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Sr. Presidente, infelizmente não me foi possível acompanhar as exposições dos dois depoentes, o ilustre Presidente da ABICOMP, Dr. Edson Fregni, e ilustre conterrâneo gaúcho, Dr. Jorge Gerdau Johannpeter. No entanto, foi-me possível compulsar, rapidamente, os textos, e, sobretudo, ouvir o debate.

Creio que haveria uma série de considerações a fazer, sobretudo com relação à intervenção derradeira, no ostracismo da sua presença, aqui, nesta sala, do Sr. Presidente da Comissão. Infelizmente, a ausência daquele que as apresentou cria uma situação ética bastante desagradável, para que se lhe conteste não presente.

Esse documento distribuído, que seria a cópia traduzida de uma publicidade da Índia, abrindo suas portas, num convite realmente sedutor, ao mundo dos interesses multinacionais, não sei se nos levar a crer que, se adotarmos a mesma estratégia, teremos exatamente o mesmo padrão de desenvolvimento, se é que se pode chamar de desenvolvimento sócio-econômico ao que a Índia chega neste momento, onde ela realmente disputa campeonatos, que não são aqueles que gostaríamos de disputar, e que, às vezes, com ela disputamos — da subnutrição e da mortalidade infantil.

Se é neste particular que nos endereçaríamos paralelamente à sua postura estratégica, em termos de política industrial, não me parece que seja uma tática aconselhável nem exemplo a ser seguido.

De mais a mais, se todo o nosso esforço de democratização do País, de melhoria do padrão de vida, de melhores patamares de qualidade, de condições para os nossos concidadãos, for para se chegar aonde está a Coreia, Cingapura, que pena estejamos a fazer tanto esforço! Que lastimável este nosso denodo e este nosso sacrifício! Realmente, as divisões estatísticas que nos induzem aos valores da renda *per capita*, que antigamente, encantavam os economistas como elemento de mensuração da qualidade de vida do indivíduo e da sociedade, há muito tempo — é bom que se lembre aos economistas, sobretudo hoje — estão banidas dos conceitos de realidade de um quadro de desenvolvimento social. Podem ser, quando muito, elementos referenciais de crescimento econômico, que é outra verdade, outro aspecto, que não chega a ser aquele que, fundamentalmente, nos preocupa.

Algumas arguições, um pouco passageiras, e, por isso mesmo superficiais, sobre temas jurídicos, deixam-me um pouco entre o entristecido e o preocupado. Dizer-se ante a leitura passageira de um texto constitucional, que o fato de a Carta Magna estabelecer o direito e a garantia da constituição de associações e instituições inviabiliza a capacidade criativa e legiferante desta Casa para traçar políticas com base na normatividade que é decorrente das prerrogativas do Congresso, é fazer-se uma interpretação que, neste momento, haveria de fazer tremer na tumba Pontes de Miranda, porque se trata de um desrespeito aos princípios básicos da hermenêutica e da exegese, que rigorosamente nos deixa bastante deprimidos.

Por outro lado, Sr. Presidente, fala-se em passionalismo no debate. No entanto, nunca vi tanto passionalismo como naqueles que se coloca a contraditar a tese da proteção efetiva da indústria nacional. Nunca vi tanto emocionalismo no arguir essas questões, e nunca vi tanto sectarismo como este que, neste momento, de certa forma, serve de insumo para argumentos que nos são apresentados, às vezes com cifras continuadas e volumosas, para aparentar um conteúdo nas proposições, que elas, por si sós, não têm.



melhoria de rendimentos na indústria têxtil. Hoje, na confecção, sabe-se que indústrias altamente modernizadas, que usam instrumentos têm reduções de 3 ou 4% no consumo de tecido; 3 ou 4% na redução do consumo, significa 12% no preço final da venda do produto. Então, esse balanceamento realmente é que pode trazer. Sou convicto de que melhorias tecnológicas são fatores de geração de empregos. Até num primeiro momento, numa determinada fábrica, pode haver um desbalanceamento, mas, estruturalmente, o processo histórico da humanidade tem mostrado que só por melhorias de eficiência e produtividade postas à disposição da força de trabalho e das quais hoje se inclui a Informática, é que se poderá haver melhorias gradativas globais.

O SR. EDSON FREGNI — Um ponto importante para o qual chamo a atenção é que o Dr. Gerdau menciona, com frequência, que o Brasil é a oitava economia industrial do mundo, e a indústria de informática está em vigéssimo quinto lugar. Eu não quero contradizer esses dados. Porém, acho importante que se considere o ponto de vista do atendimento do mercado interno. Parece ser esta uma grande preocupação. Isso é fundamental. Seguramente, a indústria nacional, a indústria de informática, englobando as nacionais e as empresas estrangeiras, hoje, no seu atendimento ao mercado interno, não está em vigéssimo quinto lugar. Se considerarmos que o Brasil é o terceiro país no atendimento do mercado interno, com indústrias nacionais, e que a IBM, hoje, tem uma participação relativa no Brasil menor do que ela tem na maioria dos países estrangeiros, e que essa participação da IBM, no mercado nacional, a torna a oitava subsidiária da IBM, no mundo, de acordo com declarações do vice-Presidente Dr. Rezo Gil. Isso significa que a indústria interna, no atendimento das necessidades internas, seguramente não está em vigéssimo quinto lugar, possivelmente em oitavo lugar. E as taxas de crescimento — as estatísticas estão distribuídas neste folheto — mostram como vem crescendo a indústria nacional no setor, e a indústria estrangeira. Parece que nessas discussões a indústria estrangeira não tem espaço no mercado brasileiro. Nós estamos falando de uma reserva de mercado que reservou apenas um segmento. A indústria estrangeira hoje tem mais da metade do mercado brasileiro, e está aqui no Brasil, está praticando preços tão ou mais alto que a indústria nacional, e só acusam a indústria nacional desses preços altos. E quando se fala que o impacto da indústria nacional, nos outros setores da economia vai ser negativo, isto também não é possível que se concorde, porque essa indústria nacional, com tecnologia própria, vai ser capaz de produzir equipamentos de acordo com as realidades nacionais, ao invés de importarmos para a indústria têxtil equipamentos superautomatizados que só desempregam — que produtividade é essa que desemprega? Acho que produtividade da economia é acima de tudo aquela que dá emprego e bom salário. De que vale ter uma economia que desemprega, uma economia cujo objetivo é a exportação, cujo objetivo é o crescimento do bolo. "depois se divide, não é?" Falou-se aqui de cartório da ABICOMP. Que cartório é esse que qualquer indústria nacional, com tecnologia própria, tem direito assegurado para entrar no setor? Que cartório é esse no qual as indústrias que já contam mais de cem e nenhuma delas têm participação maior de que 10%? Ninguém fala dos outros cartórios, dos oligopólios, esses sim são cartórios. falam-se em sistema fechado. Que sistema fechado é esse onde o acesso é franqueado? Que sistema fechado é esse onde a livre competição existe dentro da indústria nacional? Tantas centenas de indústrias surgiram, que sistema fechado é esse? É fechado sim, da participação estrangeira. Agora, será que a democracia é garantida só se tiver participação estrangeira no País? Ou será o vice-verga? Quando se fala de protecionismo através de tarifa alfandegária, essa é uma discussão muito antiga. Já em 1870 Frederic List, o economista, propunha isto, e naquele tempo não existiam as transnacio-

nais. Que tarifas alfandegárias vão proteger o interesse nacional, se as transnacionais estão aqui dentro? Estas sim serão protegidas pelas tarifas alfandegárias. As tarifas alfandegárias protegem a Ford, a General Motors, que serão as grandes beneficiárias. E quando se fala na questão do emprego e desemprego, a imitação dos processos estrangeiros, que são concebidos para nações que têm escassez de capital, essa busca da imitação, dessa modernização, esta sim, desemprega. Só com a tecnologia própria vamos ser capazes de desenvolver processos e alternativas, de acordo com as características nossas, sem desemprego, com menor desemprego. Acho que também nessa questão é fundamental a tecnologia. Isto tudo se resume na questão, como disse, de que Brasil nós queremos: o Brasil satélite das nações mais avançadas? O Brasil que eternamente vai estar tendo que buscar as modernizações externas? O Brasil onde cada indústria, na possibilidade de que se interfira no seu acesso externo entra em pânico. Nós precisamos de um Brasil soberano, onde nós, aqui dentro, vamos dar soluções aos nossos problemas. E é essa a questão central. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Concedo a palavra a Srª Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Sr. Presidente, eu queria destacar para esta Comissão uma das vantagens comparativas ao anúncio da Índia, que se abre para a Informática. Diz o seguinte: você se beneficiará da imensa capacitação da nossa mão-de-obra com o salário surpreendentemente baixo. Parece-me que este é o centro da questão que não estamos discutindo aqui. A esse propósito, basta dizer que, no Nordeste do Brasil, a modernização da indústria têxtil, financiada pelos incentivos fiscais da SUDENE e desempregou naquela região que concentra hoje o tristíssimo campeonato, seguindo-se à Índia, da maior mortalidade infantil do Mundo, desempregou 30 mil pessoas. É contraditório quando se examina essa questão apenas do ponto de vista da eficiência da indústria, porque na ponta está o consumidor que, por não ter salário, porque estava desempregado, não pôde mais consumir aquele produto da indústria têxtil que está instalada no Nordeste, cujo parque industrial, por "n" razões, mas também por essa razão, por falta de consumo, está praticamente indo a falência.

De maneiras que a complexidade da automação, levantada pelo Senador Carlos Chiarelli, é um dos assuntos da maior relevância, que a Comissão Mista, que se instalará para a análise do projeto do Governo, tem que levar em consideração e multiplicar as suas discussões.

Eram esses os destaques que queria levantar perante esta Comissão.

O SR. JORGE GERDAU JOHAMPETER — Gostaria, sobre esse ponto de emprego e desemprego, acho que este é um dos pontos mais complexos, hoje, no debate no Mundo todo e, indiscutivelmente, no Brasil é que ocorre o maior impacto.

Esse caso do Nordeste, que a modernização gerou eventualmente de 30 mil desempregos, a questão, talvez, seria perguntar — tenho conflitos sobre essa matéria, porque acho que ela é tremendamente complexa — provavelmente se essa indústria não tivesse se modernizado, talvez diminuísse o restante dos empregos que ela está mantendo hoje.

A matéria realmente é complexa, porque o erro não está na modernização dessas empresas. O erro está em que há capitais mal investidos neste País, que não geraram os empregos que deveriam ter gerado. Normalmente, dou um exemplo do operário com uma enxada, e o operário com um trator. O trator nada mais simboliza do que o homem com capitais disponíveis à sua produtividade. A mesma coisa é no setor industrial. Da enxada ao trator. É evidente o exemplo de o que o homem consegue produzir a mais.

O fato é o seguinte: no Mundo os países obtiveram resultados e desenvolvimento pela melhoria do uso da pro-

duatividade, da tecnologia. Agora, a correta alocação dos capitais gerados é que tem que propiciar os novos empregos, e isso é que não tem acontecido no País.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Concordo com V. Sr. tanto é que estamos debruçados na defesa da tecnologia nacional por entender que sem a tecnologia o País não alcançará a sua soberania plena. Sobre tudo na indústria de ponta como a informática.

A observação que fiz sobre a modernização da indústria têxtil é que o ônus do desenvolvimento tecnológico está recaindo sobre um só ombro. Sobre o ombro do trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Creio que ninguém mais deseja usar a palavra. Ao encerrar esta sessão, gostaria de fazer algumas considerações esticando um pouco os nossos regulamentos, o nosso Regimento, mesmo porque no decorrer desse ciclo de seminários o Regulamento tem sido bastante elástico em relação à participação do Presidente.

As considerações dizem respeito a essa interrogação que surgiu no Brasil hoje, embora seja a 8ª economia industrial do Mundo, em área da informática é a 20ª

Há pouco tempo, tivemos um seminário na Venezuela, em Cali, e o Dr. Edson Fregni também lá compareceu, e verificamos que toda a América Latina não tem nada em termos de Informática. E a hipótese de que o nosso desenvolvimento industrial, na área de informática, poderia ter sido muito mais amplo, com mais liberdade, ao contrário do que aconteceu, diria que a política que foi desenvolvida aqui é que permitiu esse desenvolvimento.

Se somos o 20º, é preciso verificar quais são esses que estão no meio. Se existe nas Filipinas uma indústria de informática filipina. Se existe em Cingapura uma indústria de informática de informática de Cingapura. São entres industriais que amanhã deixarão de existir, ou permanecerão dependendo das conveniências das empresas multinacionais que comandam esse processo.

Também a questão da tecnologia deve ser sempre muito ponderada, com relação a outras questões. Porque, como diz o Professor Ignácio Sá, da Escola de Altos Estudos de Paris, a grande maioria da tecnologia gerada no Mundo hoje tem um único propósito, queimar empregos.

Na Alemanha, na Inglaterra ou na França, quando eles desempregam, eles desempregam turcos, italianos, gregos, os seus cidadãos ainda têm o privilégio de continuar a trabalhar. Pagam um bônus para devolvê-los para outros países, para os seus países de origem. No Brasil, a atenção com relação à aplicação da Informática deve estar ligada a essa questão de que estamos desempregando os nossos compatriotas, reduzindo o mercado e levando o País para um processo de degradação da nossa vida.

Por último, não poderia deixar de fazer uma referência ao que aqui foi comentado com relação à ideologia da dominação. O Senador Roberto Campos citou o texto de um marxista inglês para dizer que isso é uma efervecência sem nenhum sentido no mundo de hoje.

Gostaria que, ao invés de lermos esse texto, não o conheço, que a simples leitura da carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional, que submete todas as políticas internas do Brasil, às imposições de fora, servissem como uma ilustração a respeito do que é a dominação.

No passado, transferimos recursos através de diferentes mecanismos. Hoje, na medida em que temos a deterioração das relações de troca, pelas imposições de fora, somos obrigados a exportar barato. Estamos aí com esse saldo na balança comercial, exportando a comida que falta aos brasileiros, obedientes à pressão externa.

Tenho a impressão que esse texto citado pelo Senador Roberto Campos, a esse texto dever-se-ia confrontar, imagino até que o Senador até não tenha lido a carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional, para poder fazer considerações...

A SRA. CRISTINA TAVARES — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Concedo a palavra a Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES — É que o mais novo marxista não é nem o General Danilo Venturini. É o Presidente da CIA, dos Estados Unidos, o Diretor da CIA, que toca na questão da ideologia da dominação e o toca defendendo os interesses dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Quería agradecer a presença dos conferencistas de hoje, Dr. Jorge Gerdau Johampeter, ao Dr. Edson Fregni, Srs. Senadores, Srs. Deputados. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 5 minutos.)

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**36ª Reunião (extraordinária), realizada em 28 de junho de 1984**

Às dezoito horas e quarenta minutos do dia vinte e oito de junho do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador João Lobo, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lins e Jorge Kalume.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Passos Pôrto, Vice-Presidente, Claudionor Roriz, Alberto Silva e Saldanha Derzi.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lins apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1984 (nº 3.845/84, na Câmara dos Deputados), que renova, até 5 de agosto de 1985, o prazo de validade do Concurso de Fiscal de Tributos Federais que menciona.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**37ª Reunião (extraordinária), realizada em 28 de junho de 1984**

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito de junho do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador João Lobo, Presidente, presentes os Senhores Senadores Alberto Silva e José Lins.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Passos Pôrto, Vice-Presidente, Claudionor Roriz, Alberto Silva e Saldanha Derzi.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Alberto Silva apresenta as seguintes redações finais:

a) da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1982 (nº 136/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982; e

b) do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1983, que submete à aprovação do Congresso Nacional todos os ajustes, atos e contratos complementares ao Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, em Bonn, a 27 de junho de 1975.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Frederic Pinheiro Barreira, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**38ª Reunião (extraordinária), realizada em 29 de junho de 1984**

Às dezoito horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de junho do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador João Lobo, Presidente, presentes os Senhores Senadores Alfredo Campos e Alberto Silva.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Passos Pôrto, Vice-Presidente, Claudionor Roriz e Saldanha Derzi.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador Alfredo Campos, do Projeto de Resolução nº 40, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), destinado ao financiamento do Programa de Investimentos do Município; e

b) pelo Senhor Senador Alberto Silva, do Projeto de Resolução nº 41, de 1984, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de dólares americanos), destinada ao Programa Rodoviário daquele Estado.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**39ª Reunião (extraordinária), realizada em 29 de junho de 1984**

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de junho do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador João Lobo, Presidente, presentes os Senhores Senadores Jorge Kalume e Passos Pôrto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Claudionor Roriz, Alberto Silva e Saldanha Derzi.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador Jorge Kalume, do Projeto de Resolução nº 24, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 96.320.362,00 (noventa e seis milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e sessenta e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna; e

b) pelo Senhor Senador Passos Pôrto, do Projeto de Resolução nº 34, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Alto (SP) a elevar em Cr\$ 115.036.734,81 (cento e quinze milhões, trinta e seis mil, setecentos e trinta e quatro cruzeiros e oitenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada interna; e do Projeto de Resolução nº 35, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a elevar em Cr\$ 1.138.512.500,00 (um bilhão, cento e trinta e oito milhões, quinhentos e doze mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**40ª Reunião (extraordinária), realizada em 2 de agosto de 1984**

Às dezoito horas e quarenta minutos do dia dois de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Passos Pôrto, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Jorge Kalume e Alfredo Campos.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Lobo, Presidente, Claudionor Roriz, Alberto Silva e Saldanha Derzi.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Jorge Kalume apresenta as seguintes redações finais:

a) do Projeto de Resolução nº 42, de 1984, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 149.000.000,00 (cento e quarenta e nove milhões de dólares americanos), destinado ao Projeto de Água Potável Pedra do Cavalo, naquele Estado; e

b) do Projeto de Resolução nº 22, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Joaíma, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 25.004.841,03 (vinte e cinco milhões, quatro mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros e três centavos).

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL  
4ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 1984**

Às onze horas do dia oito de agosto de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Almir Pinto, Vice-Presidente no Exercício da Presidência, Moacyr Duarte, Altevir Leal, Gastão Müller e José Lins, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Passos Pôrto, Jorge Bornhausen e Mauro Borges.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Senador Almir Pinto, declara aberta a Reunião, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente, comunica que a reunião se destina à eleição do Presidente da Comissão, vaga, em virtude do falecimento do Sr. Senador Dinarte Mariz.

Prosseguindo, o Sr. Senador Almir Pinto lamenta a perda do ilustre político potiguar, e propõe que conste de Ata um voto de profundo pesar pelo seu passamento, que é aprovado por unanimidade.

Em seguida o Sr. Presidente anuncia que vai proceder à eleição. Distribuídas as cédulas para votação, o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador, o Senhor Senador José Lins.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente**

Senador Almir Pinto ..... 04 Votos  
Senador Moacyr Duarte ..... 01 Voto  
É proclamado eleito Presidente, o Sr. Senador Almir Pinto, Vice-Presidente, que agradece a seus pares a distinção com que foi honrado para exercer tão importante missão, e determina imediatamente, que se realize eleição para Vice-Presidente, vaga em virtude da sua ascensão à Presidência. Distribuídas as cédulas para votação, o Sr. Presidente convida o Sr. Senador Altevir Leal, para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado.

**Para Vice-Presidente:**

Senador Moacyr Duarte ..... 03 Votos  
Senador Passos Pôrto ..... 02 Votos  
É proclamado eleito Vice-Presidente o Sr. Senador Moacyr Duarte, a quem o Sr. Presidente convida para assumir o cargo.

O Senhor Presidente propõe que, as reuniões ordinárias continuem a se realizar às quartas-feiras às 11:00 horas, proposta aceita por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcelino dos Santos Camello, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.